

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CLARICE BASTARZ**

**CAMINHADAS NA NATUREZA NO PARANÁ: A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS  
NA FORMAÇÃO DE MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

**Porto Alegre**

**2016**

**CLARICE BASTARZ**

**CAMINHADAS NA NATUREZA NO PARANÁ: A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS  
NA FORMAÇÃO DE MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

**Porto Alegre**

**2016**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Bastarz, Clarice

Caminhadas na Natureza no Paraná: a Rede de  
Relações Sociais na Formação de Mercados para a  
Agricultura Familiar / Clarice Bastarz. -- 2016.  
223 f.

Orientador: Marcelino de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Desenvolvimento Rural. 2. Caminhadas na  
Natureza. 3. Nova Sociologia Econômica. 4. Análise de  
Redes. 5. Território Vale do Ivai. I. Souza, Marcelino  
de, orient. II. Título.

**CLARICE BASTARZ**

**CAMINHADAS NA NATUREZA NO PARANÁ: A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS  
NA FORMAÇÃO DE MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 24 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelino de Souza - Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Cidonea Machado Deponti  
UNISC

---

Profa. Dra. Michele Lindner  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil  
UFRGS

*Die lieben Bastarz: Ana, Rudolfo,  
Paulo, Carlos e Beatriz.*

## AGRADECIMENTOS

Uma tese não se faz sozinha. Afora o duplo sentido da frase, que imputa um esforço hercúleo para escrever uma tese, sem dúvida alguma eu não teria terminado este trabalho se não recebesse a ajuda preciosa de diversas pessoas.

A primeira pessoa que eu gostaria de agradecer é meu orientador, Professor Marcelino de Souza. Desde nossa primeira conversa por e-mail ainda, em 2011, quando eu estava planejando participar do processo de seleção para o PGDR, o Professor Marcelino se mostrou uma pessoa honesta e acolhedora. E assim sempre foram nossos contatos e encontros, nos quais ele sempre transmitiu tranquilidade e confiança em meus diversos momentos de dúvida, angústia e estagnação. Para além de um orientador, ele foi um conselheiro. Sou muito, muito agradecida.

Agradeço também aos meus colegas do Departamento Multidisciplinar da UDESSM/UFSM, que compreenderam o momento de elaboração da tese e aceitaram meu afastamento para sua conclusão. Em especial a Silvia Pardi La Cruz, que me ajudou a elaborar os mapas e ao Thiago Reis Xavier, que me ajudou a entender as Redes.

Esta tese não teria condições de ser escrita se não fosse a preciosíssima ajuda das pessoas da Emater do Paraná. Regina Suzin, Eliana Vargas, Jairo Quadros e um agradecimento mais que especial à Ivaldete Zarpelon. Ivaldete foi uma grande companheira em todo o processo de desenvolvimento da tese, principalmente no planejamento e execução da pesquisa de campo. Ela até pediu a seu marido, Cláudio Zarpelon, que me ajudasse a realizar a pesquisa nas comunidades. Sem a ajuda da Emater, esta pesquisa não teria saído do papel. Muitíssimo obrigada!

Agradeço imensamente a todos os agricultores que me receberam em suas comunidades e propriedades e que responderam sem restrições a todas as perguntas. Fui muito bem recebida no lindo Bairro Salto Fogueira, em Borrazópolis; no gracioso Bairro São Joaquim, em Barbosa Ferraz e no surpreendente distrito de Porto Ubá, em Lidianópolis. Agradeço também aos organizadores das caminhadas, em especial à Creuza da prefeitura de Barbosa Ferraz, que me recepcionou no município. Me encantei por todas as comunidades e municípios que visitei. A gente do Território Vale do Ivaí é muito acolhedora e simpática. Bons de prosa e de risadas. A estadia com eles foi fantástica.

Ednei Bueno do Nascimento e Ayrton Violento, companheiros de caminhadas e trabalhos. Muito obrigada pela entrevista sincera e por todo apoio na minha trajetória profissional. Ainda *andaremos* juntos.

Também agradeço a meus professores do PGDR, que descortinaram um mundo novo para mim. As aulas com um pesado teor de lucidez me fizeram ter uma outra compreensão dos problemas do mundo. Sou uma outra pessoa após frequentar as aulas dos professores Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, Eduardo Ernesto Filippi, Egon Roque Fröhlich, Fabio de Lima Beck, Ivaldo Gehlen, Jalcione Pereira de Almeida, Marcelo Antonio Conterato, Paulo Dabdab Waquil e Sérgio Schneider. Obrigada, professores.

Ainda no PGDR, gostaria de agradecer todos os funcionários pela ajuda nas questões administrativas e acadêmicas do curso, em especial à Danielle Finamor, Macarena Donoso e Eliane Sanguiné. À Tânia Cruz agradeço pela parceria durante o Plageder. Agradeço à CAPES pela bolsa de doutoramento que recebi e que foi fundamental para me manter em Porto Alegre. Obrigada.

A experiência no PGDR também foi para além, muito além das paredes daquele sobrado na João Pessoa. Foi para as mesas de bar, para os gramados da redenção, para a sala de estar, para a beira do fogão. Amigos de verdade eu encontrei por lá. Minhas lindas, inteligentíssimas e amadas companheiras Angelita Bazotti, Manuela Finokiet e Tainá Zaneti. Os intelectuais mais cheirosos da UFRGS Fabiano Escher e Livio Claudino. Meus queridíssimos e saudosos Keile Beraldo, Irio Conti, Adriana Paola, Sirlei Glasenapp, Marielen Costa, Ariane Fernandes, Juan Camilo e Claudio Farias. Muito mais do que colegas, amigos. E um agradecimento especial à minha amada, lindíssima e apimentada Natália Salvate Brasil, com quem dividi o apartamento, andanças pelo “centrão”, dicas de moda e beleza, confidências, sofrimentos e alegrias. Saudades de todos vocês.

Agradeço também aos meus novos amigos de Santa Maria, meu lar há dois anos. Nesta minha história mais recente, são as queridas Andréia Cirolini e Suzane Marcuzzo, o lindo Igor Sonza e o Gilvan Dockhorn, que me fizeram companhia, me deram apoio e que aqueceram meu coração.

Deixo, também, um agradecimento às minhas lindas e saudosas amigas de toda uma vida: Angélica Koerich, Déborah Barth e Isabela David. Às belas amigas, muito parceiras, ótimas ouvintes e conselheiras Jaqueline Medeiros e Shantala Ribeiro. Adoro vocês.

E, por fim, um agradecimento às pessoas mais especiais da minha vida: os Bastarz. Meus pais Ana e Rudolfo, pelo constante incentivo, devotado apoio e incrível confiança que depositam em mim. São minha base, meu porto seguro, minha âncora, meus amores. Ao meu lindo irmão Paulo, pela amizade e cumplicidade que construímos e que vamos sustentar até o resto de nossas vidas. Aos meus primos Beatriz e Carlos pela amizade e amor, que, mesmo à distância, cultivamos. Ao Carlos, um agradecimento especial pela ajuda maravilhosa com a análise dos dados das redes (essa é a desvantagem de ser matemático). Aos meus avós, Margareta e Friedrich, e tios, Fritz e Miriam (*in memoriam*).



TROCHE  
(Troche, 2016)

## RESUMO

As Caminhadas na Natureza configuram-se numa modalidade de turismo rural e propõem que comunidades rurais organizem circuitos de caminhada e vendam produtos e serviços a caminhantes oriundos de centros urbanos. O principal objetivo da tese é analisar as características da rede de relações sociais que formam o mercado das Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí e sua repercussão na dimensão social e econômica das famílias de agricultores participantes. Assim, buscou-se descrever o processo histórico do Projeto Caminhadas, considerando o ambiente político e institucional das esferas nacionais, estaduais e municipais; verificar as características do mercado originado da ocorrência das caminhadas, com enfoque nas mercadorias, no trabalho e no consumo; analisar a rede de relações sociais existente nas Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí e; analisar a repercussão das Caminhadas na Natureza para os atores nas dimensões social e econômica. A metodologia de trabalho adotada na elaboração da tese baseou-se no uso da abordagem analítica e empírica. A abordagem analítica consiste na análise documental dos planos, políticas, projetos, leis e programas referentes às Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí. Além disso, foi realizada pesquisa de campo e entrevistas com agricultores, caminhantes e organizadores. A rede de relações foi identificada e estudada através da análise de redes, na perspectiva teórica da Nova Sociologia Econômica. Os resultados apontam para uma forte participação do estado na implantação e disseminação das Caminhadas na Natureza, que se traduz na centralidade em atores do estado na rede analisada. A análise de redes, com o auxílio do software UCINET 6 para Windows demonstra que as relações sociais que formam o mercado das Caminhadas na Natureza são baseadas em laços fortes e fracos. Os laços fortes estão presentes entre agricultores e organizadores de uma mesma comunidade e entre os grupos de caminhantes, em que as relações ultrapassam as caminhadas. E os laços fracos estão presentes, principalmente, entre as categorias de caminhantes e agricultores; e caminhantes e organizadores. Mas o fortalecimento destes laços é desejado. A análise das repercussões confirma esse desejo, demonstrando que a principal fonte de motivação, satisfação e valorização é o estabelecimento destes laços, mesmo sendo fracos. Entretanto, não há oportunidades para que estes laços se fortaleçam.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural. Caminhadas na natureza. Território Vale do Ivaí. Análise de redes.

## ABSTRACT

Walking in Nature constitute in a type of rural tourism and propose that rural communities organize walking circuits and sell products and services to urban walkers. The main aim of the thesis is to analyze the social network relations and its characteristics, that builds the market of Walking in Nature in the Territory Valley Ivaí. As so, to analyse its impacts on social and economic dimension of the family farmers. Thus, it sought to describe the historical process of the projetct, considering the political and institutional environment; to check the characteristics of the market originated by the walkings, focusing on production, work and consumption; to analyze the existing network of social relations in Walking in Nature in the Ivaí Valley Territory and; to analyze the impact for the actors in the social and economic dimensions. The methodology adopted was based on the use of analytical and empirical approach. The analytical approach is the documentary analysis of plans, policies, projects, laws and programs relating to Walking in Nature. In addition, it was carried out field research and interviews with farmers, walkers and organizers. The network of relationships was identified and studied by network analysis, present in the theoretical perspective of the New Economic Sociology. The results point to a strong State participation in the implementation and dissemination of the project, which is reflected in the centrality of state actors in the network. The network analysis, with the help of UCINET 6 for Windows, demonstrates that social relations are based on strong and weak ties. Strong ties are present among farmers and organizers of the same community and among hikers groups that relations goes beyond the walkings. And weak ties are present mainly between the categories of walkers and farmers; and walkers and organizers. But the strengthening of these ties is desired by the actors. The analysis of the impact confirms this desire, demonstrating that the main source of motivation, satisfaction and appreciation is the contact with people. However, there are no opportunities to get ties stronger.

**Keywords:** Rural development. Walking in nature. Ivaí Valley Territory. Network analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Representação de redes .....	51
Figura 02	Os Vários Paranás .....	62
Figura 03	Territórios prioritários para a inclusão social e o desenvolvimento rural sustentável, 2008. ....	64
Figura 04	Mapa de localização do Território Vale do Ivaí e seus municípios .....	65
Figura 05	Uso da terra do Território Vale do Ivaí .....	67
Figura 06	Mapa das regiões turísticas do Paraná, 2013 .....	71
Figura 07	Mapa de ocorrência das Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí em 2015 .....	74
Figura 08	Roteiros turísticos da RMC.....	86
Figura 09	Mapeamento do turismo rural no Estado do Paraná, em 2006 .....	87
Figura 10	Mapa dos estados brasileiros com Ocorrência de circuitos de Caminhadas na Natureza credenciados pela Anda Brasil, em 2015.....	104
Figura 11	Mapa dos municípios paranaenses com ocorrência de circuitos de caminhadas na natureza credenciados pela Anda Brasil, em 2015 .....	105
Figura 12	Gráfico da procedência de inscritos nas Caminhadas na Natureza no Brasil, em 2015 .....	106
Figura 13	Organização do café da manhã em Lidianópolis .....	113
Figura 14	Preparação do almoço em Lidianópolis .....	114
Figura 15	Sociograma da rede Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí em 2015, por categorias de atores .....	123
Figura 16	Sociograma da rede Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí em 2015, por atributos dos atores .....	125
Figura 17	Sociograma da rede, com destaque para os nós mais indicados .....	127
Figura 18	Sociograma da rede com destaque para a densidade e sub-redes .....	129
Figura 19	Sociograma da rede com destaque para a densidade e interações entre os nós .....	130
Figura 20	Membros da AGECAP .....	172

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Metodologia das Caminhadas na Natureza .....	40
Quadro 02	Propriedades da rede .....	55
Quadro 03	Classificação de desenvolvimento do turismo nos municípios .....	70
Quadro 04	Calendário de Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí em 2015.....	72
Quadro 05	Caminhadas na Natureza selecionadas para a pesquisa de campo .....	73
Quadro 06	Características e variáveis das relações sociais das caminhadas no Território Vale do Ivaí .....	78
Quadro 07	Síntese dos procedimentos metodológicos .....	80
Quadro 08	Calendário de Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí em 2015 .....	97
Quadro 09	Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí realizadas e canceladas, em 2015 .....	108
Quadro 10	Características dos eventos de Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí em 2015 .....	110
Quadro 11	Dimensões e características das motivações dos atores .....	142
Quadro 12	Grupos de caminhadas identificados na pesquisa.....	169

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Resultados quantitativos das Caminhadas na Natureza no Paraná, em 2014 e 2015.....	107
Tabela 02	Perfil socioeconômico dos caminhantes do Paraná, em 2015 .....	107
Tabela 03	Preço das mercadorias dos eventos de Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí em 2015 .....	111
Tabela 04	Perfil socioeconômico dos entrevistados .....	121
Tabela 05	Atributo dos atores que compõem a rede .....	124
Tabela 06	Natureza das relações entre os atores .....	132
Tabela 07	Forma de surgimento da relação entre os atores .....	133
Tabela 08	Meio de comunicação utilizado entre os atores .....	134
Tabela 09	Frequência de comunicação entre os atores .....	135
Tabela 10	Velocidade da resposta do indicado .....	135
Tabela 11	Tempo de existência da relação entre os atores .....	136
Tabela 12	Formalização da relação entre os atores .....	136
Tabela 13	Local de residência do indicado .....	137
Tabela 14	Citações das dimensões da motivação dos atores .....	143
Tabela 15	Citações das dimensões da satisfação dos atores .....	150
Tabela 16	Impressão dos agricultores quanto à integração dos atores .....	154
Tabela 17	Impressão dos caminhantes quanto à integração dos atores .....	156
Tabela 18	Impressão dos organizadores quanto à integração dos atores .....	158
Tabela 19	Valorização da comunidade .....	159
Tabela 20	Repercussões na dimensão econômica dos entrevistados .....	163

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBTUR	Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
ABRATURR	Associação Brasileira de Turismo Rural
AGECAP	Associação do Grupo de Caminheiros de Pitanga
AMUVI	Associação dos Municípios do Vale do Ivaí
ANDA BRASIL	Confederação Brasileira de Esportes Populares, Caminhadas na Natureza e Inclusão Social
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DOU	Diário Oficial da União
DTR	Desenvolvimento territorial rural
ECOPARANA	Serviço Social Autônomo Ecoparaná
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IRCOD	<i>Institut Régional de Coopération Développement</i> (Instituto Regional de Cooperação e Desenvolvimento)
IVV	<i>Internacionaler Volkssportverbander</i> (Federação Internacional de Esportes Populares)
MAPA	Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTUR	Ministério do Turismo

NSE	Nova Sociologia Econômica
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNTRAF	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PROSAM	Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SE	Sociologia Econômica
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SETU	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
SICRED	Sistema de Crédito Cooperativo
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>A CAMINHADA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL</b> .....	23
2.1	DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO.....	23
2.2	TURISMO RURAL.....	30
2.3	CAMINHADAS COMO UMA MODALIDADE DE TURISMO RURAL.....	38
2.4	NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA .....	42
2.4.1	<b>Sociologia Econômica (SE) e Nova Sociologia Econômica (NSE)</b> .....	43
2.4.2	<b>A aproximação teórica entre NSE e Turismo Rural</b> .....	47
2.4.3	<b>A abordagem de redes na NSE</b> .....	49
2.4.4	<b>Análise de redes</b> .....	52
<b>3</b>	<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	58
3.1	PESQUISA QUALITATIVA E ESTUDO DE CASO .....	58
3.2	DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	59
3.3	COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA .....	72
3.3.1	<b>Objetivo 1 – Interpretar e descrever o processo histórico do Projeto Caminhadas, considerando o ambiente político e institucional das esferas nacionais, estaduais e municipais</b> .....	74
3.3.2	<b>Objetivo 2 - Verificar as características do mercado originado da ocorrência das caminhadas, com enfoque nas mercadorias, no trabalho e no consumo</b> .....	75
3.3.3	<b>Objetivo 3 – Analisar a rede de relações sociais existente nas Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí</b> .....	76
3.3.4	<b>Objetivo 4 – Analisar a repercussão das Caminhadas na Natureza para os atores na dimensão social e econômica</b> .....	79
<b>4</b>	<b>PROCESSO HISTÓRICO DAS CAMINHADAS NA NATUREZA</b> .....	81
4.1	CONTEXTO POLÍTICO .....	81
4.1.1	<b>Turismo rural no Paraná</b> .....	83
4.1.2	<b>Projeto de turismo rural na agricultura familiar no Paraná</b> .....	86
4.2	CAMINHADAS NA NATUREZA .....	89
4.2.1	<b>Caminhadas na Natureza no Brasil</b> .....	89
4.2.2	<b>Caminhadas na Natureza no Paraná</b> .....	94
4.2.3	<b>Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí</b> .....	95
<b>5</b>	<b>MERCADO DAS CAMINHADAS NA NATUREZA NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ</b> .....	102
5.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS .....	104
5.2	MERCADO E MERCADORIAS NAS CAMINHADAS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ .....	111
<b>6</b>	<b>A REDE DE RELAÇÕES DAS CAMINHADAS NA NATUREZA NO VALE DO IVAÍ</b> .....	119
6.1	ESTRUTURA DA REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS DAS CAMINHADAS NA	119

	NATUREZA DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ .....	
<b>6.1.1</b>	<b>Centralidade da rede .....</b>	126
<b>6.1.2</b>	<b>Densidade da rede.....</b>	128
<b>6.2</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS CAMINHADAS NA NATUREZA NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ .....</b>	130
<b>7</b>	<b>REPERCUSSÕES DAS CAMINHADAS NA NATUREZA PARA OS ATORES NA DIMENSÃO SOCIAL E ECONÔMICA .....</b>	138
<b>7.1</b>	<b>DIMENSÃO SOCIAL .....</b>	138
<b>7.1.1</b>	<b>Motivação e satisfação dos atores para as Caminhadas na Natureza .....</b>	139
<b>7.1.2</b>	<b>Integração e valorização dos atores nas Caminhadas na Natureza .....</b>	153
<b>7.2</b>	<b>DIMENSÃO ECONÔMICA .....</b>	162
<b>7.3</b>	<b>OUTRAS REPERCUSSÕES .....</b>	166
<b>7.3.1</b>	<b>Caminhadas na Natureza substituem festas comunitárias .....</b>	166
<b>7.3.2</b>	<b>Organização de Grupos de Caminhada .....</b>	168
<b>7.3.3</b>	<b>Criação de Fluxo Turístico Regional .....</b>	172
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	175
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	184
<b>APÊNDICE A</b>	<b>TABELA DE DADOS POPULACIONAIS POR LOCAL DE DOMICÍLIO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....</b>	199
<b>APÊNDICE B</b>	<b>TABELA DE DADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ.....</b>	200
<b>APÊNDICE C</b>	<b>TABELA DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E AGRICULTURA FAMILIAR DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ.....</b>	201
<b>APÊNDICE D</b>	<b>TABELA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ EM 2010.....</b>	202
<b>APÊNDICE E</b>	<b>AUTORIZAÇÃO.....</b>	203
<b>APÊNDICE F</b>	<b>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	204
<b>APÊNDICE G</b>	<b>ROTEIRO DE ENTREVISTAS – AGRICULTORES.....</b>	205
<b>APÊNDICE H</b>	<b>ROTEIRO DE ENTREVISTAS – CAMINHANTES.....</b>	207
<b>APÊNDICE I</b>	<b>ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ORGANIZADORES.....</b>	209
<b>APÊNDICE J</b>	<b>QUESTIONÁRIO SOBRE REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS.</b>	211
<b>APÊNDICE K</b>	<b>TABELA DE INDICAÇÕES DAS RELAÇÕES DOS ATORES.....</b>	213
<b>ANEXO A</b>	<b>CARTAZES DE DIVULGAÇÃO DAS CAMINHADAS REALIZADAS NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ EM 2015.</b>	216
<b>ANEXO B</b>	<b>FOTOGRAFIAS DA PESQUISA DE CAMPO.....</b>	219

## 1 INTRODUÇÃO

A temática do desenvolvimento rural tem sido abordada nos âmbitos acadêmico e político internacional nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990. As mudanças sociais, econômicas, culturais e ambientais provocadas pelo processo de modernização da agricultura ainda são discutidas, pois este modelo de desenvolvimento, mais ou menos acelerado a depender da região, não conseguiu beneficiar a todos. Alteração na estrutura fundiária, concentração de renda, estrangeirização da propriedade da terra, êxodo, envelhecimento da população rural, pressão ambiental são alguns efeitos da modernização da agricultura e originaram mudanças significativas no comportamento, racionalidade, organização social e atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores.

O cerceamento da agricultura tradicional, constatado quando seu desempenho positivo indispensável não consegue mais garantir a subsistência das famílias, faz com que os agricultores familiares criem inovações, estratégias e atividades econômicas alternativas, de caráter agrícola ou não agrícola.

As mudanças que o processo de modernização da agricultura desencadeou não se apresentam apenas no espaço rural. Apesar de existirem discussões acadêmicas muito pertinentes a respeito dos limites, interfaces e complementaridades entre espaço urbano e rural (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009; RODRIGUES, 2011), a modernização da agricultura contribuiu fortemente para a conformação das cidades, da cultura urbana e da cultura de consumo. Há interação, complementaridade e interdependência entre espaço urbano e rural, onde este último é entendido como multifuncional.

Na perspectiva da multifuncionalidade, na qual este trabalho se insere, o espaço rural é reconhecido para além de sua função primária de produção de alimentos e matérias-primas. Ele desempenha múltiplas funções, tornando-se responsável também pela conservação dos recursos naturais, preservação do patrimônio cultural, atividades de lazer e, ainda, pela reprodução socioeconômica das famílias rurais (WANDERLEY, 2009).

Do fenômeno da diversificação econômica das propriedades e da revalorização das áreas rurais emerge o turismo rural, como uma entre tantas outras possíveis alternativas encontradas pelos agricultores (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009).

O turismo tem assumido um papel importante nos discursos governamentais como gerador de renda, emprego e divisas. O efeito disso são as propostas de planejamento para essa atividade que vêm sendo incorporadas às políticas públicas de diversos países. No caso do Brasil o processo não é diferente. As políticas públicas do turismo vêm se delineando

nessa perspectiva, especialmente a partir da década de 1990, quando são colocadas diretrizes mais concretas para o desenvolvimento do turismo por meio da Política Nacional de Turismo, Planos Nacionais de Turismo e institucionalização do Ministério do Turismo. Com a política nacional do turismo, são implementados programas que vão dar início ao planejamento territorial do turismo no Brasil. Em consonância com a Política Nacional de Turismo, o Estado do Paraná implementa programas, institucionaliza seu órgão oficial de turismo, criando uma secretaria própria. Nos aspectos relacionados ao planejamento turístico propõe vários projetos de turismo para as diversas regiões do Estado, com objetivos de aumentar a demanda turística.

Levando também em consideração o ponto de vista dos turistas, para os quais o espaço de referência é a cidade, as transformações sociais conduziram a um aumento do período de não trabalho, em que o lazer (ou inatividade), desde o seminal estudo de Veblen (1994)<sup>1</sup>, é analisado como um signo de distinção, inerente às classes sociais dominantes. Desta linha, surgem as ideias do “direito ao lazer” e do “lazer compensatório”, em que as férias e, por consequência, o turismo estão associados à saúde e ao bem-estar (STEIL, 2002), ultrapassando a dimensão econômica.

Neste sentido, embora a perspectiva econômica seja abundantemente abordada nos estudos sobre o turismo rural e seja, em muitos casos, a principal razão do desenvolvimento da atividade turística, talvez, sob o ponto de vista dos atores envolvidos, esta não seja a principal razão. Talvez existam outras razões ou dimensões que possam explicar o surgimento do turismo rural em determinadas localidades. Como, por exemplo, nas localidades em que ocorrem as Caminhadas na Natureza.

Ao se verificar a localização das ocorrências de caminhadas no Estado identificaram-se duas regiões: a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com 30 circuitos de caminhadas e 9.333 participantes/ano, seguida pelo Vale do Ivaí, com 12 circuitos e 6.232 participantes/ano (EMATER-PR, 2012)<sup>2</sup>. Ambas as regiões possuem aglomerados de circuitos que sobressaem se comparados às demais regiões do Estado. O que determinou a escolha do Vale do Ivaí como área de estudo desta tese, foram três curiosos aspectos. O primeiro aspecto que chama a atenção se refere aos resultados quantitativos que o projeto

---

1 O livro *“The Theory of the Leisure Class”*, publicado em 1889, é o primeiro trabalho das Ciências Sociais sobre o turismo, de acordo com STEIL (2002). Thorstein Veblen aborda o lazer no processo de constituição das classes sociais, relacionando-o ao turismo. Esta abordagem, nas Ciências Sociais, seria recorrente em estudos posteriores, principalmente a partir da segunda metade do século XX. É considerada um clássico na área.

2 Dados do ano 2012. Não foi elaborado relatório referente ao ano 2013, de acordo com a coordenação estadual do Projeto “Caminhadas na Natureza no Paraná”.

apresenta na região do Vale do Ivaí. Um segundo aspecto curioso é que o Vale do Ivaí não possuía, antes da implantação dos circuitos de caminhadas, potencial turístico. E o terceiro aspecto decorre da condição de vulnerabilidade social que a região apresenta.

Determinada a área a ser estudada, foi necessário estabelecer uma região legitimada pela administração pública, em que dados secundários teriam mais chance de estarem disponíveis para a análise. No início se pensou em utilizar o recorte oficial das Microrregiões do IBGE, mas verificou-se que este não seria o melhor critério, pois o aglomerado de circuitos de caminhada ocorria em três microrregiões (Apucarana, Faxinal, e Ivaiporã) e isto ampliaria em demasia as fronteiras de análise, predominando municípios que não fazem parte do projeto. Foi decidido então, buscar uma maneira mais adequada de recortar a área, seguindo o critério da ocorrência das caminhadas e predominância de agricultura familiar. Se elas estavam aglomeradas, alguma lógica regional de desenvolvimento rural deveria existir por trás.

Durante a pesquisa, descobriu-se que havia a definição de um território rural naquela região, denominado Vale do Ivaí. No Brasil, especialmente a partir dos anos 2000, a escala territorial foi introduzida nas políticas públicas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É importante destacar que o MDA vinculou a sua política de crédito rural, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), à organização territorial. Esta ação foi amparada com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). No Paraná, essa ação legitimou e estimulou a organização de municípios em territórios. O conceito de território apresentando na política de crédito do MDA está relacionado à perspectiva do desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente, caso do Vale do Ivaí.

A formação deste território rural é esmiuçada na seção “Área de Estudo” desta tese, mas vale ressaltar que a ocorrência de circuitos de Caminhadas na Natureza encontra-se em grande parte harmonizada às fronteiras do território rural estabelecida pelos estudos realizados para respaldar as políticas de desenvolvimento do Estado. Isto foi fundamental para determinar o recorte espacial para a pesquisa desta tese, pois atende de maneira satisfatória aos os critérios estabelecidos para a análise.

Impulsionado por política pública de desenvolvimento rural, o projeto Caminhadas na Natureza, ocorre no Território do Vale do Ivaí como uma modalidade de turismo rural, em que um número considerável de participantes tem gerado um fluxo turístico regional interessante. Este projeto prevê que os agricultores das comunidades rurais anfitriãs, apoiados pelo Estado, realizem eventos de caminhadas oferecendo aos turistas serviços de alimentação

(café-da-manhã e almoço), bem como a venda direta de produtos locais (alimentos *in natura*, flores, produtos da agroindústria familiar, panifícios, artesanatos, entre outros). Este modelo de caminhadas possui uma metodologia internacional, orientada pela Federação Internacional de Esportes Populares (IVV)<sup>3</sup>.

Com relação à perspectiva teórica proposta para guiar o debate da tese, a Nova Sociologia Econômica (NSE) remonta a autores clássicos como Max Weber, Émile Durkheim, Karl Marx e George Simmel, considerados fundadores da Sociologia Econômica (SE). Na SE, a construção do campo de conhecimento por parte da Sociologia busca compreender a maneira com que as instituições e estruturas sociais moldam a divisão do trabalho e a dinâmica dos mercados. A Sociologia se preocupa em entender como o contexto social e os processos históricos levaram os grupos humanos a diversificarem, no espaço e no tempo, a organização da produção e das trocas (mercado).

A SE é definida como um conjunto das teorias que buscam explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos e como disciplina capaz de pensar sociologicamente os fatos econômicos (LEVÉSQUE, 2009). Ou seja, conforme Swedberg (2004), a SE “estuda tanto o setor econômico na sociedade (fenômenos econômicos), como a maneira pela qual o restante da sociedade o influencia (fenômenos economicamente relevantes)”. Esta área do conhecimento entende que todos os fenômenos econômicos são sociais e que estão enraizados na estrutura social, em maior ou menor medida.

Enquanto um fenômeno econômico, o turismo rural poderia ser analisado nesta perspectiva, levando em consideração os atores, sua interação e as características das relações sociais que o conformam, visando o desenvolvimento das localidades rurais. Entretanto existe pouca produção científica que aproxime o turismo rural e a NSE.

Desta forma, o projeto justifica-se por três aspectos importantes. O primeiro, pelas (ainda) escassas publicações que alinhavam a abordagem teórica da NSE com o tema do turismo rural. As pesquisas na área possibilitariam a descoberta de fenômenos novos a respeito do tema e se apresentam como uma valiosa oportunidade para o enriquecimento do corpo teórico do turismo rural e também da abordagem da NSE. O segundo aspecto se dá pela relativa ausência de estudos em qualquer campo do conhecimento sobre o objeto empírico

---

<sup>3</sup> *Internationaler Volkssportverband*, o IVV, é uma federação internacional de esportes populares. Promovem eventos em que se realizam atividades físicas não competitivas em ambientes naturais, envolvendo participantes de todas as idades e estratos sociais. Possuem associações continentais na Europa, Ásia e Américas, com membros filiados em 50 países. Realizam 7.500 eventos de esportes populares, os quais envolvem a participação de 10 milhões de pessoas por ano. A instituição brasileira membro do IVV é a organização não governamental Anda Brasil, que atua como idealizadora e coordenadora do Projeto Caminhadas na Natureza (FAWCET, 2015).

“Caminhadas na Natureza”. Crê-se que a compreensão do tema sob as mais variadas perspectivas teóricas é premente para o cumprimento da função social da ciência, que, por sua vez, deve proporcionar o entendimento da realidade e amparar políticas públicas que buscam beneficiar a agricultura familiar. Por fim, o terceiro aspecto é a escolha do Vale do Ivaí principalmente pela condição de vulnerabilidade social que o território apresenta, pela predominância de agricultura familiar e pelo significativo fluxo turístico que o projeto Caminhadas na Natureza criou.

Além disso, acredita-se que a elaboração desta tese poderia ser um respaldo da academia para que as políticas de desenvolvimento rural através do turismo, não apenas do Paraná, mas também de outros Estados, pudessem ser criadas e aprimoradas. O planejamento destas políticas, auxiliadas por estudos que contemplem a NSE, especificamente pelo estudo das redes de relações sociais na formação e diversificação de mercados para a agricultura familiar, são fundamentais para a execução de ações criativas e adequadas a realidade das comunidades rurais, que poderiam repercutir não apenas na dimensão econômica, mas também na dimensão social das famílias.

Diante do exposto acima, são necessários estudos a respeito dos efeitos da implantação da atividade de turismo rural nas comunidades, com a possível formação de novos mercados para a agricultura familiar, as relações sociais que influenciam e suas consequências para as famílias envolvidas.

Portanto, a principal questão de pesquisa é: **Com a ocorrência das “Caminhadas na Natureza” nas comunidades rurais do Vale do Ivaí, quais são as características das redes de relações sociais que formam este novo mercado para a agricultura familiar e que poderia estar repercutindo na dimensão social e econômica das famílias participantes?**

Como resposta provisória ao problema de pesquisa, elaborou-se a seguinte hipótese: As Caminhadas na Natureza oportunizam o surgimento de um novo mercado para a agricultura familiar das comunidades rurais, o qual é construído através de redes de relações sociais composta por laços fortes, com uma intervenção importante do Estado e que repercute de maneira tímida na dimensão econômica das famílias envolvidas, porém sua repercussão é significativa na dimensão social das mesmas.

A partir do problema de pesquisa, o objetivo principal da tese é: analisar as características da rede de relações sociais que formam o mercado das Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí e sua repercussão na dimensão social e econômica das famílias de agricultores participantes.

Os objetivos específicos são:

- a) objetivo 1 - interpretar e descrever o processo histórico do Projeto Caminhadas, considerando o ambiente político e institucional das esferas nacionais, estaduais e municipais;
- b) objetivo 2 - verificar as características do mercado originado da ocorrência das caminhadas, com enfoque nas mercadorias, no trabalho e no consumo;
- c) objetivo 3 - analisar a rede de relações sociais existente nas Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí;
- d) objetivo 4 - analisar a repercussão das Caminhadas na Natureza para os atores nas dimensões social e econômica.

A metodologia de trabalho adotada na elaboração da tese baseia-se no uso da abordagem analítica e empírica. A abordagem analítica consiste na análise documental dos planos, políticas, projetos, leis e programas referentes às Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí. Além disso, foi realizada pesquisa de campo e entrevistas com agricultores, caminhantes e organizadores.

Para o desenvolvimento desta tese, a estrutura da mesma é composta por introdução, sete capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo é o referencial teórico, em que as discussões versam sobre desenvolvimento e turismo rural, Caminhadas na Natureza, Nova Sociologia Econômica e análise de redes. O segundo capítulo é dedicado a descrever a área de estudo e os procedimentos metodológicos realizados para responder ao problema de pesquisa.

Os quatro capítulos posteriores foram organizados seguindo a ordem dos objetivos específicos. Assim, o capítulo quatro versa a respeito do processo histórico do Projeto Caminhadas na Natureza, enfatizando o contexto político em que ele surgiu e se disseminou, até chegar ao Vale do Ivaí. O quinto capítulo procura descrever o mercado existente nas Caminhadas na Natureza no Território estudado. O sexto capítulo discute as relações sociais que constituem a rede das caminhadas captada pela pesquisa. E, por fim, o sétimo capítulo versa sobre as repercussões das Caminhadas na Natureza nas dimensões sociais e econômicas das famílias participantes.

## 2 A CAMINHADA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Esta tese requer o conhecimento de temas de diferentes áreas que se articulam para interpretar e compreender as Caminhadas na Natureza. Para este estudo, se utilizam basicamente duas perspectivas: a do desenvolvimento rural e a do turismo rural, sendo discutidas através da abordagem Nova Sociologia Econômica e, em específico, da análise de redes. Tendo em conta que esta tese poderia interessar leitores mais ou menos afeitos às duas perspectivas, este referencial teórico busca utilizar a perspectiva de desenvolvimento rural para os leitores do turismo; e a perspectiva do turismo para leitores do desenvolvimento rural.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO

O desenvolvimento é um componente ideológico da sociedade e surgiu impulsionado pelo processo de modernização, que, por sua vez, pauta-se no progresso tecnológico e crescimento econômico. O desenvolvimento aos poucos substituiu a noção de progresso, dominante até a década de 1930, referindo-se “a melhorias das condições de vida, no sentido das liberdades políticas e do bem-estar econômico” (ALMEIDA, 1999). Conforme este autor (p.1):

[...] tanto no discurso (neo)liberal, como o socialista [...], a ideia de desenvolvimento ganha força neste século (XX), revigorada por teorias e princípios econômicos que vêm no Estado um dos impulsionadores da modernização, garantindo um papel ao desenvolvimento econômico e técnico.

Desta forma, pode-se dizer que a noção de desenvolvimento possui uma raiz comum com a noção de progresso, cujo objetivo principal é a modernização. A vida moderna, por sua vez, é constituída por processos sociais contraditórios e, por isso, embora possua um carregado sentido positivo, a noção de progresso entrou em colapso nos países industrialmente avançados no final dos anos setenta. Almeida (1995) afirma que este colapso ocorreu na medida em que a miséria do mundo não desapareceu.

Robinson (2011) expõe que a abordagem marxista supôs que o capitalismo desenvolveria forças de produção no mundo. Mas, o avanço técnico-científico não ocorreu em todo o mundo, pois o progresso não é aplicado a uma seqüência histórica e generalizável para todos os países. Robinson (2011) destaca que o desenvolvimento de alguns necessitaria do subdesenvolvimento de outros. Neste sentido, o progresso, não poderia ser

verdadeiramente considerado, caracterizando-se num mito, conforme a destruição da natureza e a persistência da miséria e desigualdades sociais continuassem ocorrendo. Dupas (2007) coloca que o progresso, enquanto discurso hegemônico, acumula um grande passivo de riscos que poderia colocar em xeque um futuro viável e justo para as próximas gerações. Para o autor, não se pode negar os benefícios da evolução tecnológica para a humanidade, entretanto, deve-se analisar criticamente a quais interesses este progresso serve e quais seriam os custos sociais, ambientais e até de sobrevivência da espécie humana.

Wallerstein (2002) afirma que no pós-guerra o progresso teria conotação de algo infundável, quando relacionado diretamente à inovação tecnológica e associado à modernidade. Esta conotação para o autor parecia fugaz, pois para ele “o que é moderno hoje será ultrapassado amanhã”. Outra conotação de progresso, apontada por Wallerstein (2002), estava ligada ao triunfo da liberdade humana contra “as forças do mal e da ignorância”, e uma trajetória de progresso “tão inevitável quanto a do avanço tecnológico” ou “o triunfo da humanidade sobre si mesma, ou sobre os privilegiados”. Assumia-se a modernidade “como libertação, da democracia real (o governo do povo em contraposição ao da aristocracia) da realização humana”. Assim, esta modernidade não seria fugaz, para o autor.

De acordo com Dupas (2007), defendendo que o progresso é um mito, ou seja, uma “ideia que não corresponde à realidade” (FERREIRA, 1999 citado por PLEIN; FILIPPI, 2012), o discurso inicial seria que o domínio da racionalidade técnica e científica levaria a humanidade à liberdade e ao bem-estar. Contudo, o discurso foi varrido pelo neoliberalismo sustentado pelo processo de globalização, que se acelerou ao final da década de oitenta. A ideia de liberdade da humanidade foi vinculada, no neoliberalismo, à liberdade dos mercados globais conduzido pela lógica do capital. O Estado, neste contexto, era o vilão.

Com a globalização do capitalismo, acreditava-se na extinção da miséria e das guerras. A paz prevaleceria, entretanto, segundo Dupas (2007) a “grande utopia do progresso” trouxe “profundas mudanças histórico-sociais – que incluíram um novo patamar de guerra e violência”, citando as Guerras do Vietnã, do Golfo e do Iraque. Para o autor:

[...] o progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos de parte dominante das elites, não é muito mais que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um destino certo — e glorioso — que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais.

O desenvolvimento desigual, inerente ao desenvolvimento capitalista, traduz-se numa dinâmica em que regiões crescem e se desenvolvem, ao mesmo tempo em que outras

estagnam ou entram em declínio, dinâmica que se processa a ritmos diferentes. Reconhece-se, assim, que o resultado da dinâmica do mercado, se intensifique a divisão entre as zonas prósperas, social e economicamente dinâmicas, contrastando com outras zonas mais pobres ou sujeitas a processos de empobrecimento e marginalização social. Com a globalização este processo acelera-se. Isto coloca em concorrência variados produtos oriundos de espaços econômicos diversos e, em alguns casos, distantes. Este aspecto implicou (e implica) nas contradições dos processos de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento desigual também tem sua expressão no mundo rural. Conforme afirma Veiga (2000), ao se decompor o desenvolvimento, pode-se estudar seu “lado rural”.

Para Kageyama o desenvolvimento rural é um conceito ancorado no tempo e no espaço (KAYEYAMA, 2008). Para Kageyama (2004), o desenvolvimento (econômico, social, cultural e político) é um “conceito complexo e pode ser definido por meio de simplificações, que incluem ‘decomposição’ de alguns de seus aspectos e ‘aproximação’ por algumas formas de medidas”. Pode-se dizer que é uma expressão de um amadurecimento do debate acadêmico e político, imersos num contexto histórico e econômico. Nas últimas duas décadas, esse debate conquistou seu espaço na literatura científica e no discurso de organizações da sociedade civil e política do Brasil. Antes disso, as discussões giravam em torno da economia agrícola, do agronegócio, das commodities e dos mercados. Em contrapartida, o desenvolvimento rural não compreende apenas ao crescimento econômico, mas é entendido como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, sociocultural, política, institucional e ambiental (IICA, 2005, 2008; FAO, 1994, 2000).

Na América Latina, e em específico no Brasil, o desenvolvimento rural teve duas grandes fases. Segundo Kageyama (1999), a primeira contou com três fases reconhecidas: a modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais.

A modernização da agricultura brasileira se acelerou na década de 1950, quando se instalaram no Brasil indústrias produtoras de insumos, tratores e máquinas. A ideia dominante era o desenvolvimento rural como modelo exógeno: a modernização da agricultura, pautada na revolução verde, como uma resposta do rural para as necessidades da economia urbana, o resultado dos benefícios desse modelo era exportado para outras regiões. O rural era sinônimo de atraso, e a incorporação de produtos, serviços e pesquisas ocorria a partir do espaço urbano. Nesse momento, se instaura uma dicotomia entre rural e urbano, em que o rural produzia alimentos para as cidades e as cidades produziam tecnologia para o rural.

Naquele momento, as políticas criadas estavam voltadas para a sustentação da modernização agrícola, tendo em vista que um grande número de agricultores possuía atraso tecnológico, baixa produtividade e, em muitos casos, estavam à margem do mercado. O foco do desenvolvimento rural, portanto, era o estímulo à expansão do capitalismo, com a mobilidade do capital e do trabalho agrícola e o crescimento da monocultura.

Com a modernização da agricultura, as tecnologias foram difundidas, sem levar em consideração as especificidades e diferenças nas características do clima, solo, topografia, presentes nas várias regiões do país. Também foram descuidadas as realidades sociais, econômicas e culturais, necessárias para uma efetiva adoção e a boa utilização. O êxodo rural, e o conseqüente inchaço das cidades aumentaram o desemprego e a violência urbana, além da elevação dos preços dos alimentos.

A modernização agrícola também aumentou a concentração da renda e da propriedade da terra (FAJARDO, 2008). Além do incentivo ao pacote tecnológico, com sistemas de créditos subsidiados, disseminou-se a lógica da organização espacial das grandes fazendas com monoculturas, onde haveria uma relação direta entre a dimensão das explorações agrícolas e a eficiência econômica (LACAY, 2012). No Brasil, o complexo agroindustrial fundou o "agronegócio", deixando na paisagem rurais elementos inerentes ao panorama agroindustrial: as redes de transporte rodoviário e ferroviário, armazéns, unidades industriais e cidades que constituíram verdadeiros polos agroindustriais (FAJARDO, 2008).

A segunda fase do desenvolvimento rural surge de um novo modelo, com abordagem endógena, que se assenta nos modelos de crescimento endógeno, com políticas de suporte a diversificação rural e apoio às iniciativas locais (KAGEYAMA, 2008).

O processo paradigmático da modernização da agricultura, de acordo com Ploeg *et al* (2000) vem sendo substituído pelo paradigma do desenvolvimento rural. Esta nova visão prevê a valorização de economias em pequena escala e a pluriatividade das famílias rurais. Em geral, as ações se caracterizam pela alteração na forma da tomada de decisões, que anteriormente eram de cima para baixo (*top-down*) para sugerir abordagens de baixo para cima (*bottom-up*), valorizando o conhecimento e os atores locais. As especificidades locais e os enfoques sociológicos e espaciais são abordadas e valorizadas nesta nova perspectiva, salientando temas transversais como sucessão, juventude e igualdade de gênero, além da preocupação com o desenvolvimento da agricultura familiar e sua inserção no mercado (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 93). Neste sentido, o desenvolvimento rural pressupõe a criação de novos produtos e serviços, associada a novas formas de mercado, com redução de

custos, novas trajetórias tecnológicas – não apenas na propriedade, mas na região e na economia rural como um todo.

Por isso, segundo Kageyama (2004, p. xx), para esses autores, o desenvolvimento rural é um “processo multinível, multiatores e multifacetado”. Além disso, para Veiga (2000) e Kageyama (2004), deve-se considerar que no desenvolvimento rural não ocorre descolado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento deve ser encarado de maneira geral.

Para Schneider (2008), o quadro analítico e interpretativo que vem sendo utilizado na interpretação do desenvolvimento rural é relativamente difuso e polissêmico, entretanto foi capaz de desempenhar um papel importante na construção de uma agenda de discussão que proporcionou a legitimidade do tema. Para o autor, essa legitimidade foi conquistada pela atuação do Estado e das políticas públicas, que focalizaram os agricultores familiares e seu modelo social e econômico e produtivo; pela reforma agrária, que provocou um debate acadêmico e político que alimentou a discussão do tema desenvolvimento rural; e pela emergência de questões ambientais e sustentabilidade, que foram incorporadas à discussão mais ampla de desenvolvimento.

Os estudos a respeito do tema, iniciados nos primeiros anos da década de 1990, serviram de base e inspiração aos agentes e formuladores de políticas para novas formas de desenvolver o rural. Para Schneider (2008), estes estudos e abordagens parecem concordar que no Brasil o foco das ações do desenvolvimento rural deve ser o combate à pobreza e às múltiplas vulnerabilidades das populações rurais.

Um dos mecanismos de inclusão social e econômica pode ser a criação de novos mercados. Para Long (2001), existiriam diferentes níveis de intensidade e formas de os agricultores familiares se relacionarem com os mercados, revelando um balanço entre o autoconsumo e a mercantilização da produção. Desta forma, poderia se perceber a diversidade das relações de mercado entre a sociedade agrária, desde as formas mais tradicionais (com pouco relacionamento mercantil), até as formas familiares mais empresariais, para quem o mercado de trabalho não agrícola se apresenta como importante fator de diferenciação social e econômica. Entretanto, isto é condicionado pela capacidade de controle dos agricultores sobre os recursos de produção – envolvendo os agricultores, as agroindústrias e até mesmo o Estado – que diante do progresso tecnológico trazido pela modernização, “externalizou” diversas etapas de seu processo, as quais, por sua vez, são controladas pelos atores externos (bancos, empresas, cooperativas, técnicos, indústrias, etc.)

Uma interpretação acadêmica e política do novo modelo desenvolvimento rural é discutida a partir da perspectiva de "O novo rural Brasileiro", de Graziano da Silva (2000), em que se destaca o crescimento de três setores não relacionados a atividade agrícola, sendo:

- a) atividades relacionadas às indústrias no meio rural;
- b) atividades não agrícolas relacionadas à crescente urbanização do meio rural, desde a forma de moradias, turismo, lazer, prestação de serviços e até mesmo a preservação ambiental;
- c) crescimento das residências secundárias no meio rural, as chamadas chácaras ou sítios de recreio, destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana.

Além disso, uma das principais características deste novo rural seria a pluriatividade das famílias, sendo considerada quando as mesmas combinam atividades agrícolas e não agrícolas, através da integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interespaial (rural com urbano).

Interpretando Kageyama (2004), as novas práticas, como conservação da paisagem, turismo rural, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, etc., fazem com que propriedades que antes tinham forte tendência a desaparecer, com o avanço do capitalismo no campo, estabeleçam novas relações com o mercado.

Esta perspectiva multidisciplinar, em que se destacam o escopo teórico da economia, a ecologia e a sociologia econômica, está presente nos trabalhos de Abramovay e Veiga (VEIGA, 2002; ABRAMOVAY, 2003; 2006). Ambos reconhecem o potencial da agricultura familiar para a dinamização das economias locais, sustentando a ideia de que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para a agregação de valor a seus produtos e redução dos custos de transação. Afirmam ainda, que essa capacidade de inovação foi herdada de seu passado camponês, sendo, portanto, reproduzida socialmente. Assim, os autores destacam que, como pequenos proprietários, donos de seus meios de produção, a reprodução dos agricultores familiares depende de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades diante dos desafios existentes no ambiente social e econômico. Nesse ambiente, são estimulados a inovar constantemente e a se tornarem pluriativos.

Enquanto Veiga articula os conceitos de empreendedorismo (VEIGA, 2002), Abramovay opta por uma interpretação do capital social de Putnam (apud ABRAMOVAY, 2003; 2006) para discutir sobre os fatores que geram cooperação, reciprocidade e solidariedade, elementos fundamentais para dinamizar as economias de proximidades e

dirimir os conflitos. Embora percorrendo agendas de pesquisa próprias, ambos os autores compartilham um consenso em relação ao papel das instituições no meio rural.

Para Veiga, as instituições estão associadas ao Estado (empresas públicas e políticas de governo) ou a organismos paraestatais (consórcios intermunicipais, agências de desenvolvimento, universidades). Para Abramovay, as instituições focalizam as organizações dos agricultores, as suas formas de cooperação e as regras tácitas (o capital social) que ocorrem nos territórios.

Enquanto Veiga e Abramovay centram suas análises numa escala territorial, Santos (2006) afirma que é no local que se funda a escala do cotidiano e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade". Este espaço reúne uma lógica interna dos seus elementos: os homens, as firmas, as instituições, as formas sociais e formas geográficas. (SANTOS, 2006, p. 339)

Silva e Campanhola (2000, p. 11-40) especificam os elementos citados por Santos: o local representa o agrupamento das relações sociais. Ele é também o lugar onde a cultura e outros caracteres não transferíveis têm sido sedimentados. É onde as pessoas estabelecem relações, onde as instituições públicas e locais atuam para regular a sociedade. Representa, portanto, o lugar de encontro das relações de mercado e formas de regulação social, que por sua vez determinam formas diferentes de organização da produção e diferentes capacidades inovadoras, levando a uma diversificação de produtos.

Para Graziano da Silva (1992, p. 24), o enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares.

Neste sentido, para Cavaco (1996, p. 98):

[...] o desenvolvimento local se dá quando há uma [...] revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida, em particular aos idosos. Nestas condições o desenvolvimento deve ser simultaneamente social, econômico e territorial, envolvendo processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhores condições de vida.

Dowbor (1999, p. 30) afirma que há diferentes possibilidades de atuação para impulsionar o desenvolvimento, entre elas o de articular medidas que criem um ambiente propício; formação profissional; intervenção em setores de grande efeito multiplicador; incentivo a novas formas de organização da produção; novas formas de ajuda e cooperação;

articulação com atores e dinâmicas externas e aumento da produtividade social. A elaboração de diagnósticos aprofundados, a procura por novas parcerias e a procura de compromissos com o desenvolvimento local são exigências para atuação do poder público local.

Pereira (2007, p. 111) assinala que a base de fortalecimento de uma comunidade é a cooperação. Esta "envolve relações de complementaridade onde os recursos são compartilhados e os membros desenvolvem processos de aprendizagem na medida em que a interação entre os mesmos favorece a troca e difusão do conhecimento e informação, fortalecendo a competitividade". A dimensão territorial vista sobre o enfoque de cooperação para o desenvolvimento, segundo Pereira (2007, p. 113), provoca a integração de firmas e indivíduos (grupos) em nível local e regional, no sentido de se utilizar os recursos do território.

Desta forma, conforme os autores apresentados, a nova perspectiva de desenvolvimento rural implica na criação de produtos e serviços, que respondam a novas formas de mercado. Esta nova interação econômica, presente nesta perspectiva, compreende não apenas mudanças na propriedade, mas na região como um todo, incluindo os espaços urbanos. Espaço urbano e espaço rural, numa escala territorial, são integrados e complementares. O turismo rural atua neste sentido. No sentido da complementaridade entre rural e urbano, em que o desenvolvimento não encontra fronteiras.

## 2.2 TURISMO RURAL

O turismo foi considerado um fenômeno intrinsecamente moderno, tendo em vista que os fatores, que contribuíram para seu crescimento enquanto atividade econômica reconhecida, sendo eles: a produção em massa da industrialização, a evolução dos meios de transporte e comunicação, legislação trabalhista e, principalmente, a divisão do tempo em tempo de trabalho e tempo livre para o trabalhador – no qual poderia ser usado para desfrutar o lazer.

Embora o turismo seja um conceito ainda em construção, para muitos estudiosos, este enfoque tende a legitimar uma caracterização empresarial da atividade turística, na forma de um segmento de mercado cada vez mais rentável, e que tem apresentado nos últimos tempos um crescimento vertiginoso em praticamente todos os continentes. Entretanto, este crescimento de promoção do turismo de massa assume, para muitos críticos, que os enfoques de política estratégica para o setor têm assumido um viés exagerado economicista, centrado na acumulação de lucros de curto prazo e algumas vezes avesso à consideração dos impactos negativos que ameaçam a viabilidade dessas práticas em horizontes de médio e longo prazo,

com a degradação das paisagens (SAMPAIO, 2005). Espera-se, assim, que outro enfoque possibilite resgatar e construir uma ação social que medeie melhor os interesses de comunidades receptoras com o *trade* das destinações turísticas e, dessa forma, diminuir o vácuo existente entre estes dois atores – muitas vezes considerados, de maneira equivocada, como antagonicos (SAMPAIO, 2005).

A atividade turística expandiu-se significativamente a partir do término da Segunda Guerra Mundial. Pode-se dizer que houve uma popularização das viagens nos países mais desenvolvidos, conforme a estabilização dos salários e aumento do tempo livre e padrão de vida dos trabalhadores, em que estes, também influenciados por propagandas, buscavam relaxamento como compensação ao esforço do trabalho (URRY, 1996). Mas a expansão do turismo foi também determinada pela notável melhoria nos sistemas de transportes e comunicação. A popularização do automóvel e a evolução do transporte aéreo e marítimo levaram a internacionalização do turismo. De acordo com Harvey (1991, p.131), “o novo internacionalismo também trouxe no seu rastro muitas outras atividades – bancos, seguros, hotéis, aeroportos, e, por fim, turismo”.

O turismo é uma atividade que vem crescendo em todo o mundo desde a metade do século XX. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2015, p. 11), 2014 foi o sexto ano consecutivo em que o turismo obteve crescimento, participando com 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Diante dessa significativa participação, "é consensual considerá-lo como um dos elementos fundamentais da globalização, estando subordinado aos atores hegemônicos que capitaneiam a economia global", assumindo assim um papel "importante no modelo de acumulação capitalista contemporâneo" (RODRIGUES, 2006, p. 297).

São muitas as definições que procuram explicar o fenômeno turístico, Beni (2001, p. 36) afirma que "há tantas definições de turismo quantos autores que tratam do assunto".

A existência desta polissemia se explica pela complexa integração de atividades no mercado turístico, configurado pela oferta e demanda turística. De acordo com a OMT (2001, p.35):

Existe um amplo debate acadêmico sobre o que é exatamente o turismo, que elementos o compõem e quem deve ser considerado turista, o que originou múltiplas definições, cada uma delas destacando diferentes aspectos da mesma atividade. (OMT, 2001, p. 35).

No final do século XIX e início do século XX, surgiram as primeiras definições e conceituações sobre o turismo. Conforme Wahab (1991, p. 23), data de 1910 a definição mais antiga sobre turismo e de autoria do economista Herman von Schullard: "a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região".

Por sua vez, em 1981, Burkart e Medlik, definiram turismo como: "Os deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estada nesses destinos." (OMT, 2001, p. 37). E Mathieson y Wall (1982, citado por OMT, 2001, p. 37), dizem que "o turismo é o movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora de residência e de trabalho, as atividades empreendidas durante a estada e as facilidades são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas".

Devido à ausência de consenso sobre a definição de turismo no campo acadêmico, no campo político a Organização Mundial de Turismo adotou a seguinte definição oficial: "o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo superior a 24 horas e inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros" (OMT, 2001, p. 3).

Para a OMT (2001), essa definição é mais ampla e flexível, pois concretiza as características mais importantes do turismo; apresenta elementos motivadores de viagem: lazer, negócios e outros; propõe um período amplo, respeitando as especificidades da legislação para os vistos de viagem; localização da atividade e delimitação da atividade desenvolvida antes e durante o período de estada. Entretanto, pode-se dizer que esta definição, que coloca em primeiro plano as pessoas que se deslocam, em detrimento daquelas que recebem os visitantes e da qualidade socioambiental da área visitada, vem suscitando o aprofundamento do debate sobre os seus impactos na tentativa de sua mitigação, alinhando-se ao novo modelo de desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento rural. Além disso, esta definição da OMT tem caráter normativo e busca dar base à coleta de dados elaboração de estatísticas do turismo mundial. A delimitação de tempo mínimo ou máximo de estadia num destino acaba por excluir viagens de escala regional em que não há pernoites, como é o caso do turismo rural, em que muitas pessoas se deslocam para o destino e retornam ao final do dia. Portanto, há espaço para críticas a essa definição oficial de turismo.

No Brasil, pesquisadores como Moesch (2000, p. 9) definem o turismo a partir de perspectivas sociológicas e econômicas:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.

A partir destas definições, nota-se que caracteriza o turismo é o deslocamento de indivíduos.

Quanto à relação entre turismo e desenvolvimento, com o turismo podem ocorrer as repercussões negativas nas dimensões sociais, culturais e ambientais. Efeitos negativos do desenvolvimento do turismo em localidades e na população, foi motivo de preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU), que debateu esta agenda na Conferência Rio 92, bem como na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, em 2003 (COOPER; FLETCHER; WANHILL, 2007).

Para Swarbrooke (2000, p. 19), o "turismo sustentável", deveria estar ligado à aplicação da definição do Relatório de Brundtland: "formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades".

O turismo rural, por sua vez, deve ser discutido a partir do turismo sustentável aliado ao debate do desenvolvimento rural. Assim, o turismo rural surge como um fenômeno baseados em estratégias locais para a diversificação econômica e da valorização das áreas rurais. É uma, entre tantas alternativas encontradas pelos agricultores (KAGEYAMA, 2008; WANDERLEY, 2009).

Assim como o debate sobre desenvolvimento rural, os estudos sobre turismo rural emergiram com fôlego a partir dos anos 1990. Entretanto, o turismo não é novo nos espaços rurais. Cavaco (2006, p. 69) lembra que em Portugal, no século XIX, as elites urbanas e fundiárias retornavam às "suas quintas para retemperamento ou práticas de caça e equitação, prolongando tradições seculares". Para Lane (2014, p.17), o turismo rural é bem mais antigo. O autor diz que "arqueólogos acreditam que pelos menos algumas das milhares de vilas romanas espalhadas pela Europa eram amplamente utilizadas para lazer e turismo". Entretanto, pondera o autor, "o turismo rural não era um passatempo para as classes médias e baixas, e sim para a elite privilegiada".

Muito mudou no turismo rural com a modernidade. Com a consolidação do turismo moderno e de massa no século XX, a partir dos anos 1970 e 80, surgiu o "conceito emergente

de turismo rural” e se criou uma nova forma de turismo quase como um acidente (Lane, 2014, p. 18). Um tipo de turismo baseado na procura por uma experiência turística muito diferente do que até então existia no turismo de massa: os *resorts*<sup>4</sup>. Uma experiência sem multidões, em contato com a natureza, com a paisagem agrária, com a população rural e com variedades de atrações graduadas entre a tradição e a aventura.

Lane (2014) afirma que este tipo de turismo surgiu com o apelo da “moda” aos lugares naturais e do aumento das facilidades de acesso e dos níveis de renda e educação. Ao contrário dos *resorts*, o que chama a atenção é que a oferta do turismo rural moderno, não surgiu do setor privado, mas de “vários pequenos agricultores e empreendedores rurais interessados em ‘sobreviver’ face aos retornos decrescentes da agricultura e de outras pequenas empresas rurais” (LANE, 2014, p.18).

Com relação às definições acadêmicas no sentido de decifrar o turismo rural – concomitantes às primeiras experiências percebidas – surgiram na Europa os primeiros estudos a partir dos anos 1980. Tulik (2003) afirma que existe uma profusão de modalidades turísticas sujeitas aos mais variados critérios de classificação, ou mesmo, ela atenta: “o que é pior, sem qualquer alusão aos procedimentos utilizados para identificar as categorias de análise”. Experiências em países como Espanha, França, Itália e Portugal são citadas pela autora para demonstrar uma diversidade de nomenclaturas e tipos de turismo que ocorrem no espaço rural, evidenciando a complexidade da temática.

Por sua vez no Brasil, a primeira incursão na tentativa de elaborar uma tipologia de turismo rural adaptada à realidade brasileira, foi realizada por Rodrigues (2000). A autora inicia seu ensaio dizendo que não há marcos precisos do início da atividade no Brasil, mas relatos indicam que a primeira experiência teria ocorrido em Lages (SC) na década de 1980, e que, à época do ensaio, o turismo rural já acontecia em todo o território nacional. Rodrigues (2000) afirma que lhe parece que a imprecisão de conceitos estaria vinculada à tentativa de classificação das experiências brasileiras com parâmetros europeus. Portanto, a interpretação do turismo rural brasileiro, deveria ser realizada através de parâmetros brasileiros.

Considera-se, para o presente estudo, que a grande contribuição de Rodrigues (2000) tenha sido – além de iniciar um debate visando dar base à uma urgente e mais adequada regulação da atividade, diminuição de danos causados pela atividade turística e maximização

---

4 Para Lane (2014) os *resorts* tiveram (e ainda têm) um papel muito importante para o turismo de massa moderno, do ponto de vista operacional. Os *resorts* cresceram visando proporcionar a satisfação total das necessidades dos turistas num mesmo local: atrações, entretenimento, acomodações, alimentação e paisagem.

5 Tulik (2010, p. 2) afirma que “depoimentos, relatos e pesquisas acadêmicas registram experiências de turismo rural em algumas localidades, anteriores à década de 1980”. Mas o turismo rural organizado teve início com a Serratur Empreendimentos e Promoções Turísticas S.A., em Lages (SC).

de seus benefícios – trazer à luz a discussão sobre o turismo rural como um turismo híbrido. Para Rodrigues, o turismo rural pode estar associado a outros segmentos de turismo, focando sua argumentação no ecoturismo. Ela diz que “quando o hibridismo é muito acentuado, já propusemos a denominação de turismo eco-rural” (RODRIGUES, 2000, p. 55).

Assim, não há consenso na literatura quanto à definição de turismo rural ou dos elementos que o constituem. Cada país apresenta diferentes características de atividade turística realizada no meio rural, impregnadas pela identidade e peculiaridades de cada lugar (TULIK, 2010). O espaço rural abriga diversos empreendimentos e experiências que podem caracterizar vários tipos e segmentos de turismo, não apenas o turismo rural. Isto é, as muitas práticas turísticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, turismo rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas. Alguns autores acreditam ser mais apropriado denominá-los como turismo no espaço rural, ficando a expressão Turismo Rural reservada para as atividades que mais se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura.

Tulik (2010) descreve sobre uma vasta nomenclatura utilizada para designar este tipo de turismo que ocorre nos ambientes rurais, como turismo no espaço rural, turismo em áreas rurais, turismo verde, turismo de interior, turismo alternativo, agroturismo, turismo rural. Assim, entende-se o turismo no espaço rural como um recorte geográfico, no qual o Turismo Rural está inserido. Esta posição é defendida por Graziano da Silva *et al* (1998) em que diz que turismo rural são:

[...] todas as atividades praticadas no meio não-urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

O mesmo autor, em 1999, ainda diz que “o turismo rural, constitui uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e a cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais [...] Turismo rural consiste nas atividades de lazer realizadas nesse ambiente [...] Esse conceito genérico pode englobar modalidades como turismo ecológico, de aventura, cultural, de negócios, destinado para jovens, social, de saúde e turismo esportivo.”

Almeida e Reidl (2000) afirmam que turismo rural é “conhecido como atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade

turística, surge como alternativa para proprietários rurais na atual crise financeira fundiária, atrelada à falta de incentivos ao homem do campo”.

A maior parte dos estudos das organizações aponta que a intervenção do Estado é indispensável para o desenvolvimento do turismo, cujo processo deve se iniciar por políticas públicas voltadas para o setor em escala nacional, regional e local (TELES, 2011). Com o crescimento do turismo rural e seu despontamento como alternativa de ocupação e renda para os agricultores familiares, políticas de incentivo ao segmento começaram a surgir na década de 1990. Segundo Lacay (2012), o sistema de políticas públicas para o desenvolvimento rural é fundamental, assim como o desenvolvimento de políticas para o turismo. Neste sentido, para operacionalizar ações idealizadas nas políticas públicas, o Ministério do Turismo (MTUR) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elaboraram definições sobre turismo rural.

Resultado do I Congresso Internacional de Turismo Rural, realizado em 1998, a definição do MTUR possui como referência as recomendações da Carta de Santa Maria, que sugeria "que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo rural", o MTUR promoveu vários encontros, debates e estudos acerca do tema Turismo Rural, que envolveram os setores organizados, organismos e entidades públicas e privadas. A Carta de Santa Maria foi o ponto de partida para a mobilização institucional via Ministério do Esporte e Turismo que, no período de 1999 a 2003 e em parceria com técnicos, agentes e atores das atividades turística no meio rural passou a trabalhar em função do desenvolvimento de diretrizes para o turismo rural no Brasil (SANTOS; PIRES, 2010).

A definição de turismo rural adotada pelo MTUR fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade.

Com base também nas contribuições dos parceiros e da área acadêmica em todo o país, o MTUR definiu, portanto, que “turismo rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Por seu lado, o MTUR focou a política em ações para o fortalecimento dos segmentos de turismo, dentre eles o rural, em que a segmentação era parte de uma estratégia de marketing visando o crescimento do turismo do Brasil. O MDA, por outro lado, voltou sua política na direção da diversificação econômica de propriedades da agricultura familiar, na

qual o turismo rural poderia ser uma alternativa de ocupação e complemento de renda para as famílias.

Para operacionalizar as políticas para o setor, o MDA, através de organização em rede, articulou técnicos, instituições e representações de agricultores que visavam o desenvolvimento do turismo na agricultura familiar (TRAF). A esta articulação foi dado o nome de Rede TRAF. Considerada uma atividade econômica relevante na busca de melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares, o turismo rural foi conceituado pelos membros da Rede TRAF como:

[...] a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos.

Este longo e complexo debate, que dura até os dias atuais, contribuiu para o avanço de algumas questões, porém Tulik (2010) acredita que há ainda muito a ser feito quanto a definir e tipificar o turismo rural. Contudo, não é objetivo deste capítulo aprofundar este debate. O breve resgate e apresentação do mesmo serve para pautar o argumento de que a profusão de modalidades de turismo rural que existem no Brasil, demonstram a complexidade deste fenômeno desde seu surgimento, quase como um acidente, como disse Lane (2014). Fato que tende a complicar diante de transformações cada vez mais aceleradas e descompassadas na sociedade, em diferentes ritmos a depender da região. O importante é manter o olhar atento a estas transformações, identificar e estudar as novas modalidades híbridas de turismo rural que surgem, como é o caso das Caminhadas na Natureza.

Para reforçar, Cavaco (2006, p. 69) lembra que no turismo pós-moderno ou no pós-turismo<sup>6</sup>, “o consumo turístico tende a fragmentar-se cada vez mais, a tornar-se menos homogêneo, menos previsível e menos provável” em que a afirmação da personalidade e identidade do consumidor são relevantes, a competitividade é baseada nos diferenciais dos produtos e serviços, na descentralização das iniciativas e na desmassificação dos mercados, bem como na personalização da oferta, na hospitalidade no desenvolvimento sustentável, em que os valores ambientais são fundamentais.

Entretanto, é importante destacar uma postura crítica a respeito do turismo rural. Mattei (2004, p.4) alerta que a atividade foi fonte da "mercantilização" do espaço agrícola, em determinadas regiões estudadas em Santa Catarina, ao aparecer como "um novo elemento no

---

<sup>6</sup> Expressão criada por Molina (2003).

panorama econômico do mundo rural, sendo considerado, inclusive, como uma atividade econômica relevante”. Assim, a atividade de turismo rural em alguns casos passou a substituir a atividade agrícola. O autor, ao se referir à mercantilização do espaço agrícola, reforça a chamada turistificação (KNAFOU,1998), em que o turismo também se mercantiliza e essa mercantilização pode levar ao abandono da produção familiar para se dedicar à exploração do turismo.

Quanto ao desenvolvimento do turismo rural nos municípios, Graziano da Silva e Campanhola (2000) enfatizam que cabe às prefeituras se tornarem agentes promotores e mediadores de todo o processo, prezando pela participação não somente das representações dos pequenos produtores, mas também de todos os outros setores integrados ao turismo.

O turismo vem crescendo, contudo, deve-se saber se estes destinos produzidos por agentes de mercado estão organizados para atender a uma demanda de turistas que buscam não apenas atrativos culturais e naturais, mas um conjunto de serviços que demanda uma oferta turística. Por tais razões, a maior parte dos estudos das organizações aponta que a intervenção do Estado é indispensável para o desenvolvimento do turismo, cujo processo deve se iniciar por políticas públicas voltadas para o setor em escala nacional, regional e local. Uma dessas políticas públicas de turismo rural são as Caminhadas na Natureza.

### 2.3 CAMINHADAS COMO UMA MODALIDADE DE TURISMO RURAL

As atividades de camping, surgidas na França no início do século XX, tinha atributos morais, tais como o respeito à natureza, independência, autonomia, senso de responsabilidade e de coletividade. O crescimento da atividade de campismo está associado à ascensão de uma nova burguesia e exaltação as coletividades dada pela guerra (LAVENIR, 2001). A difusão desta prática, bem como o ciclismo, deu-se por meio do escotismo, no entanto, Lavenir (2001) coloca que foi a partir do envolvimento de alguns políticos que a prática ganhou apoio do poder público e se popularizou na Europa.

Neste contexto, as caminhadas no espaço rural surgiram, de acordo com a Federação Internacional dos Esportes Populares (*Internationaler Volkssporter Verbunder – IVV*), logo após a Segunda Guerra Mundial na Europa. O objetivo de caminhar no interior das províncias e na periferia das grandes cidades centrou-se em estimular as atividades comerciais destas regiões abaladas pela guerra. Desde então, os caminhantes começaram a organizar-se formalmente em clubes de caminhadas no sentido de formarem grupos de interação social. Com o crescimento da atividade turística e valorização dos patrimônios cultural e natural das

localidades, as caminhadas começaram a ser utilizadas como fator de integração e inclusão social entre as populações regionais, caracterizando-se como uma atividade popular e democrática, sendo nomeada como um esporte popular (ANDA BRASIL, 2007).

As caminhadas, na perspectiva da teoria do turismo, são consideradas atividades ligadas à natureza e ao segmento de ecoturismo ou turismo de aventura (ABETA, 2015). Na Europa, conforme Tulik (2003, p. 72), o turismo rural possui sentido amplo e inclui o turismo de natureza, que pode ser considerado como o ecoturismo em áreas rurais. Para Ezequiel e Carvalho (2014, p. 85), o turismo de natureza em Portugal, ainda que “instintivamente associado às áreas protegidas”, estende-se também aos espaços rurais em todo o território nacional e está ligado à animação e prática de esportes de natureza.

De acordo com Ezequiel e Carvalho (2014), o pedestrianismo (como é chamado o ato/esporte de caminhar em Portugal), no segmento turismo de natureza, é classificada como uma atividade *soft*, com experiências ao ar livre de baixa intensidade. Outra classificação são as atividades *hard*, sendo a prática de desportos (rafting, escalada, rapel, etc.) ou atividades que exigem concentração e conhecimento prévio dos turistas (observação de pássaros). A classificação *hard* se assemelha ao segmento turismo de aventura, termo que se utiliza no Brasil.

O pedestrianismo é, para os autores, uma importante estratégia para o desenvolvimento dos espaços rurais portugueses “com irrevogáveis reflexos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras” e satisfação dos visitantes (EZEQUIEL; CARVALHO, 2014, p. 82).

Na literatura científica há poucos trabalhos a respeito de caminhadas na perspectiva do turismo e desenvolvimento rural. A dificuldade em encontrar trabalhos na temática, foi observada por Kouchner e Lyard (2001), quando redigiram o documento intitulado “Desenvolvendo caminhadas em áreas rurais”<sup>7</sup>, inerente ao Programa LEADER II<sup>8</sup>, elaborado pela Direção Geral de Agricultura da Comissão Europeia. Os autores dizem ainda que as caminhadas foram por muito tempo subestimadas e ignoradas, mas que hoje (em 2001) são percebidas como a maneira ideal de desenvolvimento do turismo local. O documento não tem caráter científico. Apesar de apresentar dados sobre perfil de caminhantes europeus e suas motivações, não há nenhuma referência bibliográfica que indique as fontes. Ele foi redigido

---

7 Tradução nossa.

8 O Programa LEADER, que em português significa Relações entre Ações de Desenvolvimento Rural, é parte integrante da Política de Desenvolvimento Rural, componente da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia. O objetivo do LEADER era aumentar o potencial de desenvolvimento das áreas rurais, baseando-se em iniciativas locais, promovendo o saber-fazer no domínio do desenvolvimento local e divulgando esse saber-fazer a outras zonas rurais.

como um guia para o planejamento e implementação de um projeto de caminhadas, ou seja, a linguagem é destinada aos agricultores e moradores de comunidades rurais, visando estimular o desenvolvimento de atividades turísticas destinadas ao público das caminhadas.

Embora o documento de Kouchner e Lyard (2001) não tenha caráter científico, sua existência é relevante pois demonstra que as caminhadas foram pensadas para atuar como estratégia de desenvolvimento rural e turismo, através do apoio a iniciativas locais em toda a União Europeia. O que corrobora com o debate acadêmico internacional sobre desenvolvimento rural, multifuncionalidade e diversificação econômica.

De acordo com o IVV (2015), as caminhadas devem ser organizadas por entidades locais, da sociedade civil ou da administração pública, e devem incluir, além do circuito de caminhada, serviços e produtos oferecidos pelos habitantes locais para os caminhantes, tais como serviço de café da manhã e almoço, feira com produtos locais e manifestação cultural. O envolvimento da comunidade local, de acordo com a metodologia proposta pela Anda Brasil, é imprescindível para a realização do evento (ANDA BRASIL, 2007).

É importante destacar que os circuitos de caminhadas ocorrem em territórios rurais, em que são privilegiadas visitas a propriedades de agricultura familiar. A formatação do trajeto do circuito segue uma lógica, que permite o caminhante a observar a paisagem rural, as práticas de agricultura familiar e a cultura local.

#### Quadro 01 – Metodologia das Caminhadas na Natureza

A formatação dos circuitos de caminhadas seguem padrões estabelecidos pelo IVV, mas que podem ser flexibilizados de acordo com as características de cada localidade, no sentido de tornar viável a realização do mesmo. Assim, a definição do percurso pode se adequar aos diferentes públicos participantes e também à geografia do lugar, à paisagem e às práticas agrícolas existentes.

Segundo o IVV, a primeira noção norteadora da caminhada é que a mesma se configura num esporte não competitivo em que não há restrição de idade, condição física ou econômica para a participação do caminhante. Não há cobrança de taxa de inscrição, sendo que o caminhante apenas paga o que consumir durante a participação no evento. Além desta noção democrática, outras normas estão previstas:

1. Caderneta internacional do IVV: cada caminhante recebe uma caderneta internacional em sua primeira participação nas Caminhadas da Natureza. Cada circuito possui um número de identificação de credenciamento na Anda Brasil e no IVV. Ao final de cada caminhada, a caderneta do participante recebe um carimbo padronizado, contendo o número de credenciamento, o nome do circuito e país onde é realizado e o ano de realização. A caderneta possui dez espaços para carimbos, dando direito de o caminhante participar de dez circuitos de caminhada. Ao completar dez caminhadas, o caminhante pode enviar a caderneta para a Sede da Anda Brasil, que, por sua vez, encaminhará brindes de incentivo à participação deste caminhante, sendo eles: uma nova caderneta com 20 espaços para carimbo, um broche do IVV e um diploma internacional de caminhante. A caderneta configura-se num instrumento de estímulo à participação e sentimento de prestígio, bem como de comunicação e contato entre caminhantes e organizadores nacionais e internacionais.
2. Crachá do circuito: além da caderneta internacional que deve ser carimbada ao final da caminhada, os caminhantes devem receber um crachá, que deve ser carimbado ao longo do trajeto. Neste crachá deve constar um mapa ilustrativo do circuito, contendo informações relevantes como pontos de controle, atrativos, quilometragem, obstáculos e pontos de referência.
3. Trajeto: deve ser viável para todos os tipos de pessoas (crianças, idosos e deficientes físicos).

	<p>Os organizadores devem informar antecipadamente, caso o trajeto seja severo e viabilizar formas de apoio a pessoas com dificuldades de locomoção. Cada caminhante pode participar de acordo com sua capacidade física, podendo haver desistência antes do final do percurso.</p> <p>4. Circuito: de preferência circular, em que o ponto de largada seja o mesmo ponto de chegada, com percurso em torno de 10 km. Em casos de roteiros de caminhada não circulares, os organizadores devem disponibilizar formas alternativas para levar os caminhantes do ponto de chegada ao início da caminhada, seja de ônibus, carro, bicicletas, entre outras.</p> <p>5. Pontos de controle: alocados a aproximadamente 2,5 quilômetros ao longo do circuito. Estes pontos servem e devem ser planejados para o carimbo no crachá local, descanso, contemplação da paisagem, comercialização de produtos locais ou manifestação cultural. Podem ser também locais em que eventualmente seja necessário restringir a passagem de caminhantes agrupados, como em áreas de proteção permanente ou em locais que possuam obstáculo que necessite de cuidado e atenção, como cruzar uma estrada, um rio, uma ponte, entre outros.</p> <p>6. Horários: as caminhadas devem possuir horários de início e término definidos, porém o caminhante é livre para iniciar sua caminhada, permanecer no circuito e pontos de controle no horário que bem lhe convier, porém ciente que a estrutura do evento possui um horário de funcionamento limitado.</p> <p>7. Balizamento com sinalização temática: o IVV dispõe de modelos de sinalização a serem fixados em locais visíveis e estratégicos durante o percurso. A sinalização deve ser discreta de modo a não interferir na paisagem do local.</p> <p>8. Inscrições: os caminhantes são orientados a se inscrever previamente, para que os organizadores e comunidade local preparem-se para receber a quantidade de pessoas inscritas. É coordenada pela organização local, sendo realizada pela internet ou telefone, dependendo da conveniência.</p>
--	--

Fonte: elaboração da autora, adaptado de Anda Brasil, 2007.

De acordo com a Anda Brasil (2007), Confederação Brasileira de Esportes Populares, Caminhadas na Natureza e Inclusão Social, as caminhadas organizadas conforme padrões estabelecidos pelo IVV ocorrem em 52 países.

O modelo paranaense de Caminhadas na Natureza, que acontece no Vale do Ivaí, foi adaptado do modelo europeu, que já existia antes de ser descrito por Kouchner e Lyard (2001). Retomando a ideia de turismo híbrido de Rodrigues (2000), o envolvimento de agricultores, relação com a paisagem rural e a agricultura, imersão num contexto de revalorização e desenvolvimento são critérios que dão argumentos para afirmar que as caminhadas são uma modalidade de turismo rural, embora haja apelos culturais, ecoturísticos, desportivos, de lazer, gastronômicos, etc.

Conforme documento oficial consultado (EMATER, 2012), o Projeto “Caminhadas na Natureza” faz parte das políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado do Paraná e possui o objetivo principal de difundir a atividade turística como alternativa para a geração complementar de renda às comunidades rurais, valorização do meio rural e especialmente fortalecimento da agricultura familiar e de seus produtos associados. O projeto consiste na realização de circuitos de caminhadas em comunidades rurais oportunizando o contato entre a demanda (turistas/caminhantes) com a oferta (agricultores e seus produtos associados), promovendo a comercialização dos produtos artesanais, divulgando as propriedades que já

trabalham com turismo, estimulando os agricultores que estão iniciando a atividade e promovendo o município.

Até o momento o projeto “Caminhadas na Natureza” foi objeto de estudo de apenas um trabalho acadêmico. A Dissertação de Mestrado, elaborada por Rodrigo Toniol, foi defendida em 2012, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A dissertação, intitulada “No Rastro das Caminhadas: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná”, é discutida a relação do projeto, enquanto política pública, com as transformações que contribuem para tornar a questão ambiental uma “espécie de idioma” (nas palavras do autor) não apenas no âmbito ecológico, mas também como modelo moral, estético e ético. Toniol analisou os processos de institucionalização da questão ambiental, as experiências dos caminhantes – e os sentidos que eles atribuem à ecologia, paisagens rurais e natureza – assim como as ações estatais e sua capacidade de articular projetos.

A caminhada, segundo Toniol (2012) promove um modo específico de experimentar o mundo e de estabelecer a relação Humano-Natureza. O ato de caminhar não é, portanto, apenas um ato físico, mas também um deslocamento na subjetividade do caminhante e como este sujeito se engaja no mundo em que caminha. Para Toniol (2012), as caminhadas organizadas promovem práticas sociais, subjetividades, experiências e modos de experimentar o mundo não apenas para aqueles que as realizam como também para os que as organizam. Entretanto, o autor questiona como o caminhante poderia ter autonomia na caminhada quando elas são organizadas pelo Estado e se conformam em políticas públicas e passam a rotinizar este *habitus*, esta prática. Acredita-se que a organização de caminhadas como estratégia de desenvolvimento rural passa pela expansão desta prática, deste engajamento, para a coletividade. O engajamento torna-se coletivo e não apenas individual. Neste sentido, pode-se afirmar, a partir dos resultados de Toniol (2012), que este engajamento supõe a existência de uma rede de relações sociais, que, neste momento, é proposta como objeto de estudo de tese.

## 2.4 NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A aproximação entre Sociologia e Economia remonta a autores clássicos como Max Weber, Émile Durkheim, Karl Marx e Georg Simmel, considerados fundadores da Sociologia Econômica (SE). Na SE, a construção do campo de conhecimento por parte da Sociologia busca compreender a maneira com que as instituições e estruturas sociais moldam a divisão do trabalho e a dinâmica dos mercados. A Sociologia se preocupa em entender como o

contexto social e os processos históricos levaram os grupos humanos a diversificarem, no espaço e no tempo, a organização da produção e das trocas (mercado).

De modo semelhante, esta perspectiva institucional também se faz presente no nascimento da Economia, tanto na Escola Clássica Inglesa (Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill) como na Escola Histórica Alemã (Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies), conforme Martes *et al* (2007).

Aproximando ambas áreas do conhecimento, a SE é definida como um conjunto das teorias que buscam explicar os fenômenos econômicos a partir de elementos sociológicos e como disciplina capaz de pensar sociologicamente os fatos econômicos (LEVÉSQUE, 2009). Ou seja, conforme Swedberg (2004), a SE “estuda tanto o setor econômico na sociedade (fenômenos econômicos) como a maneira pela qual o restante da sociedade o influencia (fenômenos economicamente relevantes)”. Esta área do conhecimento entende que todos os fenômenos econômicos são sociais e que estão enraizados na estrutura social, em maior ou menor medida.

Enquanto um fenômeno econômico, o turismo rural poderia ser analisado nesta perspectiva, levando em consideração os atores, sua interação e as características das relações sociais que o conformam, visando compreender o desenvolvimento das localidades rurais.

#### **2.4.1 Sociologia Econômica (SE) e Nova Sociologia Econômica (NSE)**

A abordagem teórica da Sociologia Econômica se diferencia da perspectiva da economia neoclássica, quando afirma que as atividades de produção, distribuição, trocas e consumo de bens e serviços são influenciadas pela complexa interação de elementos sociais, econômicos e culturais.

A SE (dos anos 1920-1970), entretanto, baseia-se no paradigma parsoniano (estrutural-funcionalista), em que os estudos claramente dividem “economia e sociedade”, deixando para os economistas os objetos centrais da economia, como mercado e moeda. Assim, a SE tratava exclusivamente do que se passava na origem das atividades econômicas (as condições para o desenvolvimento) ou nos seus efeitos (as conseqüências sociais das atividades econômicas), confirmando a separação entre o econômico e o social.

Neste sentido, a partir dos anos 1980, surge a idéia de uma Nova Sociologia Econômica (NSE), que procura diferenciar-se da antiga SE, ao reverter o determinismo econômico da sociedade em favor de uma determinação social da economia (LEVÉSQUE, 2009).

Na abordagem sociológica dos mercados, a perspectiva político-cultural, vinculada à NSE, não procura analisar os mercados como pontos de equilíbrio neutros entre atores anônimos e impessoais, conforme ponto de vista neoclássico (ABRAMOVAY, 2005), mas como estruturas sociais (GRANOVETTER, 2009). É importante deixar claro que a NSE não se resume ao tratamento sociológico de variáveis econômicas, mas abrange a construção de um corpo sistemático de conhecimento, com questões que produzem um debate e posicionam os autores no interior de uma literatura específica. Desta forma, a NSE constitui propriamente uma abordagem, ou uma perspectiva de análise, nas palavras de Smelser e Swedberg (1994, p. 3), em que ela pode ser definida como “a aplicação de estruturas de referência, variáveis e modelos explicativos da Sociologia a um complexo de atividades relacionadas à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos”.

Polanyi (2003, originalmente publicado em 1944) afirma que a precedência do econômico, ou melhor, do mercado, sobre o social é uma confusão moderna, fruto da crise do liberalismo econômico pujante no século XIX, que produziu um bem-estar sem precedentes até então. O mercado auto regulável emergiu e consolidou-se como o mecanismo institucional mais importante do mundo. Mesmo diante desta ordem econômica conflituosa, o autor não desistiu de insistir que as questões econômicas sempre estiveram imersas em relações sociais que as definem, regulam e dirigem conforme os valores dos atores sociais envolvidos. Transações econômicas estão imersas na estrutura social. Ou seja, a estrutura das relações sociais é o que determina as decisões econômicas, entre elas, os planos de investimentos, tecnologia de produção e até mesmo a escolha dos agentes com os quais serão realizadas as trocas ou interações. A NSE busca ir além da tradição utilitarista da teoria econômica clássica e neoclássica, na qual os comportamentos dependem dos interesses pessoais, e da “economia moral”, em que os comportamentos das instituições seguem o interesse comum. Para isso, considera que os comportamentos e as instituições podem ter duas concepções no mercado: supersocializada e subsocializada.

A agência “supersocializada” encontra-se dentro do marco sociológico, já que as pessoas são sensíveis as opiniões dos outros, seguindo diretrizes de um sistema de normas e valores na procura pela auto-aprovação, obtida por meio da aprovação de outros. Diretrizes interiorizadas pela socialização ou somente “as pessoas podem se comportar de acordo com as normas não por as terem interiorizado, mas porque temem as sanções a que poderiam estar sujeitas se as infringissem” (MIZRUCHI, 2006). Por outro lado, a “sub-socializada” define uma tradição utilitarista dos interesses próprios, uma visão dita atomizada do indivíduo.

Existem duas vertentes na NSE: a da Escola Norte-Americana e a da Escola Europeia. Na análise de Martes *et al* (2007), o início da NSE norte-americana pode ser encontrado em Mark Granovetter, especificamente pelo desenvolvimento da noção de *embeddedness*, originalmente sugerida por Polanyi (1980). A noção de *embeddedness*, traduz o significado de que os vínculos sociais organizados na forma de redes influenciam o desenvolvimento de oportunidades econômicas. Nesta perspectiva, a dinamização dos processos de transações (produção, consumo e comercialização de bens e serviços) é provocada pelas relações sociais existentes e, portanto, os mercados seriam socialmente construídos. Também se atribui a Granovetter a expansão da análise de redes, como metodologia da NSE.

Na NSE europeia, menos difundida no Brasil, de acordo com Martes *et al* (2007), apontam-se os trabalhos de Laurent Thévenot, Luc Boltanski e Michel Callon, além de Pierre Bourdieu, trazendo conceitos fundamentais para a abordagem da NSE, como *habitus* e campo.

Para Levésque (2009), as produções em língua inglesa e francesa, possuem semelhanças e diferenças, mas que pouco dialogam entre si. Grosso modo, a escola norte-americana preocupa-se em discutir como as relações sociais constroem os mercados, buscando compreender as características destas relações através, principalmente, da análise de redes. Enquanto que a escola europeia centra-se em compreender como as pessoas vivenciam a economia, buscando compreender as características dos atores, através também da análise dos interesses.

A abordagem político-cultural dos mercados traz diversos elementos para o entendimento das motivações e das escolhas estratégicas feitas pelas organizações (FLIGSTEIN, 2001). Os agentes do mercado procuram criar estabilidade como forma de diminuir os conflitos e a competição, por meio de várias soluções sociais. Os atores são levados a criar hierarquias, acordos, táticas de negociação e de cooperação. Essa abordagem enfatiza a interação entre organização e seu ambiente. São criadas novas normas compartilhadas, moldando assim o ambiente em que a organização funciona.

Desta forma, na NSE a ação econômica possui um significado que não é dado antecipadamente e sim edificado na relação entre os atores. A motivação dos indivíduos e das organizações não é tratada de forma unidimensional. As ações humanas, inclusive as econômicas, são motivadas tanto por valores quanto por interesses (STEINER, 2006). E o comportamento egoísta racional é apenas uma das formas de comportamento, que variam conforme o contexto histórico e social.

Na abordagem da NSE, um aspecto importante a se considerar é o desenvolvimento territorial. Este depende da articulação e contribuição através de diversos atores e esferas de

poder como sociedade civil, governo e suas instituições, políticas privadas e públicas, desenvolvem um papel para a melhora do âmbito local. Os territórios não são simplesmente conjuntos imparciais de fatores naturais e de indivíduos capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores. Eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que conformam personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (ABRAMOVAY; BEDUSCHI, 2003). Enfatizando o conceito de território, a NSE nas ideias de Fligstein, inspiradas em Pierre Bourdieu, percebe os territórios como campos onde se disputam interesses diversos, através dos processos localizados de cooperação é a proposta teórica que emerge da aplicação da sociologia econômica de Neil Fligstein aos estudos territoriais. Em cada campo, o objetivo central da ação está na tentativa de conseguir cooperação com outros atores (FLIGSTEIN, 2001).

Os sistemas que dependem da economia dos territórios sustentam-se em grande parte na cooperação, na proximidade, na reciprocidade e na confiança. Desta forma, um indivíduo dentro de um território que lhe atribui identidade gera uma reconstrução gradual dos espaços comunitários historicamente desarticulados e tem a oportunidade de se inserir no processo de reprodução social, permitindo talvez a reconstituição de um ser humano mais integrado a partir dos segmentos hoje fragmentados (DOWBOR, 2001, p.15).

A abordagem da NSE, portanto, permite utilizar o conceito de desenvolvimento territorial sustentável como referência a espaço geográfico que não é dado, mas construído (Jean, 2010). Assim, a visão do território enfatiza a maneira como uma sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, na relação entre sistemas sociais e ambientais (ABRAMOVAY, 2010). Esta perspectiva trata de construir projetos de desenvolvimento aliadas às necessidades das comunidades locais, suas expectativas e que, além disso, se harmonizem a suas realidades sócio históricas. Por isso, a visão do território não se define por sua escala, mas pelo seu modo de organização e pela maneira que os atores dos territórios coordenam suas ações. Assim, os mercados são resultados de configurações de interesses econômicos e relações sociais (SWEDBERG, 2003), que se estabelecem de diferentes formas, dependendo da estrutura e da posição que cada agente ocupa no campo de forças.

Portanto, em constante dinâmica, os mercados são formados pelos contatos sociais formais e informais, que influenciam a forma com que os produtos são identificados pelos consumidores. Assim, os indivíduos não são exclusivamente motivados por aspectos econômicos, mas também por aspectos sociais, que contribuem para a tomada de decisões

(SMELSER, 1968). De acordo com Granovetter (2007, p.9), estas decisões “estão enraizadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, onde os atores não adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias que eles porventura ocupem”.

De qualquer forma, o que se observa nas pesquisas de interface entre Sociologia e Economia, de acordo com Martes et al (2007, p.11), é uma “espécie de alargamento do campo de interesses e inovações metodológicas”, pois as motivações pessoais e a confiança, para a Sociologia Econômica, estão enraizadas nas relações comerciais e constituem um avanço no entendimento dos mercados. Estes mercados são formados por atores e redes sociais, condutas, instituições formais e informais, entre outros. Nesta tese, a preocupação foi compreender a forma como a NSE observa o mercado, mais especificamente, o mercado de turismo rural, na modalidade Caminhadas na Natureza.

#### **2.4.2 A aproximação teórica entre NSE e Turismo Rural**

No sentido de analisar o processo de evolução e transformação de um destino turístico, Pavlovich escreveu o artigo intitulado “*The evolution and transformation of a tourism destination network: the Waitomo Caves, New Zealand*”, o qual foi publicado, em 2003, pela revista *Tourism Management*. O foco de Pavlovich estava em discutir como as relações entre as organizações podem funcionar como um mecanismo de auto-organização para a destinação, com fluidez e mudança, sendo um componente crítico deste processo. O estudo utiliza a teoria das redes para expressar estas dinâmicas, e enfatiza os fatores estruturais que explicam a densidade e centralidade das redes no destino turístico selecionando para o estudo: as cavernas de Waitomo, ícone turístico da Nova Zelândia. Os dados foram coletados durante um período de cinco anos em 12 firmas, através de análise de arquivos, entrevistas e observação participante. O autor analisou a evolução e transformação da estrutura de redes de relacionamentos do destino desde 1887 a 2000, dividindo o desenvolvimento do turismo em cinco fases. Como resultado, o autor descobriu que até 1987, início da última fase do turismo analisada, as cavernas de Waitomo se relacionavam apenas com o hotel, embora houvesse outras firmas turísticas no destino. Durante a quinta fase do turismo, houve um salto no fluxo de turistas no país como um todo. As firmas no destino analisado aumentaram em quantidade e tiveram de implementar estratégias para competir no mercado, ampliando suas redes de relações. O autor conclui que a capacidade de competir de um destino turístico se deve à compreensão de como as relações e parcerias inter organizacionais ocorrem e são geridas.

Saxena e Ilbery, em 2008, publicaram na revista *Annals of Tourism Research*, o artigo intitulado “*Integrated rural tourism: a border case study*”, em, que discutem a noção de turismo rural integrado teorizada sob os conceitos de imersão e des-imersão, endogeneidade e empoderamento. Foi realizada pesquisa qualitativa para descobrir as características das redes operando entre os pequenos negócios rurais e controladores de recursos (tradução livre) nas fronteiras inglesas e galesas, região considerada estagnada. Os autores descobriram que a criação de redes imersas e endógenas não garante o empoderamento dos envolvidos no turismo rural integrado. Questões complexas de participação e inclusão continuam sendo centrais para a criação de turismo rural integrado, sustentável e equânime, concluíram os autores.

Em 2012, foi publicado na revista *Tourism Management*, artigo intitulado “*Stability and variety – products, organization and institutionalization in farm tourism*”, de autoria de Forbord, Schemer e Griebmair. Os autores crêem que produtos, organização coletiva e instituições são fatores determinantes para formar o turismo rural. O objetivo do artigo é analisar o impacto em três localidades europeias destes três fatores determinantes combinados. Os autores descobriram contrastes na estrutura das organizações de turismo rural nas três localidades, entretanto os objetivos destas organizações são semelhantes: marketing, garantia da qualidade e construção de competências.

Por fim, Sainaghi e Baggio publicaram no “*International Journal of Hospitality Management*”, em 2014, o artigo intitulado “*Structural social capital and hotel performance: is there a link?*”. Os autores encontraram uma relação positiva entre a estrutura do capital social, através da análise de redes, e a desempenho de um hotel italiano.

Com relação à produção científica brasileira, na base de dados “Portal de Periódicos CAPES/MEC” foi encontrada uma tese de autoria de Anelise Graciele Rambo, defendida em 2012, intitulada “Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da Nova Sociologia Econômica Institucional: um estudo de experiências no Noroeste gaúcho” (RAMBO, 2012). Produzida também no PGDR/UFRGS, a tese de Rambo busca compreender a dinâmica de desenvolvimento territorial de experiências locais/regionais, que apresentam as características da nova ruralidade, sob a luz das abordagens da Geografia Política, Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional. Foi analisada a capacidade dos atores em tomar decisões e expressar seu poder através da transformação e reestruturação do território, nas escalas municipal, estadual e federal. Tomando como base empírica duas experiências do Rio Grande do Sul, Rambo observou que as experiências caracterizam ações econômicas enraizadas em redes de relações

sociais e no contexto social e histórico em que estão localizadas. O turismo rural, não foi objeto principal de estudo, entretanto aparece nos resultados de pesquisa e é destacado por Rambo como um novo uso econômico das propriedades analisadas e tornaram-se possíveis pelo fortalecimento de laços fracos e pelo acesso a políticas públicas, representativas de um ambiente institucional. Rambo acredita que na medida em que os atores constituem novos usos políticos e econômicos, reforçam seu poder sobre o território, no qual é alterada a dinâmica de desenvolvimento.

No primeiro trabalho identificado neste primeiro levantamento bibliográfico, Pavlovich (2003) se ampara em estudos oriundos da escola norte-americana para realizar seu estudo de caso na Nova Zelândia. Através da análise de redes, a autora resgata principalmente o trabalho de Granovetter. Saxena e Ilbery (2008), ao realizar seu estudo em áreas inglesas economicamente estagnadas, utilizam-se de autores de língua inglesa (escola norte-americana) para caracterizar as redes de negócios e governança em turismo rural. Utilizam, entre outras, as noções de *embeddedness* e redes. Forbord, Schemer e Grießmair, estudiosos europeus, em 2012, buscaram compreender a interdependência entre produtos, organizações e instituições no setor de turismo rural em duas regiões da Europa e dialogam com literatura em língua inglesa. Por sua vez, Sainaghi e Baggio (2014) também se utilizam da literatura da escola norte-americana para amparar suas análises a respeito da relação entre a performance de hotéis e da estrutura de seu capital social. Por fim, Rambo (2012), como representante brasileiro da produção científica levantada, dialoga com ambas escolas, a norte-americana e a europeia, para discutir as dinâmicas territoriais de desenvolvimento do Noroeste Gaúcho.

Pode-se notar que a literatura levantada possui influência principalmente da escola norte-americana, sendo que a análise de redes foi utilizada em dois trabalhos. O viés da área da Administração ficou evidente em quatro dos cinco estudos encontrados, indicando que esta área se apropria dos conceitos da NSE para estudar o turismo rural. Esta tese discute a NSE e o turismo rural sob o ponto de vista do desenvolvimento rural, que, diferentemente de grande parte estudos encontrados, não possui o viés da Administração.

### **2.4.3 A abordagem de redes na NSE**

Como apresentado anteriormente, a noção de *embeddedness* traduz o significado de que os vínculos sociais organizados na forma de redes influenciam o desenvolvimento de oportunidades econômicas. Se atribui a Granovetter a expansão da utilização da análise de redes sociais como metodologia da NSE.

As motivações pessoais e a confiança, para a NSE, estão enraizadas nas relações comerciais e constituem um avanço no entendimento dos mercados de produtos da agricultura familiar. Estes mercados de produtos são formados por atores e redes sociais, condutas, instituições formais e informais, entre outros (AGNE, 2009)

A relação entre os atores sociais possui padrões que definem suas trocas econômicas. Este enfoque estrutural da NSE dá atenção a esses padrões de relações entre os atores, através da metodologia da análise de redes. Grosso modo, este enfoque mostra que os padrões de relações não dependem do conteúdo dos laços sociais e que os constrangimentos associados às posições em uma rede de relações são frequentemente mais importantes na definição das ações individuais que os valores, atitudes e ideias socialmente compartilhadas. Ou seja, a posição de um ator na rede pode definir as ações dos outros atores e a relações que estes estabelecem entre si, em maior ou menor medida.

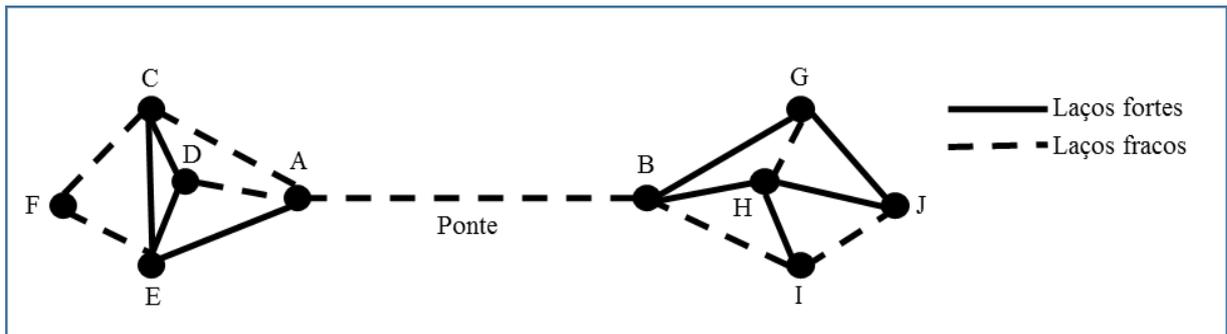
Em constante dinâmica, os mercados são formados pelos contatos sociais formais e informais, que influenciam a forma com que os produtos são identificados pelos consumidores. Assim, os indivíduos não são exclusivamente motivados por aspectos econômicos, mas também por aspectos sociais, que contribuem para a tomada de decisões (SMELSER, 1968). De acordo com Granovetter (2007, p.9), estas decisões “estão enraizadas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais, onde os atores não adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias que eles porventura ocupem”.

Sob o ponto de vista da Teoria das Organizações, a partir da definição dos mercados como redes de relações sociais, Burt (1992) afirmou que a estrutura do campo competitivo e a posição dos jogadores determinam as oportunidades de negócios e as possibilidades de lucros. A análise aponta os mecanismos através dos quais a estrutura concreta dos mercados gera imperfeições competitivas que abrem oportunidades empresariais para alguns jogadores e não para outros. Isso quer dizer que dependendo da estrutura de uma rede e da posição dos atores, o poder sobre o mercado aumenta ou diminui.

Granovetter (1985) diferencia as relações sociais presentes nos mercados em dois tipos: os laços fortes e os laços fracos. Num artigo clássico, depois de algumas reflexões sobre as relações entre estudos de micro e macro relações em sociologia, Granovetter (1985) passa a explorar a força dos laços, que seria uma combinação (provavelmente linear) de: quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (de confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam um laço. Essas características são relativamente independentes umas das outras, apesar de o conjunto ser altamente intracorrelacionado.

Laços fracos ligam pessoas (“A” e “B”) com interesses similares que passam tempo juntas (mesmo que apenas virtualmente), o que em geral acaba levando um amigo de “A” com laços fortes (“E”), a se tornar também amigo de “B”, com laços fortes ou fracos, conforme representado na Figura 01.

Figura 01 – Representação de redes



Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Granovetter (1973).

Uma ponte seria uma linha em uma rede que fornecesse o único caminho entre dois pontos. Uma ponte entre “A” e “B”, por exemplo, forneceria a única rota pela qual a informação ou influência pode fluir de algum contato de “A” com algum contato de “B”, e, conseqüentemente, de alguém conectado indiretamente a “A” para alguém conectado indiretamente a “B”. Em geral, portanto, um laço forte não é uma ponte, porque um laço forte entre “E” e “A” geraria, algum tipo de laço entre “E” e “B”. Para Granovetter (1973) a remoção de laços fracos, portanto, tende a causar danos a redes, porque eles são em geral os únicos pontos de contato entre vários pontos. O potencial de difusão de uma mensagem na rede é também maior se ela viajar por laços fracos, já que os laços fortes tendem a replicar a mesma mensagem mais de uma vez para as mesmas pessoas.

Por exemplo, aqueles com quem temos laços fracos tendem a frequentar grupos diferentes dos que frequentamos e, por isso, têm acesso a informações diferentes daquelas compartilhadas por aqueles com quem mantemos laços fortes. Os laços fracos têm também maior tendência de ligar membros de pequenos grupos distintos do que os laços fortes, que tendem a se concentrar em grupos particulares. Laços fracos são, portanto, indispensáveis às oportunidades de um indivíduo e sua integração em uma comunidade, desempenhando assim um papel de coesão social.

Ou seja, se uma rede possui predominância de laços fortes, é mais difícil agregar um ator a ela, fazendo com que o mercado se expanda mais lentamente. Ao contrário do que ocorreria numa rede com predomínio de laços fracos, em que os atores possuem mais fluidez

de entrar, sair e se movimentar na rede, dinamizando o mercado. Assim, Granovetter (1985) defende a força dos laços fracos.

Conforme Granovetter (1973, p.2), “a força do vínculo é uma combinação linear do tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua), e os serviços recíprocos que caracterizam o vínculo”. Laços fortes significam a interação social de membros de um grupo social específico e particular, por outro lado, os laços fracos significam o contato entre atores de redes sociais distintas (GRANOVETTER, 1973).

Para o autor, portanto, são os laços fracos que explicam a criação de oportunidades econômicas, tais como novos empregos, comercialização de produtos, etc. Neste sentido, ao estabelecerem relações com diversas redes, os atores aumentam o fluxo de informações que podem adquirir força e capacidade de replicação na criação de novas relações sociais. A continuidade destas informações dependeria do círculo de contatos sociais, que permitiria aos atores gerar pré-conceitos a respeito de produtos ou serviços. Assim, a decisão é tomada de acordo com um raciocínio de que quem os informou já possui o conhecimento sobre o baixo custo, rapidez e detalhamento (Granovetter, 1985). Conforme o autor, “os indivíduos tomam decisões com base nos conhecimentos acumulados ao longo desses relacionamentos” (GRANOVETTER, 1985).

#### **2.4.4 Análise de redes**

Redes são estruturas formadas por nós e ligações (ALBERT; BARABASI, 2002). Redes, durante quase todo o tempo, são estruturas invisíveis e informais. Contudo, as mesmas são percebidas somente quando as pessoas precisam delas, ou seja, quando elas são acionadas (RUIZ *et al.*, 2005). A rede é usada para designar ou qualificar sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais compostos por indivíduos, grupos ou organizações conectados por algum tipo de relação (MARTELETO; DE OLIVEIRA E SILVA, 2004; LAZZARINI, 2008).

Conforme Castells (2000, p. 498) as redes podem ser definidas como “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede”, o que as caracterizam como um sistema aberto altamente dinâmico e suscetível à inovação. Abertas e democráticas, as redes proporcionam a identidade de seus membros, sem, no entanto, anular a sua diversidade, não impedindo que, a qualquer instante, novos atores possam integrar-se (RUIZ *et al.*, 2005).

Permitindo ampliar a visão sobre a estrutura das redes, Capra (2001, p. 44) defende que “desde que os sistemas vivos, em todos os níveis, são redes, devemos visualizar a teia da

vida como sistemas vivos (redes) interagindo à maneira de redes com outros sistemas (redes)”. O autor complementa seu pensamento relatando que, na natureza, não há 'acima' ou 'abaixo', não havendo hierarquias.

Conforme Flecha (2010) para a existência de uma rede são necessários alguns pré-requisitos. Assim, sua estrutura forma através de uma capacidade de se conectar nós (ou pontos), baseada não em quantidade de nós ou na proximidade geográfica entre eles, mas na capacidade e dinâmica produzida por esse tipo de sistema, que são:

- a) não linearidade, quando a rede se expande em todas as direções;
- b) laço de realimentação, quando as informações transmitidas entre os nós percorrem um caminho cíclico;
- c) capacidade de auto regulação, quando a rede possui capacidade de corrigir seus erros, regular e organizar a si mesma;
- d) multiplicação de ações, quando há poder de expansão das conexões;
- e) dinâmica do relacionamento horizontal, quando não há relação de subordinação e;
- f) interdisciplinaridade, pois a rede baseia-se em várias correntes teóricas do chamado pensamento sistêmico e às teorias da complexidade.

Estes pré-requisitos, segundo Flecha (2010), podem ser considerados como o “núcleo duro” das redes. De acordo com a autora, pode-se observar, porém, a existência de outras abordagens, tais como a confiança. Ao atuar de forma cooperada os atores obtêm vantagens, compartilhando informações, conhecimento e tecnologia, alertando, porém, que o rompimento desta parceria pode causar um dilema entre cooperação e competição.

De acordo com o elucidado por Ruiz et al (2005) e Costa (2003), pode-se afirmar que a rede é uma estrutura não hierárquica e dinâmica, em que a horizontalidade confere mais autonomia aos atores e menor concentração de poder.

Bernardes *et al.* (2006) destacam a participação voluntária como a primeira pré-condição para a existência de uma rede. A autonomia é o fundamento do modo de operação dos integrantes, pois sem a participação ativa nenhuma iniciativa vai adiante. As redes decorrem de uma relação moral de confiança, sendo um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado (FUKUYAMA, 2000).

Os autores Marteleto e De Oliveira e Silva (2004) analisam as redes no contexto social, cuja estrutura de cooperação funciona como um tecido que condiciona a ação dos indivíduos nela inseridos. Os mesmos evidenciam as relações sociais dos indivíduos como um elemento chave para a compreensão da sociedade, criticando o conceito de indivíduo (ser

humano vivendo isoladamente) e o conceito de sociedade (entendida simplesmente como um conjunto de indivíduos).

As redes não são formadas aleatoriamente. Os atores podem aderir ou serem convidados a participar da rede. Para Flecha (2010), o mecanismo de formação de uma rede pode, então, ser resumido por:

- a) crescimento: quando parte-se de um *cluster* mínimo de nós totalmente conectados e um novo nó é adicionado à rede, conectado a nós já existentes, de maneira aleatória;
- b) conexão preferencial: quando intencionalmente escolhe-se o nó ao qual um novo nó se conecta, assumindo que a probabilidade com que um nó seja escolhido depende de sua capacidade de conexão.

Isso quer dizer que no mecanismo de crescimento, o ator se integra a rede por entender que isso é interessante para ele. Parte do ator a iniciativa da integração. No caso do mecanismo de conexão preferencial, os atores que já integram a rede convidam outros atores a participar da mesma. Ou seja, a iniciativa ou decisão de integrar um ator parte da própria rede, dando preferência a atores convenientes a ela.

Basicamente, as redes são estruturas frágeis e dinâmicas formadas por um conjunto de nós com algumas regras para conectá-los. Assim, pode existir um ações capazes de alimentar o desejo e o exercício de participação na rede, dando vigor às dinâmicas de conexões e relacionamento entre os integrantes (nós).

Segundo Granovetter (1985), existem dois tipos de posicionamentos na rede: o estrutural e o relacional. O primeiro enfatiza como a posição estrutural de um ator na rede afeta o seu comportamento, e o segundo ressalta a dependência do comportamento dos atores com a estrutura de mútuas expectativas. Portanto, nesta estrutura estão presentes as relações de poder, a confiança, o oportunismo, o controle social, os sistemas de alinhamento de interesses, as formas de negociação e as formas de seleção de fornecedores, dentre outros aspectos. As ligações, conexões ou *linkages* determinam o grau de interconexão dos atores de uma rede. Britto (1999) destaca que na análise morfológica de uma rede é necessário um detalhamento da estrutura, da forma e do conteúdo dos relacionamentos entre os membros desta rede.

Primeiramente, em função da estrutura das ligações na rede, é possível distinguir estruturas dispersas - nas quais o número de ligações entre pontos é bastante limitado - de estruturas saturadas, nas quais cada ponto está ligado a praticamente todos os demais que conformam a rede. Britto (1999) descreve que a análise da configuração destas ligações é de

fundamental importância para uma boa caracterização da estrutura. Cita que é possível, por exemplo, determinar a "densidade" da rede analisando-se a relação existente entre o número efetivo de relações observadas na estrutura e o número máximo de ligações que poderiam ocorrer no arranjo em questão. É possível, ainda, expressar o grau de "centralização" da rede observando-se a presença de pontos específicos que concentram um grande número de ligações na rede.

Britto (2000), ao analisar as redes de firmas e o comportamento destas estruturas, detalha que na abordagem em redes são utilizados quatro elementos morfológicos genéricos que são comuns a este tipo de estrutura, independentemente do tipo de fenômeno que se pretenda analisar, quais sejam: pontos, posições, ligações e fluxos – que podem ser considerados como "partes" constituintes das estruturas em rede.

Nesta tese foram analisadas algumas propriedades das redes que podem ser calculadas através do software UCINET, sendo: centralidade (*centrality*), densidade (*density*), intermediação (*betweenness*) e proximidade (*closeness*). As características destas propriedades são apresentadas no Quadro 02.

Quadro 02 – Propriedades da rede

Densidade	Apresenta o valor em porcentagem da Densidade da Rede, isto é, mostra a alta ou baixa conectividade da rede. Densidade é uma medida expressa em porcentagem do quociente entre o número de relações existentes com as relações possíveis. A densidade da rede mede o grau de coesão e homogeneidade. É a proporção de ligações reais entre ligações possíveis. Uma medida do grau de inserção dos atores na rede; A densidade é calculada a partir da razão entre o número de ligações reais e as ligações possíveis na matriz, e demonstra o nível de utilização das conexões possíveis, bem como a integração total da rede. A densidade de uma rede pode ser calculada sem necessidade de usar um software. As ligações sociais também podem ser fortes e fracas. De acordo com GRANOVETTER (1973), “a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam um laço”. Laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas. Os laços fracos, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade. Laços fortes constituem-se em vias mais amplas e concretas para as trocas sociais (WELLMAN, 1997), enquanto os fracos possuem trocas mais difusas.
Centralidade	Localização do ator em relação à rede total. O grau de centralidade incorpora as medidas de centralização, que identificam atores que possuem posições estratégicas em função do estabelecimento de um grande número de relações ou então de relações privilegiadas com outros. As medidas de centralidade geralmente associam-se a ideia de distribuição de poder dentro da rede, considerando que o poder é uma característica que emerge de relações. Atores não possuem poder individualmente, mas esse é resultado da capacidade de dominar ou influenciar outros. Desta maneira, atores mais centrais na rede são detentores de maior poder entre os nós, e tal centralidade pode ser apreendida a partir do número de laços eficientes que um ator é capaz de possuir (HANNEMAN, 2000).
Proximidade	Grau de proximidade em relação a outros atores da rede. O grau de proximidade ( <i>closeness</i> ) é a capacidade de um nó se ligar a todos os atores de uma rede. Calcula-se contando todas as distâncias geodésicas de um ator para se ligar aos restantes. É importante destacar este método de calcular manualmente só apresenta resultados com matrizes simétricas.
Intermediação	Mede o grau de intervenção de um ator sobre outros da rede. É uma medida que mostra até

que ponto um nó fica entre o caminho de outros nós. FREEMAN (1977 e 1979) diz que o *betweenness* de um nó é definido pela fração de caminhos de passagem mais curtos entre pares de nó em uma rede. Uma razão para considerar a importância de um ator recai na sua capacidade de intermediação. Isto expressa o controle da comunicação e interpreta-se como a possibilidade que um nó tem de intermediar as comunicações entre pares de nós. A medida de intermediação de um nó é obtém contando as vezes que este aparece nos caminhos que ligam todos os pares de nós da rede. A estes atores chamam-se de atores ponte. Para que um nó tenha um Grau de Intermediação numa rede, deve ter pelo menos um Grau de Entrada e de Saída e estar nos caminhos entre os pares de nós que se quer ligar.

Fonte: Flecha (2010).

Segundo Flecha (2010), o estudo sobre redes influenciou diretamente desde a sociologia até a economia, marketing e política. Vários termos são encontrados na literatura, em especial: redes sociais (ciências sociais); alianças (gestão), coalizão (política); coligação (política); liga (política); redes (ciências e gestão); aglomeração (engenharia de produção); arranjos produtivos locais (geografia, economia); *cluster* (engenharia de produção, gestão e turismo); *supply chain management* ou cadeia de suprimento (engenharia de produção/marketing).

Nesta tese, entretanto será adotado o termo “redes” e será considerada rede todo e qualquer tipo de ligação entre dois ou mais nós. Foram adotadas como nós, os atores ou as pessoas que compõem uma rede.

Ao final deste capítulo, nota-se a oportunidade de se estudar o turismo rural, tomando como objeto de estudo as Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí. As caminhadas podem ser consideradas uma modalidade de turismo rural, a partir da concepção de turismo híbrido, pois conjuga uma série de atividades variadas, como por exemplo, o lazer, a atividade física e o desfrute da paisagem natural e rural e seus atributos. As Caminhadas na Natureza podem se conformar num novo mercado para a agricultura familiar, pois prevê a interação econômica entre pessoas advindas do espaço urbano e rural. Além disso, pressupõe a integração social entre anfitriões (agricultores) e visitantes (caminhantes). Sendo, portanto, considerado um novo mercado, a abordagem da Nova Sociologia Econômica é capaz de responder ao problema de pesquisa desta tese. No problema de pesquisa, a rede de relações sociais que conformam este mercado é o principal objeto.

Para isso, faz-se necessária a aplicação de uma série de procedimentos metodológicos para averiguar o que ocorre nas Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí, a partir da abordagem teórica adotada.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a definição do problema e objetivos da pesquisa e interpretação das perspectivas teóricas, apresentaram-se os embasamentos teóricos desta tese.

As Caminhadas na Natureza são multidisciplinares por natureza e apresenta uma realidade que não pode ser apenas quantificada. Envolve subjetividades tanto de quem vive a realidade como de quem as interpreta. Há um universo de relações, valores, costumes, crenças, expectativas, motivações e comportamentos que interessam a esta pesquisa. Neste sentido, Minayo (2003) diz que a pesquisa qualitativa responde a questões específicas e particulares dos processos e fenômenos, que não podem ser quantificados.

Com relação ao recorte geográfico, adotou-se o Território Vale do Ivaí, no Estado do Paraná, por três razões: concentra um número significativo de circuitos de Caminhadas na Natureza; presença de vulnerabilidade econômica e social e; não possui aglomerados urbanos que se constituem em polos emissores de turistas. A delimitação da área de estudo é detalhada em uma sessão específica.

Neste capítulo, apresenta-se uma breve reflexão acerca do método de pesquisa qualitativa e estudo de caso, a caracterização da área de estudo e o delineamento da pesquisa, seus critérios e etapas.

#### 3.1 PESQUISA QUALITATIVA E ESTUDO DE CASO

Minayo (2013) afirma que a metodologia pode ser compreendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (2013, p. 14) incluindo simultaneamente a teoria da abordagem – método – os instrumentos de operacionalização do conhecimento – técnicas – e a criatividade do pesquisador.

Levando em conta essa perspectiva, o método de abordagem que será utilizado nesta pesquisa é o estudo de caso, procurando dar conta do objetivo geral do projeto, que é investigar a influência que as redes de relacionamento social exercem na construção dos mercados originados da ocorrência das caminhadas nas comunidades rurais do Vale do Ivaí e a repercussão nas famílias de agricultores participantes.

De acordo com Yin (2010) o estudo de caso se aplica quando se deseja entender um fenômeno real em profundidade o qual engloba importantes condições contextuais que inclui

a coleta e análise de dados. Não se trata necessariamente de uma pesquisa apenas qualitativa<sup>9</sup>, podendo englobar uma mistura de dados qualitativos e quantitativos os quais possibilitam um maior aprofundamento e fidedignidade interpretativa (MINAYO, 2013).

Embora a pesquisa possua caráter qualitativo, dados quantitativos serão utilizados para mais bem compreender a realidade das Caminhadas na Natureza. São dados secundários a respeito dos municípios que são originados de pesquisas do IPARDES e do Censo Demográfico e Agropecuário do IBGE. Conforme Minayo (2003): “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Nos procedimentos metodológicos foram utilizadas três técnicas de pesquisa: documental, observacional e pesquisa de campo, considerando que as informações sobre o tema são dispersas e as fontes não estavam sistematizadas. Assim, concorda-se com Gil (1999, p. 33), "com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isto porque nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação". Com isso, além do aporte teórico, que embasou o estudo, foi realizada a pesquisa documental por meio de relatórios oficiais, projetos, programas e planos de turismo rural estadual. Os dados coletados estão apresentados em quadros e tabelas. Na pesquisa observacional, o pesquisador participou de reuniões técnicas, do Encontro Nacional da Anda Brasil, além de visitas às comunidades rurais. Na pesquisa de campo, foram realizadas três viagens ao Território Vale do Ivaí, onde foram coletados dados documentais e entrevistas. Estes procedimentos metodológicos serão explicados e detalhados em sessões específicas, adequadas a cada um dos objetivos propostos pela pesquisa.

### 3.2 DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O que determinou a escolha do Vale do Ivaí como área de estudo desta tese, foram três curiosos aspectos.

O primeiro aspecto que chama a atenção se refere aos resultados quantitativos que o projeto apresenta na região do Vale do Ivaí. Os números do projeto no território são menores quando comparados aos da RMC, entretanto o Vale não se localiza em um aglomerado urbano como a RMC, que é constituída por 29 municípios e que concentra 30,86% da população do Estado, totalizando 3.223.836 habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE (2014).

---

<sup>9</sup> O estudo proposto trabalhará com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser quantificados (MINAYO, 2013, p. 21).

Sendo a segunda maior região metropolitana do país em extensão, com 16.581,21km<sup>2</sup>, a RMC caracteriza-se, com naturalidade, em um pólo emissor turístico para as áreas rurais em seu entorno dentro da perspectiva no Novo Rural Brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 2001). E isto o Vale está longe de possuir, pois o centro urbano mais populoso é Apucarana, com 120.919 mil habitantes, seguido de Ivaiporã, com 31.816 habitantes (IBGE, 2014).

Um segundo aspecto curioso é que o Vale do Ivaí não possuía, antes da implantação dos circuitos de caminhadas, potencial turístico. Ao contrário da RMC, que além de contar com uma demanda potencial de milhões de habitantes urbanos, possui atrativos turísticos nas áreas rurais organizados em roteiros desde os anos 1990. Na regionalização turística elaborada pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo (SETU), os municípios do Vale do Ivaí pertencem à Região Turística “Norte do Paraná”, com exceção apenas de Barboza Ferraz, situado na Região Turística “Corredores das Águas”. De acordo com estudo publicado em 2012 pela SETU, os municípios do Vale do Ivaí apresentam um baixo nível de desenvolvimento do turismo.

E o terceiro aspecto decorre da condição de vulnerabilidade social que a região apresenta. De acordo com o IPARDES (2005), alguns municípios do Vale do Ivaí apresentam IDH Municipal inferior à média estadual e semelhante ao do semi-árido nordestino. O que indica a perceptível desigualdade social no Estado do Paraná. Desta forma, tendo em vista os aspectos que despertam curiosidade a respeito da região do Vale do Ivaí, esta área foi selecionada.

Antes de adentrar as características que formaram a área de estudo selecionada, faz-se importante aclarar o que se entende por território nesta tese. Em relação à noção de território, Haesbaert (2006, p. 40), tem se preocupado com suas várias concepções e vem sistematizando-as desde 1995, agrupando-as em quatro vertentes básicas: política, cultural, econômica e natural. A primeira vertente é a mais utilizada, sendo o território visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes relacionado ao poder do Estado (não exclusivamente). Quanto à vertente cultural ou simbólico-cultural, o autor coloca que "se prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido". Na terceira vertente, a econômica, o território é visto como fonte de recursos e (ou) incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho. Numa análise posterior, Haesbaert acrescenta uma interpretação naturalista de território, com base nas relações sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento "natural" dos

homens em relação ao seu ambiente físico. Haesbaert (2006, p. 79) identifica a necessidade de uma visão do território a partir da concepção de espaço como um híbrido, "concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico políticas ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural". O território, nas concepções de Haesbaert, não é estático, tem uma dinâmica de transformação de acordo com os processos sociais, ambientais, culturais, históricos e econômicos.

Localizado no norte do Estado do Paraná, o Território Vale do Ivaí foi assim denominado pelo estudo de autoria de pesquisadores do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), publicado em 2002 (LLANILLO *et al.*, 2002). O estudo, que objetiva identificar ou classificar regiões homogêneas que apresentam semelhanças, apresenta uma caracterização das economias agrárias dos municípios paranaenses<sup>10</sup> com base em indicadores extraídos do censo Agropecuário 1995/96 e do Mapa de Aptidão Agrícola das Terras do Paraná datada de 1981. Deste estudo, se formaram dez grupos de municípios, sendo que o eixo Apucarana-Ivaiporã apresentou um conglomerado regional diferenciado dos outros conglomerados identificados no estudo.

Com o aprofundamento da pesquisa sobre os agrupamentos de municípios paranaenses, baseados na caracterização de suas economias agrárias, foi publicado em 2004, outro estudo de autoria de pesquisadores do IAPAR, já denominando estes agrupamentos em "Territórios Rurais" (LLANILLO; PELLINI; DORETTO, 2004). Neste estudo, os pesquisadores afirmam que os "territórios rurais" constituem informação preliminar para o planejamento e a aplicação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e regional, conforme as características de cada região.

Para os autores, o termo "território" se constitui pela interação do espaço físico com sua população e deve ser entendido como uma "região com certa homogeneidade em suas características socioeconômicas e fisiográficas, que funda uma base a partir da qual possa se desenvolver um consenso social". Os pesquisadores ressaltam que os territórios rurais, estão continuamente sujeitos a modificações em suas fronteiras em função da evolução dos arranjos locais de natureza produtiva ou política.

O Território Vale do Ivaí, segundo os autores, é uma região de ocupação recente, do fim do Ciclo do Café nos anos 1960 e 70, que sofreu estagnação e processo de pecuarização extensiva a partir dos anos 1980, exceto nos municípios integrados à agricultura moderna de grãos. No estudo, o território é dividido em sub-território Apucarana e sub-território Ivaiporã,

---

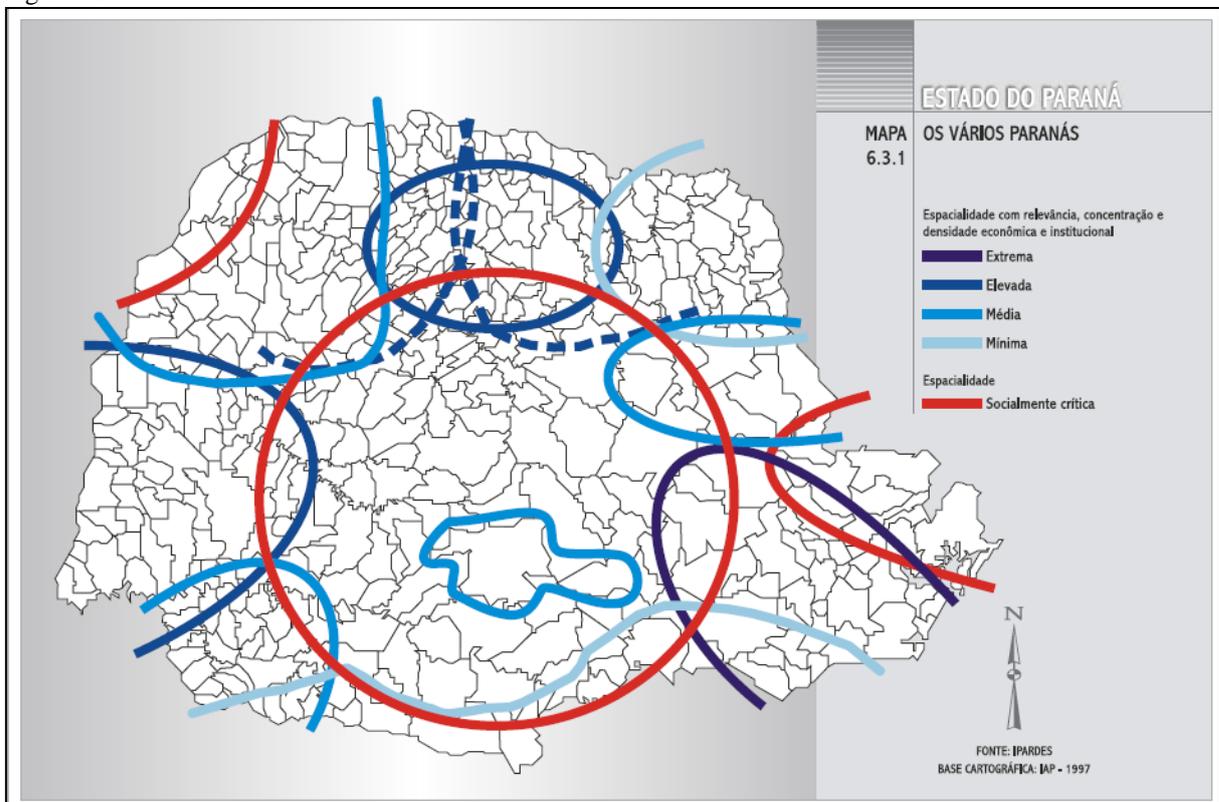
<sup>10</sup> Em 1995/96 o Estado do Paraná possuía 371 municípios e atualmente possui 399 municípios.

formados por 20 municípios sendo eles: Apucarana, Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Novo Itacolomi, Rio Bom e São João do Ivaí.

Este território, segundo resultados do estudo, apresenta parte significativa das áreas ocupadas por cultivo de café e lavouras permanentes, pecuária bovina extensiva, pastagens plantadas e poucos remanescentes de mata nativa. Foi constatada também a baixa utilização de tecnologia agropecuária, predominando o caráter familiar nas explorações agrícolas. Entretanto, nos municípios de Bom Sucesso, Marumbi, São João do Ivaí e Faxinal o caráter patronal baseado na mão-de-obra permanente está mais presente.

O IPARDES, sustentado na compreensão de que o estado não se constitui como uma realidade homogênea, publicou em 2005 o estudo socioeconômico intitulado “Vários Paranás”, para que formuladores de políticas para o desenvolvimento regional encontrassem orientações baseadas nas características constitutivas de cada região paranaense, ilustrado pela Figura 02.

Figura 02 – Os Vários Paranás

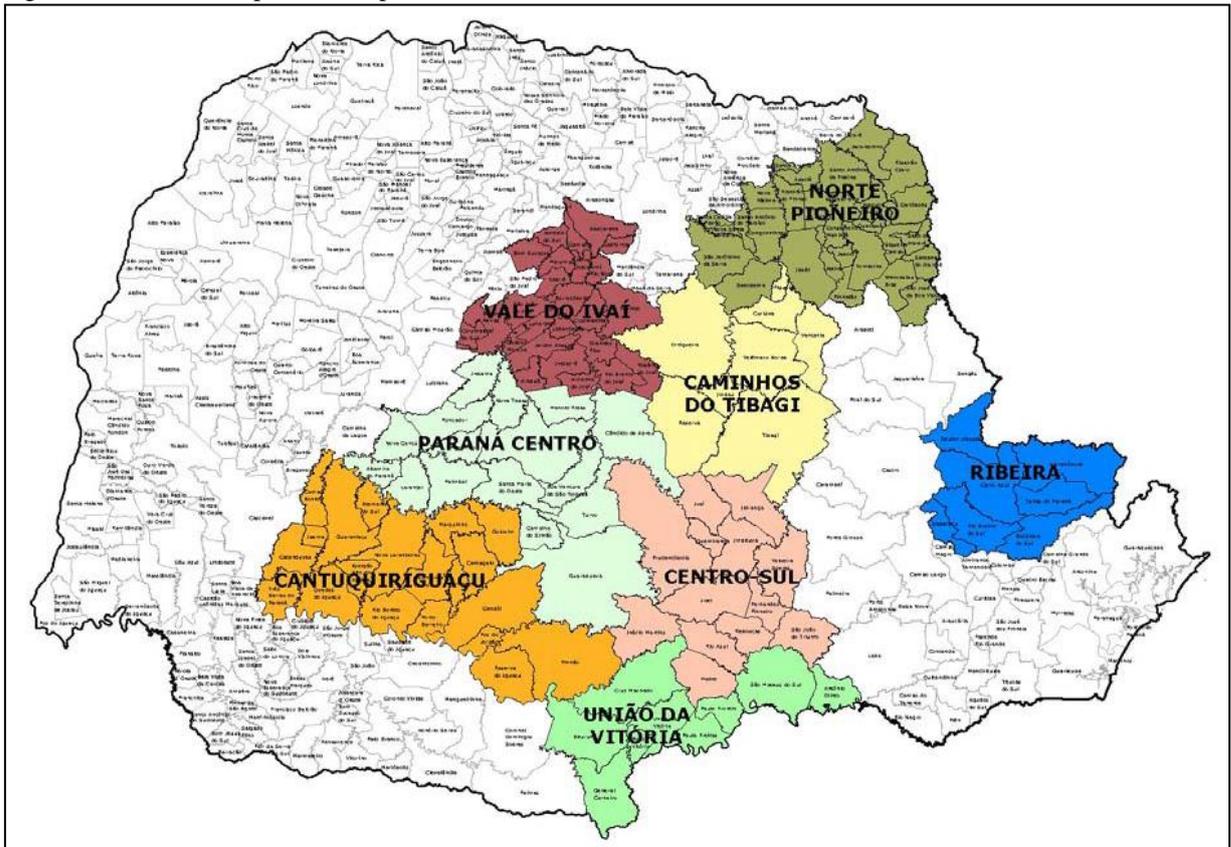


Fonte: IPARDES (2005).

A partir da análise de excedentes econômicos e indicadores sociais dos municípios (relativos à saúde, demografia, educação, renda, IDH e moradia), foram constatados espaços de concentração de riqueza e, em oposição, espaços de precariedade social. Este estudo constatou que a região do Vale do Ribeira, a região Noroeste e a região central do Estado são áreas socialmente críticas, grifadas em vermelho na Figura 02.

Em 2008, o IPARDES, com o apoio técnico da SEAB e do IAPAR, produziram oito diagnósticos socioeconômicos territoriais com o objetivo de subsidiar o planejamento das ações voltadas para a inclusão social e o desenvolvimento rural sustentável. Baseado nos estudos anteriores sobre os territórios rurais do IAPAR (LLANILLO *et al*, 2002; LLANILLO; PELLINI; DORETTO, 2004), no estudo “Os Vários Paranás” e validação em campo, o IPARDES definiu as regiões prioritárias, observadas na Figura 03. Desta forma, as oito regiões contempladas com o diagnóstico foram: Caminhos do Tibagi, Cantuquiriguaçu, Centro-Sul, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Ribeira, União da Vitória e Vale do Ivaí. Somados, os territórios abrangem 121 municípios e uma área de oito milhões de hectares, que, em 2000, correspondiam a uma população de 1,7 milhão de habitantes.

Figura 03 – Territórios prioritários para a inclusão social e o desenvolvimento rural sustentável, 2008.



Nota: os municípios de Rio Branco do Ivaí e Rosário do Ivaí atualmente não pertencem ao Território Vale do Ivaí, de acordo com a Resolução 94 do CONDRAF. Em contrapartida, Marilândia do Sul, Mauá da Serra e São Pedro do Ivaí foram anexados.

Fonte: IPARDES (2008).

Já em 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Resolução 94 do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), ligado ao MDA, que inclui novos territórios rurais no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Entre eles consta o Território Vale do Ivaí, formado por 26 municípios: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barboza Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí. Os municípios que formam o Território Vale do Ivaí estão ilustrados na Figura 04.

Figura 04 – Mapa de localização do Território Vale do Ivaí e seus municípios



Fonte: elaborado pela autora.

É importante destacar que antes da publicação desta Resolução, em 2013, o município de Rosário do Ivaí e Rio Branco do Ivaí pertenciam ao território. Com a Resolução, estes municípios foram excluídos e, em contrapartida, foram agregados os municípios de Marilândia do Sul, Mauá da Serra e São Pedro do Ivaí.

O Vale do Ivaí possui uma população total de 330.695 habitantes e grau de urbanização médio de 81,2%. Os dois maiores municípios em população da região são: Apucarana com 120.919 habitantes (36% da população do Vale), sendo quase quatro vezes maior do que o segundo maior município em população, Ivaiporã com 31.816 habitantes. O Vale do Ivaí possui um grau de urbanização de 74,4% e uma densidade populacional de 42 hab/km<sup>2</sup> (IPARDES, 2008). Estes números se dão, principalmente por conta da soma das taxas de urbanização dos municípios de Apucarana, Ivaiporã e Jandaia do Sul. Os municípios

restantes, embora a representatividade urbana também seja superior à rural, possuem predominância das atividades agrícolas, as quais são fundamentais para a produção econômica regional. Nota-se, também, uma concentração da economia regional no município de Apucarana que, tem sua relevância como polo produtivo regional. Apucarana apresentou sozinho 40,14% do PIB do território em 2010 (IBGE, 2015).

Ao se observar os setores da economia regional, nota-se significativo avanço da agricultura na composição da renda, em que houve salto de 26,3% para 32,7% no setor no período de 2002 a 2007. Por conta desse crescimento, a agricultura passou a ser mais representativa que a indústria em termos econômicos, ficando abaixo somente do setor de serviços, responsável por 43,5% do valor adicionado da região (IPARDES, 2008). Embora a participação do setor de serviços tenha a maior representatividade econômica, o setor agrícola se destaca por ser a base da estrutura produtiva regional, apresentada no Figura 05, em que se pode perceber que 90% do Território do Vale do Ivaí se destaca pelo uso da terra voltado a agricultura representado pela cor verde.

Dentre as atividades agrícolas regionais, tem-se na produção cana-de-açúcar, para a fabricação de alimentos (açúcar cristal) e para a produção de álcool combustível, sendo este o terceiro lugar de representatividade econômica, perdendo apenas para o setor de alimentação representado por supermercados, lanchonetes e similares e para área de confecção, sendo que os dois primeiros dizem respeito, especificamente, ao município de Apucarana, não refletindo a realidade dos outros municípios (em especial Bom Sucesso, Jandaia do Sul e Marumbi) os quais têm, na produção de cana-de-açúcar, sua principal fonte de produção.



vivendo em extrema pobreza na região do Vale do Ivaí, indicador superior à média paranaense a qual era de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza elevadas, chegando, em alguns casos, a ultrapassar o dobro da média estadual, como: Arapuã (44,7%); Ariranha do Ivaí (48,2%); Corumbataí do Sul (48,6%) entre outros.

Esta situação comprometeu diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região, o qual se caracteriza por ser baixo, compatível com municípios do sertão nordestino (IPARDES, 2008). Como IDH entende-se a avaliação de quatro componentes específicos: Esperança de Vida ao Nascer, Taxa de Alfabetização de Adultos, Taxa de Frequência Escolar (pessoas entre 7 e 22 anos) e renda per capita.

Em termos de desempenho socioeconômico, demonstrado pelo IDH, dos 399 municípios paranaenses, Apucarana ocupa a 33ª posição no ranking e Jandaia do Sul a 37ª, com 0,748 e 0,747 pontos respectivamente. Por outro lado, Mauá da Serra e Corumbataí do Sul ocupam posições bastante desfavoráveis, sendo 356ª e 373ª no ranking, com respectivos 0,652 e 0,638 pontos. A média do IDH dos municípios do Vale do Ivaí é 0,697 e todos os municípios do Vale estão abaixo do IDH médio paranaense, que é 0,749 pontos. Isto demonstra a fragilidade socioeconômica do território e vulnerabilidade social que possui, (IBGE, 2015).

Com relação ao turismo, em 2012, a Secretaria de Estado do Turismo (SETU) elaborou estudo sobre o nível de desenvolvimento turístico nos municípios paranaenses levando em consideração as variáveis oferta, demanda, gestão, marketing e infraestrutura de apoio ao turismo existente (SETU, 2012). Com o estudo, percebe-se o que o nível de desenvolvimento do turismo no território é baixo no ano de 2010, ano base para a elaboração do estudo. Na regionalização turística elaborada pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo (SETU), os municípios do Vale do Ivaí pertencem à Região Turística “Norte do Paraná”, com exceção de Barboza Ferraz, situado na Região Turística “Corredores das Águas”. Ao final do estudo da hierarquização das dez regiões turísticas do Paraná, a região “Norte do Paraná”, ocupou a sétima posição no ranking de desenvolvimento do turismo no Estado. Este fato indica a ausência de prioridade para a implantação de políticas públicas do setor turismo, pois a estratégia da SETU é concentrar suas ações promocionais em regiões que apresentem um nível superior de desenvolvimento do turismo.

Foram identificados municípios em estágio inicial de desenvolvimento do turismo, aqueles que já possuíam fluxo regular de visitantes, mas que precisavam de qualificação, aqueles que possuíam fluxo e equipamentos e serviços turísticos consolidados e estavam prontos para promoção. Com essa classificação buscava-se o estabelecimento de ações em

função da realidade de cada região (SETU, 2010). Sobre o estágio de desenvolvimento das regiões turísticas foi estabelecido o seguinte:

- a) estágio 1: desenvolver – é o primeiro estágio. Revela a necessidade de estruturação turística região, ou seja, enquadram-se neste estágio as regiões onde ainda não há pessoal, equipamentos e infraestrutura estabelecidos para a implementação da atividade turística;
- b) estágio 2: qualificar – constitui-se no segundo estágio. Implica numa região já estruturada que necessita de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos turistas, bem como de capacitação de pessoal e qualificação de equipamentos e infraestrutura;
- c) estágio 3: promover – é o terceiro estágio. Uma região nesta fase já possui seu(s) produto(s) estruturado(s) e qualificado(s), necessitando de promoção e comercialização (PARANÁ, 2005d, p.14).

Essa classificação em níveis ou estágios de desenvolvimento do turismo possui o objetivo de hierarquizar municípios e regiões turísticas para orientar políticas públicas e priorizar ações do Estado. Os municípios do Vale do Ivaí receberam, portanto, a seguinte classificação:

Quadro 03 – Classificação de desenvolvimento do turismo nos municípios

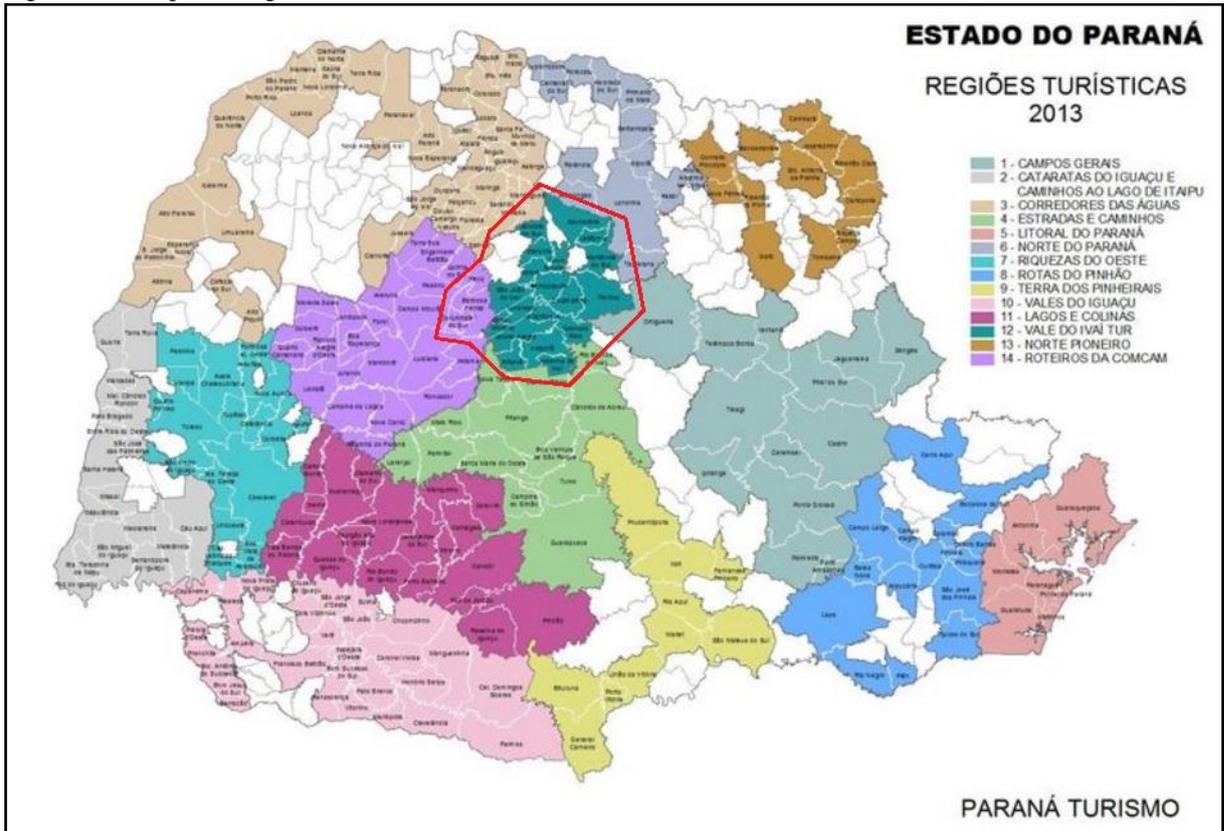
	<b>Município</b>	<b>Nível do município</b>
1	Apucarana	B
2	Faxinal	C
3	Barboza Ferraz	D
4	Borrazópolis	
5	Ivaiporã	
6	Jandaia do Sul	
7	Jardim Alegre	
8	Lunardelli	
9	Marilândia do Sul	
10	São João do Ivaí	
11	Ariranha do Ivaí	Sem classificação
12	Grandes Rios	
13	Mauá da Serra	
14	Novo Itacolomi	
15	Rio Bom	
16	Arapuã	Não respondeu
17	Bom Sucesso	
18	Califórnia	
19	Cambira	
20	Corumbataí do Sul	
21	Cruzmaltina	
22	Godoy Moreira	
23	Kaloré	
24	Lidianópolis	
25	Marumbi	
26	São Pedro do Ivaí	

Fonte: elaboração da autora, adaptado de SETU (2012).

Diante do Quadro 03, percebe-se que o nível de desenvolvimento do turismo no território é baixo no ano de 2010, ano base para a elaboração do estudo. Ao final do estudo da hierarquização das dez regiões turísticas do Paraná, a região “Norte do Paraná”, ocupou a sétima posição no ranking de desenvolvimento do turismo no Estado.

Após uma atualização das regiões turísticas do Paraná, realizada em 2013, foram criadas mais quatro regiões, além das dez que já existiam. Assim, os municípios do Vale do Ivaí foram separados da região “Norte do Paraná” e agrupados na recém-criada região turística “Vale do Ivaí”. Entretanto, os municípios de Barbosa Ferraz e Corumbataí do Sul, foram agrupados na recém-criada região turística “Roteiros da COMCAM”. Essa recente configuração está ilustrada na Figura 06.

Figura 06 – Mapa das regiões turísticas do Paraná, 2013



Fonte: elaborado pela autora, adaptado de SETU (2016).

De acordo com a SETU (2016), as características das regiões turísticas às quais pertencem os municípios estudados são:

- a) Vale do Ivaí: concentra importantes santuários religiosos do Estado, como o dedicado a Santo Expedito em Apucarana e outro à Santa Rita de Cássia em Lunardelli, ambos interligados pelo circuito Rota da Fé. Os recursos naturais e o setor agrícola favorecem as atividades vinculadas ao turismo rural, ecoturismo e turismo de aventura;
- b) roteiros da COMCAM: entre os principais atrativos turísticos da região destacam-se as edificações religiosas, as peregrinações da Rota da Fé e a gastronomia com pratos típicos e festividades como a Festa do Carneiro no Buraco e a Comcam Fest. Com pousadas rurais e um dos mais expressivos equipamentos hoteleiros do Estado com fontes termais, a região é opção para descanso e lazer na área rural. Conta com duas unidades de conservação – a Estação Ecológica do Cerrado, que preserva remanescentes deste ecossistema e desenvolve atividades em educação ambiental, e o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, que além de ser refúgio de flora e fauna, possui rico patrimônio arqueológico com ruínas de uma

das 16 comunidades jesuíticas espanholas fundadas nos séculos XVI e XVII.

De acordo com o calendário do projeto “Caminhadas na Natureza no Paraná”, divulgado no site da EMATER, foram programados 15 circuitos de caminhadas no território Vale do Ivaí para o ano de 2015, conforme o Quadro 04.

Quadro 04 – Calendário de Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí em 2015

	<b>Município</b>	<b>Circuito</b>	<b>Data</b>
1	Borrazópolis	Salto Fogueira	15/03
2	Barbosa Ferraz	Cachoeira do São Joaquim/Engenho Velho	22/03
3	Cambira	Pedras do Cambira	03/05
4	Lidianópolis	Porto Ubá/Rio Ivaí	31/05
5	Lunardelli	Santa Rita de Cássia	05/07
6	Apucarana	Juruba	12/07
7	Ariranha do Ivaí	Ariranha	26/07
8	Ivaiporã	Madeira	23/08
9	Corumbataí do Sul	Morros e Colinas	30/08
10	Jardim Alegre	Rota do Café	13/09
11	Godoy Moreira	Ferraduras do Corumbataí	20/09
12	Grandes Rios	Rio Ivaí	27/09
13	Faxinal	Rota das Cachoeiras	25/10
14	Apucarana	Caminhada da Lua	28/11
15	Cambira	Bela Vista Palmeirinha	06/12

Fonte: elaborada pela autora, baseado em EMATER (2015).

Analisando o quadro, percebe-se que os municípios de Apucarana e Cambira programaram dois circuitos de caminhada durante o ano, portanto são 13 municípios que participam do projeto no território. Dos 26 municípios que compõem o território Vale do Ivaí, metade participa do projeto “Caminhadas na Natureza”, o que mostra a relevância do projeto para o território.

### 3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS DA PESQUISA

Com vista a alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada em três fases distintas. A primeira fase se refere à interpretação da bibliografia necessária para compreender o objeto de estudo e a coleta de dados referente ao recorte geográfico, o Território vale do Ivaí. A segunda, foi a pesquisa de campo, organizada em conjunto por contato telefônico com a Coordenadora Estadual de Turismo Rural da Emater, em que foram realizadas a observação e as entrevistas. E a terceira foi a organização, tabulação e tratamento dos dados, principalmente os dados referentes à análise da rede de relações sociais que se estabelecem no Projeto Caminhadas na Natureza.

A pesquisa de campo ocorreu em duas etapas, em março e maio de 2015<sup>11</sup>. A primeira etapa de coletas ocorreu entre 13 e 24 de março de 2015. Nesta etapa, as coletas aconteceram em duas comunidades rurais: no município de Borrazópolis, Bairro Salto Fogueira, e no município de Barbosa Ferraz, Bairro São Joaquim. A segunda etapa ocorreu de 29 de maio a 02 de junho de 2015, em que foi visitado o município de Lidianópolis, no Distrito de Porto Ubá. Apresentam-se, no Quadro 05, as os circuitos de Caminhadas na Natureza selecionados para a pesquisa de campo:

Quadro 05 – Caminhadas na Natureza selecionadas para a pesquisa de campo

	<b>Município</b>	<b>Circuito</b>	<b>Data</b>
1	Borrazópolis	Salto Fogueira	15/03
2	Barbosa Ferraz	Cachoeira do São Joaquim/Engenho Velho	22/03
3	Lidianópolis	Porto Ubá/Rio Ivaí	31/05

Fonte: elaborada pela autora, baseado em EMATER (2015).

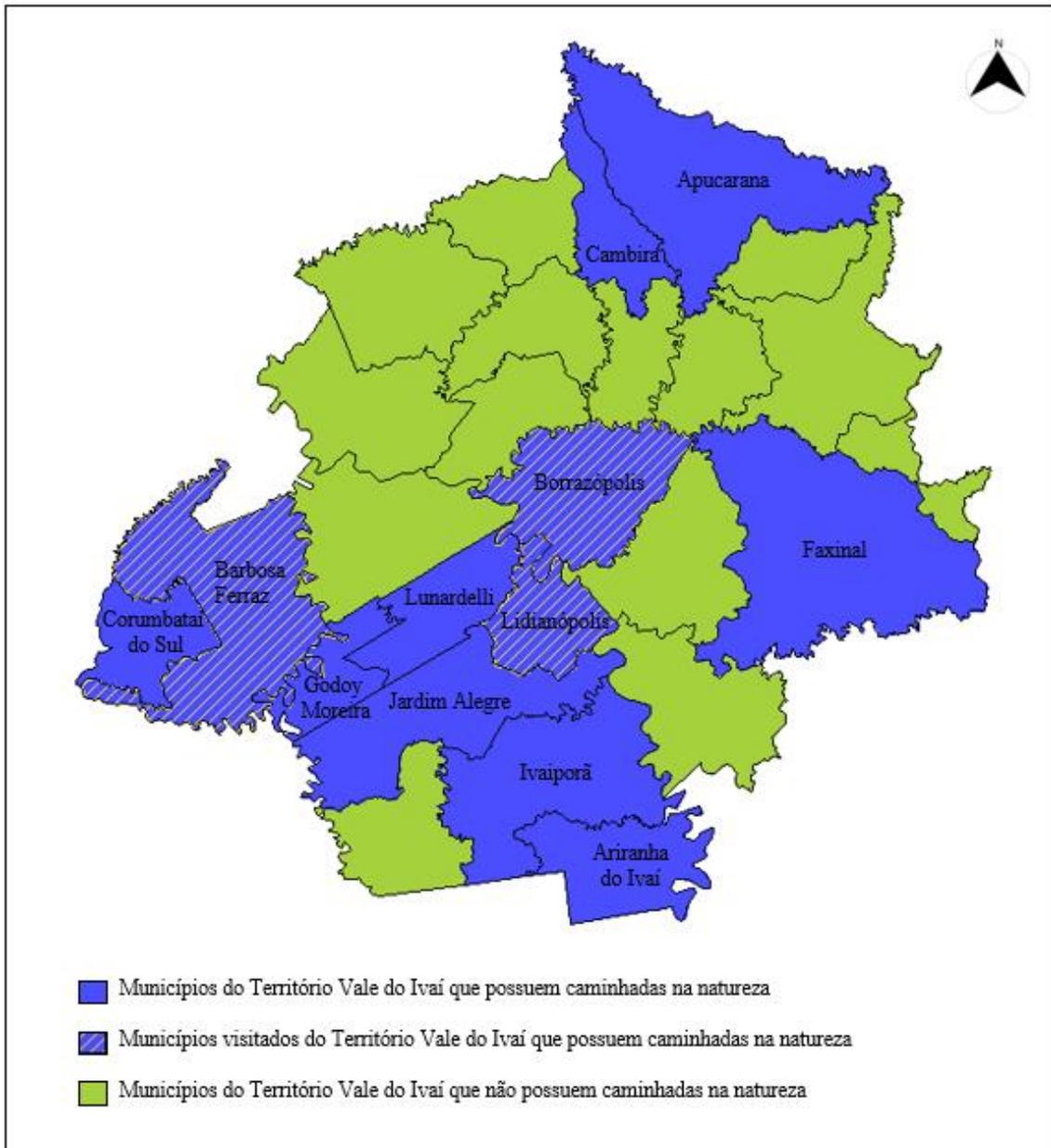
Os municípios foram selecionados de acordo com a conveniência das datas de realização das caminhadas. A quantidade de caminhadas a serem estudadas se deu em razão do número de atores entrevistados, que, por sua vez, seguiu amostragem não-probabilística intencional, a ser detalhada posteriormente.

A Figura 07 destaca os municípios do Território Vale do Ivaí que possuem caminhadas, dentre eles os municípios contemplados pela pesquisa de campo.

---

<sup>11</sup> Seria realizada uma terceira etapa de coleta de dados, no município de Corumbataí do Sul, entretanto a caminhada a ser contemplada foi cancelada na véspera devido alto volume de chuvas, que inviabilizou a realização da mesma.

Figura 07 – Mapa de ocorrência das Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí em 2015



Fonte: elaborado pela autora.

A seguir, cada etapa da pesquisa será detalhada, ordenadas pelos objetivos propostos no estudo.

### 3.3.1 Objetivo 1 – Interpretar e descrever o processo histórico do Projeto Caminhadas, considerando o ambiente político e institucional das esferas nacionais, estaduais e municipais

Para alcançar este objetivo, se fez necessária a pesquisa bibliográfica e documental para contextualizar o cenário político e institucional que proporcionou o surgimento do

Projeto no Território Vale do Ivaí. Por “processo histórico” entende-se elaborar uma interpretação acerca dos acontecimentos, desde o ambiente político institucional que favoreceu o surgimento desta política pública, até o início do projeto no Vale. Esta análise se pautou em bibliografia e documentos internos produzidos e disponibilizados pelo IVV, pela Anda Brasil e pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB-PR).

Além disso, para esta análise, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave (IC). Foi estabelecido que estes informantes seriam pessoas que protagonizaram e que estivessem diretamente relacionadas ao processo desde antes da implantação das caminhadas ao território. Os informantes-chave identificados foram:

- a) IC1 - Presidente da Anda Brasil (instituição que deu início às caminhadas do modelo IVV no Brasil);
- b) IC2 – O primeiro coordenador do projeto no Paraná e;
- c) IC3 – A coordenadora do projeto no Território Vale do Ivaí.

A preocupação neste objetivo foi compreender como o Projeto surgiu, tornou-se política pública e como foi absorvido pelo Território. Foi elaborada análise de conteúdo dos dados coletados em entrevistas e nas fontes documentais a serem pesquisadas. Os analisados foram:

- a) período de formação – em que momento o projeto surgiu e formalizou-se;
- b) arranjo institucional – quais instituições eram e são atuantes;
- c) governança – forma de organização dos atores para gerir o Projeto;
- d) objetivos do projeto – objetivos do projeto nos documentos e na impressão dos entrevistados;
- e) resultados – efeitos das caminhadas percebidos pelos entrevistados no Vale do Ivaí.

Os informantes foram entrevistados em duas etapas. Em março de 2015, durante a primeira pesquisa de campo, foi entrevistada IC3. Por sua vez, IC1 e IC2 foram entrevistados durante o Encontro Nacional da Anda Brasil, realizado em Itabirito (MG), em outubro de 2015.

### **3.3.2 Objetivo 2 - Verificar as características do mercado originado da ocorrência das caminhadas, com enfoque nas mercadorias, no trabalho e no consumo**

Para atingir este objetivo, foram realizadas observações e entrevistas semiestruturadas com agricultores, caminhantes e organizadores. Estes são os atores sociais que foram

pesquisados. Se esclarece que os agricultores entrevistados pertencem à a categoria de agricultor familiar que participam do projeto Caminhadas na Natureza, são os produtores das mercadorias. Os caminhantes são as pessoas que participam do projeto, sendo os turistas ou consumidores. E os organizadores são os agentes do Estado (governo estadual ou municipal) ou da sociedade civil, que se envolvem no planejamento e organização da caminhada, tendo um papel de intermediação, articulação e facilitação entre produtores e consumidores.

O conteúdo das gravações das entrevistas semiestruturadas e das anotações do caderno de campo foram analisados através da interpretação do pesquisador, seguindo as categorias de análise selecionadas. São elas:

- a) arranjo institucional – quais instituições são reconhecidas pelos entrevistados;
- b) governança – forma de organização dos atores para gerir o Projeto;
- c) locais de venda de produtos e serviços: onde as mercadorias são comercializadas;
- d) mercadorias: tipo de mercadoria e origem dos insumos.

A ideia deste objetivo foi analisar o mercado formado pela caminhada, focando na produção, comercialização e consumo das mercadorias.

### **3.3.3 Objetivo 3 – Analisar a rede de relações sociais existente nas Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí**

Para atingir este objetivo específico, tendo em vista que não se conhece o número exato de atores que participam da rede, deverá ser utilizado a técnica bola de neve. Este método, conforme Souza e Quandt (2008), é utilizado principalmente quando a população não é conhecida. Este método inicia com um ator ou conjunto de atores, a partir dos quais os demais componentes desta rede são rastreados. Assim, a amostra dos atores entrevistados foi dada a partir da identificação inicial de atores, que, por sua vez, indicaram outros atores a serem entrevistados.

No caso desta pesquisa, o primeiro ator entrevistado e que indicou os demais atores, foi IC3, Coordenadora Estadual do Projeto Caminhadas na Natureza do Paraná. IC3 é uma protagonista do projeto, esteve e continua atuando desde o início das caminhadas no território.

Foi estabelecido que este primeiro ator deveria indicar outros atores com os quais se relacionava a fim de participar das Caminhadas na Natureza, podendo ser agricultores caminhantes ou organizadores. Os atores indicados por IC3 deveriam ser entrevistados e, por sua vez, indicariam outros atores para a entrevista e assim por diante, conforme propõe a técnica bola de neve. Foi estabelecido que poderia haver reciprocidade de indicações, ou seja,

o ator que indicou poderia ser também indicado. Não houve limites para o número de atores indicados, sendo a quantidade de indicações e a sua reciprocidade parte do resultado a ser analisado.

Além disso, assim como pretendido no objetivo anterior, foi realizada abordagem qualitativa, em que foram entrevistadas as três categorias de através de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Nesta fase, foram analisadas as características atributivas dos atores (perfil socioeconômico e experiência com as caminhadas). Houve perguntas específicas para cada categoria de entrevistado (agricultores, caminhantes e organizadores), entretanto a maior parte das perguntas eram iguais<sup>12</sup>. Na rede de relações sociais formada com as caminhadas, cada ator representa um nó.

Com relação às características das relações, representadas pelas pontes, cada ator entrevistado, ao indicar outro ator deveria caracterizar sua relação com o mesmo. Ou seja, para cada ator indicado, o entrevistado deveria responder um questionário estruturado com perguntas acerca das características da relação que estabelece com o indicado. As características são apresentadas no Quadro 06:

---

<sup>12</sup> Ver roteiro de entrevistas em Apêndice 10.

Quadro 06 – Características e variáveis das relações sociais das caminhadas no Território Vale do Ivaí

<b>Características das relações</b>	<b>Variáveis</b>
Natureza da relação com o indicado	Eventual Negócios Profissional Amizade Familiar
Surgimento da relação com o indicado	Planejada Espontânea
Meio de comunicação utilizado com o indicado	Outros Mídias sociais E-mail Telefone Pessoalmente
Frequência da relação com o indicado	Ocasionalmente Somente na caminhada Frequentemente Todos os dias
Velocidade da resposta do indicado	Lenta Instantânea
Tempo de relação com o indicado	Conheceu recentemente Conheceu durante as caminhadas Desde antes das caminhadas
Formalização da relação com o indicado	Informal Formal
Local de residência do indicado	Outro país Outro estado Paraná Vale do Ivaí Seu Município

Fonte: elaborado pela autora.

O indicado poderia citar mais de uma variável para caracterizar sua relação com o indicado, gerando variáveis compostas. A tabulação das características das relações foi realizada utilizando o programa Excel, através de medidas simples de estatística descritiva, tais como análise de frequência e média.

A indicação de entrevistados parou, ao se respeitar dois critérios: o de viabilidade da aplicação das entrevistas com os atores indicados ou pela própria saturação das indicações. A saturação ocorreu quando sempre os mesmos atores são indicados, evidenciando o possível limite ou fronteira da rede.

Para desenhar a rede que se estabeleceu com a aplicação das entrevistas, demonstrando os atores (nós) e as relações (pontes) que a estrutura, foi utilizado o software UCINET 6 para o *Windows*, capaz de elaborar um sociograma, fornecendo um retrato virtual preciso a respeito da realidade estudada. Além disso, o UCINET 6 pode fornecer algumas propriedades da rede, expressas através de medidas anteriormente apresentadas. São elas:

- a) densidade;
- b) centralidade;

- c) intermediação;
- d) proximidade.

Foi necessário "congelar" a rede – uma vez que ela é dinâmica – em que se observou o sistema de alianças que ela uniu. É nessa perspectiva metodológica, de "congelamento" da rede, que este trabalho seguiu, por meio da análise das relações entre os atores na construção da rede configurada. Assim, foi possível compreender as características destas relações, bem como a rede que conforma o mercado das Caminhadas, compreendendo suas características estruturais, intensidade dos laços e as características atributivas dos atores.

### **3.3.4 Objetivo 4 – Analisar a repercussão das Caminhadas na Natureza para os atores na dimensão social e econômica**

Por fim, o último objetivo teve a preocupação de compreender quais foram as mudanças, na impressão do ator entrevistado, que a participação nas Caminhadas na Natureza oportunizou. Assim como nos objetivos anteriores a abordagem foi qualitativa e foi realizada análise de conteúdo. As categorias analisadas foram:

1. dimensão social: motivação, satisfação, integração e valorização;
2. dimensão econômica: ocupação, incremento de renda, novas oportunidades profissionais e criação de novos negócios (formais ou informais).

A ideia deste objetivo foi analisar a rede (e o mercado) formado pela caminhada e como isso repercutiu na vida dos atores, seja pela dimensão social em que ele pode conhecer novas pessoas, valorizar sua comunidade, fortalecer laços e; seja pela dimensão econômica, pelo surgimento de algum tipo de oportunidade de negócios e ocupação para os agricultores, seja pelo aumento da produção, incremento de renda, lançamento de algum produto criado para o público da caminhada, entre outros.

Como apresentado no Quadro 07, os procedimentos metodológicos foram estabelecidos no sentido de alcançar cada um dos objetivos específicos. Para os quatro objetivos específicos formulados, a abordagem será qualitativa. Se utilizará abordagem quantitativa durante a análise dos resultados do Objetivo 3.

Quadro 07 – Síntese dos procedimentos metodológicos

<b>Procedimentos de pesquisa</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Sujeitos</b>	<b>Técnicas</b>	<b>Fontes</b>	<b>Tratamento dos dados</b>
<b>Objetivos específicos</b>					
Objetivo 1 Interpretar e descrever o processo histórico do Projeto Caminhadas, considerando o ambiente político e institucional das esferas nacionais, estaduais e municipais	Qualitativa	Informantes chave que conheçam a história do Projeto “Caminhadas na Natureza” e documentos	Pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas	Sites, publicações, relatórios, documentos oficiais e entrevistas.	Análise de conteúdo
Objetivo 2 Verificar as características do mercado originado da ocorrência das caminhadas, com enfoque nas mercadorias, no trabalho e no consumo	Qualitativa	Agricultores familiares, organizadores e caminhantes	Entrevistas semiestruturadas e observação	Entrevistas e caderno de campo.	Análise de conteúdo
Objetivo 3 Analisar a rede de relações sociais existente nas Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí	Qualitativa e quantitativa	Agricultores familiares, organizadores e caminhantes	Entrevistas semiestruturadas e questionário	Entrevistas e caderno de campo.	Análise de conteúdo e UCINET 6
Objetivo 4 Analisar a repercussão das Caminhadas na Natureza para os atores na dimensão social e econômica	Qualitativa	Agricultores familiares	Entrevistas semiestruturadas	Entrevistas	Análise de conteúdo.

Fonte: elaborado pela autora.

O território do Vale do Ivaí, conforme apresentado, possui uma realidade complexa, que envolve aspectos interessantes, como a predominância de agricultura familiar, a vulnerabilidade social e a ausência de potencial turístico, segundo a SETU (2012). Entretanto, possui ocorrência significativa de circuitos de Caminhadas na Natureza. Isto indica que há alguma dinâmica que envolve agricultores, caminhantes e organizadores dando base a este processo. Para começar a compreender as Caminhadas na Natureza e a rede de relações que forma este mercado, o próximo capítulo dedica-se a descrever a base desta dinâmica.

## 4 PROCESSO HISTÓRICO DAS CAMINHADAS NA NATUREZA

Conforme proposto, este descreve e analisa o processo histórico do Projeto Caminhadas na Natureza até sua implantação no Vale do Ivaí. Neste capítulo serão analisados o contexto político e institucional que contribuiu para que o projeto tomasse uma proporção nacional, obtendo ao mesmo tempo capilaridade para chegar às comunidades rurais em pequenos e distantes municípios, como ocorre no território estudado.

Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico e documental acerca do cenário das políticas públicas, federal e estadual, e complementado por entrevistas com os informantes-chave que foram protagonistas deste processo.

### 4.1 CONTEXTO POLÍTICO

Até a década de 1990, conforme Lacay (2012), as políticas públicas para a agricultura, eram voltadas quase em sua totalidade para os complexos agroindustriais, assim, a agricultura familiar possuía acesso restrito a recursos financeiros.

Para Fialho e Waquil (2008), com o êxodo rural e os crescentes problemas sociais na área urbana relacionados a ele, o segmento da agricultura familiar talvez tenha ganhado espaço e importância, na dimensão social e econômica, no setor patronal da agricultura. Assim, essas tensões começaram a provocar mudanças na estrutura de poder econômico do campo e aumentar a visibilidade do segmento da agricultura familiar. Criado em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tinha por missão "promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira".

O MDA tornou-se responsável pela promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2010a, 2010b).

A partir das demandas e pressões dos movimentos sociais do campo, as políticas públicas foram intensificadas na tentativa de justificar propostas de modernização tecnológica, formas modernas de produção e diversificação de atividades (incluído aí o turismo rural) como formas de superação (CARNEIRO, 2000), integrando, portanto, a agricultura familiar ao mercado.

Conforme Arretche (2000) estudos sobre políticas públicas diferenciam dois tipos de políticas: *top down* (de cima para baixo) e *bottom up* (de baixo para cima). As políticas *top down* não se preocupam em tratar das diferenças locais e regionais, e estão voltadas para resultados econômicos, em que a dimensão social é complementar. Por sua vez, as políticas *bottom up*, levam em consideração as diferenças ambientais, tratam das diferenças econômicas e sociais entre as diversas regiões, com prioridade de resolver os problemas locais e têm como pano de fundo a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Seguindo estes princípios, as políticas públicas do MDA foram planejadas para que novas formas de integração e troca fossem permitidas, através de processos de descentralização e horizontalidade, buscando garantir a representação dos atores sociais e manter a transparência de suas instituições. Essas ideias se assemelham à noção de rede, conforme explicada anteriormente. Pode-se dizer que o ambiente acadêmico e político, estavam alinhados ao ideal de diminuição da concentração de poder e aumento da autonomia dos atores do desenvolvimento rural. Neste sentido, as políticas públicas poderiam ser operacionalizadas através da formação de redes temáticas, com a participação dos atores locais, sejam eles da sociedade civil organizada, da iniciativa privada ou do Estado, da escala local, territorial, estadual ou federal.

Para executar políticas públicas da área do turismo, o MDA criou uma rede de técnicos, instituições e representações de agricultores engajados, para promover o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar no Brasil, a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar, a chamada Rede TRAF. O objetivo desta rede era contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares. Criada em 2001, a rede pretendia subsidiar o poder público, no planejamento, operacionalização e superação das dificuldades no desenvolvimento do TRAF (CANDIOTTO, 2013).

Conforme Candiotto (2003) isso resultou na criação de uma linha de crédito específica para o turismo rural, O PRONAF Turismo Rural, conforme relata Mattei (2003, p.4):

[...] o turismo rural passou a ganhar um grande destaque nas discussões sobre alternativas para a agricultura familiar, principalmente quando se procura atacar o problema da renda e do emprego. Esta visão acabou influenciando as próprias políticas públicas, de tal modo que no mês de setembro de 2003, o Governo Federal lançou, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma linha de crédito, chamada de "PRONAF Turismo Rural", para apoiar os agricultores familiares que pretendem implementar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção.

O papel da Rede TRAF para o turismo rural foi importante, pois além das experiências empíricas vivenciadas pelos técnicos, agricultores e outros atores, toda a fundamentação teórica e conceitual presente no Programa advém das oficinas e debates promovidos pelos membros da rede. O próprio conceito de Turismo Rural na Agricultura Familiar adotado pelo MDA foi elaborado pela Rede TRAF, de modo que este é entendido como:

[...] a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos. (PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, 2004, p. 8)

A partir da criação dessas articulações, o MDA lançou, com a participação do MTUR, Rede TRAF e apoio do IICA, o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF). Lançado em 2004, o objetivo do PNTRAF era:

Promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida. (PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, 2004, p. 13).

Segundo Tadini Junior, Nitsche e Szuchman (2006), as principais ações do poder público federal foram: o apoio à formação da Rede TRAF; a criação de linhas de crédito no PRONAF para o turismo; e o desenvolvimento do PNTRAF de 2004.

Revelando a ideologia do MDA e MTUR, pode-se afirmar que o PNTRAF foca na melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, com a valorização dos agricultores familiares, e compreende o turismo, como uma atividade complementar à agricultura, como uma alternativa de emprego e renda. Candiotto (2013) alerta para que o crescimento do turismo rural, e a inserção de novos atores, como agências de viagens, empresários, guias de turismo, entre outros não conduza para uma excessiva mercantilização do espaço rural, através de uma lógica puramente econômica.

#### **4.1.1 Turismo rural no Paraná**

Para Candiotto (2013), entre os vários estados envolvidos com a Rede TRAF e com o PNTRAF, o Paraná se destaca na elaboração e execução de ações concernentes ao turismo

rural na agricultura familiar em nível nacional, em virtude do conhecimento acumulado com as experiências dos Circuitos turísticos na Região Metropolitana de Curitiba, bem como por seu corpo de técnicos que trabalham com a temática.

O processo de planejamento do turismo no Paraná, tem início na Região Metropolitana de Curitiba e ocorre a partir de 1996, em três momentos, o primeiro com uma proposta da COMEC13, o segundo por meio do Ministério do Esporte e Turismo, convênio com a Paraná Turismo e o terceiro com o Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil (LACAY, 2012).

A COMEC, com apoio da EMATER, deu início ao processo de ordenamento territorial do turismo da RMC em 1996, pois necessitava criar alternativas de renda e emprego, já que a RMC tinha e (tem) restrições para uso e ocupação do solo, por conta da ameaça do uso de agrotóxicos nas atividades agrícolas, pela especulação imobiliária e atividades industriais (LACAY, 2012). O objetivo do projeto era, principalmente, proteger os mananciais de água, que abasteciam a população, em que as ações foram organizadas pelo Programa de Saneamento Ambiental da RMC (PROSAM). Nesse contexto, em 1998, foi elaborada a primeira proposta de um circuito de turismo, no município de Colombo, conforme (Telles, 2011). A partir disso, a COMEC e Emater realizaram um levantamento de potencial do Turismo em Áreas Rurais nos municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais com a denominação de (COMEC e EMATER, 1999). Destaca-se que a atuação da Emater no turismo rural no Paraná surge destas iniciativas.

O objetivo desta proposta era ampliar as oportunidades de lazer, por meio de formatação de roteiros turísticos, revitalizar eixos históricos, recuperar elementos urbanos e edificações de valor histórico, assim como desenvolver vocações rurais da região. De acordo com a COMEC (2001, p.75):

[...] o turismo vem se configurando como uma nova alternativa de geração de emprego e renda no meio rural, ao mesmo tempo em que contribui com a conservação ambiental e com o resgate étnico-cultural das populações locais. Em 1998, foi implantado um projeto piloto de Turismo Rural em Colombo, que contempla a região do aquífero Karst, importante manancial de água subterrânea.

O Anel de Turismo buscava aproveitar principalmente os recursos naturais essas da RMC, oferecendo produtos relacionados às modalidades de turismo de natureza, tais como o Ecoturismo e o Turismo de Aventura. Além disso, o Turismo Rural, visava o

desenvolvimento de atividades que propiciem complementação de renda e valorização dos agricultores, evitando o êxodo rural (PARANÁ, 2002).

Além da iniciativa da COMEC e Emater, que tinham a preocupação da conservação ambiental, soma-se o fato de que nesta época a Secretaria de Estado do Turismo (SETU) estava envolvida com a organização institucional do turismo nas prefeituras, operacionalizando o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado pelo governo federal da época. Para Teles (2011), isso oportunizou o planejamento e organização do turismo rural como produtos turísticos na RMC.

De acordo com Telles (2011) o programa de turismo rural da EMATER/COMEC foi pioneiro em aliar a preocupação ambiental com o turismo rural, que até hoje se faz presente:

Aliado aos recursos naturais, as características predominantemente rurais da população, possibilitam a exploração do Turismo Rural em propriedades de agricultura familiar, onde o visitante tem a oportunidade de conhecer as atividades típicas do trabalho no campo, a cultura local (com seu artesanato, festas, arquitetura) e principalmente a gastronomia, que além de ser um atrativo também é um serviço necessário (NASCIMENTO; BELTRÃO, 2004).

O desenvolvimento do turismo na região, segundo Teles (2011), se deparou com problemas institucionais. A mudança de governo estadual, seguido pelas mudanças de dos governos municipais, representou empecilhos na continuidade dos projetos e ações iniciados. Além disso, foi o término do contrato de financiamento do Programa de Saneamento Ambiental (PROSAM).

A proposta de turismo rural no Paraná, ilustrada na Figura 08, visava a sustentabilidade, ou seja, que "os municípios envolvidos através de seus organismos públicos e privados pudessem conjuntamente gerir os projetos locais, preferencialmente com uma liderança baseada na sociedade civil organizada" (NITSCHKE; SZUCHMAN, 2005, p. 8).

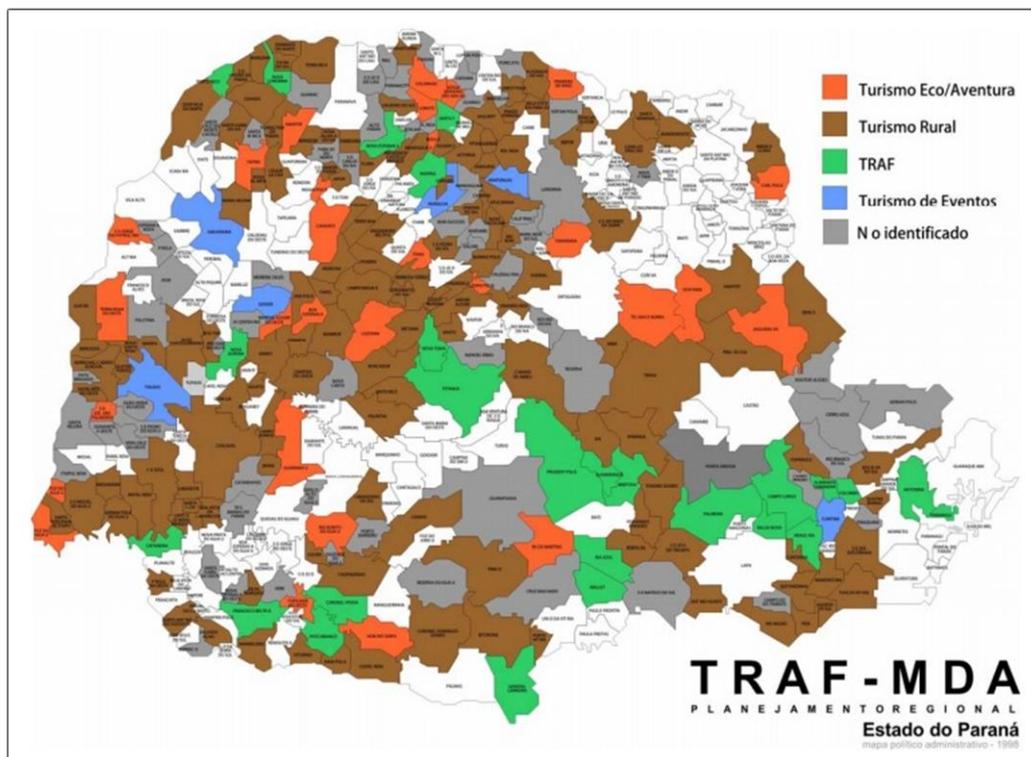


geração de renda e resgate do modo de vida no campo, agregando valor aos produtos das famílias rurais.

Relata Lacay (2012) que, neste momento, a Emater centrou suas ações no Projeto Caminhadas na Natureza. Na visão do autor, esta ação era valorizada pela mídia.

Além das Caminhadas na Natureza, com o Projeto TRAF, ocorreram ações relacionadas à realização de reuniões, cursos, encontros regionais e estaduais, excursões técnicas e material informativo. Lacay (2012) afirma que boa parte dos recursos financeiros dedicada a essas ações adveio do MDA e as executoras foram a Emater e a Ecoparaná.

Figura 09 – Mapeamento do turismo rural no Estado do Paraná, em 2006.



Fonte: ECOPARANÁ (2006).

De acordo com relatório da Ecoparaná (2006), as ações do projeto atenderam a demanda de 94 municípios paranaenses. Ademais, para Lacay (2012), entre os trabalhos mais importantes da Ecoparaná, no Projeto TRAF, foi o mapeamento do turismo rural no estado<sup>14</sup>, conforme a Figura 09. Destaca-se que, em 2006, as Caminhadas na Natureza ainda não ocorriam no Paraná.

<sup>14</sup> O mapeamento foi realizado através do envio de formulários, via correio, a serem preenchidos pelas 399 prefeituras paranaenses. Houve retorno de mais de 240 formulários, obtendo-se um esboço dos diversos segmentos de turismo no espaço rural, sendo: ecoturismo, turismo rural, TRAF, eventos e religioso.

Para Lacay (2012), foi o projeto mais importante do ponto de vista estratégico para o TRAF no estado. Entretanto, o autor argumenta que:

Seu escopo ficou limitado pela ausência de continuidade nas ações programadas e em grande medida pela desarticulação de programas estaduais com os orçamentos locais para o desenvolvimento de ações para atingir o grande problema que se diagnosticava, a ausência de mecanismos claros de comercialização do produto turismo rural. (LACAY, 2012)

Após diversos encontros e debates do grupo TRAF Paraná, composto pela SETU, Ecoparaná, SEAB15 e Emater, em 31 de maio de 2006, o governo estadual cria a lei n. 15.143, definindo as atividades turísticas que especifica como serão desenvolvidas as atividades de turismo rural na agricultura familiar. Nela, o governo estabelece as características dos agricultores familiares, os princípios do turismo rural na agricultura familiar, os conceitos de turismo rural na agricultura familiar, unidade de produção familiar e unidade de planejamento de turismo rural. Nesta lei, são considerados agricultores familiares, aqueles que: possuam até 50 hectares de área (sejam proprietários ou não); desenvolvam atividades agropecuárias de subsistência; sejam os administradores diretos da propriedade.

Com relação ao conceito de turismo rural na agricultura familiar, o Paraná adota a mesma definição do PNTRAF, que é anterior à criação das diretrizes paranaenses. Segundo esta lei, os tipos de atividades que caracterizam o turismo rural na agricultura familiar são diversificados, envolvendo atividades agrícolas, para-agrícolas (processamento e beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal) e não-agrícolas. A partir da criação da Lei, no início de 2007, a SEAB e a SETU assinaram um Termo de Cooperação Técnica para trabalhar em conjunto na elaboração e execução do Programa de Turismo Rural do Paraná, em que o Projeto Caminhadas na Natureza fazia parte.

Assim, a partir de 2007, a SEAB, em conjunto com a EMATER, coordenou o Projeto Caminhadas na Natureza no Paraná, com o apoio da Confederação Brasileira de Caminhadas, Esportes Populares e Inclusão Social (Anda Brasil).

---

15 Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) é órgão que coordena e executa programas de melhoria da qualidade de vida das populações rurais e do manejo adequado dos recursos naturais. Conta, em sua estrutura, com 20 núcleos regionais e 120 unidades veterinárias (PARANÁ, SEAB, 2015). Através da Emater, mantém desde 2003 o turismo como uma atividade em desenvolvimento. A SEAB foi membro efetivo do Conselho do Turismo do Paraná até 2014. O Conselho é vinculado ao Secretário de Estado do Turismo e auxilia na formulação, no acompanhamento e na avaliação dos planos, programas, projetos e atividades previstas na Política Estadual de Turismo. No conselho, a SEAB participou da Câmara Temática de Segmentação do Turismo, que, a partir de discussão e produção técnica, planejou, organizou e executou algumas das ações do segmento de turismo rural. A Emater segue como membro efetivo do Conselho Paranaense de Turismo (LACAY, 2012).

## 4.2 CAMINHADAS NA NATUREZA

As caminhadas no espaço rural surgiram, de acordo com o IVV (2015), logo após a Segunda Guerra Mundial na Europa. O objetivo de caminhar no interior das províncias e na periferia das grandes cidades centrou-se em estimular as atividades comerciais destas regiões abaladas pela guerra. Desde então, os caminhantes começaram a organizar-se formalmente em clubes de caminhadas no sentido de formarem grupos de interação social. O IVV foi fundado em 1968 na Alemanha, sendo a Áustria, Liechtenstein e Suíça países co-fundadores (IVV, 2015).

Com o crescimento da atividade turística e valorização dos patrimônios cultural e natural das localidades, as caminhadas começaram a ser utilizadas como fator de integração e inclusão social entre as populações regionais, caracterizando-se como uma atividade popular e democrática, sendo nomeada como um esporte popular (ANDA BRASIL, 2007). Os esportes populares promovidos pelo IVV não possuem caráter competitivo e, além da caminhada, o *hiking* (subida de montanha), o ciclismo e a natação são as principais categorias. Em 2014, ocorreram mais de 7.500 eventos de esportes populares, os quais compreenderam mais de 10 milhões de participações distribuídas por 50 países federados, segundo os números do IVV (2015).

### 4.2.1 Caminhadas na Natureza no Brasil

Em nosso país, o desenvolvimento das caminhadas acontece desde os anos 1990, porém de maneira informal. Quem iniciou este trabalho foi IC1, fundador e atual presidente da organização não governamental Anda Brasil. IC1, engenheiro eletricitista de formação, mudou-se para a área rural de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, após residir três anos na Inglaterra exercendo a profissão. Já no Brasil, iniciou a criação de cabras e, para viabilizar sua produção, acreditava que deveria convencer seus vizinhos a também criar cabras, formando uma cadeia produtiva. Entretanto, ao participar de um curso da Queijaria Escola de Nova Friburgo<sup>16</sup>, IC1 conheceu o técnico francês enviado pelo Instituto Regional de Cooperação e

---

<sup>16</sup> Situado na Casa Suíça, um dos atrativos turísticos de Nova Friburgo, a Queijaria Escola foi criada em 1987. É o primeiro projeto desenvolvido pelo Instituto Fribourg-Nova Friburgo, o qual objetiva promover a aproximação e o intercâmbio social e cultural entre Brasil e Suíça, melhorando a qualidade de vida de Nova Friburgo e região (CASA SUÍÇA, 2016).

Desenvolvimento (IRCOD)<sup>17</sup>, Jean-Marie Henry. O técnico fora enviado para contribuir com o processo de desenvolvimento da região e alertou IC1 para o potencial em turismo rural que seu distrito possuía. Além de criação de cabras, os vizinhos de IC1 (também de origem urbana) produziam bromélias, trutas, artesanatos, agricultura orgânica e também ofereciam serviço de massagem (*shiatsu*). Diante da diversidade de atividades agrícolas e não-agrícolas, somando a localização estratégica de apenas 10km da sede de Nova Friburgo, IC1 percebeu que turismo rural poderia ser uma boa alternativa de desenvolvimento da comunidade.

Durante a entrevista, IC1 não soube precisar o ano, mas no início dos anos 1990, após elaborar um primeiro projeto de turismo rural no modelo de organização social, conforme sugerido pelo IRCOD, IC1 foi convidado a ir para a Alsace (leste da França) conhecer o turismo rural da região para evidenciar como era desenvolvido. Nesta visita, IC1 conheceu a Federação Francesa de Esportes Populares, filiada ao IVV, e a metodologia de organização de caminhadas:

Chegando lá eu fui apresentado à Federação Francesa de Esportes Populares, o IVV, que era um parceiro do IRCOD. Aí eu vi que era isso mesmo, que eu achava aquilo legal. Aí voltei e comecei a chamar vizinhos, por iniciativa pura, assim, sem poder público, sem ninguém. Tanto que a prefeitura nem sabia que a gente estava fazendo essas articulações. Eu era diretor da associação comercial, era da organização da sociedade civil pura e simplesmente. (IC1, 56, Presidente da Anda Brasil).

Entre voltar da França e organizar o primeiro circuito de caminhadas em seu distrito houve um intervalo de três anos. Entretanto, era um projeto de turismo rural, em que a caminhada era um componente a mais (um produto turístico).

O primeiro circuito foi em 1996. Demorou três anos para organizar todo mundo e lançar o primeiro circuito. Nós trabalhamos muito! Era um circuito de turismo rural e as caminhadas eram um ingrediente a mais. A ideia era o turismo rural, que nós organizamos, nós finalizamos... para você ter uma ideia, em Nova Friburgo não existia nem um tipo de atividade de turismo. Eu, IC1, comecei a ir para as reuniões de governo de estado, de município... nós criamos um fórum estadual de secretários de turismo e o secretário de turismo de Nova Friburgo não foi, eu fui como iniciativa privada. Eu assinei a ata... e eu era convidado! Nós fizemos um centro de informações do nosso circuito, porque o centro de informações da prefeitura não funcionava. E nós ganhamos uma grande visibilidade. Nesse momento o SEBRAE descobriu a gente. Participamos de uma série de vídeos do "Meu Negócio é Turismo". São onze ou doze capítulos e nós somos exemplo em quatro! Turismo Rural era a gente, produção associada era gente... sobre esse processo de organização social independente era eu que falava... sobre o centro de visitantes, como é que organizou as pessoas. Então isso deu uma grande visibilidade. (IC1, 56, Presidente da Anda Brasil).

---

<sup>17</sup> Associação local sem fins lucrativos criada em 1986 na Região da Alsace, França. Representa mais de 100 coletivos territoriais rurais. O regimento confere a seus membros a possibilidade de estabelecer convênios com autoridades locais estrangeiras, mantendo ações de cooperação e desenvolvimento (IRCOD, 2016).

Com a visibilidade adquirida pelo modelo de turismo rural e organização social independente implantado em Nova Friburgo, IC1 foi convidado a ser consultor do SEBRAE em turismo rural e organização social e iniciou a difusão dos circuitos de caminhada pelos municípios vizinhos, já sob a alcunha de “Caminhadas na Natureza”. Deste trabalho surgiram 12 circuitos, sendo cinco em Nova Friburgo. Segundo IC1, já se visava nesta época transformar essas ações em programa de estado.

Para além das consultorias, sem conseguir precisar as datas, IC1 começou a palestrar em todo o Brasil e a representar o turismo rural nas discussões sobre o tema em Brasília, no então Ministério de Indústria, Comércio e Turismo (MICT), tornando-se membro da ABRATURR (Associação Brasileira de Turismo Rural), fundando uma representação estadual no Rio de Janeiro. Com o apoio do MICT e do SEBRAE, a ABRATURR-RJ difundiu mais ainda as caminhadas naquele estado, resultando em 32 circuitos cadastrados no IVV.

Neste ínterim, houve mudança no governo federal e foram criados o Ministério do Turismo (MTUR) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003. Nos dois ministérios houve trabalhos no segmento de turismo rural. Por seu lado, o MTUR focou a política em ações para o fortalecimento dos segmentos de turismo, dentre eles o rural, em que a segmentação era parte de uma estratégia de marketing visando o crescimento do turismo do Brasil. O MDA, por outro lado, voltou sua política na direção da diversificação econômica de propriedades da agricultura familiar, na qual o turismo rural poderia ser uma alternativa de ocupação e complemento de renda para as famílias.

A pessoa designada para coordenar o turismo rural no MDA foi IC2, oriundo da EMATER-PR. IC2 foi um dos entrevistados desta pesquisa, pois foi protagonista da implantação das Caminhadas na Natureza no Paraná. Após a passagem pelo MDA, IC2 retornou ao Paraná e exerceu cargo de assessoria técnica do Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB-PR) entre 2007 e 2010. Atualmente IC2 é assessor técnico em meio ambiente do Ministério Público do Paraná.

Uma das ações do MDA, na época, era o treinamento de técnicos municipais da Emater e prefeituras para o tema turismo rural, através de oficinas regionais.

Durante uma visita ao Rio de Janeiro, IC2 e IC1 se conheceram. Segundo IC2:

Em 2004, nessa minha ida ao Rio, eu conheci o IC1, que tinha um trabalho muito interessante com as caminhadas. Num primeiro momento, achei que era um trabalho mais voltado para o esporte, de esforço físico e não demonstrei muito interesse. Mas

aí eu fui me aprofundando... (IC2, 58, assessor técnico do Ministério Público do Paraná).

Em 2005, IC1 organizou, em conjunto com o IVV e Federação Francesa de Esportes Populares, uma missão técnica em que foram convidados alguns interessados em conhecer os eventos de caminhadas na Europa com o objetivo de compreender sua organização e dinâmica. Acompanhado de um grupo da região de Foz do Iguaçu (PR), IC2 foi um dos participantes desta missão:

Em 2005, teve uma missão técnica para a Europa e eu fui. Nessa minha ida eu conheci os parceiros internacionais: o IVV e a Federação Francesa de Esportes Populares. Eu, ao conhecer o trabalho na França e na Alemanha, achei que tinha tudo a ver com a extensão rural. Me identifiquei com esse projeto (IC2 Bueno, 58, assessor técnico do Ministério Público do Paraná).

Por ser servidor público e ter atuado muitos anos na extensão rural, IC2 observou o projeto das caminhadas como uma possível política pública nacional de turismo rural, em que as caminhadas poderiam ser uma estratégia transversal para a promoção o desenvolvimento rural, com a inclusão dos agricultores familiares. Além disso, ao contrário da organização informal do IC1 (que já não fazia mais parte da ABRATURR), o MDA possuía meios de difundir o projeto em âmbito nacional, através principalmente do financiamento do treinamento dos técnicos da Rede TRAF, os quais iriam coordenar e operacionalizar os projetos a nível estadual e local.

Para legitimar e formalizar o apoio do MDA ao projeto das caminhadas, percebeu-se, então, a necessidade da criação de uma entidade que representasse as Caminhadas na Natureza.

Depois que eu saí da ABRATURR, eu não queria deixar morrer, porque eu tinha um monte de parceiros na França, que esperavam um resultado do trabalho no Brasil. E, na minha cabeça, eu não queria largar um projeto de caminhadas que eu acredito, que eu gosto. Mas eu pensava que seria uma entidade local (IC1, 56, Presidente da Anda Brasil).

Conforme IC2:

Ao voltar para o Brasil, eu falei para o IC1 que o trabalho tinha que ser mais organizado. E que passava pela criação de uma entidade nacional, passava pelo treinamento de técnicos, formatação deste trabalho. Nós tínhamos que formatar ele, fazer multimídia, fazer material... então 2005 e 2006 foi muito rico. Todo esse trabalho culminou em 2006, com a primeira caminhada em Copacabana, o Walking Rio, um produto internacional. E nesse evento de 2006, foi criada a Anda Brasil,

como uma entidade que seria organizadora disso (IC2, 58, assessor técnico do Ministério Público do Paraná).

Conforme o depoimento de IC2, em 2006, para o credenciamento oficial dos circuitos de caminhadas brasileiras no IVV, foi necessária a criação da organização não governamental Anda Brasil, com sede no interior do Estado do Rio de Janeiro, imbuída de organizar e cadastrar circuitos nacionais, realizar a interlocução dos Estados com as entidades internacionais no sentido de qualificar e promover os roteiros e circuitos brasileiros (ANDA BRASIL, 2007).

O projeto cresceu em âmbito nacional devido ao apoio financeiro e institucional do MDA na capacitação de técnicos e lideranças de diversos Estados do país em oficinas Macrorregionais; da viabilização da participação da Anda Brasil no Salão de Turismo; de Missões Técnicas Internacionais; e da mobilização da Rede TRAF na formatação de 106 circuitos iniciais de caminhadas, lançados em 2007 (ANDA BRASIL, 2007).

Com relação ao apoio financeiro do MDA ao projeto, IC2 revela:

O trabalho aconteceu pelo MDA. Dentro do ministério existiam dois projetos de cooperação internacional: um do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, o IICA, e outro com a FAO<sup>18</sup>. Para ter a facilidade que eu tinha para passagens aéreas, pagar consultorias, o IICA foi fundamental. Então dentro do MDA foi muito fácil trabalhar as propostas do TRAF. Não era da mesma maneira fácil no MTUR. Nós tínhamos uma articulação, mas todas as publicações, vídeos, tudo foi pago pelo MDA. E o MTUR teve uma participação muito pequena, muito efêmera. Uma das razões, eu acho assim: eles não viam o turismo rural como produto turístico. Até hoje, em alguns estados, o órgão oficial de turismo não vê isso como turismo. Acho que o MTUR não tem publicação sobre isso, acho que não tem portaria, esse tipo de coisa. O que no MDA você encontra (IC2, 58, assessor técnico do Ministério Público do Paraná).

IC1, em sua entrevista, opina que a disseminação das Caminhadas na Natureza a nível nacional ocorreu devido ao apoio do MDA, enfatizando uma certa divergência ideológica com a visão do MTUR, assim como relata IC2. IC1 justifica a aproximação do MDA, em detrimento do MTUR, baseando-se na forma de olhar para o agricultor familiar de uma maneira especial, compreendendo suas especificidades em desenvolver atividades de turismo rural.

Desde o início da Anda Brasil, em 2006, eu sempre apostei veementemente no MDA. Por conta disso, eu já tive várias oportunidades de me aproximar do MTUR, mas alterando ideologicamente os conceitos. Eu não admito essa mudança. Na época que começou a ter um programa de governo que era da produção associada ao turismo. Eu fui contra. Eu briguei. Aí eu não participei, porque queriam juntar a

---

<sup>18</sup> Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

gente com hotel fazenda. [...] E como eles queriam colocar tudo junto no mesmo saco. É como juntar o agricultor convencional com o agricultor familiar, não dá... são políticas diferentes. Então, eu era o cara que levantava a bandeira de ter políticas diferenciadas. Então por conta dessa forma de olhar, é que o MDA é o grande parceiro e se ele não tivesse investido, nada disso estaria acontecendo (IC1, 56, Presidente da Anda Brasil).

De acordo com a SEAB-PR (PARANÁ, 2008), a Secretaria Nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), atribuiu ao projeto âmbito nacional através do treinamento de técnicos da Extensão Rural para a organização do turismo na agricultura familiar, fortalecendo iniciativas preexistentes e criando outras, incluindo-se os circuitos de caminhadas nas comunidades rurais.

#### **4.2.2 Caminhadas na Natureza no Paraná**

No Paraná, o projeto das caminhadas iniciou com a participação de técnicos da Emater na I Oficina de Caminhadas, realizada ainda em 2005, em Casimiro de Abreu (RJ). A realização desta oficina foi possível com o apoio institucional e financeiro do MDA. De acordo com IC2:

Para Casimiro de Abreu foram dois técnicos de duas regiões do Paraná: a Região Metropolitana de Curitiba e a região de Foz do Iguaçu. Ambos eram da Emater (IC2, 58, assessor técnico do Ministério Público do Paraná).

Após esta primeira oficina, somando a vivência da missão técnica do grupo da região de Foz do Iguaçu, o Paraná realizou seu primeiro circuito de caminhada em 07 de setembro de 2005 em São Miguel do Iguaçu. Contando com apoio da prefeitura e ampla divulgação, o evento contabilizou a participação de cerca de três mil pessoas.

Embora o Paraná tenha realizado esta primeira caminhada, o projeto iniciou oficialmente em âmbito nacional em 2006, em três estados brasileiros, além do Rio de Janeiro, sendo Mato Grosso, Paraíba e Paraná.

Em 2007, IC2 retorna ao Paraná para assumir a assessoria técnica do Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento. Embora sua assessoria ultrapassasse o tema turismo rural, continuou coordenando as atividades na área, mas na esfera estadual:

Em 2007 nós começamos a realizar as oficinas porque nós viramos governo no Paraná. Mas nós fazíamos no Paraná as oficinas com abrangência nacional. Vinham técnicos do Brasil inteiro nas nossas oficinas (IC2, 58, assessor técnico do Ministério Público do Paraná).

Quando questionado do porque a Emater foi a instituição que assumiu este trabalho com as Caminhadas na Natureza, IC2 responde que:

A Emater é a empresa de extensão rural, pública e oficial, né? Ela é quem trabalha com as áreas rurais. Eu sempre entendi que o melhor profissional para formatar um produto turístico TRAF é o extensionista. Ele pode ser da Emater, ser 'ongueiro', ser um professor, um universitário, pode ser qualquer um, desde que seja extensionista. E, na minha visão, a formatação de um produto turístico, com essa visão do extensionista, fica mais rica, fica mais identificada. Ele tem um processo ideológico maior. Então a Emater entrou pelas atribuições que ela tem e também pelas facilidades que eu tinha na época, de aplicação de dinheiro, de programas, de pagar consultorias, enfim. (IC2, 58, assessor técnico do Ministério Público do Paraná).

No Paraná, de acordo com a SEAB (PARANÁ, 2008), em 2007, a SEAB em conjunto com a Emater-PR, propuseram as caminhadas como política de estímulo ao desenvolvimento territorial sustentável e lançaram o Projeto Caminhadas na Natureza como ação de incentivo e promoção do TRAF.

#### **4.2.3 Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí**

A participação do Vale do Ivaí iniciou em 2007, quando foi realizado, em Caxias do Sul (RS), um curso sobre "Manejo de Trilhas" para Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Região Sul, uma parceria da SAF/MDA com a Escola de Agriturismo de Caxias do Sul. Com o apoio do MDA e Emater, participou deste curso um grupo de oito técnicos, entre eles IC3, técnica do Escritório Regional de Ivaiporã.

IC3 é a terceira entrevistada para relatar o início das caminhadas no Vale do Ivaí, pois foi protagonista do desenvolvimento do projeto no território. IC3 é responsável pelo Projeto Caminhadas na Natureza desde o início na região de Ivaiporã. Desde 2012 é responsável pelo projeto em âmbito estadual e é Coordenadora Estadual de Turismo Rural da Emater-PR.

Neste curso, IC3 conheceu IC1, que era um dos palestrantes. Segundo IC3:

Daí durante o curso de trilhas, o Violento, que era Presidente da Anda Brasil deu uma palestra de meia hora dizendo o que era uma caminhada. Daí aquilo me veio na cabeça, me deu um estralo, né? 'Poxa, mas isso na minha região seria muito bom para o pessoal conhecer'. Porque essa região sempre foi conhecida pelo baixo IDH, pela pobreza. As pessoas dizem: 'ah, lá é um lugar pobre, é não sei o que'. E isso me irritava. Nós somos um lugar pobre? Somos. Mas aqui tem muitas coisas boas: pessoas, etnias, costumes... É um lugar lindo, tem uma geografia linda. Então aquilo me doía quando eu ouvia. Então eu fiquei pensando nisso. (IC3, 61, Coordenadora Estadual de Turismo Rural da Emater-PR)

Na palestra de IC1, IC3 imediatamente percebeu o potencial de sua região, que, embora pobre, possuía elementos estéticos e culturais impressos na paisagem que poderiam ser apropriados pelo turismo e poderiam mudar a impressão das pessoas sobre seu próprio lugar, valorizando-o.

IC3 relata ainda que durante este curso em Caxias do Sul, IC2 anunciou a realização da II Oficina Nacional de Caminhadas na Natureza que ocorreria em setembro daquele ano em Curitiba (PR). Neste evento, segundo a SEAB (PARANÁ, 2008), foram capacitados 40 técnicos municipais, oriundos de todas as regiões do estado, para planejar, organizar e executar circuitos de caminhada, conforme padrões internacionais estabelecidos pelo IVV.

Como técnica regional da Emater, IC3 indicou três técnicas dos escritórios municipais para participar da II Oficina, que segundo ela, já voltaram com dois circuitos idealizados. Estes dois circuitos fizeram parte do primeiro calendário de Caminhadas na Natureza no Paraná, lançado em 2008, com inicialmente 20 circuitos.

O primeiro circuito realizado na região de Ivaiporã ocorreu em Manoel Ribas<sup>19</sup>, no dia 21 de abril de 2008. O chamado “Circuito Jacutinga” reuniu 262 pessoas. De acordo com IC3, antes da realização deste primeiro circuito, “ninguém acreditava que alguém iria caminhar”, mas após a caminhada, ela recebeu diversos e-mails de caminhantes dizendo que gostaram e que queriam caminhar mais.

Com o retorno positivo por parte dos caminhantes, organizadores e agricultores, IC3 relata que contatou IC2 e solicitou a realização de uma Oficina Regional de Caminhadas. Esta oficina contou com a participação de 40 pessoas da região, sendo elas técnicos dos escritórios municipais da Emater e técnicos das prefeituras da região de Ivaiporã. Logo após a oficina, ocorreu a caminhada em Lunardelli, onde participaram 360 pessoas. A caminhada no circuito Santa Rita de Cássia foi realizada em 20 de julho de 2008.

IC3 afirma que, com a realização da oficina regional, os técnicos idealizaram mais cinco circuitos que foram incluídos no calendário de 2009. Sendo, então, sete circuitos da Regional de Ivaiporã da Emater e, destes, quatro pertencem ao Território Vale do Ivaí:

- a) Borrazópolis – Circuito da Comunidade Placa São Vicente;
- b) Faxinal – Circuito Rota Cachoeira da Fonte;
- c) Grandes Rios – Circuito Rio Ivaí;

---

<sup>19</sup> No Território Vale do Ivaí é sobreposto por três regiões administrativas da Emater: Apucarana, Campo Mourão e Ivaiporã. O município de Manoel Ribas não pertence ao Território Vale do Ivaí, escolhido como área de estudo para a pesquisa, porém pertence à região de Ivaiporã, onde a IC3 atua. Por ser a primeira experiência em caminhadas da região, julgou-se importante incluir o município de Manoel Ribas na análise reconstrução do processo histórico do Projeto Caminhadas na Natureza no Vale.

d) Lunardelli – Circuito Santa Rita de Cássia.

De acordo com o calendário do projeto Caminhadas na Natureza no Paraná, divulgado no site da Emater, foram programados 15 circuitos de caminhadas no Território Vale do Ivaí para o ano de 2015, conforme Quadro 08.

Quadro 08 – Calendário de Caminhadas na Natureza do Território Vale Do Ivaí em 2015

	<b>Município</b>	<b>Circuito</b>	<b>Data</b>
1	Borrazópolis	Salto Fogueira	15/03
2	Barbosa Ferraz	Cachoeira do São Joaquim/Engenho velho	22/03
3	Cambira	Pedras do Cambira	03/05
4	Lidianópolis	Porto Ubá/Rio Ivaí	31/05
5	Lunardelli	Santa Rita de Cássia	05/07
6	Apucarana	Juruba	12/07
7	Ariranha do Ivaí	Ariranha	26/07
8	Ivaiporã	Salto do Bulha	23/08
9	Corumbataí do Sul	Morros e Colinas	30/08
10	Jardim Alegre	Rota do Café	13/09
11	Godoy Moreira	Ferraduras do Corumbataí	20/09
12	Grandes Rios	Rio Ivaí	27/09
13	Faxinal	Rota das Cachoeiras	25/10
14	Apucarana	Caminhada da Lua	28/11
15	Cambira	Bela Vista Palmeirinha	06/12

Fonte: a autora, baseado em EMATER, 2015.

Os 15 circuitos estão distribuídos em 13 municípios, pois Apucarana e Cambira possuem dois circuitos de caminhada credenciados na Anda Brasil e no IVV. Segundo o relatório interno da Emater de 2015 (EMATER, 2016), ocorreram no Paraná 128 circuitos de caminhadas, com a participação de 42 mil caminhantes. O gasto médio por caminhantes nas comunidades rurais paranaenses, de acordo com a Emater, é R\$ 28,50. Nas caminhadas do Vale do Ivaí houve a participação de aproximadamente 2,5 mil pessoas.

Embora os resultados quantitativos do projeto sejam significativos, em termos de participação popular e dinamização econômica para os agricultores familiares envolvidos, na impressão dos entrevistados, os resultados das Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí possuem natureza subjetiva.

Para IC1, o resultado foi positivo, em termos de articulação, de capacitação, de treinamentos, de formatação de circuitos e de abrangência, que de seve muito à atuação da Emater, sua credibilidade e condições:

Positivo, super positivo. Nós temos dois estados ícones: o Mato Grosso e o Paraná. Não por acaso, nos dois estados, as caminhadas são tratadas como políticas públicas. No Mato Grosso, quem toca é a Secretaria de turismo e no Paraná era a SEAB e a Emater. Mas, agora, no Mato Grosso, as caminhadas pararam de ser política de governo, quem está tocando são as prefeituras e as pessoas do lugar. O Paraná é exemplo, muita gente tem usado... eu mesmo apresento o Paraná como

*case* de sucesso nas palestras, sempre cito o Paraná. Eu mando para os meus parceiros o Termo de Cooperação que nós temos com o Paraná como modelo. Para dizer que tem erro, é porque eu estou sendo muito exigente. Eu uso como exemplo, mas nos bastidores eu aperto, discuto, mas é para melhorar. Para sempre melhorar.

Para IC2, os resultados do projeto apontam para um sentido de transformação do território. Antes, visto por ele como problemático devido a impactos ambientais causados pela agricultura intensiva, em que a produção agrícola e a dimensão econômica são privilegiadas e, atualmente com as caminhadas, as comunidades e as pessoas são colocadas em evidência. A participação dos agricultores com autonomia, tornando-se atores do processo de desenvolvimento, é fator de regozijo para o entrevistado.

É muito gratificante ver a evolução desse projeto. O Vale do Ivaí tem potencialidade, mas tem muito problema. O Vale do Ivaí foi muito impactado pela agricultura. Muito veneno, muito agrotóxico, muita degradação das águas, das fontes. As cidades muitas delas tiveram dificuldades de crescimento pela não-industrialização, por problemas políticos. Foi uma das últimas regiões a receber asfalto. O Vale do Ivaí sempre teve muita dificuldade. A caminhada entra e entra o lado do povo. Do povo participar, de ter uma identidade, de ter um produto. Então é muito gratificante.

Corroborando com o depoimento de IC2, a visão de IC3, a respeito dos resultados do projeto, demonstram a mudança que o Território apresenta em sua identidade:

Olha, eu vejo assim: aquela imagem que eu tinha que aqui é uma região pobre, feia, só de pobres, nós conseguimos tirar. Porque no estado se fala: ‘a região das caminhadas, né?’. Todo mundo me conhece, me vê. Eu até fiquei com medo de assumir a coordenação, porque todo mundo fala: ‘lá vem a mulher das caminhadas, né?’. Aí eu comecei a mandar muito nos e-mails para divulgar. Eu queria divulgar a região e isso foi divulgado, sabe? Hoje a região é conhecida pelas caminhadas. As pessoas vêm. Você vê, hoje nós temos grupos de vêm de Maringá, de Londrina, de Apucarana, Campo Mourão, Guarapuava... tudo vem para a região. Esse pessoal não vinha antes e, se não fosse pelas caminhadas, eles não conheceriam a região”.

IC3, além de destacar a transformação na imagem e identidade da região que ocorreu após o início do projeto, relata o fluxo turístico regional originado da participação de pessoas residentes de cidades de porte médio localizadas próximas ao Vale do Ivaí. Neste sentido, ao analisar desenvolvimento rural, Kageyama (2008) afirma que os estudos rurais recentes consideram que o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, principalmente os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. Aproximando a análise de Kageyama às Caminhadas na Natureza, pode-se compreender que o projeto oportunizou uma integração entre a população urbana e a rural, não apenas do ponto de vista econômico, com a trocas mercantis, mas também na dimensão social, com a interação

das pessoas em torno do ato de caminhar. Esta aproximação é um princípio do desenvolvimento rural.

Para IC3, o objetivo do projeto é a própria divulgação do espaço rural e da ruralidade, que contribui robustamente para a mudança na imagem do território e, conseqüentemente, contribui para sua valorização e geração de renda. Para IC3:

Nós aqui temos um objetivo muito claro, no Paraná, que é divulgar o meio rural e trabalhar ele pensando em implantar o turismo rural e gerar renda. Isso para nós é... Para o turista é lazer, é conhecer. Mas nós é fazer com que este público conheça o meio rural, gaste lá e volte depois, né? Então esse é o nosso objetivo.

Além disso, no depoimento de IC3, o projeto Caminhadas na Natureza atua como uma primeira experiência em turismo nas propriedades e comunidades, visando um amadurecimento da atividade, tornando-o permanente. Isso quer dizer que o trabalho realizado busca atrair turistas para além do evento de caminhada calendarizado, fazendo com que a comunidade desenvolva um roteiro de turismo rural permanente capaz de gerar renda às famílias envolvidas.

Neste sentido, tanto IC2, como IC3 – ambos extensionistas do quadro da Emater – revelam que as caminhadas são uma metodologia de trabalho para desenvolver o turismo rural, divulgar os municípios e gerar renda para as famílias atendidas. Para a Emater, a extensão rural tem a responsabilidade de executar ações de interesse dos agricultores familiares, em atuação conjunta com lideranças e instituições ligadas ao setor. São ações que envolvem agricultores, assentados, pescadores, trabalhadores rurais, mulheres e jovens, em programas voltados para a produção, diversificação econômica, bem-estar social, nutrição, saúde, saneamento, educação e cidadania (EMATER, 2015)<sup>20</sup>.

Para os três entrevistados, a expansão do projeto no Paraná e no Vale do Ivaí se deve à participação da Emater e sua capacidade de envolver os agricultores em grande parte dos municípios paranaenses, aproveitando uma relação já construída e firmada com os agricultores atendidos, em projetos anteriores às Caminhadas na Natureza. Conforme afirma IC3, quando questionada a respeito de necessidades de mudanças na rotina de trabalho dos extensionistas para atuar no projeto: “não precisou mudar nada no trabalho, pois nós já trabalhávamos com as comunidades”. Isto dá indícios de que o trabalho dos extensionistas foi fundamental para o desenvolvimento do projeto, pois já existia uma relação anterior com as

<sup>20</sup> A Emater possui sede em Curitiba e 22 regionais. Possui uma subdivisão interna equivalente às microrregiões do IBGE, chamadas de ADIs, ou áreas de desenvolvimento integrado. Os projetos dessa instituição são estruturantes. O turismo pode estar em vários projetos ao mesmo tempo, em que se mantém uma área específica do turismo, ou seja, ele é transversal.

comunidades rurais envolvidas, em que a confiança e cooperação foram valores estabelecidos ao longo dos anos.

Embora, a Emater tenha exercido (e exerça) um trabalho fundamental para a expansão e qualificação dos circuitos de Caminhadas na Natureza, IC1 e IC2, que não atuam diretamente e localmente no Vale do Ivaí, ponderam o papel que a instituição possui na organização dos circuitos. IC1 afirma, de forma crítica, que a Emater concentra as ações de coordenação em detrimento do empoderamento dos agricultores.

Na opinião de IC1, embora a Emater possua um papel fundamental nos treinamentos, capacitações, formatação de circuitos e articulação, ela ao mesmo tempo concentra as decisões e as informações. Para IC1, seria necessária a consolidação de uma entidade estadual que representasse as diversas categorias envolvidas nas caminhadas, entre elas os caminhantes, o estado, organizações civis e os agricultores. Houve uma tentativa de criação da Anda Paraná, que seria esta entidade, mas, conforme os entrevistados, esta entidade não se consolidou. Nas palavras de IC1:

A Anda Brasil é uma entidade nacional, que é sustentada por entidades estaduais, que são sustentadas por entidades locais, que são sustentadas pelos agricultores. Mas, quem decide não são os agricultores. Nós, nestes dez anos, não conseguimos não conseguimos avançar nesta organização dos estados. O Rio de Janeiro tem, o Mato Grosso tem, a Paraíba não tem. O Paraná tinha e destituíram a Anda Paraná, que era o embrião e que nela a gente poderia ter esta representação. Então não tem isso.

Para IC1, a articulação deveria ser mais horizontalizada, em que todos os atores pudessem ser representados e oportunidade de expor suas opiniões, necessidades e demandas, através do empoderamento. Entretanto, isso não ocorre e, de certa forma, reconhece uma limitação operacional para tanto:

A relação da Anda é com a entidade do estado. No Paraná, não tem associação, então minha interlocução era com a SEAB e é com a Emater. Eles é quem desenvolvem o trabalho lá, a relação é direta com eles. E só isso. Eu sei quem são os gestores dos circuitos, porque eles (Emater) me mandam nome, entidade, *e-mail*, mas eu nem me comunico com eles. Eu não crio diretamente uma relação de troca igual eu faço com a Emater, porque eu tenho que dar responsabilidade para eu poder cobrar responsabilidade. Se eu começo a falar direto com o circuito, na hora que o circuito estiver errado eu não posso falar: 'pô, Emater...', entendeu? Então eu não daria conta. A Anda Brasil não daria conta. E não é porque a Anda Brasil não possui uma estrutura grande. Não é isso, é por conceito mesmo. Tem que empoderar o circuito, tem que empoderar quem está na gestão do circuito. Ele que tem que lidar com isso. Mas eu também não tenho uma exclusividade. No Paraná existem 140 e tantos circuitos, alguns não tem vínculo com a Emater. Curitiba, por exemplo. Pode ter circuito sem a Emater? Pode. É lógico que pode ter, mas eles mesmos tem que se organizar.

No mesmo sentido, segundo o depoimento de IC2:

Pode ser uma política pública, mas eu acho que não é um projeto de Estado, é um projeto de sociedade. Eu acho assim: o estado democrático, participativo, ele tem que se abrir para a sociedade, ele não pode se fechar. Eu não entendo 'a nossa caminhada' ou 'a minha caminhada'. Não. Eu entendo a caminhada do coletivo. É um produto coletivo. Eu entendo que os agricultores tenham a sua autogestão, é necessário que se tenha a auto-gestão, mas não a auto-gestão que se faz no discurso. É na prática mesmo. Na prática. [...] então muitas vezes eu sinto que a presença da Emater é uma presença muito forte, que ela poderia ser menor e outras entidades e organização de agricultores assumir esse lado. As comunidades deveriam ser mais ativas, ser mais auto organizadas e autogestionadas.

No depoimento de IC2 fica evidente uma preocupação com o controle da gestão por parte do estado, através da Emater. Em sua visão, assim como na visão de IC1, os agricultores deveriam assumir a gestão dos circuitos. Por seu lado, a Emater deveria deixar a parte operacional da organização dos circuitos e dos eventos de caminhadas, para focar no planejamento estratégico de longo prazo, principalmente no tocante ao empoderamento dos agricultores, através da criação de uma entidade representativa que envolva diversas categorias de atores.

## 5 MERCADO DAS CAMINHADAS NA NATUREZA NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ

Tanto a economia, como a sociologia são importantes para estudar o mercado. Para a Teoria Econômica Neoclássica, o mercado funciona a partir da gerência dos preços pelos agentes econômicos, em que todas as ações econômicas são assumidas como racionais. Porém, para a NSE, é importante compreender os mercados não apenas como mecanismos abstratos de equilíbrio, mas como construções sociais. Compreender o comportamento social na análise do mercado pode auxiliar na compreensão de como estes atores se articulam para formar o mercado (STEINER, 2006). De uma forma geral, a NSE tem sido desenvolvida tanto por economistas, como por sociólogos. Os economistas buscam inserir os fenômenos econômicos na realidade social que os envolve e, por sua vez, os sociólogos, buscam olhar de uma forma sociológica para os fenômenos econômicos. Os fenômenos econômicos são um subsistema fundamental para o sistema social.

A discussão desta temática na NSE é crescente e atualmente se detém na tentativa de definição dos mercados. Segundo Storr (2008, p.136), “os mercados são espaços de interações humanas que replicam conhecimentos”. O agir dos atores vai além das ações de compra e comercialização. Sendo assim, não se pode considerar que o mercado seja algo externo aos atores, mas é, sobretudo, resultado de ações construídas por eles próprios (KRIPPNER *et al*, 2004). Mercados, portanto, são definidos pelo conjunto de todas as operações e relações que ocorrem em seu interior, inclusive no que concerne ao planejamento de produção (KRIPPNER *et al*, 2004). Para estes autores (2004), “a própria afirmação de que os mercados são determinados apenas pelo enraizamento nas relações sociais levou à consideração, por parte dos estudiosos da SE, em aceitar o próprio mercado como algo concedido”.

No Brasil, a abordagem dos mercados pela NSE é debatida principalmente por Wilkinson (2002), Raud (2008), Abramovay (2003), Mior (2008). Os autores em seus trabalhos destacam a comercialização de produtos da agricultura familiar. Abramovay (1998) destaca que um dos grandes desafios da agricultura familiar é afirmar-se economicamente através de sua capacidade de organização, com a construção de novos mercados, bem como manter o vínculo social com os consumidores. Wilkinson (2002) afirma que o *embeddedness* das pequenas agroindústrias é a razão para a persistência e a resistência das mesmas, ao passo em que a adaptação a novos mercados e a novos critérios de regulação exige esforços de construção social dos mercados.

Portanto, neste capítulo verificam-se as características do mercado que se originou em decorrência do desenvolvimento do projeto Caminhadas na Natureza. Se faz uma análise dos resultados quantitativos do projeto no Vale, através de dados apresentados no Relatório Anual do Turismo Rural 2014 e 2015 (EMATER, 2015; EMATER, 2016), elaborado pela coordenação da área da Emater. Estes relatórios são documentos internos da Emater e foram cedidos à pesquisa. É importante destacar que, no que concerne aos resultados das atividades das Caminhadas na Natureza, os relatórios apresentam apenas dados quantitativos, fornecidos por um sistema de gestão de turismo, chamado de *Ecobooking*, utilizado desde 2014 pelos organizadores dos circuitos de caminhadas no Brasil<sup>21</sup>.

O site institucional do *Ecobooking* (2016)<sup>22</sup> denomina-se como um Sistema de Gestão do Turismo, o qual atua como um instrumento de ordenamento da atividade turística. O mesmo, busca estimular a formação de uma rede em que diversos atores de uma localidade podem se comunicar e integrar para desenvolver atividades turísticas. O *Ecobooking* tem sido uma ferramenta de gestão para os organizadores das Caminhadas na Natureza no Paraná, possibilitando, principalmente: a divulgação dos eventos de caminhadas (calendário e características dos circuitos de caminhadas agendados), inscrições online (os caminhantes se inscrevem de maneira prévia através do site do *Ecobooking*, permitindo o planejamento do número de refeições a serem servidas pela comunidade) e o monitoramento do desempenho do projeto (através da extração de dados compilados pelo site, como número de participantes em cada circuito, perfil socioeconômico dos caminhantes e avaliação dos circuitos elaborada pelos caminhantes após o evento de caminhada). Na divulgação dos eventos de caminhada, os organizadores aconselham os caminhantes para a utilização do *Ecobooking* na realização das inscrições.

Conforme estabelecido nos procedimentos metodológicos, além dos dados secundários presentes nos relatórios do projeto, foram entrevistados os agricultores, caminhantes e organizadores no sentido de analisar o arranjo institucional, a governança, os locais de venda de produtos e serviços, as mercadorias, o trabalho e o consumo que ocorre nos circuitos de caminhadas do Vale do Ivaí.

---

21 Os relatórios anteriores à utilização do *Ecobooking* não apresentam dados de todos os circuitos de caminhadas realizados. Segundo a entrevistada, IC3, coordenadora estadual do projeto, os dados eram coletados e tabulados para cada município e nem sempre eram realizados ou passados para a coordenação. A partir da utilização do *Ecobooking*, a coleta e a tabulação dos dados foram facilitadas. A partir de 2014, os dados a serem coletados são aprimorados constantemente no sentido de otimizar o monitoramento do desempenho dos circuitos de caminhadas, para servir como ferramenta de gestão dos organizadores.

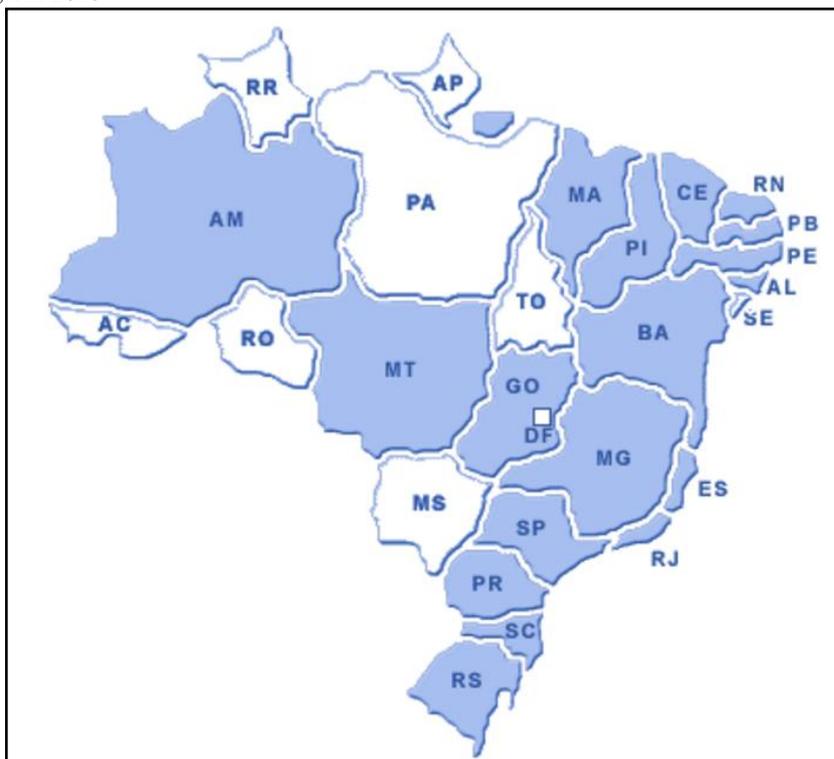
22 <http://www.ecobooking.info/>

## 5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Conforme afirmado no capítulo anterior, de acordo com o IVV (2015) as Caminhadas na Natureza ocorrem em 50 países, em 7.500 eventos de caminhadas, com a participação de cerca de um milhão de caminhantes por ano. Segundo a Anda Brasil (2016), o número de caminhantes no mundo é de um pouco mais de 15 milhões.

A Anda Brasil (2016) divulga que as Caminhadas na Natureza estão presentes em 19 estados brasileiros, ilustrados pela Figura 10. Somam-se 550 circuitos ativos de caminhadas, que reuniram a participação de 103.478 caminhantes brasileiros, contabilizados desde sua fundação, em 2006.

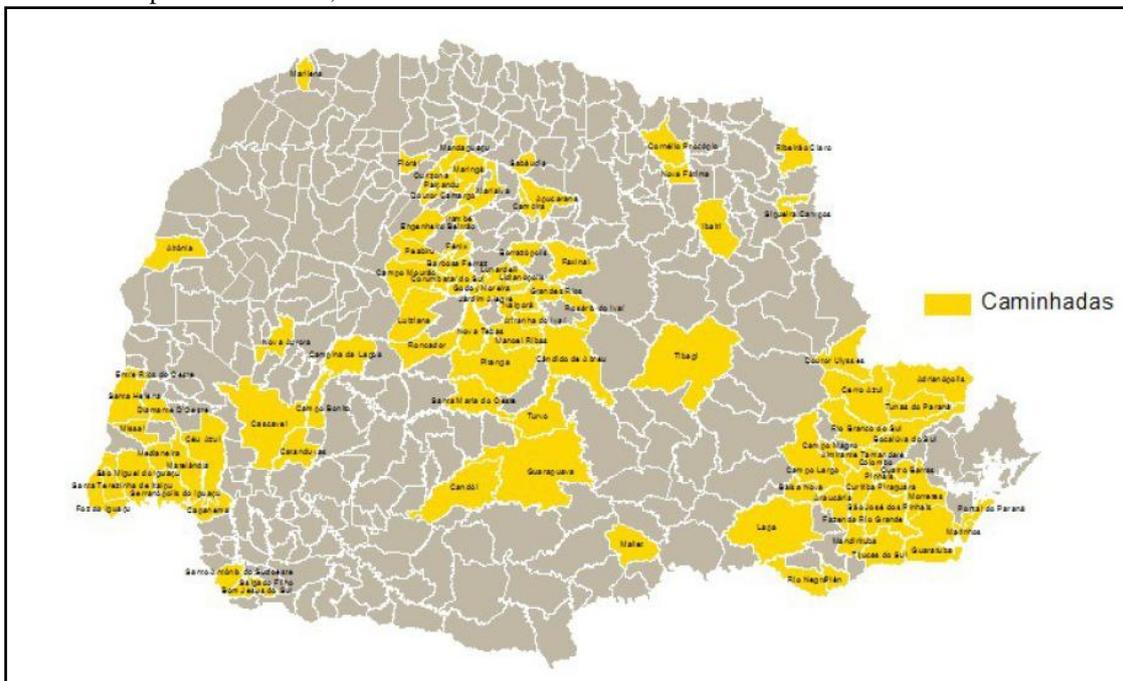
Figura 10 – Mapa dos estados brasileiros com Ocorrência de circuitos de Caminhadas na Natureza credenciados pela Anda Brasil, em 2015



Fonte: ANDA BRASIL (2015).

No Paraná, em 2014, ocorreram 122 eventos de caminhadas nas comunidades rurais, distribuídos em 96 municípios (EMATER, 2015). No ano seguinte, em 2015, foram realizados 118 circuitos de caminhadas e em 2016 está prevista a realização de 147 circuitos, distribuídos em 105 municípios do estado, conforme a Figura 11 (EMATER, 2016).

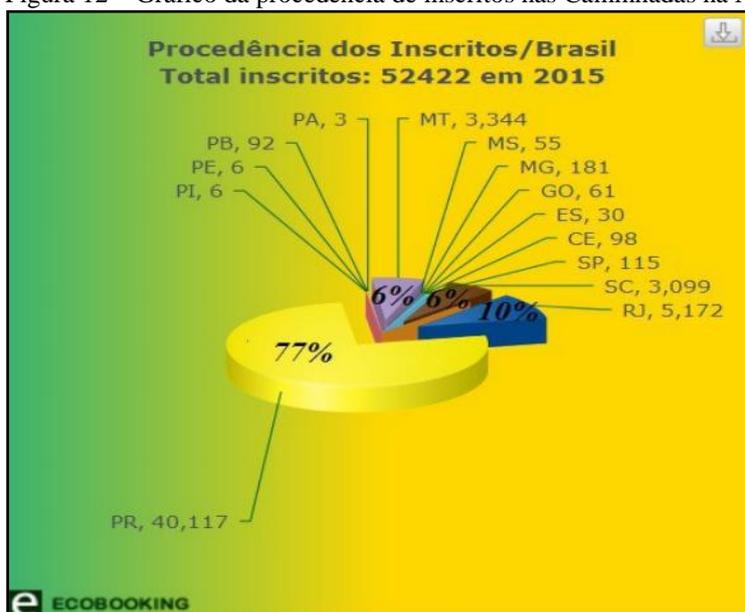
Figura 11 – Mapa dos municípios paranaenses com ocorrência de circuitos de caminhadas na natureza credenciados pela Anda Brasil, em 2015.



Fonte: Emater (2015).

De acordo com a Emater (2015), em 2014, o número de caminhantes paranaenses foi cerca de 32 mil caminhantes, sendo que 22.905 inscreveram-se pelo *Ecobooking* (EMATER, 2015). Em 2014, o Brasil contabilizou 34.646 inscritos através do *Ecobooking*. Assim, 66% dos inscritos eram paranaenses. Em 2015, 40.117 pessoas participaram de caminhadas paranaenses, o que representa 77% do total de 52.422 caminhantes inscritos nos circuitos do Brasil, através do *Ecobooking*. Estes dados estão ilustrados na Figura 12.

Figura 12 – Gráfico da procedência de inscritos nas Caminhadas na Natureza no Brasil, em 2015



Fonte: Emater (2016).

Ao comparar os números de caminhadas realizadas e número de participantes inscritos pelo *Ecobooking* nos anos de 2014 e 2015, percebe-se que o número de caminhantes que aderiram às inscrições online aumentou de um ano para outro, pois o número de circuitos realizados foi semelhante (122, em 2014 e 118, em 2015, respectivamente.) Isto indica a aceitação e popularização e, a consequente, capacidade do *Ecobooking* em exprimir a realidade das Caminhadas na Natureza no Paraná, através de seus dados.

Com relação às famílias de agricultores familiares envolvidas no projeto, a Emater (2015; 2016) afirma que em 2014, 1.512 famílias foram beneficiadas e, em 2015, 1.812. Percebe-se que, embora o número de circuitos não apresente uma diferença significativa entre 2014 e 2015, o número de famílias beneficiadas aumentou 19,8%, o que indica uma adesão dos agricultores aos circuitos já existentes. Isso pode demonstrar que agricultores que não confiam no início de uma nova atividade em sua comunidade, mas, ao perceber benefícios dos envolvidos, decidem aderir posteriormente.

Ainda segundo os relatórios, expressos na Tabela 01, o gasto médio por caminhante nos circuitos de caminhadas foi de R\$ 24,12, em 2014, e R\$ 28,80, em 2015. O gasto médio do caminhante na comunidade aumentou 18,1%. Embora o número de caminhantes tenha aumentado entre 2014 e 2015, segundo os dados da Emater (2015; 2016), é importante também aumentar o gasto médio dos turistas em suas estadias nas localidades. O aumento do gasto médio indica ou que os preços das mercadorias elevaram de um ano para outro, ou que a quantidade de mercadorias consumidas elevou. Isto pode indicar que os agricultores estão

produzindo uma maior variedade para atender a demanda dos turistas. Ou seja, os agricultores estão adequando seus produtos à demanda, o que proporciona maior consumo.

Tabela 01 – Resultados quantitativos das Caminhadas na Natureza no Paraná, em 2014 e 2015

Ano	Inscritos Brasil	Inscritos Paraná	Circuitos realizados	Famílias envolvidas	Gasto médio (R\$)
2014	34.646	22.905	122	1.512	24,12
2015	52.422	40.117	120	1.812	28,80

Fonte: a autora, baseado em Emater (2015) e Emater (2016).

A Emater (2016) afirma que, em 2015, a média de renda recebida por família de agricultores num evento de caminhada foi de R\$ 646,00, o que é significativo para um dia de trabalho. Entretanto, o relatório não especifica se esta renda é bruta ou líquida, limitando a análise.

Com relação ao perfil socioeconômico de caminhantes, captado pelo *Ecobooking* e presentes no relatório da Emater (2016), em 2015, os dados mostram que a composição de participantes por gênero é de 41% homens e 59% mulheres. Conforme a Tabela 02, metade deste público é casado, 50,3%, e grande parte é solteiro, 39,7%. Divorciados, separados e viúvos, juntos, correspondem a 9,9%.

Tabela 02 – Perfil socioeconômico dos caminhantes do Paraná, em 2015

Variáveis	Frequência (%)
<b>Gênero</b>	
Masculino	41
Feminino	59
<b>Faixa etária</b>	
Até 20	14,8
21-30	15,8
31-40	18,5
41-50	23
51-60	19,9
61-70	6,2
71 ou mais	1,8
<b>Nível de escolaridade</b>	
Sem escolaridade	0,6
Ensino Fundamental	9,8
Ensino Médio	31,5
Ensino Superior	35,8
Pós-graduação	22,2

Fonte: a autora, baseado em Emater (2016).

Percebe-se que a porcentagem de faixa etária dos caminhantes é distribuída em equilíbrio entre as categorias, sendo que a participação de caminhantes a partir de 61 anos é menos expressiva. Quanto ao nível de escolaridade, percebe-se uma importante presença de caminhantes graduados e pós-graduados, que, somados, indicam um nível elevado de

escolaridade entre os participantes. O relatório não apresenta dados relevantes como, por exemplo, a renda familiar, que poderiam enriquecer a análise do perfil socioeconômico dos caminhantes.

Outro ponto a se destacar com relação ao *Ecobooking*, sistema de gestão do turismo adotado como ferramenta pelos organizadores das Caminhadas na Natureza, é que ele é competente ao captar as características dos caminhantes – embora esteja constantemente sendo aprimorado para se adequar às necessidades dos organizadores – mas não se conhece as características dos organizadores ou mesmo os agricultores envolvidos no projeto. Seria interessante analisar a “condição do produtor” (proprietário, arrendatário, parceiro, trabalhador rural, etc.), o tamanho da propriedade, o número de membros da família residentes na propriedade, os tipos de cultura ou criação desenvolvidos na propriedade, etc. Essas características, muito provavelmente conhecidas pelos organizadores, são importantes para monitorar o desempenho do projeto. É importante para poder também comparar estas características entre circuitos, municípios, regiões e estados, no sentido de aprimorar o projeto e adequá-lo ao público atendido.

Em 2015, no Território do Vale do Ivaí, dos 15 eventos de caminhada previstos, foram realizados dez, conforme o Quadro 09. Houve o cancelamento de cinco eventos de caminhada, devido às fortes chuvas, que inviabilizaram a realização dos mesmos ou seu remanejamento para outra data. De acordo com IC3, as caminhadas ocorrem mesmo com chuva, entretanto, eventualmente chuvas fortes podem comprometer a segurança do percurso e, nestes casos, os eventos são adiados ou cancelados.

Quadro 09 – Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí realizadas e canceladas, em 2015

	<b>Município</b>	<b>Circuito</b>	<b>Data</b>	<b>Status</b>
1	Borrazópolis	Salto Fogueira	15/03	Realizada
2	Barbosa Ferraz	Cachoeira do São Joaquim/Engenho Velho	22/03	Realizada
3	Cambira	Pedras do Cambira	03/05	Cancelada
4	Lidianópolis	Porto Ubá/Rio Ivaí	31/05	Realizada
5	Lunardelli	Santa Rita de Cássia	05/07	Realizada
6	Apucarana	Juruba	12/07	Realizada
7	Ariranha do Ivaí	Ariranha	26/07	Realizada
8	Ivaiporã	Salto do Bulha	23/08	Realizada
9	Corumbataí do Sul	Morros e Colinas	30/08	Realizada
10	Jardim Alegre	Rota do Café	13/09	Realizada
11	Godoy Moreira	Ferraduras do Corumbataí	20/09	Cancelada
12	Grandes Rios	Rio Ivaí	27/09	Cancelada
13	Faxinal	Rota das Cachoeiras	25/10	Cancelada
14	Apucarana	Caminhada da Lua	28/11	Realizada
15	Cambira	Bela Vista Palmeirinha	06/12	Cancelada

Fonte: a autora, baseado em Emater (2016).

De acordo com IC3 (notas de diário de campo, 2015), a divulgação das caminhadas ocorre em duas etapas. A primeira, no início do ano, quando se divulga o Calendário do Projeto Caminhadas na Natureza, que foram confirmadas pelos seus organizadores locais. Estes organizadores, em conjunto com a comunidade anfitriã, escolhem uma data no ano para a realização de seu evento de caminhada, conforme lhe convém.

Algumas comunidades já possuem o costume de realizar as caminhadas numa determinada época do ano. Por exemplo, Salto Fogueira, em Borrazópolis, que realiza sua caminhada no terceiro domingo de março. Segundo IC3, ao planejar o calendário anual de caminhadas, há que se ter cuidado para não agendar caminhadas numa mesma região em datas muito próximas, para que os caminhantes não tenham que optar por uma ou outra. Ou seja, leva-se em consideração a possibilidade da participação dos caminhantes no máximo de caminhadas possível numa região. Há o conhecimento por parte dos organizadores, por observação das inscrições, de que o fluxo de caminhantes que um evento de caminhada provoca é regional. Portanto, a elaboração do calendário leva este fato em consideração. O calendário anual de Caminhadas na Natureza está disponibilizado nos sites da Emater<sup>23</sup>, da Anda Brasil<sup>24</sup> e do *Ecobooking*<sup>25</sup>.

A segunda etapa de divulgação do circuito de caminhada ocorre com pelo menos quinze dias de antecedência, através principalmente da divulgação virtual (notas de diário de campo, 2015). Para isso, elabora-se um “*folder*” de divulgação com as principais informações do evento, como, por exemplo, a data, a localização, os organizadores e o contato, as inscrições, os patrocinadores e apoiadores, entre outros. Este folder é encaminhado pela coordenação estadual do projeto para uma lista de endereços eletrônicos cadastrados, entre eles, todos os servidores estaduais do estado do Paraná. A abrangência da divulgação é bastante satisfatória, segundo IC3. Também se providencia a impressão do folder e em forma de cartaz para a divulgação no próprio município anfitrião, fixando-os em estabelecimentos públicos e privados, com o objetivo de divulgar o evento para os próprios munícipes<sup>26</sup>. Além disso, a divulgação do evento ocorre na imprensa local, em rádios, jornais e *blogs* particulares.

Em todos os eventos de Caminhadas na Natureza, segundo IC3, forma-se um grupo de organizadores, pertencentes a diversas instituições, como a Emater, a Prefeitura, associações,

---

23 <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=259>

24 <http://www.andabrasil.com.br/pt-br/calendario/eventos-nacionais>

25 <http://www.ecobooking.com.br/site3/destinoPaisEventos.php?pais=brasil&Cbx=nao&Cbt=sim&sTp=9>

26 Os materiais de divulgação dos eventos de Caminhadas na Natureza realizados no Território Vale do Ivaí, em 2015, encontram-se no Anexo 01.

o Rotary Clube, os Sindicatos Rurais, entre outros. Porém, uma dessas instituições assume a liderança da organização. No caso do Território Vale do Ivaí, essa liderança foi assumida pela Emater e pela Prefeitura. De acordo com os relatórios das Caminhadas na Natureza, elaborados pela organização local, disponibilizados pela Emater, em 2015, dos dez eventos, sete foram organizados pelo escritório local da Emater, presente em cada município, conforme apresentado no Quadro 10. Três deles tiveram como liderança na organização a Prefeitura municipal. Isso indica a forte participação da Emater na realização dos eventos de caminhada, também a nível local.

Houve a participação de 3.135 caminhantes nos dez eventos realizados em 2015. Em média 313,5 caminhantes participaram de cada evento, sendo o mínimo de participações ocorreu na Caminhada da Lua, em Apucarana, com 164 caminhantes e o máximo de 557 caminhantes, em Barbosa Ferraz.

Quadro 10 – Características dos eventos de Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí em 2015

	<b>Município</b>	<b>Circuito</b>	<b>Edição</b>	<b>Organização</b>	<b>Caminhantes</b>
1	Borrazópolis	Salto Fogueira	4 <sup>a</sup>	Emater	497
2	Barbosa Ferraz	Cachoeira do São Joaquim/Engenho Velho	2 <sup>a</sup>	Prefeitura	557
3	Lidianópolis	Porto Ubá/Rio Ivaí	2 <sup>a</sup>	Emater	207
4	Lunardelli	Santa Rita de Cássia	8 <sup>a</sup>	Emater	185
5	Apucarana	Juruba	5 <sup>a</sup>	Prefeitura	221
6	Ariranha do Ivaí	Ariranha	4 <sup>a</sup>	Emater	260
7	Ivaiporã	Salto do Bulha	1 <sup>a</sup>	Emater	499
8	Corumbataí do Sul	Morros e Colinas	4 <sup>a</sup>	Emater	333
9	Jardim Alegre	Rota do Café	5 <sup>a</sup>	Emater	212
10	Apucarana	Caminhada da Lua	5 <sup>a</sup>	Prefeitura	164
<b>Total</b>					<b>3.135</b>

Fonte: a autora, baseado em Emater (2016).

Os dados apresentados nos relatórios disponibilizados foram extraídos do *Ecobooking*, pelos organizadores locais. Entretanto, nem todos os caminhantes realizam suas inscrições por este recurso e se inscrevem no início da caminhada, pessoalmente. IC3 afirma que recomenda a inserção destas inscrições pelo organizador local no sistema *Ecobooking* para a elaboração do relatório, mas alguns organizadores não realizam esta inserção, o que altera os resultados quantitativos do projeto (notas de diário de campo, 2015). Além disso, os relatórios não revelam o número de famílias de agricultores, o número de organizadores envolvidos ou mesmo o gasto dos turistas e a renda arrecada em cada evento de caminhada. Esses números aparecem apenas no relatório estadual do projeto, conforme discutido anteriormente.

## 5.2 MERCADO E MERCADORIAS NAS CAMINHADAS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ

O projeto Caminhadas na Natureza, conforme discutido anteriormente, surgiu como estratégia de diversificação econômica das famílias rurais. Os eventos de caminhada, compreendem, portanto, a venda de produtos e serviços dos agricultores aos caminhantes, visando a geração de renda.

No Paraná, os serviços oferecidos pelas comunidades rurais são café-da-manhã e almoço, a serem consumidos no local do evento, em que os produtos contidos nessas refeições são elaborados pelos agricultores. Além disso, organiza-se uma feira de produtos locais em que os agricultores oferecem produtos para serem consumidos no local de origem dos caminhantes.

No caso das Caminhadas na Natureza, durante as trocas, há um contato direto entre os agricultores, que produzem as mercadorias, e os caminhantes, que a consomem. As mercadorias e as trocas são planejadas pelos agricultores em conjunto com os organizadores locais. Ou seja, os organizadores locais orientam os agricultores sobre a composição do cardápio, dos produtos a serem vendidos na feira e também dos preços.

De acordo com os relatórios dos eventos de caminhada, os preços do café-da-manhã e do almoço em 2015, de acordo com a Tabela 03, foram:

Tabela 03 – Preço das mercadorias dos eventos de Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí em 2015

	<b>Município</b>	<b>Circuito</b>	<b>Café da manhã (R\$)</b>	<b>Almoço (R\$)</b>
1	Borrazópolis	Salto Fogueira	8,00	15,00
2	Barbosa Ferraz	Cachoeira do São Joaquim/Engenho Velho	8,00	18,00
3	Lidianópolis	Porto Ubá/Rio Ivaí	8,00	17,00
4	Lunardelli	Santa Rita de Cássia	8,00	15,00
5	Apucarana	Juruba	12,00	23,00
6	Ariranha do Ivaí	Ariranha	8,00	15,00
7	Ivaiporã	Salto do Bulha	8,00	15,00
8	Corumbataí do Sul	Morros e Colinas	10,00	20,00
9	Jardim Alegre	Rota do Café	8,00	15,00
10	Apucarana	Caminhada da Lua	-	25,0027

Fonte: a autora, baseado em Emater (2016).

Com relação aos preços das refeições, ilustradas pela Figura 13, observa-se que há uma certa padronização em circuitos em que a liderança da organização é atribuída à Emater. IC3 explica que os preços não devem ser um impedimento para o consumo dos caminhantes, principalmente quando há a participação da família, em que normalmente se adquire as refeições em grupo. Além disso, pensou-se

27 O Circuito Caminhada da Lua, em Apucarana, ocorre no período noturno, portanto não é oferecido café-da-manhã e almoço aos caminhantes, mas, sim, jantar. O preço apresentado no quadro refere-se ao jantar.

em se estabelecer um padrão para que o caminhante não seja tomado de surpresa com o preço das refeições, que ele possa se planejar (notas de diário de campo, 2015).

É importante destacar que as trocas realizadas entre agricultores e caminhantes ocorrem na informalidade. Segundo Cavalheiro (2010, p.44), “ao se estudar a agroindústria familiar percebe-se que não há um mercado convencional e formal nas relações de trocas da economia, a maior parte das relações mercantis se realiza na informalidade e em relações sociais diretas”. Assim como observado nos estudos sobre agroindústrias familiares, da mesma forma ocorre com o turismo rural nas Caminhadas na Natureza. Para a NSE, conforme a autora, devido a essas particularidades, a separação entre a formalidade e a informalidade não existe.

Figura 13 – Organização do café da manhã em Lidianópolis



Nota: Café-da-manhã servido no início na caminhada do Circuito Rio Ivaí/Porto Ubá em Lidianópolis, sendo organizado pelas voluntárias da Casa Familiar Rural.

Fonte: a autora, 2015.

Para Wilkinson (2002) a partir da interpretação de Granovetter, pode-se analisar a existência de mercados informais não como um efeito da baixa conscientização do consumidor ou da pobreza, embora isso exista. Mas, analisa-se como um prolongamento de relações familiares ou relações diretas com os consumidores e canais de comercialização. Isso quer dizer que a existência de mercados informais não é ruim ou danosa para os envolvidos, mas é uma característica deste mercado, que se assenta em relações diretas estabelecidas entre produtores e consumidores, mesmo que estes consumidores sejam também agricultores vizinhos.

Figura 14 – Preparação do almoço em Lidianópolis



Nota: Mulheres do distrito de Porto Ubá, em Lidianópolis, na cozinha da escola municipal, preparando o Ensopado de Cascudo para o almoço dos caminhantes.

Fonte: a autora, 2015.

Para Marsden (2003), a ação local de agricultores familiares no processo de produção, que se originam da própria construção social dos indivíduos e de suas inter-relações sociais e institucionais, formam cadeias locais de distribuição e comercialização. Segundo o autor, as chamadas cadeias curtas estão diretamente relacionadas à interação entre agroindústrias familiares e consumidores. Aproximando esta análise para o turismo, compreende-se que o mercado formado pela realização de um evento de caminhada constitui-se numa cadeia curta, em que os agricultores comercializam não apenas produtos (como nos estudos sobre agroindústrias familiares), mas também serviços<sup>28</sup>, representados pela Figura 14.

De acordo com Renting, Marsden e Banks (2003) existem três tipos de cadeias curtas:

- a) *face-to-face*: a compra do consumidor direto do produtor por meio de interação pessoal ou da internet, que é uma interação atual;
- b) proximidade espacial: os produtos são produzidos e vendidos na própria região e os consumidores são informados desde o local da produção até o ponto de venda e;

<sup>28</sup> A lógica entre comercializar produtos e serviços é diferente. Por exemplo, para oferecer os serviços de refeições nas caminhadas, levando em consideração a participação de 164 a 557 pessoas, nem sempre as comunidades possuem todos os utensílios, como panelas, pratos e talheres, sendo necessário emprestá-los ou alugá-los (notas de diário de campo, 2015).

- c) espacialidade estendida: os consumidores não são da região em que o produto tem origem, mas têm informações sobre o local da produção, seu valor e significado.

Nas Caminhadas na Natureza, em que há interação entre produtores e consumidores, a cadeia curta é do tipo face a face.

Para Marsden (2003), a principal característica das cadeias curtas é sua capacidade de ressocialização ou reespecialização dos alimentos, que permite ao consumidor avaliar a sua necessidade relativa baseado em seu próprio conhecimento, experiências ou imagens percebidas. Isso quer dizer que o consumidor emite um juízo de valor acerca dos produtos, através da aproximação com o produtor. Normalmente esses alimentos e produtos tem sua qualidade (percebida pelo consumidor) definida pela localidade ou mesmo propriedade específica onde são produzidos. Isso oferece uma riqueza de oportunidades para o turismo rural, pois em cada localidade e/ou propriedade, oferece-se um tipo de produto, que se reflete na diversidade de opções de recursos que o destino turístico possui.

É o que ocorre nos circuitos de Caminhadas na Natureza, em que cada comunidade oferece aos caminhantes refeições e produtos locais adequados aos seus costumes alimentares e de produção. Por exemplo, na caminhada em Salto Fogueira se ofereceu suco de frutas, em Porto Ubá, o ensopado de cascudo e em Barbosa Ferraz, a vaca atolada foi o prato principal.

Não se busca fomentar uma discussão a respeito da origem dos insumos dos produtos oferecidos, porém, pode-se afirmar que as economias são dinamizadas localmente, a partir dos eventos de caminhada. De acordo com as informações obtidas nas entrevistas, os insumos (ingredientes) são doados pelas famílias de acordo com a disponibilidade, mas, aquilo que faltar, são adquiridos no comércio local (supermercado ou pequenas lojas), localizado na sede do município.

A respeito da refeição nos eventos de caminhada, Da Matta (1987), afirma que é a qualidade da comida, servida com capricho e de maneira farta, que exprimirá a consideração para com os convidados (humanos e divinos). A comida é, ainda segundo o autor, um elemento que congrega, na medida em que as caminhadas também ensinam o comer e o beber, apresentando-se, desse modo, o caráter socializante da comida.

Durante o processo de organização e execução dos eventos de caminhada, observou-se uma clara separação do trabalho por gênero. Assim como ocorre o cotidiano, homens e mulheres assumem responsabilidades diferentes. Os homens ocupam-se da demarcação do trajeto do circuito, da sinalização, da montagem de tendas, transporte de materiais pesados e da venda de bebidas e fichas, enquanto que as mulheres se responsabilizam pela limpeza, preparo da alimentação (café-da-manhã e almoço) e da organização do serviço.

Observou-se, também, que o envolvimento dos agricultores nas Caminhada na Natureza ultrapassa a questão financeira, ou seja, vai além do interesse pela renda obtida no evento de caminhada. Tomar parte desta organização é associado a honra e prestígio. Essas relações que decorrem da tarefa de planejamento, organização e execução da caminhada, são alimentadas pelo princípio da dádiva e reciprocidade, fortalecendo os laços entre as famílias dos agricultores e, também, com os organizadores. A cooperação, a confiança e a reciprocidade, por exemplo, podem, do mesmo modo, se constituir em normas a orientar o comportamento dos agentes no mercado e serem, assim, capazes de gerar progresso e bem-estar (COSTA; COSTA, 2005).

Mas as famílias não trocam apenas produtos. De acordo com Smelser (1968), as famílias tradicionalmente fornecem bens e serviços e seu único princípio de cálculo é a vaga ideia de que, em longo prazo, os bens e serviços dados e recebidos se compensariam. Conforme Sabourin (2009), estas trocas geralmente estão assentadas na reciprocidade. Para o autor, as relações econômicas e as prestações “dependem de estruturas de reciprocidade mais ou menos instituídas que, quando são equilibradas ou simétricas, dão origem à produção de valores materiais de uso ou de serviços, bem como valores humanos afetivos e éticos”. Estas ações adquirem uma função vital nas dimensões econômicas e sociais da comunidade, embora não estejam reduzidas às relações de trocas de bens ou serviços. De acordo com Sabourin (2009), as ações de reciprocidade são uma forma simbólica e de pertencimento (sentimento de pertença a uma comunidade), assim como são capazes de gerar produção material para as famílias (por exemplo, ajuda mútua, compartilhamento de recursos produtivos, trocas de informações, entre outros).

Para Sage (2003), mais do que a importância econômica, esses mercados cumprem uma função social no que diz respeito às trocas benéficas para ambos os atores envolvidos, que vão desde adquirir e vender o produto até obter novos conhecimentos acerca da atividade que desempenham. Andreatta e Wickliffg (2002), em seus estudos verificaram que os mercados diretos da Carolina do Norte são organizados e desenvolvidos com uma série de benefícios sociais e econômicos aos produtores e consumidores. Essa discussão merece destaque uma vez que, na própria noção de mercados, proposta pela NSE, se considera que os atores sociais têm condutas econômicas e não econômicas. Os produtores rurais estão comercializando diretamente com os consumidores devido a um equilíbrio entre a viabilidade econômica e os interesses sociais que estão embutidos nessa forma de comercialização (SAGE, 2003).

Storr (2008) defende a ideia de que mercado e comunidade estão relacionados dialeticamente, apesar da distinção entre ambas, pois ao passo em que o mercado pode ser desenvolvido numa comunidade, as relações de sociabilidade presentes entre os atores podem resultar na criação de oportunidades de comercialização. Nas ações de reciprocidade os mercados podem se tornar um meio de reprodução social para as famílias envolvidas.

Neste sentido, as Caminhadas na Natureza geram oportunidades de comercialização dos produtos e serviços dos agricultores para além do evento de caminhada. IC3 relata que as Caminhadas na Natureza contribuem para a divulgação dos produtos e serviços oferecidos pelas comunidades, assim como a divulgação do próprio lugar (paisagem) onde elas ocorrem. IC3 diz sobre grupos de pessoas que passaram a conhecer o Território Vale do Ivaí a partir da participação nas caminhadas:

Em meses que não tem caminhada, esses grupos vieram muito. Ali em Faxinal tem hotel fazenda, tem camping, né? O pessoal vem, fica, vai nas cachoeiras, conhecer lugares... Ali mesmo em Lunardelli, no Santuário de Santa Rita de Cássia, muitas pessoas não conheciam e passaram a conhecer. Então o pessoal tem vindo agora. Inclusive agora eu estou sabendo de um grupo de Curitiba que vem agora na Páscoa para se hospedar no hotel fazenda ali em faxinal. Esse grupo veio, caminhou, gostou e agora está vindo. Tem caminhantes nossos de São Paulo, que tem parentes em Grandes Rios. Eles vêm, ficam na casa dos parentes e vão caminhar.

Em conversa informal com uma entrevistada, extensionista da Emater de Borrazópolis e responsável pela organização do circuito Salto Fogueira, foi relatado que no mês seguinte à realização da caminhada em Salto Fogueira (abril de 2015), um grupo de 156 pessoas formado por funcionários do SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) iria caminhar e consumir café da manhã e almoço. Esta caminhada iria ocorrer independente do projeto Caminhadas na Natureza, mas utilizaria a mesma metodologia de organização (notas de diário de campo, 2015). Percebe-se, portanto, que os eventos de caminhadas podem ser impulsionadores de um novo mercado para as famílias de agricultores familiares, contribuindo para sua diversificação econômica e tornando-se, gradativamente, independente do estado e de sua política pública voltada para as Caminhadas na Natureza.

Ao analisar a produção de alimentos, Marsden (2003) afirma que a ligação direta ou indireta entre produtores e consumidores é construída através de redes sociais, que, por sua vez, possibilitam a (re)associação de valores culturais e sociais do local onde os alimentos são produzidos. As redes sociais se moldam através de atores envolvidos nas etapas de produção, processamento, distribuição e consumo dos produtos. Marsden (2003) mostrou que os produtores operam com o princípio de que quanto mais enraizado (*embedded*) um produto

venha estar no local, mais escasso ele é no mercado. Uma característica importante das cadeias curtas é o destaque que se dá a relação que envolve o produtor e o consumidor e a possibilidade desta relação gerar valor e significado, mais do que somente o tipo de produto por si.

Isso para o turismo rural é fundamental, pois a singularidade de um produto é o diferencial da comunidade e estimula que o consumidor busque o produto naquele determinado lugar. No turismo, estes diferenciais são considerados atrativos turísticos, componentes da oferta turística. Desta forma, aproximando a interpretação de Marsden para o turismo rural, pode-se dizer que nas Caminhadas na Natureza os consumidores e agricultores estão ligados também ao lugar e a seus valores/heranças socioculturais, através de redes sociais.

Neste sentido, cada grupo possui uma maneira própria de se relacionar e construir este mercado. Esses mercados são distintos e constituídos por relações sociais de parentesco, amizade, profissional e mercantil. No próximo capítulo, essas relações serão descritas no sentido de compreender a construção deste mercado.

## 6 A REDE DE RELAÇÕES DAS CAMINHADAS NA NATUREZA NO VALE DO IVAÍ

Os mercados, em constante dinâmica, são formados por relações sociais. Os indivíduos, portanto, não são exclusivamente motivados por aspectos econômicos, mas também por aspectos sociais, que contribuem para a tomada de decisões no mercado (SMELSER, 1968). Para Granovetter (2007), estas decisões estão enraizadas em sistemas de relações sociais, em que os atores possuem características próprias que não são impostas. Assim, para a NSE, os mercados são formados por relações sociais.

Polanyi e Granovetter indicam, respectivamente, a noção de mercado e a existência de redes sociais como ampliação de oportunidades nos mercados. Hartmann *et al.* (2008) acreditam que, tanto a interação, como a capacidade de atores sociais inseridos em redes, em motivar outros, influenciam suas próprias escolhas assim como a de outros indivíduos. O resultado desse conjunto de interações tem implicações econômicas e sociais para os agentes envolvidos. O *feedback*, para Hartmann et al. (2008) ocasiona um efeito de multiplicador social, que significa a capacidade dos atores de influenciar outros por meio de uma rede social. Isso significa que a rede é dinâmica. Ela pode se ampliar ou diminuir; novos atores podem se integrar ou, ao contrário, deixar de participar.

A agricultura familiar interage por meio de relações mercantis, não somente com a comunidade da qual é membro, mas, sobretudo, com consumidores residentes na zona urbana. Na perspectiva de Wolf (1970) um mercado organiza-se dessa maneira, havendo a possibilidade de um prolongamento das relações sociais, onde os produtos agroindustriais podem tornar-se conhecidos ou os agricultores podem conquistar clientes mediante uma ligação realizada primeiramente com um agente (consumidor). Este ator possui um conjunto de relações de amizade, parentesco e vizinhança que podem replicar o seu conhecimento acerca de um produto para outras pessoas (Granovetter, 1985).

### 6.1 ESTRUTURA DA REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS DAS CAMINHADAS NA NATUREZA DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ

As redes, de maneira simples, são um conjunto de nós com algumas regras para conectá-los. Como discutido anteriormente, são estruturas dinâmicas. Na definição de redes, há a ligação de umas pessoas com as outras, por meio das relações sociais, formando “esquemáticamente” uma malha

intrincada, cujos pontos são representados por indivíduos e linhas, que demonstra a ligação e interação que os unem (BARNES, 1987).

Segundo Granovetter (1985), existem dois tipos de posicionamentos na rede: o estrutural e o relacional. O primeiro enfatiza como a posição estrutural de um ator na rede afeta o seu comportamento, e o segundo ressalta a dependência do comportamento dos atores com a estrutura de mútuas expectativas.

Nesta estrutura, portanto, estão presentes as relações de poder, a confiança, o oportunismo, o controle social, os sistemas de alinhamento de interesses, as formas de negociação e as formas de seleção de fornecedores, dentre outros aspectos. As ligações, conexões determinam o grau de interconexão dos atores de uma rede. Britto (1999) destaca que na análise morfológica de uma rede é necessário um detalhamento da estrutura, da forma e do conteúdo dos relacionamentos entre os membros desta rede.

Para compreender a rede de relações que forma o mercado das Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí foram entrevistadas 42 pessoas, sendo 13 agricultores, 12 caminhantes e 17 organizadores. As entrevistas foram semiestruturadas e a amostragem foi não-probabilística intencional, dada através da técnica bola de neve. Esta técnica é comumente utilizada em pesquisas qualitativas e envolve a identificação de um ou mais contatos iniciais (primeiros entrevistados), que sugerem outros contatos a serem entrevistados. Nesta pesquisa, o contato inicial foi IC3, que sugeriu alguns entrevistados, que, por sua vez, sugeriram outros entrevistados, resultando nestas 42 pessoas.

Conforme detalhado na Tabela 04, foram entrevistados 25 homes e 17 mulheres, distribuídos de maneira similar entre as categorias (agricultores, caminhantes e organizadores). A faixa etária predominante dos entrevistados dos de 41 a 64 anos, que se manifesta da mesma forma quando analisadas por categorias de entrevistados. Diante da distribuição uniforme da frequência das variáveis entre as categorias, acredita-se que não há interferência direta destas variáveis nos resultados da pesquisa, se forem analisadas de maneira independente.

Tabela 04 – Perfil socioeconômico dos entrevistados

	<b>Total</b>	<b>Caminhantes</b>	<b>Agricultores</b>	<b>Organizadores</b>
<b>Gênero</b>				
Masculino	25	7	7	11
Feminino	17	5	6	6
<b>Idade</b>				
Até 20	0	0	0	0
21-30	2	0	0	2
31-40	4	2	1	1
41-50	15	3	6	6
51-64	17	7	3	7
65 ou mais	4	0	3	1
<b>Nível de Escolaridade</b>				
Sem escolaridade	1	0	1	0
Ensino Fundamental	7	0	7	0
Ensino Médio	8	2	3	3
Ensino Técnico	4	1	0	3
Ensino Superior	8	2	0	6
Pós-graduação	14	7	2	5
<b>Renda Familiar (R\$)<sup>29</sup></b>				
Até 1.000	–	0	–	–
De 1.001 a 3.000	–	2	–	–
De 3.001 a 5.000	–	5	–	–
De 5.001 a 10.000	–	3	–	–
Acima de 10.001	–	1	–	–
Não respondeu	–	1	–	–
<b>Local de residência</b>				
Território Vale do Ivaí	36	9	13	14
Estado do Paraná	5	3	0	2
Outros estados	1	0	0	1

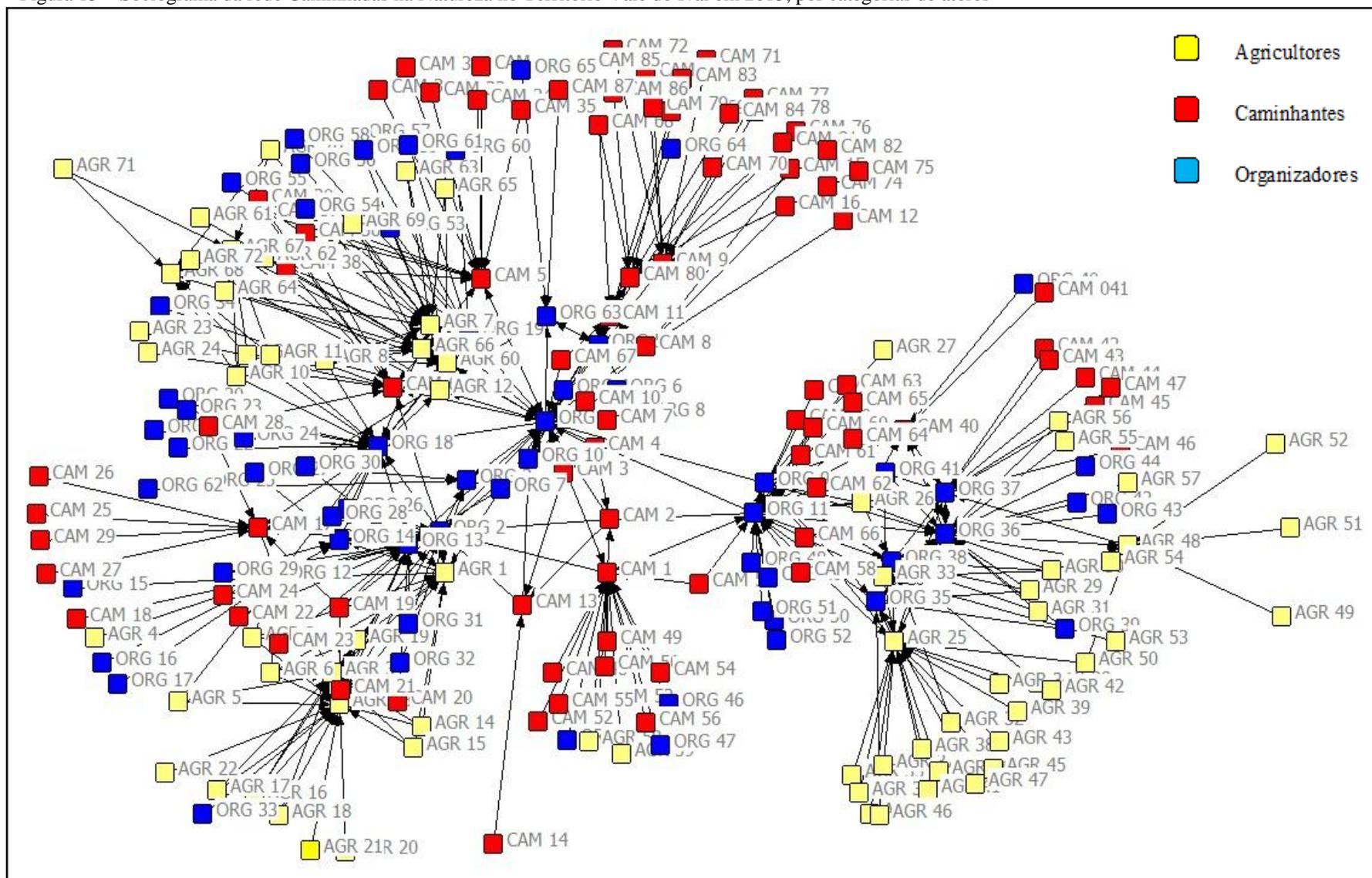
Fonte: elaborado pela autora.

A pós-graduação foi o nível de escolaridade mais citado pelos entrevistados, sendo semelhante entre caminhantes e organizadores. Em contrapartida, os agricultores possuem nível de escolaridade inferior ou inexistente, evidenciando as diferenças socioeconômicas entre as categorias. Com relação à renda familiar, esta variável foi questionada apenas à categoria caminhante, pois durante teste do roteiro de entrevista se observou constrangimento por parte dos organizadores em responder à pergunta. Quanto aos agricultores, se observou imprecisão, pois não possuem renda mensal que pudesse ser informada ao entrevistador. A renda familiar mais citada entre os caminhantes foi de R\$ 3.001 a R\$ 5.000,00. Seguida pela faixa de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00. O local de residência dos entrevistados revela que predomina o Território Vale do Ivaí, o que demonstra que a escala geográfica dos atores tende a ser territorial. Embora não tenha havido escolha dos entrevistados, pois houve uma trama de indicações, observa-se que há similaridades entre as características do perfil de entrevistados, com exceção do nível de escolaridade.

<sup>29</sup> A renda familiar não foi solicitada aos organizadores e agricultores, apenas aos caminhantes.

Estes 42 atores realizaram 426 indicações (relações) e, em média, indicaram 10,84 atores. O mínimo de indicados por entrevistado foi três e o máximo foi 27 atores. Como previsto, houve indicações (relações) recíprocas (em que os entrevistados se indicam mutuamente). Além disso, um mesmo sujeito foi indicado mais de uma vez por entrevistados diferentes, portanto, os 42 entrevistados indicaram mais 182 atores, resultando em 224 atores que compõem a rede analisada, ilustrada na Figura 15.

Figura 15 – Sociograma da rede Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí em 2015, por categorias de atores



Fonte: elaborado pela autora (2016).

De maneira resumida, através da saturação e da aplicação dos questionários, a indicação de 42 entrevistados, resultou numa rede composta por 224 atores (nós), com os quais se estabeleceram 426 relações (pontes)<sup>30</sup>.

Quanto aos atributos dos atores, detalhados na Tabela 05, no que concerne ao gênero dos atores indicados, dos 224 atores, 118 são homens e 106 são mulheres, o que demonstra um equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino na totalidade. Ao analisar as categorias, percebe-se ainda este equilíbrio entre os agricultores (38 homens e 34 mulheres), entretanto, nas categorias caminhantes e organizadores há desequilíbrio. Por um lado, os caminhantes mais indicados pertencem ao gênero feminino (49 mulheres e 38 homens). Isso corrobora com os resultados quantitativos do projeto, presentes no Relatório das Caminhadas na Natureza elaborado pela Emater, em que a maioria dos participantes são do gênero feminino. Por outro lado, ao analisar os organizadores, percebe-se o contrário: a grande maioria dos indicados pertence ao gênero masculino (42 homens e 23 mulheres).

Tabela 05– Atributo dos atores que compõem a rede

	<b>Total</b>	<b>Agricultores</b>	<b>Caminhantes</b>	<b>Organizadores</b>
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>72</b>	<b>87</b>	<b>65</b>
<b>Gênero</b>				
Masculino	118	38	38	42
Feminino	106	34	49	23
<b>Local de residência</b>				
Território Vale do Ivaí	163	71	42	50
Estado do Paraná	59	1	45	13
Outros estados	2	0	0	2

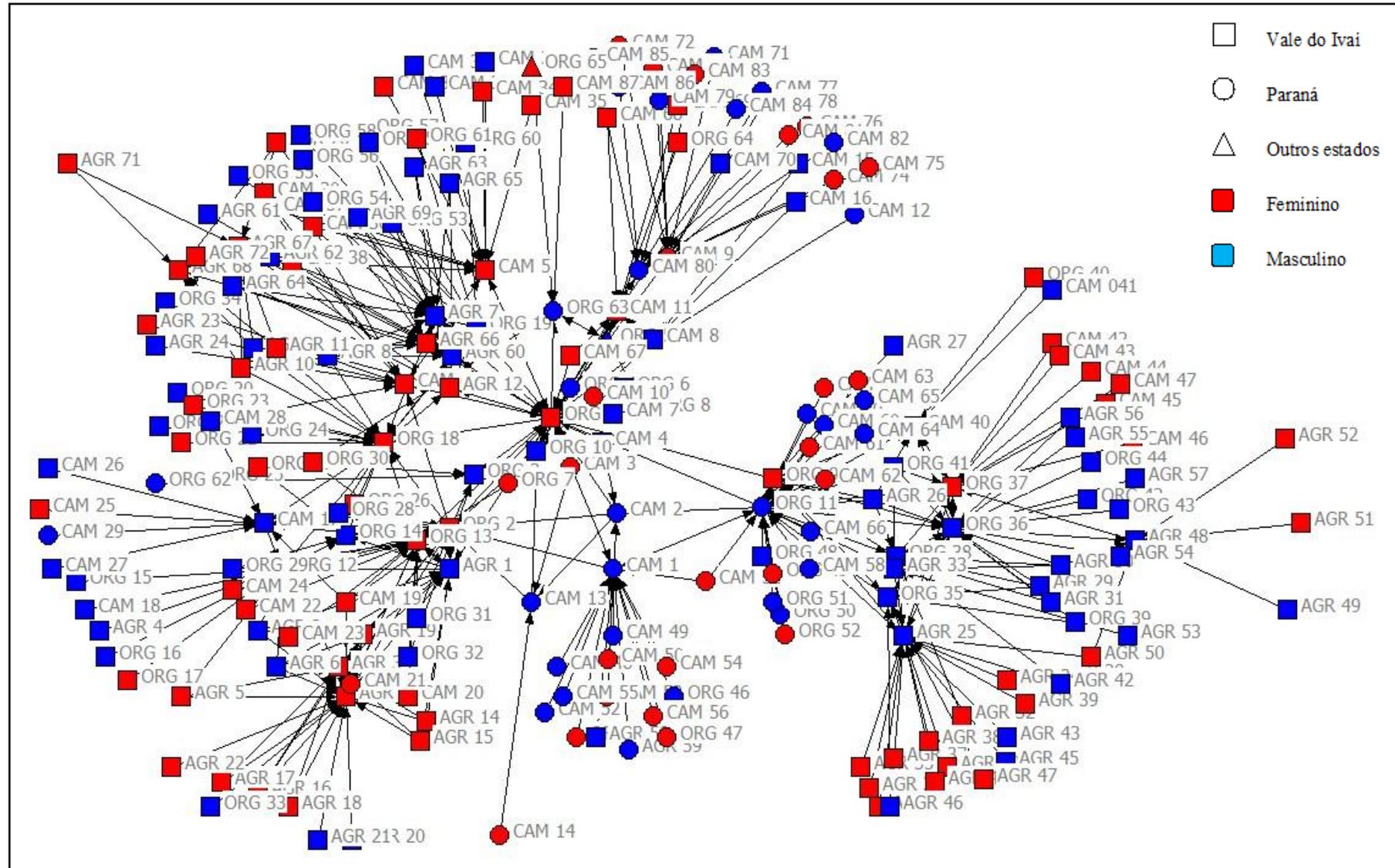
Fonte: elaborado pela autora.

Quanto ao local de residência, dos 224 atores, 163 residem no Território Vale do Ivaí, 59 no estado do Paraná e apenas 2 em outros estados. Não houve indicados de outros países. Ao analisar as categorias separadamente, observa-se a predominância de agricultores residentes no Vale do Ivaí. Também com predominância em residentes no Território encontra-se a categoria de organizadores, sendo 50 atores, enquanto 13 residem em outras regiões do estado e 2 em outros estados. Por outro lado, o local de residência dos entrevistados é equilibrado entre o Vale do Ivaí e Paraná, sendo 42 no Vale e 45 no restante do Paraná.

Os atributos dos atores estão ilustrados, através de sociograma, na Figura 16:

<sup>30</sup> Verificar Apêndice 11.

Figura 16 – Sociograma da rede Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí em 2015, por atributos dos atores



Fonte: elaborado pela autora (2016).

Participam então desta rede 224 atores, sendo eles 72 agricultores, 87 caminhantes e 65 organizadores. Através do sociograma gerado pelo UCINET 6, percebe-se a parca integração entre as categorias agricultores e caminhantes, que pode ser observado nas Figuras 15 e 16. Além disso, o UCINET 6 é capaz de demonstrar algumas propriedades da rede, expressas através de medidas anteriormente abordadas e que são analisadas em maiores detalhes a seguir.

### 6.1.1 Centralidade da rede

Quanto à centralidade das relações, FREEMAN (1979), abordou o conceito de centralidade revisando um grande número de medidas até então publicadas e reduziu-as a três definições clássicas, a centralidade de grau (*degree centrality*), centralidade de proximidade (*closeness centrality*) e centralidade de intermediação (*betweenness centrality*). O grau é uma medida da influência direta que um vértice tem em relação a seus contatos, a proximidade está relacionada com o tempo que uma informação leva para ser compartilhada por todos os nós (atores) na rede, e a intermediação de um nó (ator) pode ser considerada como o controle da comunicação entre todos os demais pares de nós da rede. As medidas de centralidade de proximidade e centralidade de intermediação são baseadas na suposição que a informação (ou qualquer conteúdo da ligação) é transmitida somente ao longo das possíveis pontes mais curtas.

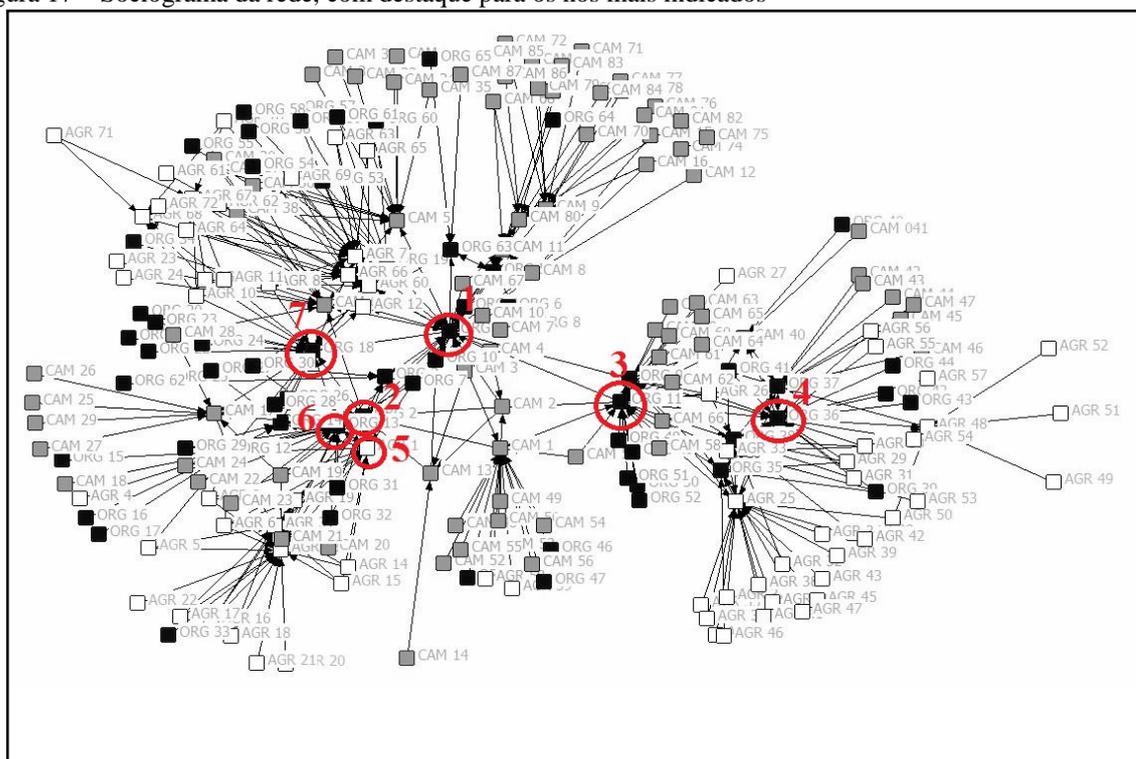
A centralidade de grau é conceitualmente a mais simples e é definida como o número de ligações incidentes sobre um nó (por exemplo, o número de pontes que um nó possui). O grau pode ser interpretado em termos de risco imediato de um nó para capturar tudo o que circula através da rede (alguma informação, por exemplo novos circuitos de caminhadas em formação). No caso da rede em análise, destacam-se sete nós (atores) indicados pelos demais atores. São eles:

- a) ORG 1 – Coordenadora estadual do projeto Caminhadas na Natureza, com 16 indicações recebidas;
- b) ORG 2 – Extensionista local da Emater, com 10 indicações recebidas;
- c) ORG 11 – Gerente Regional da Emater, com 9 indicações recebidas;
- d) OGR 36 – Secretário da Agricultura de Barbosa Ferraz, com 9 indicações recebidas;
- e) AGR 1 – Agricultor familiar e presidente da Associação de Moradores do Bairro Salto Fogueira em Borrazópolis, com 8 indicações recebidas;

- f) ORG 13 – médica veterinária da Prefeitura de Borrazópolis, com 7 indicações recebidas e;
- g) ORG 18 – Extensionista local da Emater, com 7 indicações recebidas.

A centralidade dos nós é ilustrada pela Figura 17:

Figura 17 – Sociograma da rede, com destaque para os nós mais indicados



Fonte: elaborado pela autora.

No caso de uma rede orientada, na qual os laços possuem direção, costuma-se definir duas medidas distintas de centralidade de grau, isto é, *indegree* e *outdegree*. *Indegree* é uma contagem do número de ligações direcionadas para o nó (ator) e *outdegree* é o número de ligações que o nó (ator) encaminha para outros nós (atores). Quando os laços estão associados a alguns aspetos positivos, como a amizade ou colaboração, *indegree* é muitas vezes interpretada como uma forma de popularidade, e *outdegree* como sociável. Isso quer dizer que os atores mais indicados, são sujeitos que possuem popularidade nas Caminhadas na Natureza.

A medida de centralidade de grau também permite analisar a concentração de poder sobre a dinâmica da rede. Os atores que concentram as indicações possuem poder sobre o fluxo de informações que circula entre os atores. Exprime também a autoridade, possível hierarquia, capacidade de apropriação de inovações e coordenação de ações que garantem a

existência da rede, sua estabilidade e dinâmica. Não por acaso, portanto, o nó que concentra esse poder e que foi o mais indicado pelos atores é a coordenadora estadual das Caminhadas na Natureza. IC3 (ORG 1) foi também a primeira entrevistada e que forneceu as primeiras indicações de atores, através da técnica bola de neve. Ela realizou 27 indicações e, em contrapartida, foi indicada por 16 outros atores. Assim, este ator possui popularidade e é sociável, de acordo com Freeman (1979).

É interessante destacar que, dos sete atores mais populares e que demonstram possuir centralidade na rede analisada, seis pertencem à categoria de organizadores. Destes seis, todos são do poder público e quatro são do quadro funcional da Emater. Isso demonstra que os organizadores possuem mais poder na tomada de decisões, são centrais para o fluxo de informações da rede e estabelecem uma certa hierarquia com relação aos demais atores.

Ao estudar a rede de relações sociais de agroindústrias no Sudoeste do Paraná, Cavalheiro (2010) também observou a forte presença da assistência técnica da Emater, e argumentou que este fato pode ser entendido porque esta instituição é a principal executora de políticas públicas do Paraná e do Governo federal. A Emater proporciona assistência técnica, treinamentos e capacitação, promoção, apoio e suporte para a implantação de projetos, como é o caso das Caminhadas na Natureza.

Essa centralidade de poder da Emater nas Caminhadas na Natureza foi observada por IC1 e IC2 durante as entrevistas. Ambos criticaram a concentração de ações e decisões referentes à caminhada que a Emater possui e acreditam que a sociedade civil organizada, formada por caminhantes e agricultores, deveria ter mais agência, conforme discutido no Capítulo 4. O que era observado pelos entrevistados, se concretizou através dos questionários e se ilustrou no sociograma.

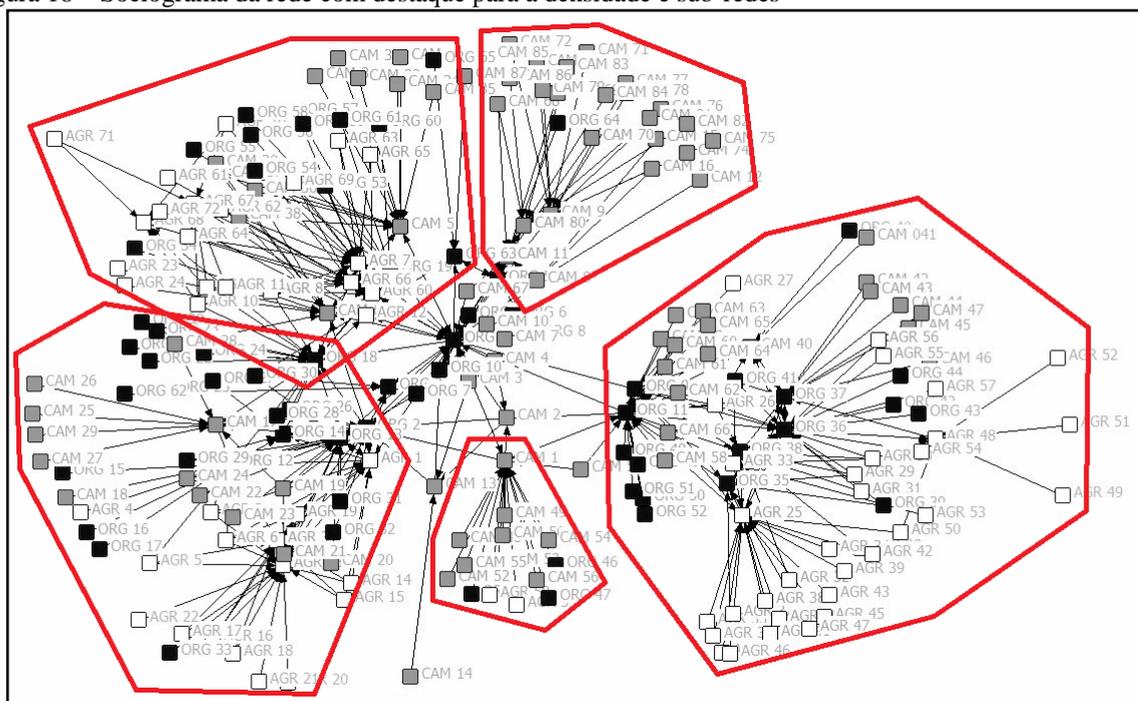
### **6.1.2 Densidade da rede**

A medida de densidade da rede revela a alta ou baixa conectividade entre os nós (atores). Ela é capaz de mensurar o grau de coesão entre os atores e a homogeneidade da rede, ou seja, quanto mais densa, maior a coesão entre os atores e igualdade de relações. Numa rede coesa e homogênea, há mais interação entre os atores e, conseqüentemente, mais autonomia, igualdade e maior fluxo de informações. Quanto maior a densidade, maior a integração entre os atores. A densidade de uma rede pode ser calculada sem necessidade de usar um software. As ligações sociais também podem ser fortes e fracas. De acordo com GRANOVETTER (1973), “a força de um laço é uma combinação (provavelmente linear) da quantidade de

tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam um laço”. Laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas. Os laços fracos, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade. Laços fortes constituem-se em vias mais amplas e concretas para as trocas sociais (WELLMAN, 1997), enquanto os fracos possuem trocas mais difusas. Laços fortes e laços fracos serão analisados com maior profundidade posteriormente.

A Figura 18 demonstra que a rede formada pelas Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí possui pouca densidade. Isso é observado pela separação da mesma em sub-redes, que não se conectam entre si. Essas sub-redes são conectadas por alguns nós, que, conforme apresentado na discussão sobre centralidade, concentram as ligações (pontes) entre os atores (nós).

Figura 18 – Sociograma da rede com destaque para a densidade e sub-redes



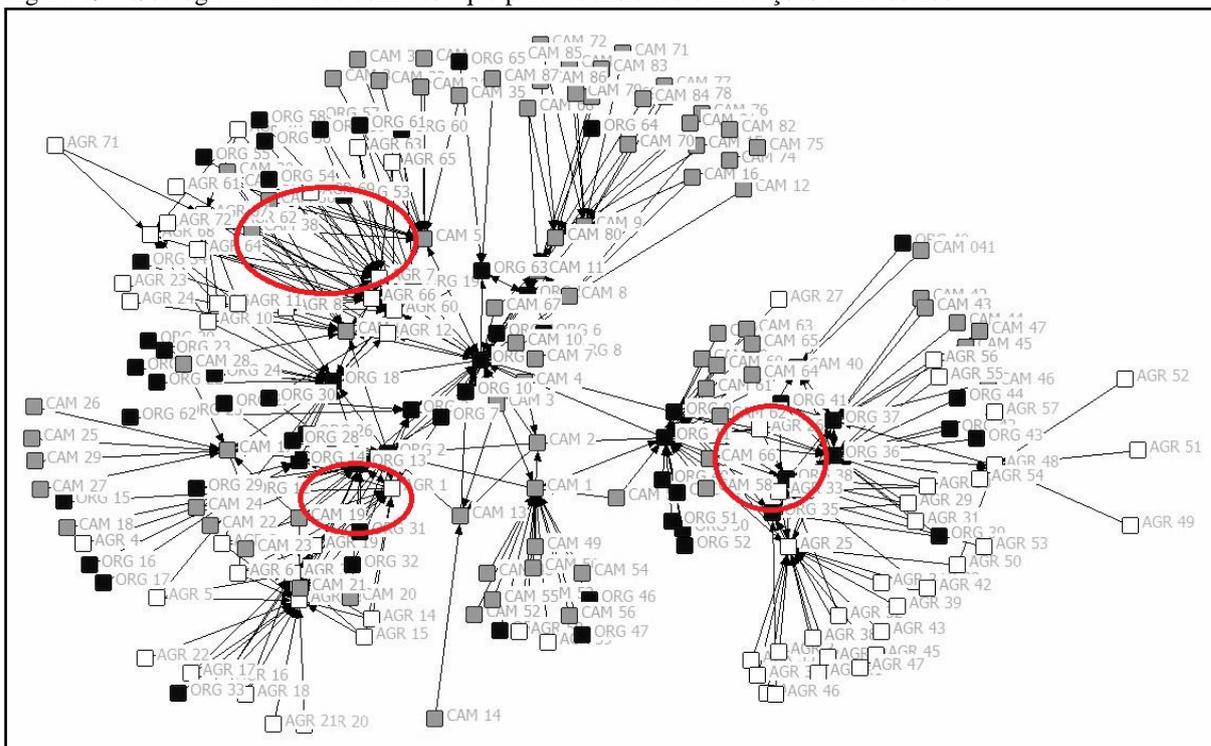
Fonte: elaborado pela autora.

Na rede, pode-se observar a formação de pelo menos cinco sub-redes. Contudo, é interessante destacar que na pesquisa de campo, foram entrevistados atores em três eventos de caminhadas. A partir disso, pode-se afirmar que, num mesmo evento de caminhada, há grupos que não se conectam entre si, ou seja, não há interação de atores.

Outro ponto a se discutir a respeito da densidade das relações é a concentração de interações em determinadas áreas da rede. Na Figura 19, observa-se a concentração de

relações em áreas intermediárias, ou seja, entre os nós centrais e demais atores. Na rede formada pelas caminhadas analisadas percebe-se a densidade das relações nas três maiores sub-redes evidenciadas na figura acima. Isso confirma a análise inicial de que há pouca interação e conectividade dentre as comunidades estudadas.

Figura 19 – Sociograma da rede com destaque para a densidade e interações entre os nós



Fonte: elaborado pela autora.

Além disso, pode-se observar que as duas sub-redes menores, que não se conectam as sub-redes maiores (representadas pelas comunidades visitadas), são predominantemente formadas por caminhantes. Os caminhantes aparecem como uma categoria mais independente e pouco integrada às outras categorias, pois não possui conexões significativas com agricultores ou organizadores. Ou seja, os caminhantes se indicam entre si e, por outro lado, organizadores e agricultores pouco indicaram caminhantes. Isso leva à conclusão de que os caminhantes são pouco integrados às comunidades, às pessoas do lugar. Interessa compreender o porquê, mais adiante, ao se analisar as características destas relações e a intensidade dos laços.

## 6.2 CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS CAMINHADAS NA NATUREZA NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ

O dinamismo das redes é produzido, pela integração dos atores sociais, com a rede e seus fluxos, através de um constante trabalho de construção e de desconstrução da realidade. De acordo com Cavalheiro (2010), a rede constitui um sistema cultural e tecnológico capaz de agregar, em sua estrutura, uma dinâmica constante de inovação. Isso é importante para perpetuar sua existência e marcar sua identidade, que pode se dar através da renovação de seus membros, seus fluxos, seus processos e suas informações.

A integração de atores sociais é determinada pelas relações sociais que se estabelecem entre eles. Essas relações possuem características passíveis de serem analisadas separadamente, no sentido de compreender melhor seu conjunto. São relações complexas e típicas de grupos sociais dinâmicos, tradicionais e heterogêneos, tal como é a agricultura familiar (Mendras, 1978). Cada grupo possui suas próprias relações e maneiras de se relacionar. Mendras (1978) não descreve as relações que os agricultores desenvolvem com agentes da sociedade urbana, como ocorre frequentemente nas feiras livres, em estabelecimentos comerciais, em organizações sociais, nas vendas diretas ou no turismo rural (*face to face*). O entendimento do conjunto destas relações sociais é característico dos mercados de rede definido por Wolf (1970).

Nos mercados *face a face*, as relações podem ser de parentes, vizinhança, profissional, entre outros. O número das interações dependerá dos recursos disponíveis na comunidade para o sustento de seus membros. Podem estar fundamentados, ainda, em relações de longo alcance que implicam em aceitação e confiança (POLANYI, 1980).

As relações de troca e de comercialização da produção entre os agricultores é uma das formas organizadoras da vida da sociedade comunitária (MENDRAS, 1978). Assim, o enraizamento dos mercados nas relações deve considerar a amplitude e a diversidade das relações sociais, cujos processos que motivam os atores são suas condições culturais e os conhecimentos que são compartilhados por meio desses contatos diretos (FLOYSDAND; SJOHOLT, 2007). Essas relações sociais são organizadas considerando os interesses dos atores envolvidos, seus acordos informais e a partilha de uma “linguagem” comum para a realização da comercialização (STORR, 2008). Ou seja, ambos os atores se reconhecem e se identificam por meio dessas relações, que não podem ser traduzidas somente por critérios econômicos, tais como renda e preço do produto.

Conforme previsto nos procedimentos metodológicos, os entrevistados deveriam caracterizar as relações estabelecidas entre os atores, de acordo com oito variáveis selecionadas para o estudo, quais sejam: a natureza da relação, o surgimento da relação, meio de comunicação empregado para se relacionarem, frequência da comunicação, velocidade da resposta do indicado, formalização da relação e local de residência do indicado. Nas variáveis natureza da relação e meio de comunicação empregado, os entrevistados poderiam dar mais do que uma resposta à questão, conformando variáveis compostas. A tabulação do questionário se deu através de análise de frequência, tendo em vista que 426 pontes (relações) foram identificadas entre os 224 atores indicados (nós). Destes 224 atores, 72 são agricultores, 87 são caminhantes e 65 são organizadores.

Quanto à natureza da relação que se estabelece com o indicado, apresentada na Tabela 06, a maior parte dos entrevistados, 34,7%, caracterizaram suas relações como “profissional e amizade”, uma variável composta. Em seguida, 22,1 e 21,8% dos entrevistados, respectivamente, selecionaram de maneira isolada as variáveis “amizade” e “profissional”. Logo após, aparecem as relações familiares, com 9,9% de citações. Chama a atenção que apenas 2,1% tenha atribuído sua relação à variável “negócios” e “negócios e familiar”, também com 2,1%. Isso indica que a intensidade emocional entre os entrevistados é predominante e permeia as relações estabelecidas entre os atores.

Tabela 06 – Natureza das relações entre os atores

Natureza da relação	Frequência		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Eventual	18	4,2	0	10	8
2 Negócios	9	2,1	7	2	0
3 Profissional	93	21,8	10	5	78
4 Amizade	94	22,1	35	37	22
5 Familiar	42	9,9	21	16	5
6 Eventual e negócios	0	0	0	0	0
7 Eventual e profissional	1	0,2	0	0	1
8 Eventual e amizade	1	0,2	0	0	1
9 Eventual e familiar	0	0	0	0	0
10 Negócios e profissional	0	0	0	0	0
11 Negócios e amizade	2	0,5	1	0	1
12 Negócios e familiar	9	2,1	9	0	0
13 Profissional e amizade	148	34,7	42	15	91
14 Profissional e familiar	3	0,7	1	0	2
15 Familiar e amizade	1	0,2	1	0	0
16 Profissional, amizade e familiar	3	0,7	2	0	1
17 Negócios, profissional e amizade	2	0,5	0	1	1
18 Negócios, profissional e familiar	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

Ao analisar as categorias separadamente, percebe-se que as relações estabelecidas com os indicados são “profissional e amizade”, “amizade” e “familiar”. Os caminhantes caracterizam suas relações como “amizade”, seguido por “profissional e amizade” e também “familiar”. Aparece, com significativa relevância a variável “eventual”, pois de acordo com as entrevistas dos caminhantes, alguns deles se encontram apenas nas caminhadas, mas não chegam a aprofundar suas relações. Por sua vez, os organizadores caracterizam robustamente suas relações como “profissional e amizade” e “profissional”, seguido com certa distância pela variável “amizade”.

Mesmo quando se analisa de maneira separada a natureza das relações que os entrevistados estabelecem com os indicados, percebe-se a significativa intensidade das relações na rede das Caminhadas na Natureza. Isso é interrompido apenas quando a categoria de organizadores cita a variável “profissional”. Entretanto, as relações profissionais estabelecidas possuem responsabilidades assentadas em valores como cooperação, confiança e reciprocidade. Portanto, a natureza das relações sugere a existência de laços fortes entre os atores.

O surgimento de uma relação social de forma planejada, demonstrada pela Tabela 07, indica que a relação tenha sido estabelecida visando um objetivo, que normalmente está ligado ao campo profissional. Mas isso não determina que a relação seja apenas profissional ou de negócios. Ela pode ter evoluído ao longo do tempo para uma relação com maior intensidade emocional. Se a relação surgiu de forma espontânea, sugere que tenha surgido por afinidade entre os atores.

Tabela 07 – Forma de surgimento da relação entre os atores

Surgimento da relação	Frequencia		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Planejada	135	31,7	27	25	83
2 Espontânea	291	68,3	102	61	128

Fonte: elaborado pela autora.

Nota-se que as relações entre os entrevistados e os indicados surgiram, em sua maioria, de maneira espontânea, com 68% de citações. É mais espontânea entre os agricultores, que, como verificado anteriormente, estabelecem relações com significativa intensidade emocional. Com relação às relações planejadas, percebe-se que a categoria organizadores com grande parte das citações. Isso ocorre, pois, os organizadores estabelecem relações de natureza profissional, em que se necessita planejar o atendimento e o trabalho com os indicados, tanto agricultores, como caminhantes.

A questão sobre o meio de comunicação empregado com o indicado para estabelecer a relação também possibilitou que os entrevistados pudessem selecionar mais do que uma variável, formando variáveis compostas. Conforme a Tabela 08, com relação à frequência de citações, de maneira geral, observa-se que os entrevistados selecionaram a variável “pessoalmente”, com 34% das citações, seguida de perto pela variável “telefone e pessoalmente”, com 28,6%. Isso indica que as relações entre os atores ocorrem no cotidiano das comunidades rurais, em que a proximidade espacial permite este contato.

Tabela 08 – Meio de comunicação utilizado entre os atores

Meio de comunicação	Frequência		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Outros	3	0,7	1	1	1
2 Mídias sociais	20	4,7	0	11	9
3 E-mail	21	4,9	0	3	18
4 Telefone	32	7,5	8	9	15
5 Pessoalmente	145	34	76	13	56
6 Mídias sociais e email	11	2,6	0	6	5
7 Mídias sociais e telefone	1	0,2	0	0	1
8 Mídias sociais e pessoalmente	9	2,1	0	6	3
9 E-mail e telefone	8	1,9	0	1	7
10 E-mails e pessoalmente	9	2,1	0	8	1
11 Telefone e pessoalmente	122	28,6	36	10	76
12 Mídias sociais, e-mail e telefone	6	1,4	0	2	4
13 Mídias sociais, e-mail e pessoalmente	1	0,2	0	1	0
14 E-mail, telefone e pessoalmente	26	6,1	8	3	15
15 Mídias sociais, telefone e pessoalmente	11	2,6	0	11	0
16 Mídias, sociais, e-mail, telefone e pessoalmente	1	0,2	0	1	0

Fonte: elaborado pela autora.

Ao analisar as categorias em separado, pode-se notar que agricultores e organizadores, que convivem nas comunidades rurais são os que indicam este tipo de comunicação. Percebe-se também que, além da proximidade espacial, a intensidade emocional também permite ou determina que a comunicação se dê de maneira pessoal. Por outro lado, os caminhantes estabelecem suas relações utilizando os meios de comunicação de maneira mais equilibrada, com a participação significativa das “mídias sociais”. Os caminhantes, conforme entrevistas utilizam o “*Facebook*” para manter suas relações e se informar a respeito da formação de grupos de caminhadas, que ocorrem frequentemente por esta rede social virtual.

Quanto à frequência de comunicação entre os atores, apresentada na Tabela 09, o contato entre os atores ultrapassa o período da participação na caminhada, tanto do ponto de vista dos anfitriões, como do ponto de vista dos visitantes. Observa-se que 54% das relações

ocorrem “frequentemente”, enquanto que 17,1% ocorrem “todos os dias”. Essa periodicidade de contato entre os atores permite associar a intensidade emocional das relações estabelecidas. Isso sugere a existência de laços fortes entre os atores.

Tabela 09 – Frequência de comunicação entre os atores

Frequência da Comunicação	Frequência		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Ocasionalmente	73	17,1	14	14	45
2 Somente na caminhada	50	11,7	5	20	25
3 Frequentemente	230	54	73	40	117
4 Todos os dias	73	17,1	37	12	24

Fonte: elaborado pela autora.

Por outro lado, o restante, 17,1% e 11,7%, das relações ocorrem ocasionalmente e somente quando há caminhada. São números expressivos e que podem ser interpretados associados às entrevistas, que indicam que os caminhantes possuem parceiros de caminhadas que se comunicam somente quando há caminhada ou somente quando se encontram no local e isso pode ocorrer ocasionalmente, pois nem sempre há este encontro. Por sua vez, embora os organizadores se comuniquem principalmente de maneira frequente com os atores, alguns deles estabelecem relações com os agricultores somente na época de planejar e organizar as caminhadas nas comunidades, assim como entram em contato com os caminhantes com o objetivo de divulgá-la ou facilitar sua participação.

A velocidade da resposta dos indicados foi percebida pelos entrevistados como instantânea na grande maioria das relações, de acordo com a Tabela 10. A velocidade de resposta supõe a velocidade do fluxo de informações que caracteriza a rede e interfere em sua dinâmica. Não houve particularidade de comportamento das variáveis quando analisadas em categorias.

Tabela 10 – Velocidade da resposta do indicado

Velocidade da resposta	Frequência		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Instantânea	410	96,2	129	79	202
2 Lenta	16	16,8	0	7	9

Fonte: elaborado pela autora.

O tempo de existência ou de duração de uma relação contribui para revelar a força dos laços estabelecidos entre os atores, conforme Granovetter (1985). No caso das Caminhadas na Natureza do Vale do Ivaí, as relações surgiram desde antes das caminhadas em 82,2% das citações, de acordo com o apresentado na Tabela 11. Isso é revelador da pouca capacidade

que a rede possui em integrar novos atores, visto que as relações que surgiram com a participação nas caminhadas ou recentemente não chegam a 18%.

Tabela 11 – Tempo de existência da relação entre os atores

Tempo de relação	Frequência		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Recente	7	1,6	0	1	6
2 Durante as caminhadas	69	16,2	4	37	28
3 Antes das caminhadas	350	82,2	125	48	177

Fonte: elaborado pela autora.

Ao analisar as categorias em separado, os caminhantes possuem relações estabelecidas durante as caminhadas de maneira mais expressiva do que as duas outras categorias. Por sua vez, percebe-se que os agricultores e organizadores possuem, de maneira predominante, relações que surgiram desde antes das caminhadas. A partir deste resultado, pode-se afirmar que essas relações revelam laços fortes. Elas demonstram a solidez das relações estabelecidas entre agricultores e organizadores, que já possuem trabalhos em outros projetos, para além das Caminhadas na Natureza. Relações que surgem no cotidiano profissional e que evoluem para amizade, conforme a cooperação e a confiança crescem.

Neste sentido é importante destacar que os organizadores, grande parte formados por extensionistas da Emater ou funcionários das prefeituras municipais, possuem a atribuição de identificar o potencial da comunidade para desenvolver um circuito de Caminhada na Natureza. Em entrevista isso fica muito claro. São poucas as comunidades que fazem o caminho inverso: procuram a prefeitura ou a Emater e se oferecem para desenvolver a Caminhada. Isso ocorreu com Salto Fogueira, em Borrazópolis, e o comprometimento da comunidade com a caminhada é nítido, conforme observado durante a pesquisa de campo.

Quanto à formalização das relações, percebe-se a robustez da frequência de relações informais, em que não há contratos ou quaisquer documentos que determinem a relação entre os entrevistados e os indicados, apresentado na Tabela 12.

Tabela 12 – Formalização da relação entre os atores

Formalização da relação	Frequência		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Informal	397	93,2	119	80	198
2 Formal	29	6,8	10	6	13

Fonte: elaborado pela autora.

No que concerne ao local de residência, a Tabela 13 demonstra que os entrevistados indicaram sujeitos residentes em seu mesmo município, com 73,9% de citações, ou no

Território do Vale do Ivaí, com 14,3%. Isso revela que a rede é espacializada no território. Ela possui um território de abrangência que confere com o território Vale do Ivaí.

Tabela 13 – Local de residência do indicado

Local de residência do indicado	Frequência		Agricultor	Caminhante	Organizador
	Absoluta	%			
1 Outro país	0	0	0	0	0
2 Outro estado	8	1,9	0	0	8
3 Paraná	42	9,9	2	10	30
4 Vale do Ivaí	61	14,3	8	6	47
5 Mesmo município	315	73,9	119	70	126

Fonte: elaborado pela autora.

Neste sentido, observa-se que as relações estabelecidas entre os atores pertencentes à rede da Caminhadas na Natureza analisada são formadas por laços fortes. A intensidade emocional declarada pela natureza das relações, em grande parte “amizade” e “profissional e amizade”, associada à frequência viva das relações e ao longo tempo de existência das relações revelam os laços fortes que entrevistados e indicados partilham. Além disso, essas relações são ocorrem no cotidiano do Vale do Ivaí, em que os atores se comunicam de maneira pessoal e interagem no espaço do Território.

## **7 REPERCUSSÕES DAS CAMINHADAS NA NATUREZA PARA OS ATORES NA DIMENSÃO SOCIAL E ECONÔMICA**

Conforme exposto na discussão sobre a abordagem teórica da NSE, de maneira geral, a escola norte-americana propõe verificar como as relações sociais constroem os mercados, buscando compreender as características destas relações através, principalmente, da análise de redes. Até o momento, foi dada ênfase à análise das Caminhadas na Natureza sob o olhar da escola norte-americana da NSE. Neste capítulo, a análise será observada do ponto de vista da escola europeia, que se ocupa em entender a repercussão dos mercados na vida das pessoas, focando nas características desses atores. Estas características, são representadas, neste momento, pela análise das impressões dos entrevistados quanto às vivências oportunizadas pelas Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí.

Neste sentido, este capítulo responde ao último objetivo da pesquisa, o qual tem a preocupação de compreender quais foram as repercussões, na impressão do ator entrevistado, que a participação nas Caminhadas na Natureza oportunizou. Assim como nos objetivos anteriores a abordagem foi qualitativa e foi realizada análise de conteúdo. As categorias analisadas foram:

- a) dimensão social: motivação, satisfação, integração e valorização;
- b) dimensão econômica: ocupação, incremento de renda, novas oportunidades profissionais e criação de novos negócios (formais ou informais).

A ideia deste objetivo é analisar a rede (e o mercado) formado pela caminhada e isso repercute na vida dos atores, seja pela dimensão social em que ele pode conhecer novas pessoas, valorizar sua comunidade, fortalecer laços e; seja pela dimensão econômica, pelo surgimento de algum tipo de oportunidade de negócios e ocupação para os agricultores, seja pelo aumento da produção, incremento de renda, lançamento de algum produto criado para o público da caminhada, entre outros.

### **7.1 DIMENSÃO SOCIAL**

A repercussão dos mercados das Caminhadas na Natureza na vida dos atores pode ser compreendida por categorias de análise próprias da dimensão social, tais como a motivação e satisfação dos atores, valorização e integração das comunidades, organizadores e caminhantes.

### 7.1.1 Motivação e satisfação dos atores para as caminhadas na natureza

As caminhadas podem ser entendidas como uma modalidade de turismo rural, conforme discutido anteriormente. Mas, para se discutir a motivação e satisfação dos atores para as Caminhadas na Natureza, é necessário compreender as características que diferenciam as caminhadas das demais modalidades de turismo rural.

Antes de tudo, as caminhadas exigem que os turistas estejam dispostos a praticar atividade física, mesmo sendo considerada *soft* (EZEQUIEL; CARVALHO, 2014). Do ponto de vista dos agricultores, deve existir uma preparação diferenciada, pois as caminhadas são eventos que necessitam de organização operacional e cumprimento de normas de segurança, que envolvem o planejamento do trajeto, da infraestrutura de apoio, das pessoas, dos serviços de alimentação, da feira, patrocínios, entre outros. Com relação aos organizadores (normalmente do poder público) é necessário planejar o apoio ao evento em geral, como divulgação, promoção, pessoas, sinalização, infraestrutura, ambulância, entre outros (ANDA BRASIL, 2007). E quanto aos agricultores, é necessário que estejam organizados para atender os caminhantes e principalmente prestar os serviços de alimentação para uma considerável quantidade de pessoas.

As Ciências Sociais, sobretudo a antropologia, apresentam um debate muito interessante a respeito do ato de caminhar, que possui uma estreita relação com o turismo. Steil (2002) diz que uma das formas das Ciências Sociais interpretarem o turismo é sob o referencial religioso. O autor afirma que Durkheim (1989, apud STEIL, 2002) via nas “procissões do turismo moderno um ritual, celebrado em datas fixas e cumprido com o objetivo de intensificar o laço social nas sociedades contemporâneas” (STEIL, 2002, p. 53). Inspirado em Durkheim, MacCannel (1976) afirma que o turista é uma espécie de peregrino contemporâneo que, distanciados da vida cotidiana, busca autenticidade em outros lugares e outros tempos. Para estes autores, o turismo pode assumir algumas funções da religião no mundo moderno.

Neste sentido, Steil e Toniol (2011), ao estudar um grupo de ecoturistas afeitos a caminhadas ecológicas, dizem que os deslocamentos do grupo analisado relacionam a peregrinação ao movimento turístico. No estudo, os autores propõem:

[...] sugerimos que as relações com o sagrado, vividas pelo sujeitos de nossa pesquisa, estão implicadas com as noções de um corpo saudável para os caminhantes. Ao que parece, diferentemente dos peregrinos tradicionais, que usavam seus corpos penitentes como instrumentos de perdão e salvação para transcender este mundo, os caminhantes que acompanhamos compreendem seus

corpos como o lugar privilegiado de conexão com o mundo e principal meio de aperfeiçoamento de si. Por outro lado, se nas peregrinações tradicionais, a busca da saúde física é uma dádiva divina, que pode ser concedida dentro de um regime de reciprocidade entre seres humanos e divinos, para os ecocaminhantes, alcançar o bem-estar físico e a saúde é uma responsabilidade dos sujeitos humanos, que buscam se integrar num todo harmonioso que aponta para a superação das divisões entre corpo e alma, natureza e cultura (STEIL; TONIOL, 2011, p. 30-31).

Na citação, pode-se observar que o bem-estar físico e saúde, atributos do corpo, são formas de se aperfeiçoar ou evoluir como seres humanos. A caminhada, o movimento do corpo, é a maneira pela qual os sujeitos entram em contato com o mundo.

Entretanto, para o estudo das Caminhadas na Natureza, não basta entender o ato de caminhar em si, o meio rural também é um elemento nesta discussão. Pois, é importante compreender os motivos que levam as pessoas percorrerem dezenas (e até centenas) de quilômetros desde sua residência até a comunidade rural. Se fosse caminhar apenas por bem-estar e saúde, uma esteira num ambiente fechado resolveria a questão.

Um estudo sobre o comportamento ao caminhar, publicado na Revista *Social Science & Medicine*, em 2007, afirma que pessoas se engajam em comportamentos saudáveis por outras razões além da saúde em si, indicando a existência de significados e valores psicológicos inerentes (DARKER; LARKIN; FRENCH, 2007). Outro estudo da área das Ciências da Saúde, publicado na Revista *Health & Place*, em 2013, discute a relação entre caminhar em grupo e a paisagem, analisando-a como uma técnica terapêutica para a saúde e cura (DOUGHTY, 2013). O estudo indica que o ato caminhar em grupo promove interação social e as características do lugar contribuem significativamente para isso. A autora denomina a paisagem rural como “terapêutica”, pois é capaz de promover uma terapia corporal compartilhada, o que contribui para a saúde e cura dos indivíduos.

Voltando às Ciências Sociais, Steil e Toniol (2011) afirmam que o caminhante não se preocupa em cultivar apenas seu bem-estar físico, mas que parece haver no ideal de saúde desses sujeitos, uma forte relação entre as dimensões físicas e psíquicas. Assim, o contato com a natureza (ou com o rural) torna-se algo privilegiado na busca desse ideal. Ou seja, corpo, mente e natureza estão fortemente inter-relacionados no ato de caminhar e possui resquícios religiosos, sugerem Steil e Toniol (2011).

Com relação às motivações em praticar o turismo rural, existem na literatura internacional, vários modelos e tipologias. A busca pela interpretação e classificação de motivações, de acordo com Kastenholz et al (2014, p. 44), são orientadas pela ideia seminal de que “o visitante viaja, em primeiro lugar, porque procura viver uma experiência fora do seu

ambiente habitual de residência”. A partir dessa ideia, os estudos sobre motivação estão fundados na sociologia, na psicologia social, na psicologia ambiental ou na geografia humana.

Kastenholz (2006), elaborou uma classificação de segmentos de turistas de acordo com seu perfil motivacional ao visitar o meio rural. Ela encontrou, baseada numa minuciosa análise de clusters, quatro perfis nítidos em sua pesquisa. De maneira resumida, são eles (KASTENHOLZ, 2006, p. 146):

- a) entusiastas rurais calmos: manifestam uma visão romântica do rural, procurando o “autêntico”, o patrimônio cultural, proximidade com a natureza, um ambiente tranquilo e sem poluição e, também, um contato com um modo de vida mais simples. Não procuram vida noturna, nem atividades desportivas ou recreativas;
- b) entusiastas rurais ativos: são também entusiasmados pelas características do rural, mas mais interessados em atividades desportivas e recreativas. Normalmente demandam mais infraestrutura e atividades e receiam o isolamento;
- c) os “naturalistas”: procuram um ambiente natural, despoluído e tranquilo e não valorizam infraestruturas turísticas, nem o convívio social, nem o patrimônio cultural, receando até uma urbanização do rural;
- d) os “urbanos”: não demonstram interesse pela ruralidade ou pelo destino visitado, procurando infraestruturas turísticas, divertimento e uma variedade de atrações e atividades, algumas vezes incompatível com o rural e o “autêntico”.

Pode-se dizer, com base nas motivações dos entrevistados, que o perfil motivacional dos caminhantes do Vale do Ivaí vai ao encontro dos “entusiastas rurais ativos”. São pessoas que, através da atividade desportiva, procuram o relaxamento, o contato com a natureza e também o contato interpessoal. Para os caminhantes, as características naturais e culturais das comunidades rurais são atraentes, bem como sua infraestrutura de apoio, e proporcionam o surgimento de novas relações sociais, amizades e o estreitamento de laços afetivos.

É interessante lembrar que Kastenholz (2006) esclarece que existem diferentes tipos de turistas que visitam o rural. A demanda não é homogênea, podendo existir outros perfis motivacionais menos nítidos na pesquisa.

Grande parte dos estudos sobre motivação ao turismo rural são realizados sob o ponto de vista do turista. Entretanto, as motivações do ponto de vista dos agricultores ou dos organizadores/apoiadores são pouco abordadas nos estudos disponíveis na literatura.

Com relação aos residentes (no caso do presente estudo, os agricultores), as pesquisas frequentemente estão voltadas a explicação de sua impressão face ao turismo, ou seja, quando o turismo já ocorre. Figueiredo e Eusébio (2014, p. 91) lembram do famoso estudo de Doxey

(1975), sugerindo o termo “Irridex” (para mensurar o nível de irritação dos residentes quanto a atividade turística) e do “Modelo de ciclo de vida de um destino turístico” de Butler (1980), para também entender o comportamento dos residentes. Estudos posteriores que utilizaram estes modelos, evidenciam que o grau de dependência econômica que os residentes possuem em relação ao turismo, explica sua impressão e atitude. Ou seja, quanto mais economicamente beneficiado pelo turismo, mais positiva será a impressão e atitude face ao turismo (FIGUEIREDO; EUSÉBIO, 2014).

Assim como a ideia basilar, do ponto de vista do turista, é buscar uma experiência diferente de seu cotidiano, do ponto de vista dos agricultores, a ideia fundamental é que estes ingressam na atividade de turismo interessados no ganho financeiro. Ainda são poucos estudos, na perspectiva do desenvolvimento rural, que revelam as motivações dos agricultores para a atividade turística. Porém, estudos sobre o ingresso na atividade de agroindústrias familiares, como estratégia de diversificação econômica das propriedades, corroboram com a ideia fundamental do incremento da renda familiar como motivação principal (AGNE, 2010; CARVALHEIRO, 2010; FERRARI, 2011).

No sentido de classificar as motivações e a satisfação dos atores envolvidos nas Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí (agricultores, caminhantes e organizadores), utilizou-se as quatro dimensões para a classificação de McIntoch, Goeldner e Ritchie (1995), quais sejam: física, cultural, interpessoal e status e prestígio. Ademais, ao revisar sólidas discussões a respeito das motivações para caminhar e motivações para o turismo rural, percebeu-se a necessidade de adicionar mais duas dimensões no sentido de enriquecer a análise, sendo a emocional (nostalgia) e ruralidade (características intrínsecas ao rural). Além disso, para incluir motivações de agricultores, incluiu-se a dimensão econômica. Conforme o Quadro 11:

**Quadro 11** – Dimensões e características das motivações dos atores

<b>Dimensão</b>	<b>Características</b>
Física	Refere-se ao relaxamento, desejo de lazer compensatório ao trabalho, à escapada da rotina, à fuga dos centros urbanos, ao “refresco” da mente e corpo do indivíduo, ao descanso. Também a preocupação com a saúde e estado físico do corpo.
Cultural	É a busca por uma experiência cultural, em que a necessidade de conhecer culturas diferentes, conhecer outros lugares e paisagens. Relacionada ao desejo de ganhar conhecimento e experiências autênticas.
Interpessoal	O desejo de conhecer novas pessoas, passar tempo com família e amigos, visitar amigos e parentes ou, ainda, escapar de relações sociais de rotina. Está também relacionada ao estreitamento dos laços sociais, através da cooperação, reciprocidade e comprometimento entre os atores.

Status e prestígio	Está relacionada a aumento da autoestima, reconhecimento e elogios advindos da atuação nas caminhadas. Refere-se também ao desejo de chamar a atenção e divulgar o lugar onde se realiza a caminhada, destacando suas características e qualidades. Levam a ter uma posição de destaque, distinção e valorização em relação aos outros.
Emocional	Refere-se ao aspecto sentimental dos atores, principalmente ao sentimento de nostalgia, valorização das memórias do passado, retorno às origens.
Ruralidade	Está relacionada às características intrínsecas da paisagem e modo de vida rural. Este rural pode ser real ou imaginário, sendo que apelos como a simplicidade, o silêncio, a natureza, as atividades agrícolas, a gente,
Econômica	Refere-se ao desejo de aumentar e complementar o rendimento da família, a diversificar a atividade econômica da propriedade. Está relacionado ao desejo de implementar a atividade turística na propriedade para além da caminhada, visando novos negócios. Também se refere a criação oportunidades ao produtor e promoção do desenvolvimento rural, num sentido ideológico.

Fonte: elaborado pela autora.

Levando em consideração as dimensões apresentadas para a análise, quando perguntados a respeito do que motiva e do que mais o satisfaz nas Caminhadas na Natureza, os entrevistados citaram mais de uma dimensão em suas respostas. Por isso, a tabulação dos resultados representa o total citações interpretadas nas respostas. Assim, representado na Tabela 14, com relação às motivações dos entrevistados, tem-se:

Tabela 14 – Citações das dimensões da motivação dos atores

<b>Dimensões</b>	<b>Total</b>	<b>Agricultores</b>	<b>Caminhantes</b>	<b>Organizadores</b>
Física	<b>9</b>	0	7	2
Cultural	<b>6</b>	1	4	1
Interpessoal	<b>27</b>	11	8	8
Status e prestígio	<b>13</b>	3	1	9
Emocional	<b>8</b>	3	2	3
Ruralidade	<b>4</b>	0	2	2
Econômica	<b>8</b>	1	1	6

Fonte: elaborado pela autora.

Nota-se, que a dimensão mais citada pelos entrevistados é a motivação interpessoal, com 27 referências, seguida pela motivação de status e prestígio, física, econômica, emocional, cultural e, por último, motivação de ruralidade. Fica evidente, portanto, que a motivação principal dos entrevistados em participar das Caminhadas na Natureza é a interpessoal. Estar em contato com pessoas, estreitar laços sociais e criar vínculos é o que

mais motiva os atores ao participar do projeto. Mas, deve-se realizar uma análise mais apurada das motivações, observando as três categorias de atores.

Com relação aos 13 agricultores entrevistados, de fato, a motivação mais citada é a interpessoal, com 11 referências nas respostas dos entrevistados. Isso se revela contrário aos estudos encontrados na literatura estudada, que apontam a dimensão econômica como a principal motivação dos agricultores para trabalhar com turismo rural.

Os agricultores demonstram que o ganho financeiro não é um fim, mas um meio de sobrevivência e reprodução social, assim como a valorização do meio rural, evidenciando um forte apelo emocional. Neste sentido:

A gente teve sempre a vida na área rural, né? E a gente vai com o tempo vai se distanciando dela, né? E com isso também faz que o retorno da gente é valorizar mais o setor rural. E outra coisa: ver a alegria dos outros que vem participa e conhece a gente que está aí, né? Fazer com que as pessoas se sintam bem e valorizados. E que as pessoas tenham conhecimento não só de nós aqui, mas de outros lugares. Então isso é importante. (Agricultor, homem, 67 anos).

O estudo de SOUZA *et al* (2014), a respeito do turismo rural pedagógico, apresenta resultados que indicam que a motivação dos agricultores para ingressar na atividade turística é o retorno financeiro e aumento da renda familiar, seguida da qualidade de vida e retorno pessoal. Além disso, a satisfação em trabalhar com os turistas e possibilidade de ocupação produtiva são outras motivações evidenciadas pelos entrevistados. Neste sentido, as falas dos agricultores sugerem o contentamento do contato com os caminhantes:

Eu gosto muito de estar saindo e conhecendo pessoas novas. Então para mim é gostoso, eu gosto... E gosto de caminhar. Eu não estou podendo agora, estou com um problema no joelho, mas eu gosto... É gosto estar em contato com pessoas dos outros municípios, trocar ideias, eu gosto bastante... a gente aprende muito com isso, né? (Agricultora, mulher, 52 anos).

Estar em contato com as pessoas. Porque na área rural, a gente não tem esse movimento de pessoas. A gente se reúne uma vez por semana, mas só o pessoal do bairro. Estar mais em contato com mais gente, eu acho isso gratificante. As pessoas falando que elas gostam aqui e isso é gratificante... as pessoas falarem bem e a gente estar mostrando o que está fazendo, está divulgando. Então essa é a motivação principal. (Agricultor, homem, 51 anos).

Nesta fala acima, assim como em outras, observa-se a expressão de um sentimento de prestígio dos agricultores ao receberem os caminhantes. É exemplo:

Eu gosto, eu gosto de estar em contato com a pessoas mesmo. Outra porque eu vejo as mudanças no meu bairro. E eu penso assim: 'eu vou morar aqui, a minha vida vai ser aqui a minha vida toda'. Eu quero, já decidi que eu quero ficar aqui. E eu não

quero ficar num bairro esquecido! Um bairro que ninguém conhece! E eu quero envelhecer num bairro que, por exemplo, tenha as caminhadas que eu quero, que todos nós juntos queremos. Que tenha uma ATI (academia de ginástica ao ar livre). A gente vai envelhecer, a gente vai precisar disso. Então eu quero envelhecer num bairro conhecido. E se meus filhos no futuro quiserem voltar e morar aqui, serão muito bem-vindos. Mas depois da formação! Sem formação eu não aceito eles. (Agricultora, mulher, 47 anos).

Uma dimensão de motivação observada nas falas dos agricultores se refere ao estreitamento de laços sociais entre a própria comunidade, que expressam valores como união e cooperação. São exemplos:

A união do pessoal, né? Tem pessoas que estão afastadas, que não frequentam a igreja, mas na época da caminhada, as pessoas vêm para ajudar. Tem umas três famílias, que vêm para ajudar nas caminhadas, isso é muito bonito. (Agricultora, mulher, 44).

Porque meus companheiros de pesca é tudo junto. Se eles vão trabalhar eu vou também, né? E outra: quantas crianças você vê andando aí também, né? Então eu vou ajudar. (Pescador aposentado, homem, 84 anos).

A gente já faz parte, né? Se meu marido é pescador, eu tenho que ir lá e ajudar ele. Então minha motivação é isso, né? Se ele faz, eu também tenho que fazer. Ele faz a parte dele, eu faço a minha na cozinha. Eu acho que a gente tem que ficar unido, né? Para ajudar, ué? Contribuir. (Pescadora, mulher, 44 anos).

É exemplo da dimensão econômica na motivação do pescador entrevistado, com um significativo apelo ideológico:

É por causa do pescador. Essa é a motivação principal. Eu quero chegar, deitar na cama, dormir sossegado e saber que eles estão legal. Em outrora, em tempos passados, a gente pegava, estava trabalhando, tinha o serviço da gente, recebendo o salário, mas o pescador passando necessidade, passando frio, de repente até faltando alimento... E eu pensava 'eu sou dessa mesma classe, vim dessa mesma origem'. Então eu acho que a gente tem que fazer alguma coisa, eu tenho que fazer alguma coisa. Então essa caminhada foi mais alguma coisa que surgiu para estar trazendo renda ao pescador, para eles não passarem tanta necessidade. Porque se deixar, se ninguém intervir nessa história, daqui a pouco os pescadores de Porto Ubá não existem mais, acabou. (Pescador, homem, 48 anos).

É interessante notar que, além da dimensão econômica ter sido citada por apenas um agricultor, as dimensões física e ruralidade não foram referenciadas por esta categoria de entrevistados. De fato, os agricultores anfitriões das Caminhadas na Natureza não caminham e não desfrutam do relaxamento e do prazer que o ambiente rural proporciona. A caminhada é o momento de trabalho. Ao contrário dos caminhantes, que participam da caminhada no tempo de não-trabalho.

Não por acaso, a dimensão mais citada pelos 12 caminhantes entrevistados foi a física, com sete referências, após a dimensão interpessoal, com oito referências, que aparecem sempre associadas.

Trazendo à luz diversos estudos, Kastenholz *et al* (2014, p.46) sumarizam que a principal motivação dos turistas ao praticar turismo rural é a “proximidade com a natureza”, quer para atividades de lazer, recreativas, desportivas ou para o contato com a natureza em si”. Isso corrobora com o discurso de Steil (2002) e Steil e Toniol (2011). É exemplo desta motivação:

Eu cresci dentro dos esportes. Eu e meu marido andamos de bicicleta. Então tudo que é ligado a esporte e natureza eu estou dentro. Mas tem um relaxamento. Tem um momento de reunião com a família. Você vai olhando a natureza, vai olhando as flores... Eu queria participar de todas as caminhadas. Sabe por que? Porque eu quero conhecer todos os circuitos. Você conhece pessoas novas. Eu conheço amigos que tem depressão e que melhoram tendo contato com a natureza. Aí você chega lá e vê pessoas de 75 anos caminhando. Isso te dá uma motivação maior. A interação com outras pessoas, a interação com a natureza é muito bom. Você está caminhando, você vê um rio, você vê uma pedra, você vê uma árvore, você vê uma planta, você vê um passarinho... então a caminhada é para desestressar. Isso é importante. O ser humano hoje anda muito estressado. E é o momento que você pode levar o filho, de você estar caminhando com a sua família. Eu gosto bastante. (Caminhante, mulher, 46 anos).

Outra forte motivação física é a busca por “relaxamento, tranquilidade, e contraste com a vida urbana”, o que dialoga com a ideia de “lazer compensatório” (do esforço do trabalho), associada à saúde e bem-estar. De acordo com as caminhantes:

Para mim, se tiver caminhada todo domingo, eu venho todo domingo. Eu gosto. Para mim parece que sai um fardo das costas. Chego em casa, durmo e no outro dia eu estou nova, na segunda-feira. Para mim um final de semana que não tem caminhada eu... tem trabalho, tem faculdade, é puxado. E a caminhada relaxa. Eu gosto. (Caminhante, mulher, 34 anos).

No sentido pela busca da saúde, estes caminhantes entrevistados revelam sua motivação:

Além do prazer, tem a questão da saúde. Demos um jeito também de colocar os filhos nisso. Eu sou hipertenso e preciso caminhar numa frequência maior. Ter contato com pessoas de lugares diferentes, conhecer gente nova e formar um grupo de amigos por todo o Paraná. (Caminhante, homem, 55 anos).

Eu me sinto bem. Faz bem para mim. Faz bem para meu físico, para minha mente. Nossa, para mim é muito gratificante. Eu me sinto muito bem. E também as amizades. Às vezes eu estou caminhando e alguém vem me cumprimentar. É muito gratificante. (Caminhante, mulher, 50 anos).

A motivação interpessoal é lembrada pelos autores como o interesse na convivência com parentes e amigos num ambiente diferente do habitual, assim como o interesse em conhecer a região, em busca de expandir conhecimento sobre paisagens, cultura, gastronomia, história, arquitetura, modo de vida rural, que expressam a dimensão cultural. É exemplo:

É essa integração que a gente tem com o grupo. E você vai caminha, chega cansado fisicamente, mas a cabeça está leve. Assim é o sair, é o conhecer, é o novo... É bacana isso. Quantas pessoas eu conheci nas caminhadas... Lugares que conheci... Lugares que eu jamais imaginei ir, se não fosse a caminhada. Jamais eu iria para o interior de Santa maria do Oeste ou de Guarapuava se não fosse a caminhada, né? E a gente tem ido na região toda. Tem conhecido a região toda, né? Isso é bacana. (Caminhante, mulher, 54 anos).

A motivação emocional é manifestada como a busca por relações próximas e intimistas com as pessoas do rural e, ainda, a busca do turista pela nostalgia de regressar às suas origens rurais ou avivar memórias do passado. São exemplos:

Como eu disse, eu sou geógrafa ambientalista e eu nasci na comunidade rural. Eu nasci na agricultura. Meu pai é um imigrante, que veio do Japão, e a gente viveu sempre na agricultura. E eu depois de casa, nunca tirei meus pés da agricultura. É minha raiz e vou morrer. Eu tenho que prestigiar. É o meu compromisso. (Caminhante, mulher, 64 anos).

Com relação à categoria restante, não foram encontrados trabalhos que abordassem as motivações dos organizadores, que, neste estudo, representam os agentes do Estado (esfera estadual e municipal) e voluntários, responsáveis por planejar e organizar as caminhadas, mas que não possuem ganhos financeiros com isso.

Assim como no discurso dos caminhantes e dos agricultores, a dimensão social ou interpessoal também está presente na resposta dos organizadores das caminhadas. É exemplo:

Eu gosto do diferencial eu gosto de estar com gente. Eu preciso estar em contato com as pessoas. Eu gosto de trabalho que envolvem pessoas. Eu gostaria de estar o tempo todo lá. E quero me dedicar mais a partir do ano que vem. (Secretária municipal, mulher, 58 anos).

Por fazer parte da secretaria eu gosto de vir. Venho acompanhar minha esposa, que participa de todas. Venho para ajudar, para dar uma força. E também pela amizade, encontro amigos que não via há muito tempo. Se forma um círculo de amizade. (Secretário municipal, homem, 68 anos).

Estar em contato com as pessoas, se envolver e ver que dá resultado. Você vê as pessoas às vezes saindo daquele comodismo de às vezes estar naquele lugar. É gratificante você ver que as pessoas estão se movimentando, que está acontecendo.

É muito bom. E que está gerando renda para eles, né? É o que buscam, né? Mesmo que seja uma vez por ano, eles estão lá trabalhando sabendo que vão ter um retorno. Daí a prefeitura se envolve, a agricultura, a saúde, vê o que está acontecendo no município. Que naquela região tem um potencial e que eles podem aproveitar isso, né? Mesmo tendo problemas, porque não é fácil organizar, mas que no final eles estão vendo um resultado. (Técnica da Emater, mulher, 53 anos).

Nesta última fala, a entrevistada aponta, além da dimensão social, uma dimensão econômica, quando fala sobre as oportunidades que os municípios poderiam aproveitar ao desenvolver o potencial turístico das comunidades, através da caminhada na natureza. Esta dimensão também está presente nos seguintes trechos de entrevistas:

A gente sempre discutia que alternativa se tem para o meio rural. A gente, enquanto técnico da Emater, a gente tem que enxergar um pouco mais longe. A caminhada vai além da caminhada. A caminhada é um motivo para se buscar outras coisas para o meio rural. Então a motivação é criar alternativas para o agricultor se manter na propriedade, para melhorar a condição dele na propriedade. (Técnico da Emater, homem, 59 anos).

Olha, toda a vida eu fui do meio rural, fui criado no meio rural. Eu conheço a dificuldade, sei da dificuldade como que é para sobreviver no meio rural e como é difícil você obter receita de alguma coisa. Então, quando a gente vê alguém tentando buscar alguma forma de agregar valor, de trazer renda para a família, então eu vejo que é importante a gente se pôr no lugar da pessoa e tentar ajudar da melhor maneira. Para a pessoa se desenvolver e ter sucesso no que ela está fazendo ali e conseguir trazer um retorno tanto financeiro, como social, para família. (Técnico da Emater, homem, 32 anos).

Ver a comunidade se sobressaindo. Tentar melhorar a renda desses agricultores e levantar a autoestima mesmo. Agora como, caminhante, eu gosto de caminhada. Sempre gostei. Abracei a ideia desde o começo e tento ir no máximo de caminhadas possível aqui da região. Eu gosto de caminhar. Eu gosto da ideia. (Funcionária da prefeitura, mulher, 33 anos).

Percebe-se, que, por trás da preocupação em agregar valor aos produtos e gerar renda, na fala dos entrevistados está presente a preocupação na melhora das condições de vida dos agricultores. A caminhada, então, está ligada ao desenvolvimento rural, principalmente quando citam os benefícios sociais e melhora da autoestima dos agricultores como motivação para o engajamento no projeto.

Neste sentido, nas entrevistas dos organizadores é abordada pela maior parte das citações (nove) a motivação de prestígio e de gratificação na realização do trabalho. Esta mesma dimensão também foi observada nas entrevistas dos agricultores. Este sentimento de prestígio aparece relacionado à divulgação dos municípios e localidades e aos elogios que recebem com relação à execução. São exemplos:

Porque eu acho que é bom trabalhar. Você trabalha com as pessoas, você vê um retorno, você conversa com os caminhantes. Eles veem assim: 'olha que caminhada gostosa, o percurso é bonito, o almoço estava gostoso'. Então é gratificante isso, né? É bom ouvir dos caminhantes. A própria repercussão... Eu vou aqui pela cidade e tudo que eu preciso, tudo que eu quero eu sou atendida, né? Então eu nunca recebi um 'não'. Assim... pelo contrário: 'é da caminhada? Então vamos lá'. Então eu vejo que isso é positivo, né? (Extensionista da Emater, mulher, 57 anos).

A gente vê tantas pessoas que vêm de fora para participar e a gente vê que o nosso município fica mais conhecido. Como no ano passado a repercussão foi boa, o pessoal ficou mandando e-mail dizendo o que que gostou e o que não. Então a gente fica contente com isso e cada vez quer fazer melhor para divulgar o município da gente, né? (Secretário municipal, homem, 50 anos).

Eu gosto. Eu fui criada na roça, eu estudei, tudo, mas eu fui criada no meio rural. É uma coisa assim que me deixa muito feliz é ver as pessoas felizes. Eu acho que isso não tem dinheiro que pague. Você ver as pessoas contentes, a autoestima das pessoas, né? E isso me deixa muito motivada para o trabalho. E elogios, né? Que todo mundo gosta. E a gente sabe que num trabalho desse você recebe, é claro que tem as críticas, mas é para você crescer. E as pessoas vêm, falam que gostam, que é uma coisa boa. e hoje eu tenho vários amigos que eu não conheço pelo estado todo. Que eu fiz pela caminhada e me comunico por e-mail, facebook. Então isso é muito gratificante. É um trabalho que você se realiza. Você vê as comunidades felizes, você vê os caminhantes felizes, os municípios sendo divulgados e a Emater, a empresa que eu trabalho, né? (Extensionista da Emater, mulher, 61 anos).

Na fala acima, a entrevista aponta um aspecto interessante, que é a divulgação da Emater para o público urbano, observado também em outras respostas dos organizadores. Assim como:

É muito bom para cidade pequena. A caminhada divulga o município e a própria Emater, que o pessoal da cidade não conhece. Eu vejo pelos meus amigos, ninguém sabe o que a Emater faz. Ajuda a divulgar o que tem no município. Atrai gente de fora, você entendeu? Motiva o agricultor que participa (Técnico da Emater, homem, 29 anos).

Eu faço a coordenação regional de projetos da Emater de Campo Mourão. São 24 municípios, mas a motivação começou por eu fazer parte do grupo de comunicação, marketing e eventos da Emater. Daí assim: não tem nada que divulga o trabalho do estado, ou seja, da SEAB e da Emater ou qualquer instituição, mais do que a caminhada. Por que isso? Porque a gente trabalha com um público que não é o público do dia a dia da gente trabalhar. Então você vai mostrar o trabalho nosso para um público que você quase não conhecia, que é o professor, é médico, é dentista, é policial, um pessoal que não entra nos escritórios da Emater e da SEAB. Então é importante por isso. A minha motivação é mostrar para que esse pessoal saiba da onde vem o que ele está consumindo, qual é a participação do governo do estado nisso, como é questão da assistência técnica dos produtores e até a situação da agricultura e da pecuária hoje. O pessoal não sabe, eles têm que saber isso. A motivação é isso: é unir o urbano ao rural. Está uma lacuna muito grande no meio. (Técnico da Emater, homem, 48 anos).

Percebe-se nos discursos, que a Emater é uma empresa presente no cotidiano dos agricultores, mas que é desconhecido da população urbana. Esses discursos vão ao encontro da dimensão de prestígio, mesmo que tenha um sentido um pouco diferente dos demais discursos, mas o contentamento, reconhecimento e valorização pelo trabalho e pelo meio rural são os mesmos.

A análise das motivações que regem a participação dos atores nas Caminhadas na Natureza ofereceu uma base sólida para a análise de sua satisfação. Utilizando as mesmas dimensões da análise das motivações, foi elaborada uma análise da satisfação dos entrevistados. Ao serem perguntados se estavam satisfeitos com sua participação nas Caminhadas na Natureza, surpreendentemente, em unanimidade, os 42 entrevistados responderam “sim”. Essa unicidade nas respostas indica ser muito positivo o envolvimento dos atores nas Caminhadas na Natureza, ratificando os resultados demonstrados na análise das motivações.

Além de um menor número de citações, a interpretação da razão da satisfação do ator, com relação à sua participação nas caminhadas, apresenta menos variação nas dimensões quando comparadas à variação das motivações, observado na Tabela 15. Por exemplo, a dimensão emocional não foi referenciada por nenhum entrevistado.

Tabela 15 – Citações das dimensões da satisfação dos atores

<b>Dimensões</b>	<b>Total</b>	<b>Agricultores</b>	<b>Caminhantes</b>	<b>Organizadores</b>
Física	<b>7</b>	1	6	0
Cultural	<b>3</b>	1	1	1
Interpessoal	<b>38</b>	13	12	13
Status e prestígio	<b>3</b>	2	0	1
Emocional	<b>0</b>	0	0	0
Ruralidade	<b>3</b>	0	0	3
Econômica	<b>2</b>	2	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

Quanto às razões para estarem satisfeitos com sua participação nas Caminhadas na Natureza, os entrevistados apontaram massivamente a dimensão interpessoal, o que corrobora também com a análise das motivações. Dos 42 entrevistados, 38 citaram a dimensão interpessoal em sua resposta sobre o que lhe satisfaz nas Caminhadas na Natureza, sendo que todos os agricultores e caminhantes a referenciaram. Dentre estas respostas estão:

Eu vejo que, assim, é a união das pessoas para um objetivo. A gente estar trocando ideias e fortalecendo o grupo. Eu acho isso muito interessante. A gente estar sempre

tendo uma coisa em conjunto, como se fosse uma família, né? Essa união eu prezo muito. (agricultor, homem, 51 anos).

É estar entre elas [demais pescadoras], aqui. Porque a gente mora no mesmo lugar, praticamente a gente quase não se vê, cada um na sua casa. Então quando a gente reúne assim, a gente brinca, se diverte, conta piada e a gente vê o valor de uma amizade. Às vezes a gente fica em casa, não liga e não saber que pode ter um pessoal precisando da gente. Então na hora que a gente se reúne assim, que a gente se sente à vontade e se sente satisfeita. (pescadora, mulher, 42 anos).

Em primeiro lugar é a minha realização pessoal, enquanto caminhante. Eu texto minha resistência, meu potencial físico, minha resistência física. São os relacionamentos, a oportunidade de novos relacionamentos, de amizade. Porque em todas as caminhadas nós encontramos pessoas diferentes, com quem nós nos inter-relacionamos. São os relacionamentos que mais me satisfazem, porque a caminhada é caminhar pura e simples. O fortalecimento dos que já existem e as oportunidades de novos relacionamentos. (caminhante, homem, 55 anos).

Eu gosto muito, tanto é que eu estou há cinco anos participando. E como eu já disse, é interessante a amizade que a gente tem com o pessoal também. A amizade é o que mais me satisfaz. E depois, claro, tem também o prazer de estar na mata. (caminhante, homem, 57 anos).

Estou totalmente satisfeito. Além do prazer de estar caminhando é esse contato, a interação com pessoas de outras regiões. Isso é o que mais me satisfaz nessas caminhadas. A interação com pessoas de outras regiões. (caminhante, homem, 55 anos).

A questão de você estar integrada num grupo. De você se sentir parte. (caminhante, mulher, 54 anos).

Nos depoimentos acima, percebe-se que a visão dos agricultores expressa um contentamento com a união e cooperação entre os membros da comunidade para a realização da caminhada. Para eles, a caminhada serve como um objetivo comum que, além de gerar renda complementar, proporcionam momentos em que os laços sociais são fortalecidos. Os agricultores entrevistados também relatam que no cotidiano os agricultores quase não possuem convívio e que na época de planejar e executar a caminhada, todos precisam trabalhar em conjunto e retomar uma convivência que estava espaçada, avivando um sentimento comunitário e de pertencimento ao lugar e ao grupo social. Por sua vez, os caminhantes expressam satisfação em conhecer novas pessoas, expandindo sua rede de contatos e amizades em diferentes regiões. Expressam também a satisfação em fazer parte de um grupo, evocando também o sentimento de pertencimento, assim como os agricultores.

Num dos depoimentos de caminhantes, é possível notar a satisfação física na participação das caminhadas, quando o entrevistado invoca seu contentamento em testar sua resistência física. A dimensão física foi a segunda mais citada, com 7 referências, contudo

com muito menos referências que a dimensão interpessoal. Ainda que seja uma motivação importante para os caminhantes, o interessante é que a dimensão física não é a que mais os satisfaz. Isso demonstra que, para os caminhantes, há uma associação forte entre as dimensões física e interpessoal, entretanto o que mais satisfaz os caminhantes é a dimensão interpessoal.

As demais dimensões, bem menos citadas pelos atores entrevistados, referem-se às dimensões cultural, status e prestígio, ruralidade e econômica. Quanto à dimensão ruralidade, têm-se os exemplos:

Eu vou lá para ver os amigos, você vê agricultura... Vê bastante cultura, você vê o pessoal colhendo. E outra coisa, é a natureza, eu gosto de natureza. (organizador, homem, 68 anos).

Estar na natureza. Estar mais perto um pouco da natureza. E a gente é bem crítica. A gente vê o pessoal que está desmatando, então quanto mais mato na caminhada, melhor é para nós. (caminhante, mulher, 34 anos).

Com relação à dimensão status e prestígio são exemplos:

É ver esses caminhantes irem e cobrarem da gente. É encontrar no mercado e eles perguntarem: 'e aí, vai ter caminhada?'. Então o que satisfaz é ver que nós estamos fazendo um trabalho que agrada a população e que eles se sentem felizes. Então isso deixa a gente feliz. (extensionista da Emater, mulher, 61 anos).

A gente não busca um retorno financeiro enorme. A gente busca, claro, um retorno financeiro, mas não precisa ser assim, enorme. Porque quem vem para essas caminhadas são pessoas simples e que valorizam as coisas simples também, né? É poder ajudar e ver o resultado depois, sabe? É o que mais me satisfaz. [...] Dá prazer de saber que deu tudo certo, que não teve uma confusão, não teve um incidente, ninguém se machucou, ninguém precisou de atendimento de um a enfermeira. Isso é gostoso de ver que a comida deu para todo mundo, não faltou nada, todo mundo foi muito bem recebido, entendeu? Claro que sempre tem uma coisinha aqui, outra ali, mas o que me deixa mais satisfeita é saber que correu tudo bem. Que as pessoas foram bem recebidas aqui, foram bem acolhidas aqui. Isso dá uma sensação de dever cumprido. É gostoso isso. (agricultora, mulher, 47 anos).

Fica evidente que a satisfação em receber, mostrar seu lugar, ter seu lugar valorizado e reconhecido por pessoas externas à comunidade provocam um sentimento de prestígio e orgulho por sua participação e trabalho. Para ambas as entrevistas, a satisfação do outro é satisfação para si.

Na última fala, contudo, a agricultora entrevistada revela que há um interesse financeiro na participação na Caminhadas na Natureza, mas que esse não é o objetivo final. A dimensão econômica também permeia a entrevista de outros atores, mas é diluída entre outras dimensões citadas, ou seja, a dimensão econômica aparece nas entrevistas, mas são sempre

associadas a outras dimensões de satisfação, como interpessoal, status e prestígio, ruralidade, cultural. São exemplos:

Muito satisfeito. De todos os trabalhos em que eu estou envolvido na Emater, as caminhadas é a única coisa que eu faço e que eu não gostaria de deixar de fazer, justamente porque causa da gratificação que a gente tem, conhecimento. Porque hoje a gente tem amizade em quase o estado inteiro graças a essa questão das caminhadas. E também o contato com os produtores e o resultado das caminhadas que a gente vê. Todos os produtores saem satisfeitos, tanto financeiramente, tanto na questão deles estarem mostrando o que eles têm. A gente vê nos olhos das pessoas, quando passa 400 pessoas na casa dela, a gente vê a satisfação de receber. O pessoal quer dar uma água, quer dar um docinho, quer mostrar, quer explicar. É muito interessante. Então para o nosso público, que era um público meio esquecido isso aí é muito legal. O pequeno produtor passou uma época em que ele não era visto, não era lembrado, ficava meio à margem. E, na verdade, é a agricultura familiar que produz o alimento que é consumido, né?. (extensionista da Emater, homem, 48 anos)

Por ser a segunda, eu acho ela tem que continuar, tem que continuar. Sem contar que é um exercício, é saúde. Essa é uma parte principal que, além de trazer benefícios, pro grupo de pescadores e renda, traz status e conhecimento, traz uma saúde. E eu acho que a caminhada é excelente e a gente não tem que parar, tem que aprimorar e fazer mais, mais e mais. Eu vejo a caminhada hoje como sendo mais uma das formas criadas dentro do estado do Paraná, como sendo primordial para que seja divulgado o município e o estado. [...] eu acho que o Vale do Ivaí é agraciado pelo planalto nosso, né? Que é muito acidentado. E a beleza do Rio Ivaí. Sem contar que você vai conhecer pessoas. Pessoas com uma cultura, uma formação, uma etnia diferente. Então se você for contar tudo isso aí, você vê que o ganho em si é muito grande. Você começa a respeitar, a ser respeitado, a própria visão do meio ambiente muda. Então, na minha visão, a caminhada em si é perfeita. Então, o que mais me satisfaz é a divulgação. É a divulgação, é a divulgação do lugar, do próprio pescador. Eu vejo por esse lado. A divulgação é essencial da caminhada. (pescador, homem, 48 anos).

Tanto na interpretação da motivação, como da satisfação que conduzem os atores entrevistados, nota-se uma semelhança nas repostas entre as categorias agricultor, caminhante e organizador. A dimensão interpessoal apresenta-se como a principal motivação e a principal razão para a satisfação dos atores em sua participação nas Caminhadas na Natureza do vale do Ivaí. Isso ultrapassa, em parte, a literatura abordada, na qual as motivações interpessoais não são as mais citadas pelos entrevistados. Neste estudo de caso essa dimensão fica mais evidente, em detrimento das demais dimensões elencadas para a análise. Essas demais dimensões sempre aparecem associadas a outras.

Isso indica que as Caminhadas na Natureza se configuram numa ferramenta profícua para estimular a integração social territorial. Porém, para verificar se isto se confirma, principalmente, entre categorias (agricultores, caminhantes e organizadores) é necessário realizar uma análise com foco nesta integração, que pode fornecer maiores detalhes, conforme análise subsequente.

### 7.1.2 Integração e valorização dos atores nas Caminhadas na Natureza

A análise da integração entre as categorias de atores foi realizada no capítulo anterior, através da análise da rede de relações sociais existente nas Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí. Os resultados demonstraram que há pouca integração entre agricultores, caminhantes e organizadores, embora existam laços fortes que ligam os atores de uma mesma categoria, numa mesma comunidade.

Nesta seção, busca-se compreender o porquê disso, através de uma interpretação da impressão dos atores para a integração entre eles. Busca-se também compreender se, com as Caminhadas na Natureza, ocorre uma valorização das comunidades que antes não existia, ou seja, uma mudança na impressão dos atores para a comunidade.

Os agricultores entrevistados percebem que, com o início da participação nas caminhadas, houve uma maior integração principalmente entre eles mesmos, demonstrada pela Tabela 16.

Tabela 16 – Impressão dos agricultores quanto à integração dos atores

	Houve maior integração	Indiferente	Não soube responder
<b>Agricultores</b>	12	1	0
<b>Caminhantes</b>	1	12	0
<b>Organizadores</b>	7	5	0

Fonte: elaborado pela autora.

Dos 13 agricultores entrevistados 12 perceberam maior integração na comunidade. É exemplo:

Uniu mais, né? Às vezes passa uma semana e a gente não vê os companheiros, né? Um está prá lá, outro está prá cá. E agora aí, não. Aí está todo mundo junto. Um está com a motosserra, outro está com a roçadeira, está todo mundo trabalhando junto. Para mim foi uma união, né? A gente discute ali ‘vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’. E antes não né? Antes das caminhadas, não. Antes passava 20 dias e você não via os companheiros, né? Antes um estava pelo rio, outro estava... Agora chegou naquele dia [da caminhada] e ficam todos os pescadores unido, junto ali. E outras pessoas, também, que ficam junto, né? (pescador aposentado, homem, 84 anos).

O depoimento do agricultor ratifica a fala de outros agricultores entrevistados, que também apontam uma maior união entre os moradores das comunidades. Ratifica também os resultados apresentados na análise da motivação e satisfação, explicada anteriormente, em que os agricultores revelam que o que mais os satisfaz é a união entre os membros da comunidade e um fortalecimento nos laços sociais, que estavam distanciados. Entretanto, nem todos os agricultores entrevistados possuem a mesma opinião, como é o caso da agricultora a seguir:

Às vezes, tem horas que eles não querem ser tão unidos, né? Tem hora que a comunidade não quer se unir com a gente. Aí fica difícil para a gente. Eu gostaria que a comunidade inteira se reunisse e que apoiasse a gente, porque tanto a gente ganhava, como eles ganhavam também. Eu achava que a comunidade deveria participar mais, para poder beneficiar tanto a gente como eles. Não é só os pescadores, entendeu? Eu queria que toda a comunidade se unisse. Nem todo mundo aqui é pescador. (pescadora, mulher, 42 anos).

Para a pescadora, os benefícios da caminhada deveriam ser para toda a comunidade, a qual não é composta apenas pelos pescadores de Porto Ubá. Para ela, a caminhada seria melhor se toda a comunidade estivesse envolvida e se integrasse ao trabalho nas caminhadas. Essa visão também foi demonstrada por um dos agricultores entrevistados de Salto Fogueira, em que este relatou que nem todas as famílias moradoras do bairro se envolveram na execução da caminhada.

Ao contrário do que ocorre entre os agricultores das comunidades, não há integração entre agricultores e caminhantes, na impressão dos agricultores entrevistados. Quase todos os agricultores, exceto um, revelaram não haver maior integração com os caminhantes. Para eles, a integração com os caminhantes é impossibilitada, pois o contato, quando ocorre, é efêmero. Eles explicam:

Apesar de não ter tempo, eu gostaria de estar só recepcionando as pessoas e conversando com elas, saber de onde vem, o que faz. Assim fazer um trabalho diferente. Mas eu não consigo, porque a responsabilidade em todo o setor ela está... como a gente planeja, a gente tem que fazer tudo girar. Então eu tenho que estar o tempo todo acompanhando e vendo se está tudo girando. Nesse meio tempo, às vezes a vinha minha aqui, até voltar lá na cozinha, por exemplo, eu já recebi três informações diferentes. Então, às vezes, eu vou com um objetivo e tenho que resolver mais dois, três. Então é o dia todo isso, é muito tenso. Eu não consigo, é muita informação e muita atenção. Dá um desgaste muito grande e eu não consigo ser simpático com as pessoas. (agricultor, homem, 51 anos).

Os que vem para a caminhada eu não tenho contato com eles, que moram em outras cidades. Mas os que moram aqui em Borrazópolis eu conheço quase todos eles, de nome. Com certeza estreitou os laços. Como a gente trabalha a gente não se envolve muito com os caminhantes. E tem tanta gente bacana, gente simpática que a gente gostaria de sentar e conversar mais, né? Mas a gente está muito ocupado lá. E daí a gente tem medo de falhar, né? De deixar faltar alguma coisa na mesa, de não atender bem, então a gente não para muito para conversar com eles. (agricultora, mulher, 47 anos).

Os agricultores entrevistados relatam que estão muito ocupados com as atividades operacionais durante o evento de caminhada e, apesar de desejarem, não conseguem dar atenção, conversar ou recepcionar os caminhantes. Os laços que os unem, conforme

demonstrado no capítulo anterior, são fracos. E esses vínculos não conseguem se fortalecer, pois não há oportunidade para este encontro.

Quanto à integração com os organizadores, a opinião dos agricultores ficou dividida. Sete agricultores relataram haver maior integração e cinco não. Isso ocorre, pois na opinião de alguns, os organizadores já possuíam outros trabalhos realizados nas comunidades e suas relações já estavam estabelecidas antes do início das caminhadas na comunidade. As Caminhadas na Natureza, para eles é mais um projeto desenvolvido pelos organizadores em conjunto com os agricultores. Para outros, como é o caso do pescador a seguir, o trabalho com as caminhadas tornou-se um trabalho importante, um trabalho concreto.

A gente sempre teve esse trabalho em parceria, mas eu vejo que a caminhada trouxe mais uma forma de buscar alo a mais, uma responsabilidade a mais. Os órgãos quando juntava, de repente juntava para planejar o que? Fazer um trabalho de gestão participativa, do orçamento participativo. E hoje não. Hoje quando esses órgãos se reúnem, já é para trabalhar a caminhada, já tem uma proposta. E a região precisa disso, certo? De uma proposta para trabalhar junto. (pescador, homem, 48 anos).

É possível notar que, na opinião dos agricultores, as Caminhadas na Natureza proporcionaram uma maior integração social. As relações sociais se fortaleceram e se expandiram. As Caminhadas na Natureza possibilitaram, na impressão dos agricultores, o fortalecimento dos laços entre a comunidade. O que não ocorreu entre agricultores e caminhantes.

Neste sentido, a interpretação da impressão dos caminhantes corrobora a impressão dos agricultores. Além disso, nota-se na Tabela 17, um equilíbrio na opinião dos entrevistados, quanto à integração ou não entre caminhantes e organizadores.

Tabela 17 – Impressão dos caminhantes quanto à integração dos atores

	Houve maior integração	Indiferente	Não soube responder
<b>Agricultores</b>	3	9	0
<b>Caminhantes</b>	12	0	0
<b>Organizadores</b>	5	7	0

Fonte: elaborado pela autora.

Dos 12 caminhantes entrevistados, apenas três percebem uma maior integração com os agricultores. Na opinião deles, a razão para a falta de integração é que eles percebem que os agricultores estão ocupados trabalhando na execução da caminhada. Assim como os agricultores, eles revelam vontade em conhecê-los. Um dos caminhantes entrevistados chegou a afirmar que isto era uma falha da caminhada e que deveria ser providenciado pela Emater (instituição identificada por ele como a responsável pela organização da caminhada). Ele

sugeriu a fixação de um banner com a foto dos agricultores e seus produtos. Essa opinião revela o distanciamento entre caminhante e agricultor, entre visitante de visitado.

A integração, quando ocorre entre caminhantes e agricultores é relatada como uma integração pontual:

Houve. Até depois disso [da caminhada], teve um domingo que a gente foi na casa de uma pessoa que participa do circuito. Depois da caminhada nós passamos um domingo na casa dela e ela ofereceu pamonha para a gente, mas não foi comprado, foi oferecido por ela. (caminhante, mulher, 54 anos).

Sim. Um exemplo: aqui em Barbosa Ferraz, nós fomos os últimos a chegar [ao final da caminhada] e ficamos mais de 40 minutos conversando com o proprietário no ano passado. (caminhante, homem, 55 anos).

Contudo, o contrário se revela quando é abordada a integração entre os caminhantes. Para uma das caminhantes há uma alta carga emocional nesta integração:

Ah, nós montamos uma família. Se não fosse a caminhada, nós não tínhamos essa segunda família. E hoje não é só a caminhada. É aniversário, é festa, é festa de comunidade, está sempre todo mundo junto. A gente já não consegue mais sair uns sem os outros. Virou um círculo de amigos mesmo. (caminhante, mulher, 34 anos).

Porém, há de se frisar que a caminhante está se referindo aos membros do seu grupo de amigos, com os quais costuma frequentar as caminhadas. São pessoas que ela já conhecia, em ambiente profissional, mas que os vínculos foram fortalecidos com a participação nas Caminhadas na Natureza e evoluíram para amizade. Para esta mesma caminhante, isso não ocorre com caminhantes que pertencem a seu grupo, que, embora se conheçam de vista, não chegam a formar elos de amizade: “a gente conversa nas caminhadas, mas é aquele espacinho que a gente conversa e já vai embora. Não é aquela amizade, mas de vista eu conheço. São sempre os mesmos”.

No mesmo sentido, outro caminhante afirma:

O que acontece, nós somos um grupo de caminhada de Apucarana. Via de regra, no máximo, nós viemos em duas vans, que são aí entre 32, 34 pessoas, tá? E daí tem o pessoal de Londrina, o pessoal de Maringá e também eles trazem ônibus ou vans, também. E daí nós conseguimos nos integrar porque são sempre as mesmas pessoas. E daí nós criamos um circuito de: ‘e aí, tá tudo bem? olha você por aqui de novo!’. Uma coisa assim bem legal. Não que seja assim um negócio profícuo, mas é algo assim gratificante de você conhecer as pessoas. (caminhante, homem, 55 anos).

No depoimento de ambos os caminhantes, percebe-se uma integração entre eles, porém de maneira momentânea, ou seja, apenas durante a caminhada. Nota-se que os laços

possuem oportunidade para se fortalecer, quando os atores pertencem a grupos de caminhada, nos quais formam-se parcerias e amizades. Para fora desses grupos, pode-se afirmar que, mesmo entre os caminhantes, não há muitas oportunidades para os laços se fortalecerem. Embora os caminhantes frequentem as mesmas caminhadas e se conheçam de vista, não há integração suficiente para estreitar laços.

Por sua vez, a impressão dos organizadores se revelou mais equilibrada que as demais categorias de atores analisadas. Conforme a Tabela 18, dentre os 17 organizadores, 11 percebem que não houve maior integração com agricultores e 12 com caminhantes, a partir de sua participação nas caminhadas.

Tabela 18 – Impressão dos organizadores quanto à integração dos atores

	<b>Houve maior integração</b>	<b>Indiferente</b>	<b>Não soube responder</b>
<b>Agricultores</b>	4	11	0
<b>Caminhantes</b>	5	12	0
<b>Organizadores</b>	9	8	0

Fonte: elaborado pela autora.

Para eles, a integração entre os próprios organizadores se tornou um pouco mais evidente (nove, entre 17 entrevistados), pois alguns deles se ocupavam com atividades relacionadas ao setor produtivo e não o de serviços, como é o caso das caminhadas. O trabalho no setor produtivo, segundo as entrevistas, é um trabalho mais individual, em que não há integração com colegas de outras áreas. Entretanto, ao se envolverem com as caminhadas, que necessita de um aparato inter setorial, os organizadores foram estimulados a trabalhar em parceria. Neste sentido;

Porque as pessoas precisam se unir para trabalhar juntas, produzir juntos. Então eles acabam se unindo e fazendo, né? Apesar de que eles já tinham um trabalho juntos, mas para executar as caminhadas eles precisam estar juntos. (extensionista da Emater, mulher, 61 anos).

Contudo, para esta mesma entrevistada, nem todos os colegas pensam da mesma maneira: “tem mais integração, pois as pessoas dependem um do outro. Apesar de, às vezes, um ou outro faltar com o compromisso, mas tem muito mais integração”.

Com relação à integração com os agricultores, este organizador relata:

É um trabalho que está envolvido a parte de campo. Você está ali se relacionando com as pessoas. Não é um trabalho estressante, por que você está fora do escritório, está auxiliando as pessoas, o negócio deles. E é uma forma também de você estar fazendo contato com as pessoas ali, trocando ideia, conversando, motivando e dando

ideia. Então é um trabalho prazeroso de ser feito. É gostoso, eu gosto muito. (extensionista da Emater, homem, 32 anos).

Assim como relatado pelos agricultores, as tarefas com a execução das caminhadas são um empecilho para a integração com os caminhantes. Segundo a organizadora:

A gente acaba tendo contato depois em outras caminhadas, mas não na que está sendo realizada aqui. Você conversa, troca figurinha e tal, fotografia, mas, assim, no dia é tudo muito rápido. É só um cumprimento, ‘que bom que você veio’, ‘gostei, não gostei’ e só. A gente fica comprometido com o andamento da caminhada, não dá para interagir. E depois [da caminhada] não é um contato forte, mas é mais tranquilo, sem a pressa se estar trabalhando na caminhada. (extensionista da Emater, mulher, 56 anos).

Com relação à valorização das comunidades, com as caminhadas, os atores entrevistados massivamente responderam que passaram a valorizar aspectos das comunidades que antes não eram percebidos. Conforme apresentado na Tabela 19, dos 42 entrevistados, 36 passaram a valorizar mais as comunidades. Dentre estes, todos os agricultores.

Tabela 19 – Valorização da comunidade

	<b>Valorizou mais</b>	<b>Indiferente</b>	<b>Não soube responder</b>
<b>Agricultores</b>	13	0	0
<b>Caminhantes</b>	10	2	0
<b>Organizadores</b>	13	4	0

Fonte: elaborado pela autora.

São exemplos de depoimentos sobre a valorização da comunidade, através da realização da Caminhada na Natureza:

Eu moro aqui, né? Então eu tenho que gostar do lugar. Lógico que depois da caminhada evoluiu mais. Pessoas diferentes, ideias diferentes, querendo colocar coisas diferentes no lugar. Mas é claro que eu não tiro o mérito do lugar que eu vivo, das coisas belas que têm aqui. Todo mundo aqui é sempre bem-vindo. Mas depois da caminhada, mudou bastante. Agora você comentar muito do lugar, as pessoas admiraram as paisagens que a gente tem. Prá gente que convive só aqui, a gente não vê a beleza que ele tem. Precisa as pessoas de fora vir, para mostrar para a gente o que tem de belo. E olha que a gente convive no rio, pesca e é preciso as pessoas vir para mostrar que nosso lugar tem valor, né? Porque a gente que mora aqui vê tanta coisa bonita, mas a gente não percebe o que está em volta da gente, precisa alguém vir e mostrar a beleza que ele tem, né? (pescadora, mulher, 42 anos).

Ah, com certeza! Eu nunca tinha visto aquele rio tão lindo! Sério, menina! O rio é lindo, tem umas árvores com um formato diferente, porque os outros chegam e ficam falando. Você tem e você nunca olha. Você nunca olha a beleza daquela copa da árvore. Aí o outro chega e fala da beleza daquela copa. Não é porque você é ‘maria-vai-com-as-outras’, mas é porque você nunca parou para olhar, né? Agora eu olho e vejo os tons de verde diferente. E eu passei a olhar até isso! E a caminhada

que fez isso com a gente. A gente passou a ver de forma diferente, aquilo que a gente não valorizava. (agricultora, mulher, 47 anos).

O depoimento das agricultoras reflete o pensamento dos demais entrevistados, em que se revela a valorização do lugar onde se vive, através do olhar do outro. Principalmente os aspectos paisagísticos. Os agricultores passam a valorizar seu lugar a partir do momento que um forasteiro observa beleza. É necessário um reconhecimento do valor do seu lugar por alguém que não o habita. E, para quem habita, a paisagem torna-se tão cotidiana não perde sua importância, seu valor. Mas, de acordo com os entrevistados, as Caminhadas na Natureza é capaz de mudar isso e valorizar o lugar, através da visita de turistas.

Assim como os agricultores, 10 caminhantes passaram a valorizar mais as comunidades rurais visitadas:

A gente vê que tem produtores, que moram na zona rural, participando da caminhada. Então a gente acaba conhecendo as pessoas que a gente não conhecia, né? Então é importante. Tem também, a venda de produtos nas propriedades que a gente passa caminhando, né? Então é bom prá gente que pega o produto fresco e prá eles que pegam o dinheiro, né? (caminhante, homem, 57 anos).

A gente vê o trabalho deles, né? A gente não sabe como é produzido, mas aqui a gente chega nas casas, conversa com os proprietários, a gente vê como é que é. Eles têm o interesse de mostrar a propriedade prá gente e conversar sobre como é a vida deles. É bom isso. (caminhante, mulher, 34 anos).

A gente vai percebendo a cada ano. As primeiras caminhadas, em 2009, 2010, quando a gente passava pelos lugares, o pessoal nos via com desconfiança. Quando a gente passava pela propriedade deles, eles nos viam com desconfiança. Hoje a gente passa por ali novamente e eles estão muito mais abertos. Isso faz com que essas pessoas vão perdendo um pouco o receio e vão convidando a gente a conhecer as propriedades e isso é o grande objetivo do turismo rural na agricultura familiar. É abrir a propriedade dele ali e alguém chegar ali e passar algumas horas com ele, consumir os produtos dele... então é isso. (caminhante, homem, 55 anos).

Eu vejo que o pessoal tem a preocupação de se preparar para as caminhadas, de produzir. De ver que gente de fora está dando um valor que as vezes ele não dava. Então eles passaram a perceber que este tem um negócio bonito que não estava sendo mostrado. E que às vezes não estava sendo valorizado. Então a partir daí eu acho que eles se sentiram, assim, valorizados. Eu acredito que ele passou a dar mais valor à propriedade dele. Deixar mais bonito porque tem gente que vem ver. Então eu acho que é nesse sentido. (caminhante, mulher, 54 anos).

Nota-se que a valorização dos caminhantes, com relação às comunidades rurais visitadas, vai além da visão dos agricultores, ou seja, ultrapassa os elementos da paisagem. Na fala dos caminhantes percebe-se a valorização do trabalho do agricultor e seus produtos. Há menção, também, à aceitação dos agricultores com relação aos turistas, o que indica que as

caminhadas estão proporcionando benefícios aos agricultores. Contudo, há também, caminhantes alheios à valorização das comunidades, pois o entrevistado já valorizava os produtos locais, como é o caso deste senhor:

Eu acredito que não porque eu não tinha um olhar crítico. O meu olhar já era esse olhar. Eles estão fazendo o papel deles. Eu parto do princípio que essas caminhadas são incentivadas pela Emater justamente para que o produtor rural tenha um acesso direto ao consumidor, digamos, tá? E para incentivar o produtor rural a produzir e colocar o seu produto no mercado. Nós partimos do princípio de que esses produtos que são vendidos aqui, se nós fossemos comprar na cidade, teria um preço mais majorado, vamos dizer assim. E aqui nós estamos pagando um preço mais acessível e com uma sensação de que nós estamos valorizando o produtor. E também sabendo que estamos comprando direto do produtor. (caminhante, homem, 55 anos).

Por fim, os organizadores relatam a valorização das comunidades, a partir da mudança em seu próprio trabalho, sua função e abrangência, como é o caso deste organizador, que relata:

No começo eu não era muito fã das caminhadas, não. Eu achava que isso não era trabalho da Emater. Eu enxergava mais o lado produtivo, que a Emater deveria se envolver com o lado produtivo. Mas aí eu fui vendo que o lado produtivo é integrado com esse lado social e que esse lado social é integrado com outros públicos, né? Não é só do meio rural. É do meio urbano. Um depende do outro. Então eu comecei a ver com outros olhos. A caminhada é mais uma ferramenta para poder estar envolvendo um público diferente do meio rural e estar conhecendo e saber melhor como funciona e como se dá o processo tanto produtivo, como o meio de vida do agricultor. Tem gente que mora num apartamento e não sabe que o leite não vem da caixinha, né? Então é importante para o pessoal saber e valorizar, né? E também para o agricultor valorizar o próprio meio rural, aquilo que ele não dá nem importância. Aí quem vem de fora e fala para ele, ele acaba percebendo que aquilo tem valor. Que as pessoas gostam, então isso para ele é importante. É importante para o produtor. Ele acaba percebendo que ele tem muita coisa e que às vezes ele não dá valor. (extensionista da Emater, homem, 32 anos).

Assim como a visão dos agricultores que destacam uma valorização dos aspectos paisagísticos, este organizador percebe a valorização da paisagem a partir da divulgação de municípios de comunidades que estavam esquecidas e à margem dos processos de desenvolvimento. É exemplo:

A comunidade de São Joaquim é bem conhecida do povo de Barbosa. Mas muito pouco conhecida no entorno. Hoje estiveram aqui 21 municípios, então em 21 municípios da região, vai ter gente que conhece São Joaquim. Essa é uma valorização das culturas locais. Nós mostramos aqui o Clube da Viola, as propriedades, nós mostramos o artesanato, nós mostramos a igreja. E tudo isso a gente vai divulgando. A partir do momento que você coloca no site, você vai divulgando praticamente para o mundo todo. Você entra no site da Anda Brasil e os roteiros, as comunidades, as informações estão todas lá. Então as comunidades vão

sendo reconhecidas novamente. É muito positivo. (extensionista da Emater, homem, 48 anos).

E há relatos de organizadores, que não percebem uma valorização das comunidades para além das caminhadas:

Eu sempre vi Salto Fogueira com potencial. Eu sempre trabalhei lá. Eu já comentei com você, lá em Salto Fogueira, eu já trabalhei com os pais, já trabalhei com os filhos e agora eu vou trabalhar com os netos. Com as caminhadas eu não sei se houve uma transformação. Lá em Salto Fogueira é uma comunidade que teve a oportunidade de estudar. Os pais estudaram, agora os filhos estudam. Então eles sempre tiveram objetivos claros com a comunidade. Eu não sei se a caminhada veio valorizar algo que eles já tinham valorizado, mas veio talvez para fortalecer a comunidade. (extensionista da Emater, mulher, 57 anos).

Desta forma, percebem-se repercussões expressivas e positivas na dimensão social dos atores entrevistados. Nota-se que as Caminhadas na Natureza possuem condições de influenciar principalmente as relações sociais estabelecidas entre os atores, conforme foi enunciado no capítulo anterior.

## 7.2 DIMENSÃO ECONÔMICA

A partir das entrevistas realizadas com os atores, procurou-se compreender a repercussão na dimensão econômica dos envolvidos, através da análise do incremento de renda, criação de novos negócios e de oportunidades profissionais. Acreditava-se que esta dimensão seria bastante significativa para os atores, principalmente os agricultores, pois na literatura as motivações para ingressar e permanecer na atividade de turismo rural pertencem à dimensão econômica. Contudo, conforme explicitado na sessão anterior, as motivações que regem os atores não são econômicas. Tampouco o que mais satisfaz os atores é o incremento de renda e ganhos financeiros. Ficou evidente que a dimensão interpessoal é a principal motivação e fonte de satisfação para os atores entrevistados.

A impressão a respeito de alteração na dimensão econômica originada de sua participação nas Caminhadas na Natureza é indiferente, para a maioria dos entrevistados, conforme demonstrado na Tabela 20.

Tabela 20 – Repercussões na dimensão econômica dos entrevistados

<b>Incremento de renda</b>			
	Houve incremento	Indiferente	Não soube responder
Agricultores	13	0	0
Caminhantes	0	12	0
Organizadores	0	17	0
<b>Criação de novos negócios</b>			
	Houve criação de negócios	Indiferente	Não soube responder
Agricultores	4	9	0
Caminhantes	0	12	0
Organizadores	0	17	0
<b>Oportunidade Profissional</b>			
	Houve oportunidades	Indiferente	Não soube responder
Agricultores	0	13	0
Caminhantes	0	12	0
Organizadores	1	16	0

Fonte: elaborado pela autora.

Apenas os agricultores relataram incremento de renda e um ou outro organizador e caminhante relataram intenção de criar um novo negócio ou uma oportunidade profissional.

Com relação ao incremento de renda, relatado apenas pelos agricultores, um dos entrevistados afirma que a renda originada da participação nas Caminhadas na Natureza é recolhida ao final do evento e destinada à Associação de Moradores. De acordo com sua entrevista, o agricultor relata que a renda obtida na caminhada já foi utilizada para a melhoria estrutural da cozinha comunitária (ao lado da Igreja) e para a compra de utensílios de cozinha, como, por exemplo, talheres, pratos, panelas, entre outros. Conforme seu relato, o agricultor afirmou que a aquisição destes utensílios foi planejada visando a melhoria do serviço de preparação das refeições para organização de caminhadas futuras. Isso demonstra que há um investimento da comunidade nas Caminhadas da Natureza. É possível afirmar que isso não ocorreria, se a impressão desta comunidade, com relação ao projeto, fosse negativa. De acordo com o entrevistado:

Sim. Vale a pena, sem dúvida. Todo o dinheiro das caminhadas é todo destinado à associação e comunidade, então é em benefício de todos. Todo esse trabalho que é feito durante a semana, durante todo o ano, é voluntário. E o benefício é para todos. É a melhoria que a gente consegue fazer na comunidade, vamos dizer assim, para melhorar a estrutura e a parte de diversão. (agricultor, homem, 51 anos).

O entrevistado revelou, ainda, que, além da melhoria na estrutura da cozinha comunitária, houve a construção de uma cobertura para a quadra de esportes da comunidade, que era um desejo antigo dos moradores. O depoimento do entrevistado revela que o lazer é algo valorizado pelos moradores do bairro, pois, é nos momento de lazer que os membros da comunidade se encontram, estreitam e reforçam seus laços sociais. Além disso, o entrevistado

afirma que o lazer é importante para manter os jovens nas comunidades rurais. Por isso, a importância em investir no lazer (atividades e estrutura) dos membros da comunidade, de acordo com o agricultor (notas de diário de campo, 2015). É como se a dimensão econômica estivesse a serviço da dimensão social, pelo menos para aquela comunidade visitada.

Conforme observado na Tabela 20, apenas quatro agricultores responderam que as Caminhadas na Natureza oportunizaram o surgimento de novos negócios. De acordo com o depoimento destes agricultores, esses novos negócios referem-se ao escoamento de uma produção de alimentos que já existia. Isso quer dizer que nenhum agricultor entrevistado criou um produto para vender exclusivamente na Caminhada na Natureza. Entretanto, uma agricultora relatou o desejo de criar chapéus e bolsas feitos com folhas de bananeira, para vender na caminhada do ano seguinte.

É interessante destacar que, na visão dos organizadores, quando perguntados de algum agricultor criou um novo negócio a partir de sua participação nas Caminhadas na Natureza, os mesmos respondem que sim. Ou seja, a impressão dos organizadores é que os agricultores se valem das Caminhadas na Natureza para criar novos negócios, ao contrário da impressão de boa parte dos agricultores. É o exemplo do depoimento desta organizadora entrevistada:

Antes tinham agricultores que faziam os produtos, mas não tinham para quem vender. Hoje, nós temos um pessoal que começaram a vender nas caminhadas e hoje vendem para a merenda escolar. Porque? Por causa das caminhadas. Por que eles começaram a produzir para o café da manhã. E as pessoas [caminhantes] iam tomar café-da-manhã, viam aquele produto e queriam comprar, queriam levar para casa. E daí ela [agricultora] viu que ela tinha capacidade para fazer... e daí hoje tem gente que está integrada, entregando doces, bolachas, pães para as escolas do município, no PNAE. E também aqui em Ivaiporã que começaram a vender no comércio. Tem uma [agricultora] que toda quinta-feira vem aqui na Emater vender bolacha. E eles não faziam isso antes. A caminhada acordou a mulher rural. (Coordenadora Estadual de Turismo Rural, mulher, 63 anos).

Isso indica que: ou os organizadores superestimam a repercussão econômica das caminhadas na vida dos agricultores ou que os agricultores não percebem suas atividades como um novo negócio e uma oportunidade de mercado para além das caminhadas.

Com relação aos caminhantes, nenhum dos 17 entrevistados relatou a criação de um novo negócio a partir de sua participação nas Caminhadas na Natureza. Entretanto, um dos entrevistados afirmou que possui interesse em trabalhar como guia de turismo após sua aposentadoria. Este caminhante é um organizador de grupos de caminhada. Ele afirmou que já está cursando graduação em Turismo e pretende se especializar na organização de viagens para não apenas para viabilizar, mas, também, para lucrar com sua participação nas Caminhadas na Natureza. De acordo com seu depoimento:

Tanto que estou começando agora uma faculdade de turismo a distância [...]. Quero me graduar em turismo e fazer depois algum MBA, alguma coisa na área de turismo. Além dessas caminhadas, que dá um feedback bacana, as viagens que eu organizo com o pessoal para o PETAR, para o litoral. Então, nesses quatro anos eu quero me aperfeiçoar um pouquinho, para me aposentar e já começar a trabalhar. Aí sim, eu pretendo. Não sei se vou ganhar dinheiro, mas eu vou estar trabalhando naquilo que eu gosto e minimamente eu vou estar fazendo o que eu hoje já faço nos finais de semana, que é me divertir gastando pouco ou quase nada. (caminhante, homem, 55 anos).

Com relação às oportunidades profissionais originadas da participação dos atores nas Caminhadas na Natureza, apenas um ator entrevistado relatou algum tipo de oportunidade. A participação no projeto Caminhadas na Natureza gerou oportunidade profissional para uma organizadora, que é atualmente Coordenadora Estadual de Turismo Rural. Esta entrevistada foi uma das informantes-chave desta pesquisa. De acordo com o depoimento da entrevistada:

Ah sim! Capacitação. E também de eu ter ido conhecer Luxemburgo, a França, foi graças às caminhadas. Se eu não estivesse no projeto de turismo rural e caminhadas, eu não teria ido para o Congresso Internacional dos Esportes Populares, como eu fui. E tive a oportunidade de fazer duas caminhadas em Luxemburgo, então... (Coordenadora Estadual de Turismo rural, mulher, 63 anos)

O depoimento da entrevistada revela que sua participação à frente da organização das Caminhadas na Natureza a nível regional oportunizou a consolidação do ‘turismo rural’ como tema estratégico para o desenvolvimento do Território Vale do Ivaí. Desta forma, ela tornou-se responsável pela coordenação da área de turismo rural, a princípio no Escritório Regional da Emater de Ivaiporã. E, a partir de 2012, a entrevistada tornou-se responsável pela Coordenação Estadual do Turismo Rural da Emater em todo o Paraná. Seu trabalho vai além da atuação no projeto Caminhadas na Natureza e envolve outras ações voltadas para o desenvolvimento do turismo rural no Paraná.

Por outro lado, ao contrário da impressão desta entrevistada, a impressão da maioria dos organizadores não apresenta oportunidades profissionais, como é o caso deste entrevistado:

Não. Porque faz parte do nosso trabalho, né? Se eu sáísse da Emater hoje, eu não vejo oportunidade de trabalhar com isso. Eu vejo que é muito da administração pública. Como é um negócio novo, para mim, não teria oportunidade. Mas eu vejo oportunidade para quem trabalha com isso, com turismo, mas para mim não. (Extensionista da Emater, homem, 32 anos).

A impressão dos organizadores é de que o trabalho com as Caminhadas na Natureza é mais um trabalho que eles devem desempenhar para o desenvolvimento das comunidades. As Caminhadas na Natureza, para os organizadores, é mais uma, das tantas metodologias de trabalho que são desenvolvidas nas comunidades, como, por exemplo, “dias de campo”, “cursos de economia doméstica”, “festas de colheita”, entre outros. Apenas a capacitação e treinamentos são percebidos como alguma oportunidade profissional, conforme este depoimento: “Não, só foram os treinamentos e as viagens técnicas”. Não houve alterações significativas em cargos, gratificações ou salários.

Desta forma, as respostas dos entrevistados quanto às perguntas elencadas a responder as repercussões econômicas foram inconsistentes. Não apresentaram conteúdo suficientemente substancial para permitir uma análise aprofundada das implicações econômicas. Isso quer dizer que, ao serem perguntados se obtiveram incremento de renda, criaram novos negócios ou tiveram oportunidades profissionais com sua participação nas caminhadas, grande parte dos 42 entrevistados negaram.

### 7.3 OUTRAS REPERCUSSÕES

Para além das repercussões previstas que poderiam ser encontradas nas comunidades que possuem circuitos de Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí, outras repercussões surgiram inesperadamente. Essas repercussões referem-se aos agricultores e aos caminhantes. No primeiro caso, que se refere aos agricultores, observou-se uma retomada de um trabalho comunitário em prol da angariação de fundos para a comunidade. Este trabalho comunitário, há alguns anos era realizado através da organização de quermesses e festas comunitárias, que foram substituídas pela organização de caminhadas, que possuem, como antes, o objetivo de angariar recursos financeiros. A segunda repercussão não esperada, mas observada, é a organização dos caminhantes em grupos formais e informais de caminhadas. Essas duas repercussões não previstas são apresentadas a seguir, em maiores detalhes.

#### 7.3.1 Caminhadas na Natureza substituem festas comunitárias

De acordo com as entrevistas, alguns agricultores e organizadores revelaram que as Caminhadas na Natureza estavam substituindo as festas comunitárias que, por alguma razão, estavam escassas ou deixaram de existir, especialmente no caso do Bairro Fogueira, em Borrazópolis. Essa substituição das festas pelas caminhadas, de acordo com os entrevistados,

ocorreu no sentido da acolhida de pessoas “de fora da comunidade”, incremento de renda e união da comunidade.

No sentido da arrecadação de renda, este agricultor afirma:

Nós promovemos quatro festas aqui de arrebentar. Festão. Super festa! Aí, depois, o pessoal começou a vir e muita gente, aí deu o problema de briga, sabe? O pessoal bebe e começou a brigar. Daí, o que acontece? As pessoas de família já não frequentam. E aí começou a aparecer os eventos de caminhada. Aí a gente pensou que poderia ser uma outra maneira de conseguir os recursos. Aí falamos ‘vamos tentar, que daí a gente consegue arrecadar valor também’, né? E fazer uma coisa diferente de fazer festa, baile, porque fica dando confusão. Daí começa a ficar caro, porque tem que contratar segurança e, às vezes o segurança não dava conta, sabe? Eu desanimei, eu não gosto dessas coisas. Eu gosto de uma coisa tranquila, como ontem foi, Você não precisa de segurança, não precisa se preocupar, porque o público é amigo. São pessoas selecionadas. É um pessoal diferente. Não precisa se preocupar. (agricultor, homem, 51 anos).

No sentido da união da comunidade, este organizador relata:

Na verdade, essas comunidades rurais já tinham um sistema de integração que era muito utilizado antigamente, que eram as chamadas quermesses, né? Para ajudar as igrejas. Então a comunidade fazia lá os bailinhos, fazia lá o almoço, promovia uma festa na comunidade para gerar renda para a igreja, para ajudar a igreja, né? E como, com o tempo, o pessoal foi perdendo essa tradição, foi indo embora para a cidade, diminuindo a quantidade de pessoas que residem na zona rural, esse tipo de cultura foi meio que se acabando por pressão, mesmo, né? Não tinha como continuar, não era viável fazer mais isso, ficou por um certo período sem fazer mais nada. As quermesses em todo município, em toda comunidade tinha. Hoje, ninguém mais faz. Acabou tudo. E, no caso, essas comunidades que tem um pouquinho mais de pessoas morando, no caso de Salto Fogueira e Placa São Vicente, veio de encontro para substituir essa parte, né? Então eles utilizam essa metodologia para fazer o que se fazia nas quermesses. Eu até ontem mesmo estava conversando lá com o Antônio [agricultor] e ele falou: ‘para nós veio de encontro porque a gente não tinha condição mais de fazer festa, a gente fazia lá, organizava tudo, chovia, sobrava tudo, não tinha o que fazer com aquilo e era só para o público aqui da cidade. Não tinha como absorver aqui, acabava dando prejuízo’. Tinha vez que era viável, tinha vez que não era. E a caminhada não, ele falou que era um negócio mais simples. No começo dá mais trabalho para organizar, você tem que arrumar o roteiro, é trabalhoso durante a semana, mas não gera custo. E no dia ali que é a parte que pode gerar um pouco de custo, é um negócio rápido. É no dia. É de manhã cedo até uma hora, duas horas da tarde acaba tudo. Então ele disse: ‘para nós é bom, substitui aquela necessidade de nós fazer quermesse’. Já não tinha mais a possibilidade de fazer. E meio que esse sistema deu continuidade naquele sistema que eles tinham lá com as festas e de organização. Porque antes eles só reuniam quando tinha uma celebração, uma missa lá na comunidade ou quando eles marcavam um joguinho de bola ou fazer uma coisinha lá no barracão deles, para se divertir naquele local. Então nessa comunidade eles até se reuniam de final de semana, mas em outras comunidades ne isso mais eles fazem, no máximo quando tem uma celebração. Então a caminhada veio para substituir isso aí. Unir de novo as pessoas da comunidade. (Extensionista da Emater, homem, 32 anos).

A união da comunidade, também fica evidente neste depoimento de organizador, que acredita que as Caminhadas na Natureza se constituem numa retomada dos laços sociais entre seus membros:

De maneira geral, as comunidades estão se desestruturando. O pessoal vai embora para a cidade. O jovem está indo trabalhar fora. Então assim, a partir do momento que você precisa de um grupo de 15, 20 produtores da comunidade e diz que eles vão ser visitados, que eles vão estar organizando café, que eles vão estar organizando almoço, vão ter que voltar a lembrar que eles têm um salão comunitário, vão ter que lembrar que eles têm uma igreja, que eles têm uma estrutura que precisa ser preservada. Justamente por isso, porque vai vir 400 pessoas visitar. Então eles querem uma igreja muito bonita, bem cuidada, limpinha. Eles querem um salão com capacidade para o pessoal estar. Então é interessante por isso, retomando uma relação que estava esquecida, inclusive essa relação entre os próprios membros da comunidade. Os próprios laços de amizade na comunidade estavam muito... hoje a gente tem, com as caminhadas, uma retomada. (Extensionista da Emater, homem, 47 anos).

Pode-se afirmar que as festas comunitárias e eventos como as Caminhadas na Natureza apresentam-se como um modo de organização social baseado na reciprocidade, como proposto por Mauss (1950). Para este autor, a reciprocidade baseia-se na dinâmica de dar, receber e retribuir, constituindo laços sociais; é assentada na obrigação e associada à liberdade de retribuir. É assim que observamos, nas comunidades pesquisadas, como as Caminhadas na Natureza alimentam laços de sociabilidade entre os membros da própria comunidade e desses com os de outras comunidades próximas, que também participam como caminhantes. Essas relações são alimentadas pelo princípio da dádiva e reciprocidade, fortalecendo os laços entre as famílias e amigos.

Essas festas comunitárias são celebrações coletivas, essencialmente locais, isto é, reúnem principalmente as pessoas residentes na localidade ou parentes que vêm de fora. Entretanto, as Caminhadas da Natureza são capazes de agregar pessoas oriundas dos municípios vizinhos e de municípios distantes até 200 quilômetros, conforme o relatado nas entrevistas.

Assim como ocorre nas Caminhadas na Natureza, as festas comunitárias envolvem períodos de preparação (até semanas), em que os membros da comunidade e organizadores reúnem-se. A participação na preparação da Caminhada não é uma atividade remunerada, todos trabalham voluntariamente, pela comunidade. Além disso, fazer parte dessa organização é associado a honra e prestígio.

### 7.3.2 Organização de Grupos de Caminhada

A união dos membros da comunidade, que foi observada pelos entrevistados como repercussão das Caminhadas na Natureza, também foi observada entre os caminhantes. A formação de grupos de caminhadas, formais e informais, de acordo com os depoimentos de caminhantes, é uma repercussão do projeto do Território Vale do Ivaí.

De acordo com as entrevistas, os grupos possuem o objetivo de “agregar pessoas que gostam de caminhar” e de facilitar a participação das pessoas nas Caminhadas na Natureza. Conforme os relatos dos caminhantes entrevistados, a formação de um grupo de caminhada facilita principalmente o transporte do município de residência até a comunidade anfitriã.

Os grupos identificados, que frequentam as Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí, de acordo com o Quadro 12, são:

Quadro 12 – Grupos de caminhadas identificados na pesquisa

Nome	Município de origem	Formalização	Número de membros
Peregrinos de Maringá	Maringá	Não	120
Associação do Grupo de Caminheiros e Ambientalistas de Pitanga	Pitanga	Sim	25
Caminhantes de Apucarana	Apucarana	Não	50
Londrinapé	Londrina	Não	Não identificado

Fonte: elaborado pela autora.

É importante destacar que os grupos apresentados no Quadro xx, foram os identificados pela presença de seus membros durante a pesquisa de campo e que foram citados nas entrevistas. Isso não significa que estes sejam os únicos grupos organizados que frequentam as Caminhadas na Natureza.

A origem e formação destes grupos de caminhada são variados. Observou-se que alguns grupos já existiam antes da existência das Caminhadas na Natureza, mas outros formaram-se durante o convívio e a participação nos circuitos. Um dos grupos que já existiam antes das Caminhadas na Natureza surgirem no Território Vale do Ivaí é o Peregrinos de Maringá. As pessoas que formam este grupo, conforme entrevistas, começaram a caminhar juntas no “Caminhos do Peabiru”, na região de Campo Mourão, distante cerca de 150 quilômetros do Vale do Ivaí e 200 quilômetros de Maringá.

De acordo com os depoimentos, as vantagens em se participar deste grupo se dão pela facilidade de planejamento, participação e redução de custos das viagens. Ou seja, uma pessoa fica responsável por organizar a viagem (com o do transporte, da hospedagem, da alimentação e do roteiro). Este trabalho é compensado pela isenção dos custos da viagem, ou seja, essa

pessoa não paga pelos serviços. O restante dos membros, por sua vez, não se ocupa em planejar a viagem, mas arca com as despesas do membro que teve a incumbência de organizar a viagem. Normalmente, é sempre a mesma pessoa que organiza as viagens e comunica o restante do grupo, que, então, decide se participa ou não.

Com relação à formalização do Peregrinos de Maringá, este entrevistado relata:

No início, quando pensamos em formar o grupo, foram surgindo várias ideias. Primeiro nós pensamos em formar uma associação, com uma diretoria, com um secretário e um tesoureiro. Cada membro do grupo pagaria uma anuidade ou uma mensalidade. A partir daí a pessoa teria desconto nas viagens, na alimentação, coisas assim. E com um grupo grande, essa era a ideia inicial. Mas num determinado momento alguém falou: 'gente, o mais importante é a gente se consolidar enquanto grupo'. Porque nós nos consolidando enquanto grupo, nós vamos fazer algumas viagens, alguns passeios, algumas caminhadas nesse formato, aí a gente vai percebendo as características de cada um. Por exemplo, essa é a pessoal ideal para ser tesoureiro do grupo, aquela para ser o diretor [...]. Então decidimos trabalhar no início de maneira informal. E percebemos que de maneira informal estava dando muito certo. E se a coisa está dando certo, para que mudar isso? Oficialmente o grupo existe desde 2007, nós estamos em 2015 e já tem oito anos. Estamos bem sem formalizar o grupo. Não pretendemos mudar. (caminhante, homem, 55 anos).

De acordo com o depoimento do entrevistado, o Peregrinos de Maringá existe enquanto grupo consolidado, há cerca de oito anos. O mesmo é um grupo informal (por opção de seus membros) e conta com aproximadamente 1.200 pessoas em contato numa rede social da internet. Entretanto, de acordo com um membro entrevistado, cerca de 120 pessoas, caminham com frequência com o grupo.

Outro grupo identificado foi a Associação do Grupo dos Caminheiros de Pitanga (AGECAP), que surgiu com a participação nas Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí. Este grupo conta com a participação de 25 integrantes, entre crianças e adultos. Além da participação nas Caminhadas na Natureza, este grupo promove outras ações de educação ambiental em Pitanga e eventos sociais frequentes, como jantares e almoços.

O grupo é formalizado e existe há cerca de cinco anos. De acordo com o relatado em entrevistas, a formação do grupo iniciou em 2008, quando representantes da Emater deixaram um material de divulgação da Caminhada na Natureza no escritório de um dos membros deste grupo. Esta pessoa se interessou e convidou um colega de trabalho para participar da caminhada. De acordo com o depoimento, eles começaram a frequentar e o grupo de colegas de trabalho começou a acompanhar, estreitando os vínculos sociais, que passaram de profissionais a amizade. Conforme o depoimento desta entrevistada:

E a gente começou a frequentar, sempre em cinco pessoas, que cabem num carro. Aí foi indo, foi indo e em 2009 começou a aumentar. Aí nós já estávamos indo com quatro carros, com o pessoal da prefeitura, porque aí vai divulgando, né? Nisso entrou gente, saiu gente. Daí a partir de 2010, começou a aumentar o pessoal. Daí em 2012 nós resolvemos montar o grupo. (caminhante, mulher, 34 anos).

Neste depoimento a entrevistada expõe a importância da formalização da AGECAP:

Se todo mundo tem uma associação formada, né? E daí prá gente ter um objetivo também, né? Para a gente ter nome e voz para a pedir as coisas, porque a gente ajuda o município também, né? Na parte ambientalista. Daí as pessoas já sabem o porquê que a gente existe, o que a gente faz, para onde nós íamos. Então para a gente mostrar quem a gente era de verdade. (caminhante, mulher, 34 anos).

Além disso, a formalização do grupo foi importante para legitimar o empréstimo do ônibus que pertence à Prefeitura Municipal de Pitanga. De acordo com a entrevistada, desde o início da formalização da AGECAP, solicita-se, por meio de Ofício, o apoio da Prefeitura ao grupo através do empréstimo do ônibus e do serviço do motorista. A prefeitura cede o ônibus para o grupo, pois muitos membros da AGECAP são funcionários da Prefeitura. O ônibus, o combustível e o motorista são cedidos, mas os integrantes pagam uma diária a mais para o motorista, como forma de agradecimento, devido ao trabalho durante os domingos. O interessante é que o motorista, devido a transportar o grupo para as Caminhadas na Natureza, acabou tornando-se caminhante e hoje faz parte da AGECAP. Conforme o depoimento da entrevistada, as pessoas se integram ao grupo por amizade. Isso indica que a participação em um grupo cria e reforça laços sociais, ilustrados pela Figura 20.

Figura 20 – Membros da AGECAP



Fonte: a autora, com a autorização de uso da imagem.

Mas, se por um lado, a participação em um grupo reforça os laços sociais entre os membros deste grupo, por outro, há pouca interação entre os membros de grupos distintos. Conforme o depoimento da caminhante entrevistada, o contato entre os membros de grupos distintos é apenas no dia da caminhada.

Fazer parte de um grupo de caminhada é associado a honra e prestígio. Observa-se na Figura 20, que os caminhantes estão vestindo uma jaqueta especial, confeccionada com os símbolos do grupo, que servem para identificá-los, para afirmar o município de origem do grupo (Pitanga) e a presença do mesmo nas Caminhadas na Natureza.

Pelo que se observou, estes grupos não são associações ou algum tipo de organização com fins lucrativos ou interesses comerciais. São indivíduos que se reúnem para caminhar, em livre participação, para conhecer os lugares por onde passam, para socializar e aproveitar o dia fazendo aquilo que gostam. E que a participação nas Caminhadas na Natureza nos municípios de seu entorno, acaba gerando um fluxo turístico regional.

### 7.3.3 Criação de Fluxo Turístico Regional

Através da pesquisa de campo e da aplicação das entrevistas, percebeu-se que a realização das Caminhadas na Natureza foi capaz de gerar um fluxo regional de turistas interessados em caminhar. Isso começou a ocorrer logo no início da implantação do projeto no Vale do Ivaí, pela iniciativa dos organizadores. Como o projeto era novo, não se tinha

conhecimento de como seria a participação dos caminhantes, pois esse público não existia. Ou, se exista, era de uma forma desarticulada. De acordo com o depoimento dos entrevistados, os organizadores estavam preocupados em como incentivar a participação da população urbana nas Caminhadas na Natureza. Como incentivo, se resolveu solicitar o apoio das Prefeituras Municipais que pertencem ao Território Vale do Ivaí, através da cessão de um ônibus para transportar as pessoas das cidades até as comunidades rurais anfitriãs. O depoimento desta entrevistada descreve o início deste processo:

Foi acontecendo naturalmente. Quando aconteceu a primeira caminhada em Manoel Ribas, como eu estava envolvida e a Fulana estava envolvida, é claro que cada uma lotou um ônibus, né? Naquela época ninguém sabia o que era a caminhada. E, naquele dia, choveu chuva de pedra. Para você ter uma ideia, daqui de Borrazópolis, foi até o padre. Teve criança... Aí, assim, uns reclamaram por causa da chuva, mas outros falaram que foi gratificante e diziam assim 'há quanto tempo eu não tomava banho de chuva abençoada'... [...] Acho que foi acontecendo, né? Aí, como eu levei [o grupo] para Manoel Ribas, Manoel Ribas tinha o compromisso de trazer um ônibus para cá. Mas não era assim explícito, era um companheirismo. Aí foram acontecendo outras caminhadas em outros municípios. Foi acontecendo... E também porque as caminhadas proporcionam as pessoas a conhecer os outros municípios da região. Então as pessoas pensam 'eu nunca fui a Grandes Rios, eu nunca fui a Lunardelli', né? Então é uma oportunidade a um custo razoável, né? Houve uma época em que o ônibus era cedido, né? Hoje não. Hoje nós pagamos a diária do motorista e o combustível. As prefeituras apenas disponibilizam os ônibus. Aí não dá para ir em todas as caminhadas. Eu uso do bom senso, assim uma caminhada por mês, uma caminhada nova ou que faz tempo que a gente não vai, para estar sempre prestigiando todos os colegas. (Extensionista da Emater, mulher, 56 anos).

Neste depoimento, a entrevistada relata a reciprocidade que existe entre os municípios que participam do projeto Caminhadas na Natureza. Vale mencionar que as caminhadas se apresentam como um modo de organização em torno do princípio da reciprocidade, como proposto por Mauss (1950). Para esse autor, este princípio vai para além da troca, referindo-se ao ritual da troca como mais importante do que as coisas trocadas em si, já que não são trocadas apenas coisas economicamente úteis, mas antes de tudo gentilezas, banquetes, ritos, danças e festas.

Além disso, no depoimento a entrevistada aborda a oportunidade de se conhecer outros municípios, através da participação nas Caminhadas na Natureza. Este fato foi abordado por outros caminhantes entrevistados e, aparentemente, as caminhadas estão sendo capazes de tornar turísticas comunidades que, a princípio, não possuem potencial turístico, em termos de estrutura e falta de acesso ou prestígio.

Este depoimento também revela este fluxo regional que integra municípios através das Caminhadas na Natureza:

Nesta caminhada de Barbosa Ferraz nós tivemos mais de 450 pessoas, de 21 municípios. De Guarapuava para cá, até Londrina. De Londrina para cá, nós tivemos até Mamborê. E de outro sentido nós tivemos até de Campo Mourão. Guarapuava dá até mais de 150 km. Nós tivemos também caminhantes de São Paulo, então não dá para fazer uma média. Nós tivemos participantes aqui em Barbosa de até 350 quilômetros longe, lá região de Curitiba. Que saíram três da manhã, dormiram parte da noite no ônibus e chegaram aqui oito da manhã para caminhar. Nós temos algumas situações que chamam a atenção. Apucarana é uma delas. Nós temos lá um grupo muito bem organizado, já tem as vans certinho, tem o transporte. Nós temos um pessoal de Maringá muito bem articulado. Nós temos um pessoal de Londrina. Nós temos um pessoal bom de Ivaiporã. E tem algumas questões assim: tem pessoas que se não vier o ônibus, vem de van; se não vier de van, vem de carro; se não vier de carro, ele vem de qualquer jeito, mas ele vem. Tem um pessoal de *motor home* de Apucarana, que às vezes eles vem no sábado, para já aproveitar o local. (Extensionista da Emater, homem, 47 anos).

De acordo com a análise da rede que forma o mercado de Caminhadas na Natureza, descobriu-se que existem certas “fronteiras” geográficas na formação das relações sociais, além disso, constituem-se em lações fracas. Entretanto, embora fracas, elas se ampliam com a dinâmica deste fluxo turístico regional criado pelas caminhadas. O depoimento destes entrevistados demonstra isso:

Hoje eu tenho muitos amigos em Londrina, Apucarana, Ivaiporã, Jardim Alegre, Marilândia, lá nas barrancas do Rio Paraná. E foi por conta das caminhadas que eu expandi minhas redes de amizades (caminhante, homem, 55 anos).

Você vê que as pessoas fizeram amizade. De Apucarana, com Maringá, com aqui [Ivaiporã], com Jardim Alegre... O pessoal se conhece, se encontram, é muito legal isso. (Coordenadora Estadual de Turismo Rural, mulher, 61 anos).

Na análise das repercussões das Caminhadas na Natureza na vida dos atores, observa-se que a impressão dos entrevistados se refere, fundamentalmente, à dimensão social. Esta dimensão está também presente até quando o entrevistado foi perguntado sobre repercussões econômicas, pois a renda arrecadada serviu, para uma das comunidades, para melhorias em espaços de lazer comunitários.

As repercussões não previstas no início da pesquisa apareceram de maneira frequente nas entrevistas com os atores e também se atribui a elas a dimensão social. A retomada da união da comunidade em prol da organização coletiva da Caminhada na Natureza, a formação de grupos de caminhadas e o surgimento de um fluxo regional ocorrem pela interação entre atores, assentadas no princípio da reciprocidade. Por sua vez, de acordo com Sabourin (2009), a reciprocidade revela ações simbólicas de pertencimento, que contribuem sobremaneira para a consolidação e desenvolvimento do Território Vale do Ivaí.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Caminhadas na Natureza estão acontecendo no Paraná e, em especial, no Território do Vale do Ivaí. Pessoas saem de suas residências aos domingos pela manhã, percorrem dezenas ou centenas de quilômetros até as comunidades rurais para caminhar no espaço rural e consumir serviços de alimentação e produtos que os agricultores preparam para elas. Esse fenômeno, que teve início em 2008, é articulado e apoiado pelo estado, através do trabalho de técnicos que se engajam e trabalham aos finais de semana para organizar as caminhadas. Houve pertinência em compreender este fenômeno, as relações que o compõem, desde sua origem até a repercussão para a vida dos atores envolvidos (agricultores, caminhantes e organizadores).

As caminhadas se inserem, neste trabalho, na discussão sobre a multifuncionalidade dos espaços rurais. São tratadas como uma modalidade de turismo rural, na perspectiva do turismo híbrido, em que há o envolvimento de apelos culturais, ecoturísticos, desportivos, de lazer, gastronômicos, etc.

O modelo adotado pelo Paraná e, por consequência pelo Vale do Ivaí, foi adaptado do modelo europeu de esportes populares. As caminhadas foram idealizadas para atuar como estratégia de desenvolvimento rural e turismo, através do apoio a iniciativas locais das comunidades rurais. O que corrobora com o debate acadêmico internacional sobre desenvolvimento rural, multifuncionalidade e diversificação econômica.

Por conta de sua condição de vulnerabilidade social, ausência de potencial turístico e distância de grandes centros urbanos (polos emissores de turistas para o rural), o Território Vale do Ivaí despertou interesse e foi adotado como recorte geográfico da pesquisa.

Para compreender o fenômeno das Caminhadas na Natureza no Território Vale do Ivaí, com foco na interpretação das relações existentes para construir este mercado, foi utilizada a perspectiva teórica da NSE, com abordagem de análise de redes. Pode-se notar que uma parca literatura levantada sobre a relação entre NSE e turismo rural. Os estudos encontrados possuem influência principalmente da escola norte-americana, sendo que a análise de redes foi utilizada em dois trabalhos.

A discussão dos resultados desta tese buscou alinhar a perspectiva teórica da NSE com a perspectiva do turismo rural, sob o ponto de vista do desenvolvimento rural. Esta abordagem é diferenciada de grande parte estudos encontrados, que discutem a aproximação destas perspectivas sob o ponto de vista da Administração.

Para analisar as Caminhadas na Natureza, procurou-se abordar a perspectiva da escola norte-americana, com foco na análise de redes. Procurou-se também privilegiar a perspectiva da escola europeia, analisando a repercussão do mercado e suas relações sociais na vida dos atores. Para cumprir esta tarefa, nos procedimentos metodológicos foram utilizadas três técnicas de pesquisa: documental, observacional e pesquisa de campo.

O primeiro objetivo foi interpretar e descrever o processo histórico do Projeto Caminhadas, considerando o ambiente político e institucional das esferas nacionais, estaduais e municipais. Para isso, foi necessário resgatar acontecimentos que ocorreram alguns anos antes da formalização do projeto a nível federal e estadual. Na época, as políticas já sinalizavam a necessidade de atender às novas tendências do meio rural brasileiro.

Parte dos estudos das organizações aponta que a intervenção do Estado é indispensável para o desenvolvimento do turismo, cujo processo deve se iniciar por políticas públicas voltadas para o setor em escala nacional, regional e local. As políticas *bottom up*, além de levarem em conta as diferenças físicas, tratam das diferenças econômicas e sociais entre as diversas regiões dando prioridade aos problemas locais; têm como pano de fundo a diminuição das desigualdades socioeconômicas. Neste sentido, as políticas públicas da época foram planejadas para permitir novas formas de integração e troca, através de processos de descentralização e horizontalidade, buscando garantir a representação dos atores sociais e manter a transparência de suas instituições. Essas ideias se assemelham à noção de rede, que foi empregada para a análise das relações.

Os entrevistados relataram o processo de amadurecimento das ideias, das relações institucionais e das práticas brasileiras em outras regiões, especialmente no estado do Rio de Janeiro, onde nasceu o projeto. Relataram também a multiplicação do projeto para outros estados, através do apoio financeiro do MDA e operacionalização, no Paraná, pela Emater. Essa multiplicação deu-se pela realização de oficinas de capacitação para a organização de caminhadas, de acordo com o modelo do IVV. Os entrevistados revelam que neste processo de implantação das Caminhadas na Natureza no território, o papel do estado foi e ainda é fundamental. Em suma, o debate sobre o turismo e desenvolvimento rural na perspectiva territorial procurou a combinação de estratégias de crescimento produtivo com a solução de problemas sociais e agrários numa visão de concertação e empoderamento de atores que transcendesse o território.

O projeto é, desde o início, entendido pelos entrevistados, como uma metodologia para alcançar o desenvolvimento rural. Pode-se afirmar que, através das caminhadas, é que os entrevistados conseguiram materializar o ideal de desenvolvimento rural pelo turismo. Além

disso, o ambiente acadêmico e político, estavam alinhados ao ideal de diminuição da concentração de poder e aumento da autonomia dos atores do desenvolvimento rural. E assim foi realizado este trabalho com as Caminhadas na Natureza, seguindo os preceitos de uma política *bottom up*, em que o consenso girou em torno da descentralização. É importante destacar que a atuação da Emater no turismo rural e nas Caminhadas na Natureza surgiu destas iniciativas, aproveitando uma relação já construída e firmada com os agricultores atendidos, em que a confiança e cooperação foram valores estabelecidos ao logo dos anos.

O depoimento dos informantes-chave deixa claro que a expansão do projeto no Paraná e no Vale do Ivaí se deve à participação da Emater e sua capacidade de envolver os agricultores em grande parte dos municípios paranaenses. Entretanto, os informantes-chave ponderam, considerando que a Emater concentra as ações de coordenação em detrimento do empoderamento dos agricultores. Isso apareceu nitidamente, quando se analisou o sociograma, que ilustra as relações entre os atores na rede. Dos sete atores, que centralizam as relações, seis são organizadores e pertencem ao quadro funcional da Emater. A centralização revela que os atores concentrem decisões e informações. Tais decisões e informações contribuem fortemente para a formação do mercado das Caminhadas na Natureza nas comunidades rurais participantes.

Com relação ao mercado originado da ocorrência das caminhadas, o segundo objetivo específico proposto pela tese foi verificar suas características, com foco nas mercadorias, no trabalho e no consumo. Dos dez eventos realizados em 2015, sete foram organizados pelo escritório local da Emater, presente em cada município. Três deles tiveram como liderança na organização a Prefeitura municipal. Isso indica a forte participação da Emater na realização dos eventos de caminhada, também a nível local, evidenciando, mais uma vez, a concentração das decisões de informações do mercado.

Observou-se que nas Caminhadas da Natureza no Território Vale do Ivaí, há interação entre produtores e consumidores, estabelecendo um mercado de cadeia curta tipo face-a-face. A literatura sobre esta temática afirma que as cadeias curtas face-a-face permitem a socialização dos atores, permitindo ao consumidor emitir um juízo de valor acerca do produto a partir da interação com o produtor. Entretanto, percebeu-se na análise de redes, que há pouca interação entre agricultores e caminhantes. A análise da repercussão das caminhadas na vida dos atores também reforça este resultado. Os agricultores e caminhantes revelaram ter impressão de que não possuem interação entre si. Ou seja, agricultores acreditam que não interagem com caminhantes e vice-versa. Conforme os depoimentos, isso ocorre devido aos agricultores estarem envolvidos em atividades necessárias para a execução do evento e, por

sua vez, os caminhantes estarem caminhando. Percebe-se que esta interação, embora não aconteça, ela é desejada. Agricultores e caminhantes revelaram o desejo de interagir entre si.

Acredita-se que esta interação seria benéfica para o fortalecimento do mercado formado pelas Caminhadas na Natureza. Primeiramente porque os agricultores buscam comercializar diretamente com os caminhantes, visando um equilíbrio entre a viabilidade econômica e os interesses sociais que estão presentes nessa forma de comercialização. Segundo porque acredita-se que a aproximação entre agricultores e caminhantes poderia contribuir para a divulgação dos produtos e serviços oferecidos pelas comunidades, assim como a divulgação do próprio lugar (paisagem) onde elas ocorrem. E, por fim, porque a produção e comercialização dos produtos e serviços oferecidos poderia se estender para além das Caminhadas na Natureza, como ocorre de maneira pontual em algumas comunidades, conforme relatado por uma entrevistada. Através do fortalecimento dos laços entre agricultores, caminhantes e organizadores, que estão presentes na rede poderia se dinamizar este mercado.

Com relação à análise de redes empregada nas Caminhadas na Natureza do Território Vale do Ivaí, que corresponde ao terceiro objetivo específico da tese, observou-se que a relação entre os atores sociais possui padrões que definem suas trocas econômicas. Com enfoque estrutural da NSE, a análise de redes demonstrou que há padrões de relações e que o conteúdo destas relações determina a formação do mercado.

O primeiro aspecto observado é que a rede analisada não se formou aleatoriamente. Os atores aderiram voluntariamente (caminhantes) ou foram convidados a participar da rede (agricultores e organizadores). O mecanismo de formação de da rede pode, então, ocorrer de duas formas: por crescimento, em que novos atores aderem à rede, quando já possuem conexão com outros atores; ou por conexão preferencial, em que o ator não possui conexão com outros atores, mas ele é convidado a participar, dependendo de suas características. Este último aspecto acontece quando os agricultores de uma comunidade são identificados como potencialmente favoráveis a sediar um evento de caminhada. Normalmente são identificados pelos organizadores, que, depois, os ensinam a metodologia das Caminhadas na Natureza.

Outro aspecto que se destacou na análise das redes foi sua estrutura. Dos 42 atores entrevistados, através da técnica bola de neve, foram identificados 224 atores na rede, gerando um total de 426 pontes. Através do software UCINET 6 para *Windows*, foram analisadas duas propriedades da rede: centralidade e densidade.

Percebeu-se a centralidade desta rede em sete atores, sendo seis deles organizadores. Essa centralidade permitiu verificar a concentração de poder sobre a dinâmica da rede. Os

atores centrais possuem poder sobre o fluxo de informações que circula entre os atores. Revela também a autoridade, possível hierarquia, capacidade de apropriação de inovações e coordenação de ações que garantem a existência da rede, sua estabilidade e dinâmica. Não por acaso, portanto, o nó que concentra esse poder e que foi o mais indicado pelos atores é a coordenadora estadual das Caminhadas na Natureza. Esse resultado corroborou com a impressão dos informantes-chave, que criticam a atuação da Emater, em detrimento do empoderamento dos agricultores. Não cabe fazer juízo de valor perante a este resultado, entretanto, cabe destacar que, caso a Emater decida sair desta rede, ela levará consigo as informações e conhecimentos necessários para a organização das Caminhadas na Natureza. E, certamente, haverá alterações na dinâmica dos atores na rede e consequências para a formação dos mercados.

Observou-se, também, cinco sub-redes que não possuem ligações entre si. É interessante destacar que, na pesquisa de campo, foram entrevistados atores em três eventos de caminhadas. A partir disso, pode-se afirmar que, num mesmo evento de caminhada, há grupos que não se conectam entre si, ou seja, não há interação de atores. Isso revela a existência de laços fracos na rede analisada e pode ser uma consequência da centralidade da rede. Os laços fracos são, em geral, os únicos pontos de contato entre vários pontos. São os laços fracos que explicam a criação de oportunidades econômicas, tais como comercialização de produtos nas Caminhadas na Natureza. Neste sentido, ao existir laços fracos que estabelecem contato com diversos atores, divididos em sub-redes, garante dinâmica para a rede, permitindo a fluidez com a entrada e saída de atores. Isso poderia estimular a divulgação das Caminhadas na Natureza, aumentando sua capacidade de divulgação e valorização das comunidades rurais e comercialização dos produtos oferecidos.

Esta fluidez, conferida pela existência de laços fracos, ocorre entre as sub-redes, ou seja, entre categorias distintas, formadas por agricultores, caminhantes e organizadores. Isso confirma a análise inicial de que há pouca interação e conectividade dentre as comunidades estudadas e entre as categorias de atores. Uma vez que estes grupos possuem laços fracos que os conectam, as categorias possuem pouca interação. Isso já foi discutido anteriormente, com a justificativa de que agricultores não se conectam com caminhantes estão ocupados no momento da caminhada.

Além disso, agricultores que pertencem a comunidades distintas, não possuem contato entre si. Isso se expressa, também, pela medida de densidade encontrada na rede. Na rede formada pelas caminhadas analisadas percebe-se a densidade das relações nas três maiores

sub-redes. Isso confirma a análise inicial de que há pouca interação e conectividade dentre as comunidades estudadas. E este vínculo, por mais que seja desejado, não consegue se fortalecer, pois não há oportunidade.

Entretanto, ao analisar as relações dentro destes grupos, nota-se a existência de laços fortes. Os laços fortes são a combinação entre tempo de relação, intensidade emocional e frequência de contato. Laços fortes significam a interação social intensa de membros de um grupo.

A existência dos laços fracos e fortes confirmou-se quando se analisou a as características das relações entre os atores. Quando se analisou a natureza das relações entre os atores entrevistados e indicados, percebeu-se a significativa intensidade das relações nas sub-redes das Caminhadas na Natureza. Ou seja, ficou claro que os laços que conectam os atores, dentro das sub-redes, são fortes. A análise das variáveis, como por exemplo, “natureza das relações”, “frequência das relações”, “meios de comunicação”, “tempo de existência da relação”, sugerem a existência de uma alta carga emocional entre os atores entrevistados e seus indicados. A partir deste resultado, pode-se afirmar, com segurança, que essas relações revelam laços fortes. Elas demonstram a solidez das relações estabelecidas entre os atores (dentro das sub-redes), que já possuem vínculos sociais, que vão além das Caminhadas na Natureza. A interação entre as categorias, captadas pela análise da rede, foi confirmada pela análise da repercussão da relação que os atores entrevistados estabeleceram com agricultores, caminhantes e organizadores.

Quanto às repercussões das Caminhadas na Natureza na vida dos atores envolvidos, o último objetivo específico da tese, revelaram-se semelhanças e diferenças nas motivações entre as categorias de entrevistados. A dimensão interpessoal, que se refere à dimensão social, é a mais presente nos discursos dos atores. Mais do que a dimensão econômica, ao contrário do apresentado na literatura sobre o tema. O desejo de conhecer pessoas de outros lugares ou mesmo estreitar laços afetivos, no sentido de cooperação e união da comunidade são as motivações entrevistados, independentemente da categoria. Isso demonstra que as caminhadas são experiências co-criadas pelas pessoas. A motivação dos atores para participar do projeto passa pelas relações interpessoais construídas ou fortalecidas pela caminhada. Isso evidencia que a caminhada não é apenas um ato físico ou uma atividade econômica, mas também é capaz de estabelecer novas relações e práticas sociais. Isso indica que as Caminhadas na Natureza se configuram numa ferramenta profícua para estimular a integração social territorial. Entretanto, faz-se a ressalva de que, essa interação não ocorre, conforme observado

na análise das redes e das relações sociais. Para fora dos grupos, pode-se afirmar que, mesmo entre os caminhantes, não há muitas oportunidades para os laços se fortalecerem.

De modo surpreendente, todos os entrevistados afirmaram estarem satisfeitos com sua participação nas Caminhadas na Natureza. A principal razão apontada pelos atores também pertence à dimensão interpessoal. Isso reforça que a capacidade que as caminhadas possuem em agregar pessoas, mesmo conectadas por laços fracos, é algo muito importante e valorizado.

Com relação à valorização das comunidades anfitrião, os entrevistados relatam que passaram a valorizar mais as comunidades a partir das Caminhadas na Natureza. Do ponto de vista dos agricultores, relatou-se que com as caminhadas eles passaram a observar aspectos do lugar onde vivem, que antes não valorizavam. E realizam isso, através do “olhar do outro”, pois é a vinda de turistas que traz o reconhecimento de que sua comunidade possui apelos paisagísticos positivos, capazes de encantar as pessoas. Do ponto de vista dos caminhantes, percebeu-se que se não fossem as Caminhadas na Natureza, eles não teriam a oportunidade de conhecer as comunidades. Ou seja, para eles, as caminhadas oportunizam conhecer locais que não são turísticos. As Caminhadas na Natureza turistificam as comunidades rurais. E, por fim, do ponto de vista dos organizadores, as Caminhadas na Natureza proporcionaram a valorização de seu próprio trabalho, pois faz com que pessoas urbanas conheçam e valorizem o rural e a própria atuação (importância) da Emater.

A análise das repercussões na dimensão econômica dos atores envolvidos foi realizada pelas variáveis “incremento de renda”, “criação de novos negócios” e “geração de oportunidades profissionais”. Ao contrário do que se inicialmente acreditava, os depoimentos obtidos com as entrevistas demonstraram que esta repercussão não foi significativa para na vida dos atores. A análise revelou que as variáveis desta dimensão são indiferentes para a maioria dos entrevistados. As Caminhadas na Natureza apresentam incremento de renda apenas para os agricultores, mas de forma pontual. Ou seja, a renda é gerada apenas um dia no ano. E esta renda é revertida para benefícios coletivos, como a melhoria nas edificações e espaços de lazer comunitários. Por isso, ousa-se afirmar que, é como se a dimensão econômica estivesse a serviço da dimensão social.

Foram identificadas outras repercussões, que não estavam previstas na metodologia, tais como as Caminhadas na Natureza como uma nova forma de organização coletiva, que substituem as festas comunitárias; formação de grupos organizados formais e informais de caminhantes e; a geração de um fluxo turístico regional. Todas as repercussões analisadas possuem um viés que passa pela reciprocidade entre os atores envolvidos. Essa reciprocidade

está alicerçada no sentimento de pertença e união das comunidades e dos grupos de caminhantes, que criam e fortalecem os laços. Também se observa a reciprocidade no engajamento do próprio projeto em si, que gera o fluxo regional, através das “trocas” ou “retribuições” de ônibus cheios de caminhantes entre os municípios participantes.

Resgata-se, então a questão de pesquisa da tese, que é: “Com a ocorrência das “Caminhadas na Natureza” nas comunidades rurais do Vale do Ivaí, quais são as características das redes de relações sociais que formam este novo mercado para a agricultura familiar e que poderia estar repercutindo na dimensão social e econômica das famílias participantes?”

Em síntese, responde-se que as relações sociais que formam o mercado das Caminhadas na Natureza são baseadas em laços fortes e fracos. Os laços fortes estão presentes entre agricultores e organizadores de uma mesma comunidade e entre os grupos de caminhantes, em que as relações ultrapassam as caminhadas. E os laços fracos estão presentes, principalmente, entre as categorias de caminhantes e agricultores; e caminhantes e organizadores. Mas o fortalecimento destes laços é desejado. A análise das repercussões confirma esse desejo, demonstrando que a principal fonte de motivação, satisfação e valorização é o estabelecimento destes laços, mesmo sendo fracos. Entretanto, não há oportunidades para que estes laços se fortaleçam.

Portanto, a partir da elaboração desta tese, sugere-se aos responsáveis pelas Caminhadas na Natureza, duas ações. Primeiro, para dirimir a centralidade da rede, que leva à concentração de poder e informações, sugere-se que se criem estratégias para descentralizá-la, através de mecanismos que confira autonomia aos agricultores participantes das Caminhadas na Natureza. Pois, caso algum ator-central deixe de participar da rede, por qualquer razão, haverá alterações na dinâmica e na formação do mercado das Caminhadas na Natureza. Por fim, visando criar oportunidades de estreitamento dos laços entre os atores, uma vez que foi detectado este desejo em seus depoimentos, sugere-se que se realizem encontros entre as categorias de atores entrevistados. No sentido de aproximar os agricultores de comunidades distintas, sugere-se que se realizem eventos com o objetivo de fortalecer a autonomia e representatividade da categoria frente ao projeto. Acredita-se que esta aproximação poderia contribuir para a descentralização da rede, formando e fortalecendo os laços que conectam estes atores na rede. Da mesma forma, sugere-se aos caminhantes, a formação de um espaço de debate e representação da categoria, em que se poderia discutir as necessidades coletivas no sentido de melhorar sua experiência nas Caminhadas na Natureza. Após, sugere-se a criação de um espaço de debate e representação entre todas as categorias envolvidas.

Desta forma, ao se criar espaços de debate e oportunidades de aproximação inter e entre categorias, acredita-se que haveria um fortalecimento das Caminhadas na Natureza como um todo, não apenas no Território vale do Ivaí. Mesmo assim, pode-se afirmar, com segurança, que o projeto oportunizou uma integração entre a população urbana e a rural, não apenas do ponto de vista econômico, com a trocas mercantis, mas também na dimensão social, com a interação das pessoas em torno do ato de caminhar. Esta aproximação é um princípio do desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2005.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAn, C.; CARRIERE, J.P. (Org.) **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED: Secco, 2010.
- ABRAMOVAY, R.; BEDUSCHI FILHO, L. C. **Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais**. Artigo apresentado no XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Juiz de Fora, jul. 2003.
- ABROMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento Rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v.14, n.2, p.379-397, abr./jun. 2000.
- AGNE, C.L. **Agroindústrias familiares e rede de relações sociais nos mercados de proximidade na Região Corede Jacuí Centro/RS**. Porto Alegre, 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- ALBERT, R.; BARABÁSI, A-L. Statistical Mechanics of Complex Networks. **Reviews of Modern Physics**, Minneapolis, v.74, p.47, 2002.
- ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 15-50.
- ALVES, A. F.; GUIVANT, J. S. O que há de endógeno e exógeno nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ANDA BRASIL. **A Confederação**. Silva Jardim, 2015. Disponível em: <<http://www.andabrasil.com.br/pt-br/a-confederacao/quem-somos>>. Acesso em: 13 dez. 2015.
- ANDA BRASIL. **Projeto Caminhadas na Natureza**. Silva Jardim: Anda Brasil, 2007.
- ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.
- ANDREATTA, S.; WICKLIFFG, W. Managing farmer and consumer expectations: a study of a North Carolina farmers market. **Human Organization**, Boston, v. 61, n. 2, p. 167-176, 2002. Disponível em: <[http://findarticles.com/p/articles/mi\\_qa3800/is\\_200207/ai\\_n9124464](http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3800/is_200207/ai_n9124464)>. Acesso em: 27 set. 2014.
- ARCHER, B.; COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W.F. (Org.). **Turismo global**. São Paulo: SENAC, 2001.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira das Ciências Sociais – RBCS**, [S.l.], v.14, n.40, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2013.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de política sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA - ABETA. **Perfil do turista de aventura**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://abeta.tur.br/pt/downloads-abeta/>> Acesso em: 14 nov. 2015.

BARABASI, A. L. **Linked**: the new science of networks. New York: Perseus, 2002.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Global Universitária, 1987.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2003.

BERNARDES, A. T. *et al.* **Modelling the role of national system of innovation in economical differentiation**. In: 8th Granada Seminar on Computational and Statistical Physics Modeling, Granada Espanha, 2005.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S.l.], n.13, p.111-145, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento/arquivos/Politica%20Nacional%20%20Assistencia%20Social%20-PNAS.pdf/download>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas 2007-2010. Edição eletrônica. Brasília, 2007c. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/)>. Acesso em: 13 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Disponível em: [www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Desenvolvimento\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf)

BRITTO, J. **Características estruturais dos clusters industriais na economia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2000. (Nota técnica, 29/2000).

BRITTO, J. **Elementos estruturais e mecanismos de operação das Redes de Firms**: uma discussão metodológica. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2001.

BUTLER, R. The concept of tourist area cycle of evolution: implications and management of resources. **Canadian Geographer**, Ottawa, v. 14, n. 1, p. 5-12, 1980.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Turismo rural na agricultura familiar**: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR), município de Colombo-PR. 397p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2001.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento rural e o novo rural. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v.4.

CARVALHEIRO, E.M. **A construção social de mercados para os produtos da agroindústria familiar**. Porto Alegre, 2010. 214f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CASA SUIÇA. **Quem somos**. Instituto Fribourg-Nova Friburgo. Nova Friburgo, 2008. Disponível em: <<http://www.casasuica.info/pages/quemsomos/institutofribourg.php>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. 4. ed. São Paulo: Impresso Brasil, 2000.

CAVACO, C. Regionalização do turismo em áreas rurais a partir da oferta? In: ALMEIDA, J.A.; SOUSA, M. de. (Org.) **Turismo rural**: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p.63-104.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-176.

CHON, K. S. **Hospitalidade**: conceito e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

COHEN, E. Arab boys and tourist girls in a mixed jewish-arab community, **International Journal of Comparative Sociology**, Toronto, v. 12, p. 217- 233, Dec. 1971.

COHEN, E. Towards a sociology of international tourism. **Social Research**, New York, v. 39, n. 1, p. 164-182.

COHEN, E. Traditions in the qualitative sociology of tourism. **Annals of Tourism Research**, New York, v. 15, p. 29-45, 1988.

COHEN, J.H. Textile, tourism and community development. **Annals of Tourism Research**, New York, v. 28, n. 2, p. 378-398, 2001.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC. **Metrópole em revista**: 25 anos de planejamento metropolitano. Curitiba, 1999. v.1.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado 2001**. Curitiba, 2001. (Documento para discussão).

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado 2006**. Curitiba, 2006.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC;  
INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL -  
EMATER. **Turismo em áreas rurais**. Curitiba, 1999.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC;  
INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL -  
EMATER; ECOPARANÁ. **Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2000.  
(Documento-proposta sobre o "Anel de Turismo da RMC").

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S. **Turismo: princípios e práticas**. 3.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

COOPERATIVE BEHAVIOR IN THE SOCIAL SCIENCES. 2005, Granada. **Proceedings**.  
New York: AIP, 2006.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 1998.

CORIOLOANO. Turismo: prática de apropriação e dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 367-377.

COSTA, L. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

CRISTÓVÃO, A. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J.A.; VIANA, A.L.B. (Org.) **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 81-116.

DARKER, C.D.; LARKIN, M.; FRENCH, D.P. An exploration of walking behavior – An interpretative phenomenological approach. **Social Science & Medicine**, [S.l.], n. 65, p. 2172-2183, 2007.

DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In: SOUZA, M. de; ELESBÃO, I. (Org.). **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 13-65.

DOUGHTY, K. Walking together: the embodied and mobile production of a therapeutic landscape. **Health & Place**, [S.l.], n. 24, p. 140-146, 2013.

DOWBOR, L. O poder local diante dos novos desafios sociais. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. especial. São Paulo: Cepam, 1999.

DOWBOR, L. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. São Paulo: Vozes, 2001.

DOXEY, G.V. A causation theory of visitor-resident irritants: methodology and research inferences. In: TRAVEL RESEARCH ASSOCIATION, ANUAL CONFERENCE, 6., 1975, San Diego. **Proceedings...** San Diego, 1975.

DUPAS, G. O mito do progresso. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 73-89, mar. 2007.

DURKHEIM, É. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Paulinas, 1989.

ECOPARANÁ. **Apresentação ppt ao Conselho Estadual do Turismo**. Curitiba, 2008.

ECOPARANA. **Mapeamento do turismo rural no Paraná**. Curitiba, 2006.

EZEQUIEL, G.; CARVALHO, M. O turismo de natureza como potenciador das singularidades territoriais: o caso do pedestrianismo em Portugal. In: CRISTOVÃO, A. et al (Org.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014. p. 80-94.

FAJARDO, S. **Estratégias e territorialidade na ação das cooperativas agropecuárias e empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fev. 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, mar. 1994.

FAWCET, G. **The International Federation of Popular Sports**. Altötting, Alemanha, 2015. Disponível em: <<http://www.ivv-web.org/pages/en/pdf/The-IVV-An-Overview.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

FERRARI, D. L. **Cadeias alimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 345 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FIALHO, M. A. V.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, [S.l.], v. 15, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art6ed15.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

FIGUEIREDO, E.; EUSÉBIO, C. A experiência vivida e cocriada pela população local. In: KASTENHOLZ, E. et al. **Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis**. Aveiro: UA, 2014.

FLIGSTEIN, N. O mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n.9, p.26-53, 1º sem. 2001.

FLOYSAND, A.; SJOHOLT, P. Rural development and embeddedness: the importance of human relations for industrial restructuring in rural areas. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 47, n.

3, jul. 2007. Disponível em:

<<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/118532105/PDFSTART>> Acesso em: 16 ago. 2014.

FORBORD, M.; MARKUS, S.; GRIEBMAIR, K. Stability and Variety: products, organization and institutionalization in farm tourism. **Tourism Management**, Guildford, v. 33, n. 4, p. 895-909, Aug. 2012.

FRATUCCI, A. Refletindo sobre os espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v.20, n.3, dez. 2009.

FREEMAN, L.C. A set of measures of centrality based upon betweenness. **Sociometry**, Albany, v. 40, p. 35-41, 1977.

FREEMAN, L.C. Centrality in social networks: conceptual clarification. **Social Networks**, Amsterdam, v. 1, p. 215-239, 1979.

FROCHOT, I. A benefit segmentation of tourists in rural areas: a Scottish perspective. **Tourism Management**, Guildford, v. 26, n. 3, p. 335-346, 2005.

FUENTES LLANILLO, R. *et al.* Regionalização Agrária do Estado do Paraná. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 1., 2002, Maringá. **Anais....** Maringá: UEM, 2002. 1 CD-ROM. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/Ase/regio\\_agraria.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/regio_agraria.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2014.

FUENTES LLANILLO, R.; PELLINI, T.; DORETTO, M. Territórios rurais do Paraná. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004. **Anais....** Cuiabá, 2004.

FUKUYAMA, F. **O dilema americano**. Democracia, poder e o legado do neoconservadorismo. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELDNER, C. R; RITCHIE, J. R. B; McINTOSH, R. W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, A.C.B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

GRANOVETTER, M. Network sampling: some first steps. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 81, n 6, p. 1287-1303, May 1976.

GRANOVETTER, M. The strenght of weak ties. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, M.S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/AJS/>> Acesso em: 23 ago. 2014.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?** Brasília, 1992. (Série de textos para discussão, 2).

GRAZIANO DA SILVA, J., GROSSI, M. E. Del. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro**: nova oportunidade para o pequeno agricultor. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1999. p.9-42.

GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional, v. 1. Campinas: UNICAMP; EMBRAPA, 2000.

HAESBAERT, R.. **O mito da territorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANNEMAN, R. **Introduction to social network methods**. Textbook. Riverside: Universidade da Califórnia, 2000.

HARTMANN, W. et al. **Modeling social interactions**: identification empirical methods and policy implications. Nova York, 2008. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/86u151764g25tlk1/fulltext.pdf>> Acesso em: 31 ago. 2015.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HINRICHS, C.C. Embeddedness and local food systems: notes on two types of direct agricultural market. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 16, n. 3, p. 295-303, July 2000.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA; SEPÚLVEDA S. **Gestión del desarrollo sostenible en territorios rurales**: métodos para la planificación. San José, Costa Rica: IICA, 2008.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA; SEPULVEDA, S. *et al.* **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (el biograma)**. San José, Costa Rica, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário**. Tabulações especiais. Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo da população**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em : 13 jul. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER-PR. **Relatório 2012 do Projeto “Caminhadas na Natureza no Paraná”**. Curitiba, 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER-PR. **Relatório 2014 do Projeto “Caminhadas na Natureza no Paraná”**. Curitiba, 2014. (Documento Interno).

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER-PR. **Calendário 2015 do Projeto Caminhadas na Natureza no Paraná**. Curitiba, 2015a. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=239>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER-PR. **Relatório 2015 do Programa de “Turismo Rural no Paraná”**. Curitiba, 2015b. (Documento Interno).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Cadeia produtiva do turismo no Paraná estudo sobre as regiões turísticas do estado**. Curitiba, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Os vários Paranas**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional. Curitiba, 2005.

INSTITUT RÉGIONAL DE COOPÉRATION DÉVELOPPEMENT - IRCOD. **Qui sommes-nous?** Strasbourg, 2011. Disponível em: <<http://www.ircod.org/qui-sommes-nous>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

INTERNACIONALER VOLSKSSPORTVERBAND - IVV. **The IVV**: one overview. Altötting, Alemanha, 2015. Disponível em: <<http://www.ivv-web.org/pages/en/pdf/The-IVV-An-Overview.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAGEYAMA, A.A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

KASTENHOLZ, E. *et al.* A experiência turística no espaço rural. In: KASTENHOLZ, E. *et al.* **Reinventar o turismo rural em Portugal**: cocriação de experiências turísticas sustentáveis. Aveiro: UA, 2014. p. 43-50.

KASTENHOLZ, E. ‘Management of demand’ as a tool in sustainable tourist destination development. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v. 12, n. 5, p. 388-408, 2004.

KASTENHOLZ, E. A segmentação de mercado como ferramenta estratégica no desenvolvimento do turismo rural. In: ALMEIDA, J.A.; SOUSA, M. de. (Org.). **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p.137-152.

KNAFOU, R. Turismo e território. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

KOUCHNER, F.; LYARD, J.P. **Developing walking holidays in rural areas: guide how to design and implement a walking holiday project**. “Rural Innovation” Dossier n.12. Bruxelles: LEADER European Observatory, 2001. Disponível em: <[http://superdoc.aeidl.eu/modules/webportal/results.php?op=classement&idclassement=182&idbase=8&search\\_mode=sdp](http://superdoc.aeidl.eu/modules/webportal/results.php?op=classement&idclassement=182&idbase=8&search_mode=sdp)>. Acesso em: 13 nov. 2015.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KRIPPNER, G. et al. Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness. **Socio-Economic Review**, Oxford, v. 2, n. 1, p. 109-135, Jan. 2004. Disponível em: <<http://ser.oxfordjournals.org/cgi/reprint/2/1/109>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

LACAY, M. C. **Desenvolvimento do turismo no espaço rural nas rotas do pinhão, Região Metropolitana de Curitiba: convergências e conflitos das políticas públicas**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

LAZZARINI, S. G. **Empresas em rede**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LÉVESQUE, B. Contribuição na nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. In: MARTES, A.C.B. (Org.). **Redes e Sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

LONG, N.E. Globalización y localización: nuevos retos para la investigación rural. In: GRAMMONT, H. C.; GAONA H. T. (Comp.). **La sociedad rural mexicana frente al nuevo milenio**. México: Unam, 1996.

LONG, N.E.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 29, n. 3-4, p.226-249, 1989.

LONG, N.E.; PLOEG, J. D. var der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. p. 14-37.

MACCANNEL, D. **The tourist: a new theory of the leisure class**. New York: Schocken Book, 1976.

MARQUES, L.M.; PEREIRA, V.V.V. Territórios Rurais e Políticas Públicas no Estado do Paraná. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008. **Anais...** Rio Branco, 2008.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, p. 393-411, 2003.

MARTELETO, R; DE OLIVEIRA E SILVA, A. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MARTES, A. C. B. *et al.* Apresentação do Fórum de Sociologia Econômica. **RAE-eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, art. 4, jan./jun. 2007. Disponível em: <[https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S1676-56482007000100011.pdf](https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S1676-56482007000100011.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2015.

MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MATTEI, L. **Agricultura familiar e turismo rural**: evidências empíricas e perspectivas. Brasília, 2004. Disponível em:<[www.mda.gov.br/o/880226](http://www.mda.gov.br/o/880226)>. Acesso em: 26 dez. 2015.

MATTEI, L. Pluriatividade e turismo rural em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DO RURBANO, 3., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas, 2003a. 1 CD ROM.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca das sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1950].

MCINTOSH, R.W.; GOELDNER, C.R.; RITCHIE, J.R. **Tourism**: principles, practices, philosophies. Chichester: John Willey, 1995.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <[http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo\\_Coloquio\\_%20-\\_Mior.pdf](http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf)> Acesso em: 27 dez. 2014.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIZRUCHI, M.S. Análise das redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. In: MARTES, A.C.B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

MOESCH, M. **Produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, S. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

NASCIMENTO, E. B. do; BELTRÃO, I. de C. **Turismo sustentável na RMC**. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/planurb11.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

NITSCHKE, L. B.; SZUCHMAN, T. Planejamento no turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 5., 2005, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba, 2005.

NOVELLI, M; SCHMITZ, B; SPENCER, T. Networks, clusters and innovation in tourism: a UK experience. **Tourism Management**, Guildford, v. 27, p. 1141–1152, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. **UNWTO Annual Report 2014**.

Madrid: UNWTO, 2015. Disponível em:

<[http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto\\_annual\\_report\\_2014.pdf](http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_annual_report_2014.pdf)>

Acesso em: 5 jan. 2016.

OURIQUES, H.R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

PARANÁ. Ecoparaná. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. **Relatório de atividades 1998-2002**. Curitiba, 2002.

PARANÁ. **Orientações práticas às instancias de governança de turismo do Paraná**. Curitiba: SETU, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. Ministério do Turismo. **Oficina de planejamento estratégico das instâncias de governanças regionais do Paraná**. Curitiba, mar. 2008a.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. Ministério do Turismo. **Oficina do plano estratégico de desenvolvimento turístico regional**. Curitiba, abr. 2008b.

PARANÁ; PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PROSAM. **Relatório do estudo para zoneamento ecológico econômico da Apara de Piraquara**. Consorcio Sogreah e Cobrape. Curitiba, jul. 2001.

PAVLOVICH, K. The evolution and transformation of a tourism destination network: the Waitomo Caves, New Zealand. **Tourism Management**, Guildford, v. 24, n. 2, p. 203-216, Apr. 2003.

PEREIRA, S. B. Os elementos intangíveis do desenvolvimento local. In: MELO, R. L.; HANSEN, D. L. **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão/SE: UFS, 2007. p.101-130.

PIRES, M.S. **Turismo e pós modernidade: teoria, cultura e sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Mestrado profissional em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PLEIN, C.; FILIPPI, E.E. Do mito do desenvolvimento econômico ao mito do progresso: uma homenagem a Celso Furtado e Gilberto Dupas. **Perspectiva Econômica**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 13-23, jan./jun. 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAMBO, A.G. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e da nova economia institucional**: um estudo das experiências no Noroeste Gaúcho. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAUD, C. As contribuições da sociologia econômica à compreensão das dinâmicas territoriais de desenvolvimento. In: THEIS, I. M. (Org.). **Desenvolvimento e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 25-53.

RENTING, H., MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, p. 393-411, 2003.

ROBINSON, W.I. Globalization and the sociology of Immanuel Wallerstein: a critical appraisal. **International Sociology**, London, v. 1, n. 23, 2011.

RODRIGUES, A.B. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina**: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p.297-315.

RODRIGUES, A.B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Org.) **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

RUA, M. das G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Texto elaborado para o programa de apoio a Gerencia Social no Brasil. Brasília: BID: INDES, 1998.

RUIZ, L. B. *et al.* Uma abordagem de auto-gerenciamento para redes de sensores sem fio. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE REDES DE COMPUTADORES, 23., 2005. **Anais...** Fortaleza, 2005.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAGE, C. Social embeddedness and relations of regard: alternative ‘good food’ networks in south-west Ireland. **Journal of rural studies**, London, v. 19, p. 47-60, Jan. 2003. Disponível em: <[http://www.sciencedirect.com/science?\\_ob=ArticleURL&\\_udi=B6VD9-6XHDB1-1&\\_user=687304&\\_rdoc=1&\\_fmt=&\\_orig=search&\\_sort=d&view=c&\\_acct=C000037798&\\_version=1&\\_urlVersion=0&\\_userid=687304&md5=e7544b3d060e18ab35dfe68f59a7f4c8](http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6VD9-6XHDB1-1&_user=687304&_rdoc=1&_fmt=&_orig=search&_sort=d&view=c&_acct=C000037798&_version=1&_urlVersion=0&_userid=687304&md5=e7544b3d060e18ab35dfe68f59a7f4c8)>. Acesso em: 13 abr. 2015.

SAMPAIO, C.A.C. **Desenvolvimento sustentável e turismo**: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística. Blumenau: EDIFURB, 2005.

SANTOS, A.; PIRES, P. dos S. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010.

SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de; RAPOPORT, A. Motivações e perfis como instrumento de segmentação do turismo rural e agroturismo no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J.A.; SOUSA, M. de. (Org.) **Turismo rural**: patrimônio, cultura e legislação. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p.154-171.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

SAXENA, G.; ILBERY, B. Integrated rural tourism: a border case study. **Annals of Tourism Research**, New York, v. 35, n. 1, p. 233-254, Jan. 2008.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P.D. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.39, p. 117-142, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. **Caminhadas na Natureza no Paraná**: relatório 2008. Curitiba: DEAGRO/SEAB, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETU). **Hierarquização das Regiões Turísticas do Paraná e Gestão Municipal**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/HIERARQUIZACAO.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO (SETU). **Regiões turísticas do Estado**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=946>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO ESTADO DO PARANÁ (SETU). **Manual de orientação para gestão municipal de turismo**. Curitiba, 2005.

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO ESTADO DO PARANÁ (SETU). **Plano de desenvolvimento do turismo do Paraná**: 2008-2011. Disponível em: <[http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoTurismo\\_Completo.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoTurismo_Completo.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2015.

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO ESTADO DO PARANÁ (SETU). **Regiões turísticas**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/regioes>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

SMELSER, N. J. **A sociologia da vida econômica**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968.

SMELSER, N.J.; SWEDBERG, R. **The handbook of economic sociology**. 2nd ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.

STEIL, C.A. O turismo como objeto de estudo das ciências sociais. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J.A.; VIANA, A.L.B. (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 51-80.

STEIL, C.A.; TONIOL, R. Ecologia, corpo e espiritualidade: uma etnografia das experiências de caminhada ecológica de um grupo de ecoturistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 29-49, jan./abr. 2011 .

STORR, V. H. The market as a social space: on the meaningful extraeconomic conversations that can occur in markets. **Quarterly Journal of Austrian Economics**, Viena, v. 21, n. 2-3, p. 135-150, Sept. 2008. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/g07271784402750u/fulltext.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2015.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. São Paulo: Aleph, 2000. v.2.

SWEDBERG, R. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In: MARTES, A.C.B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

SWEDBERG, R. Markets as social structures. In: SMELSER, N. (Org.). **The handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 1994. Disponível em: <<http://cas.umkc.edu/ECON/economics/faculty/Lee/courses/602/readings/industry2.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2015.

TELES, M.A. **Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TIGGES, L.M.; ZEIBARTH, A.; FARNHAM, J. Social relationships in locality and livelihood: the embeddedness of rural economic restructuring. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 14, n. 2, p. 203-219, Apr. 1998.

TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de. (Org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. p. 2-22.

TULIK, O. Turismo no espaço rural: segmentação e tipologia. In: ALMEIDA, J.A.; SOUSA, M. de. (Org.). **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p.107-135.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

URRY, J. **O Olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 19., Salvador, 2001. **Anais...** Salvador, 2001.

VERBOLE, A. A busca pelo imaginário rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J.A.; VIANA, A.L.B. (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 117-140.

WAHAB, S. A. **Introdução à administração do turismo**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WANDERLEY, M. de N.B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WANHILL, S. Tourism development and sustainability. In: COOPER, C. P. **Tourism development: environment and community issues**. London: Wiley, 1997.

WATTS, D. J.; STROGATZ, S. H. Collective dynamics of 'small-world' networks. *Nature*. London: n 393, p. 440-442, 1998.

WELLMAN, B. An electronic group is virtually a social network. In: KIESLER, S. **Culture of the internet**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1997. p. 179-205.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**APÊNDICE A – TABELA DE DADOS POPULACIONAIS POR LOCAL DE  
DOMICÍLIO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ**

Municípios	População			Grau de urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
1 Apucarana	120.919	114.098	6.821	94,36
2 Arapuã	3.561	1.334	2.227	37,46
3 Ariranha do Ivaí	2.453	904	1.549	36,85
4 Barboza ferraz	12.656	9.581	3.075	75,7
5 Bom Sucesso	6.561	5.329	1.232	81,22
6 Borrazópolis	7.878	5.809	2.069	73,74
7 Califórnia	8.069	6.028	2.041	74,71
8 Cambira	7.236	5.475	1.761	75,66
9 Corumbataí do Sul	4.002	2.127	1.875	53,15
10 Cruzmaltina	3.162	1.503	1.659	47,53
11 Faxinal	16.314	12.739	3.575	78,09
12 Godoy Moreira	3.337	1.547	1.790	46,36
13 Grandes Rios	6.625	3.560	3.065	53,74
14 Ivaiporã	31.816	27.438	4.378	86,24
15 Jandaia do Sul	20.269	18.331	1.938	90,44
16 Jardim Alegre	12.324	7.171	5.153	58,19
17 Kalaré	4.506	3.218	1.288	71,42
18 Lidianópolis	3.973	2.046	1.927	51,5
19 Lunardelli	5.160	3.594	1.566	69,65
20 Marilândia do Sul	8.863	6.314	2.549	71,24
21 Marumbi	4.603	3.141	1.462	68,24
22 Mauá da Serra	8.555	7.013	1.542	81,98
23 Novo Itacolomi	2.827	1.588	1.239	56,17
24 Rio Bom	3.334	2.007	1.327	60,2
25 São João do Ivaí	11.525	8.874	2.651	77
26 São Pedro do Ivaí	10.167	8.044	2.123	79,12
<b>Média por município do Vale do Ivaí</b>	<b>12.719</b>	<b>10.339</b>	<b>2.380</b>	<b>67</b>
<b>Total Vale do Ivaí</b>	<b>330.695</b>	<b>268.813</b>	<b>61.882</b>	<b>81,29</b>
<b>Paraná</b>	<b>10.444.526</b>	<b>8.912.692</b>	<b>1.531.834</b>	<b>85,33</b>

Fonte: elaborado pela autora, baseado em IBGE, 2010.

**APÊNDICE B – TABELA DE DADOS DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DOS  
MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ**

	Município	2010			
		PIB Setor Primário (%)	Valor (R\$1000)	% do total do PR	PIB/hab (R\$)
1	Apucarana	48,5%	1.069.249	0,49%	11.687,95
2	Arapuã	85,7%	38.897	0,02%	10.944,57
3	Ariranha do Ivaí	76,0%	33.832	0,02%	13.792,09
4	Barbosa Ferraz	62,3%	106.074	0,05%	8.383,31
5	Bom Sucesso	86,9%	60.583	0,03%	9.223,96
6	Borrazópolis	62,2%	96.637	0,04%	12.268,25
7	Califórnia	63,5%	65.936	0,03%	8.171,52
8	Cambira	40,7%	104.479	0,05%	14.438,78
9	Corumbataí do Sul	81,0%	37.291	0,02%	9.315,76
10	Cruzmaltina	83,9%	50.119	0,02%	15.850,41
11	Faxinal	45,2%	215.861	0,10%	13.229,21
12	Godoy Moreira	68,7%	26.616	0,01%	7.976,03
13	Grandes Rios	66,1%	57.740	0,03%	8.715,47
14	Ivaiporã	52,4%	1.132.319	0,52%	11.801,38
15	Jandaia do Sul	13,6%	277.085	0,13%	13.660,95
16	Jardim Alegre	61,4%	114.262	0,05%	9.270,75
17	Kaloré	66,2%	50.118	0,02%	11.129,91
18	Lidianópolis	72,6%	36.032	0,02%	9.071,50
19	Lunardelli	72,9%	45.394	0,02%	8.804,11
20	Marilândia do Sul	74,9%	144.035	0,07%	16.265,95
21	Marumbi	77,0%	39.361	0,02%	8.558,60
22	Mauá da Serra	17,3%	123.797	0,06%	14.474,10
23	Novo Itacolomi	91,9%	27.375	0,01%	9.683,41
24	Rio Bom	79,5%	33.115	0,02%	9.932,51
25	São João do Ivaí	68,7%	134.750	0,06%	11.694,00
26	São Pedro do Ivaí	22,1%	189.108	0,09%	18.605,67
	<b>Vale do Ivaí</b>	<b>35,3%</b>	<b>4.203.863</b>	<b>1,93%</b>	<b>12.359,69</b>
	<b>Paraná</b>				<b>20.813,98</b>

Fonte: elaborado pela autora, baseado em IBGE, 2010.

**APÊNDICE C – TABELA DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS  
AGROPECUÁRIOS E AGRICULTURA FAMILIAR DOS MUNICÍPIOS DO  
TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ**

Municípios	Total	Não familiar		Agricultura familiar	
			(%)		(%)
1 Apucarana	1.834	422	23,01	1.412	76,99
2 Arapuã	685	115	16,79	570	83,21
3 Ariranha do Ivaí	661	93	14,07	568	85,93
4 Barboza ferraz	1.561	216	13,84	1.345	86,16
5 Bom Sucesso	408	184	45,10	224	54,90
6 Borrazópolis	942	143	15,18	799	84,82
7 Califórnia	609	94	15,44	515	84,56
8 Cambira	530	132	24,91	398	75,09
9 Corumbataí do Sul	524	74	14,12	450	85,88
10 Cruzmaltina	441	110	24,94	331	75,06
11 Faxinal	1.057	230	21,76	827	78,24
12 Godoy Moreira	806	153	18,98	653	81,02
13 Grandes Rios	1.083	208	19,21	875	80,79
14 Ivaiporã	1.883	281	14,92	1.602	85,08
15 Jandaia do Sul	680	213	31,32	467	68,68
16 Jardim Alegre	1.950	130	6,67	1.820	93,33
17 Kaloré	721	62	8,60	659	91,40
18 Lidianópolis	629	98	15,58	531	84,42
19 Lunardelli	816	66	8,09	750	91,91
20 Marilândia do Sul	650	174	26,77	476	73,23
21 Marumbi	487	181	37,17	306	62,83
22 Mauá da Serra	283	84	29,68	199	70,32
23 Novo Itacolomi	526	109	20,72	417	79,28
24 Rio Bom	522	93	17,82	429	82,18
25 São João do Ivaí	979	124	12,67	855	87,33
26 São Pedro do Ivaí	556	161	28,96	395	71,04
Vale do Ivaí	21.823	3.950	18,10	17.873	81,90
<b>Paraná</b>	<b>371.063</b>	<b>68.235</b>	<b>18,39</b>	<b>302.828</b>	<b>81,61</b>

Fonte: elaborado pela autora, baseado em Censo Agropecuário 2006.

**APÊNDICE D – TABELA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS  
MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ EM 2010**

Municípios	2010				Ranking no estado
	IDHM	IDHM - Dimensão Educação	IDHM - Dimensão Longevidade	IDHM - Dimensão Renda	
1 Apucarana	0,748	0,668	0,845	0,741	33
2 Arapuã	0,676	0,584	0,828	0,638	312
3 Ariranha do Ivaí	0,670	0,594	0,794	0,637	323
4 Barboza ferraz	0,696	0,625	0,808	0,667	249
5 Bom Sucesso	0,686	0,570	0,820	0,692	285
6 Borrazópolis	0,717	0,633	0,838	0,695	144
7 Califórnia	0,722	0,638	0,821	0,718	115
8 Cambira	0,725	0,651	0,835	0,702	98
9 Corumbataí do Sul	0,638	0,520	0,790	0,632	373
10 Cruzmaltina	0,666	0,593	0,768	0,650	334
11 Faxinal	0,687	0,584	0,796	0,697	277
12 Godoy Moreira	0,675	0,578	0,828	0,642	316
13 Grandes Rios	0,658	0,550	0,799	0,649	346
14 Ivaiporã	0,730	0,661	0,827	0,711	83
15 Jandaia do Sul	0,747	0,703	0,801	0,741	37
16 Jardim Alegre	0,689	0,569	0,827	0,696	270
17 Kaloré	0,721	0,657	0,848	0,673	121
18 Lidianópolis	0,680	0,598	0,802	0,657	303
19 Lunardelli	0,690	0,607	0,826	0,655	269
20 Marilândia do Sul	0,691	0,599	0,831	0,664	268
21 Marumbi	0,721	0,643	0,826	0,705	121
22 Mauá da Serra	0,652	0,529	0,793	0,661	356
23 Novo Itacolomi	0,710	0,633	0,831	0,681	175
24 Rio Bom	0,729	0,681	0,848	0,672	87
25 São João do Ivaí	0,693	0,611	0,803	0,677	263
26 São Pedro do Ivaí	0,717	0,627	0,836	0,702	144
<b>Média Vale do Ivaí</b>	<b>0,697</b>	<b>0,612</b>	<b>0,818</b>	<b>0,679</b>	
<b>Média Paraná</b>	<b>0,749</b>	<b>0,668</b>	<b>0,830</b>	<b>0,757</b>	

Fonte: elaborado pela autora, baseado em IBGE, 2010.

## APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO

Pesquisa: Caminhadas na Natureza no Paraná: a rede de relações sociais na formação do mercado para a agricultura familiar.

Pesquisadora: Clarice Bastarz, contato: (55) 96431244, email: clariceufsm@gmail.com

Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A partir desta pesquisa pretende-se analisar as características da rede de relações sociais que formam o mercado das Caminhadas na Natureza no Território vale do Ivaí e sua repercussão na dimensão social e econômica das famílias de agricultores participantes. Assim, conta-se com sua participação, de fundamental importância, para responder algumas questões que serão gravadas e posteriormente transcritas.

Garante-se a preservação de sua identidade, não havendo mensurações e associações nominais com o conteúdo de informações dispostas nos relatórios de pesquisa; entretanto é necessário a mensuração da entidade participante e cargo. Da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas.

A pesquisa destina-se a elaboração de uma tese de doutoramento inserida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Professor Doutor Marcelino de Souza.

Coloco-me a disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer momento, inclusive após as entrevistas e, garante-se aos participantes acesso aos resultados obtidos ao final da pesquisa. Os resultados obtidos serão utilizados para a elaboração da tese do curso mencionado, assim como na publicação de cunho acadêmico.

---

Nome

---

Assinatura

## APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa: Caminhadas na Natureza no Paraná: a rede de relações sociais na formação do mercado para a agricultura familiar.

Pesquisadora: Clarice Bastarz, contato: (55) 96431244, email: clariceufsm@gmail.com

Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Senhor (a) participante:

A partir desta pesquisa pretende-se analisar as características da rede de relações sociais que formam o mercado das Caminhadas na Natureza no Território vale do Ivaí e sua repercussão na dimensão social e econômica das famílias de agricultores participantes. Assim, conta-se com sua participação, de fundamental importância, para responder algumas questões que serão gravadas e posteriormente transcritas.

A sua participação é livre, podendo optar por não responder todas as perguntas, assim como, desistir a qualquer momento mesmo sem ter respondido todas as questões. Garante-se a preservação de sua identidade, não havendo mensurações e associações nominais com o conteúdo de informações dispostas nos relatórios de pesquisa; entretanto é necessário a mensuração da entidade participante e cargo. Da mesma forma, somente serão expostas as informações devidamente autorizadas pelo senhor (a).

A pesquisa destina-se a elaboração de uma tese de doutoramento inserida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Professor Doutor Marcelino de Souza.

Coloco-me a disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários em qualquer momento, inclusive após as entrevistas e, garante-se aos participantes acesso aos resultados obtidos ao final da pesquisa. Os resultados obtidos serão utilizados para a elaboração da tese do curso mencionado, assim como na publicação de cunho acadêmico.

---

Nome do participante

---

Assinatura do participante

---

Nome do entrevistador

---

Assinatura do entrevistador

## APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTAS - AGRICULTORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
RURAL



CAMINHADAS NA NATUREZA NO PARANÁ: A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO  
DE MERCADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR  
INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

### CATEGORIA DE ATOR: AGRICULTORES FAMILIARES

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ DISTRITO: \_\_\_\_\_

CIRCUITO: \_\_\_\_\_

DATA DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_

#### IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME: \_\_\_\_\_

CÓDIGO: \_\_\_\_\_ GÊNERO: ( )M ( )F

NÍVEL DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_ OCUPAÇÃO: \_\_\_\_\_

ÁREA DA PROPRIEDADE (ha) \_\_\_\_\_

TRABALHA APENAS NA PROPRIEDADE: ( )S ( )N

Número de membros da família residentes na propriedade: \_\_\_\_\_

#### BLOCO 1 - PROCESSO HISTÓRICO DO PROJETO CAMINHADAS NA NATUREZA

1.1 Como o senhor(a) soube que a caminhada existia?

1.2 Em que ano foi?

1.3 O senhor(a) participa do projeto das caminhadas desde o primeiro ano ou a caminhada já existia?

1.4 O senhor(a) participou de algum curso, oficina ou reunião antes de participar da caminhada?

1.5 Quais instituições estavam envolvidas na preparação e execução das caminhadas?

1.6 Para o senhor(a), qual foi o resultado até agora das caminhadas?

#### BLOCO 2 - CARACTERÍSTICAS DO MERCADO

2.1 O senhor(a) produz algo ou oferece algum serviço no dia da caminhada?

2.2 Para quem o senhor(a) vende seus produtos ou serviços?

2.3 Esta pessoa pertence a alguma instituição?

#### BLOCO 3 - ATRIBUTOS DOS ATORES

3.1 Qual sua motivação para participar da caminhada?

3.2 O senhor(a) possui algum interesse específico em participar da caminhada?

3.3 O senhor(a) já participou de caminhadas em outros municípios?

#### BLOCO 5 - REPERCUSSÃO PARA OS ATORES

5.1 O senhor(a) se sente satisfeito(a) com sua participação nas caminhadas?

5.2 O que mais lhe satisfaz?

5.3 O que poderia melhorar nas caminhadas?

5.4 Com as caminhadas o senhor(a) percebeu se houve integração entre as pessoas da comunidade? Por que?

5.5 Com os organizadores, houve integração? Por que?

5.6 E com os caminhantes? Houve integração? Por que?

5.7	O senhor(a) passou a ver com outros olhos a sua comunidade e suas mercadorias quando os caminhantes começaram a vir para cá?
5.8	Que tipo de transformação o senhor(a) percebeu na comunidade?
5.9	Como o senhor(a) vê esta transformação?
5.10	A caminhada proporcionou alguma oportunidade profissional ao senhor(a)? Qual?
5.11	Que tipo de oportunidade ou de trabalho é este?
5.12	O senhor(a) trabalha nisso exclusivamente nas caminhadas?
5.13	Houve aumento da renda familiar com sua participação na caminhada?
5.14	O aumento foi significativo? Vale a pena?
5.15	O que o senhor(a) faz com o dinheiro oriundo das atividades nas caminhadas?

## APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTAS - CAMINHANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
RURAL



CAMINHADAS NA NATUREZA NO PARANÁ: A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO  
DE MERCADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

### CATEGORIA DE ATOR: CAMINHANTES

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ DISTRITO: \_\_\_\_\_

CIRCUITO: \_\_\_\_\_

DATA DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_

### IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME: \_\_\_\_\_

CÓDIGO: \_\_\_\_\_ GÊNERO: ( )M ( )F

NÍVEL DE INSTRUÇÃO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO EM QUE RESIDE: \_\_\_\_\_

RENDA FAMILIAR: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_ OCUPAÇÃO: \_\_\_\_\_

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO: \_\_\_\_\_

QUILOMETRAGEM QUE PERCORRE ATÉ O LOCAL DE CAMINHADA

ACOMPANHANTES \_\_\_\_\_

MEIO DE HOSPEDAGEM: \_\_\_\_\_

### BLOCO 1 - PROCESSO HISTÓRICO DO PROJETO CAMINHADAS NA NATUREZA

1.1	Como o senhor(a) soube que a caminhada existia?
-----	---

1.2	Em que ano foi?
-----	-----------------

1.3	O senhor(a) participa da caminhada desde o primeiro ano ou a caminhada já existia?
-----	--

1.4	Para o senhor(a), qual foi o resultado até agora das caminhadas?
-----	--

### BLOCO 2 - CARACTERÍSTICAS DO MERCADO

2.1	O senhor(a) consome alguma mercadoria no dia da caminhada? Quais?
-----	---

2.2	Estas mercadorias são in natura, beneficiadas, transformadas ou industrializadas?
-----	---

2.3	O senhor(a) considera que as mercadorias apresentam um preço justo?
-----	---

2.4	Quanto normalmente o senhor(a) gasta no consumo destas mercadorias?
-----	---

2.5	Onde e de quem o senhor compra estas mercadorias?
-----	---

2.6	O senhor sabe onde os produtos que são vendidos nas caminhadas são produzidos?
-----	--

2.7	O senhor sabe quem organiza a venda de produtos e serviços nas caminhadas?
-----	--

2.8	O senhor possui algum tipo de relação com quem produz as mercadorias? Qual?
-----	---

2.9	Antes das caminhadas, o senhor(a) consumia a mercadoria que adquire nas caminhadas?
-----	---

2.10	O volume de consumo aumentou com a caminhada? Quanto?
------	---

2.11	Para além do dia da caminhada, ocorre o consumo destas mercadorias?
------	---

2.12	Existe grupo que represente o senhor(a) na organização da participação nas caminhadas?
------	--

2.13	O senhor(a) se preocupa se há inspeção sanitária ou algum tipo de exigência sanitária no local de produção das mercadorias?
------	---

2.26	A caminhada proporcionou alguma oportunidade profissional ao senhor(a)? Qual?
------	---

### BLOCO 3 - ATRIBUTOS DOS ATORES

3.1	Qual sua motivação para participar da caminhada?
3.2	O senhor(a) possui algum interesse específico em participar da caminhada?
3.3	O senhor(a) já participou de caminhadas em outros municípios?
<b>BLOCO 5 - REPERCUSSÃO PARA OS ATORES</b>	
5.1	O senhor se sente satisfeito com sua participação nas caminhadas?
5.2	O que mais te satisfaz?
5.3	O que poderia melhorar nas caminhadas?
5.4	Com as caminhadas o senhor(a) percebeu se houve integração entre as pessoas da comunidade? Por que?
5.5	Entre os organizadores, houve integração? Por que?
5.6	E com os caminhantes? Houve integração? Por que?
5.7	O senhor(a) passou a ver com outros olhos a comunidade e as mercadorias quando os caminhantes começaram a vir para cá?
5.8	Que tipo de transformação o senhor(a) percebeu na comunidade?
5.9	Como o senhor(a) vê esta transformação?
5.10	A caminhada proporcionou alguma oportunidade profissional ao senhor(a)? Qual?
5.11	Que tipo de oportunidade ou de trabalho é este?
5.12	O senhor(a) trabalha nisso exclusivamente nas caminhadas?
5.13	Houve aumento da renda familiar com sua participação na caminhada?
5.14	O aumento foi significativo? Vale a pena?
5.15	O que o senhor(a) faz com o dinheiro oriundo das atividades nas caminhadas?

## APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS - ORGANIZADORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL



CAMINHADAS NA NATUREZA NO PARANÁ: A REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO  
DE MERCADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

**CATEGORIA DE ATOR: ORGANIZADORES**

MUNICÍPIO:

DISTRITO:

CIRCUITO:

DATA DA ENTREVISTA:

**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

NOME:

CÓDIGO:

GÊNERO: ( )M ( )F

NÍVEL DE INSTRUÇÃO:

MUNICÍPIO EM QUE RESIDE:

IDADE:

OCUPAÇÃO:

**BLOCO 1 - PROCESSO HISTÓRICO DO PROJETO CAMINHADAS NA NATUREZA**

1.1	Como o senhor(a) soube que as caminhadas existiam?
1.2	Em que ano foi?
1.3	Quais instituições estavam envolvidas?
1.4	Qual é o objetivo do projeto das caminhadas?
1.5	O senhor(a) participa do projeto desde o primeiro ano ou esta caminhada já existia?
1.6	O senhor(a) participou de algum curso, oficina ou reunião antes de participar da caminhada?
1.7	O que o senhor(a) mudou na propriedade para participar da caminhada?
1.8	Para o senhor (a), qual foi o resultado até agora das caminhadas para o senhor(a)?

**BLOCO 2 - CARACTERÍSTICAS DO MERCADO**

2.1	Existe associação que represente o senhor(a) na organização das caminhadas?
2.2	Quem organiza a venda de produtos e serviços nas caminhadas?
2.3	Quais são as mercadorias produzidas para a caminhada?
2.4	Quem produz estas mercadorias?
2.5	Onde os produtos são produzidos?
2.6	Onde os produtos são vendidos?
2.7	Estas mercadorias são in natura, beneficiadas, transformadas ou industrializadas?
2.8	Estas mercadorias são produzidas somente para as caminhadas?
2.9	Qual é a origem dos ingredientes e matérias-primas necessários para produzir as mercadorias?
2.10	Há inspeção sanitária ou algum tipo de exigência sanitária no local de produção?
2.11	Qual é a receita monetária obtida com a venda das mercadorias na caminhada?
2.12	O senhor considera que há retorno financeiro para os agricultores?

**BLOCO 3 - ATRIBUTOS DOS ATORES**

3.1	Qual sua motivação para participar da caminhada?
3.2	O senhor(a) possui algum interesse específico em participar da caminhada?
3.3	O senhor(a) já participou de caminhadas em outros municípios?

**BLOCO 5 - REPERCUSSÃO PARA OS ATORES**

5.1	O senhor se sente satisfeito com sua participação nas caminhadas?
5.2	O que mais te satisfaz?
5.3	O que poderia melhorar nas caminhadas?
5.4	Com as caminhadas o senhor(a) percebeu se houve integração entre as pessoas da comunidade? Por que?
5.5	Entre os organizadores, houve integração? Por que?
5.6	E com os caminhantes? Houve integração? Por que?
5.7	O senhor(a) passou a ver com outros olhos a comunidade e as mercadorias quando os caminhantes começaram a vir para cá?
5.8	Que tipo de transformação o senhor(a) percebeu na comunidade?
5.9	Como o senhor(a) vê esta transformação?
5.10	A caminhada proporcionou alguma oportunidade profissional ao senhor(a)? Qual?
5.11	Que tipo de oportunidade ou de trabalho é este?
5.12	O senhor(a) trabalha nisso exclusivamente nas caminhadas?
5.13	Houve aumento da renda familiar com sua participação na caminhada?
5.14	O aumento foi significativo? Vale a pena?
5.15	O que o senhor(a) faz com o dinheiro oriundo das atividades nas caminhadas?

## APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO SOBRE REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS

BLOCO 4 - REDE DE RELAÇÕES SOCIAIS	
Na tabela abaixo, indicar pessoas com as quais possui qualquer tipo de contato para a participação na caminhada. Após, responder as perguntas indicando as características da relação com a pessoa indicada.	
4.1	Qual é a natureza da relação com este indicado?
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 eventual</li> <li>2 negócios</li> <li>3 profissional</li> <li>4 amizade</li> <li>5 familiar</li> </ul>
4.2	Como sua relação com este indicado surgiu?
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 Planejada</li> <li>2 Espontaneamente</li> </ul>
4.3	Como você se comunica com este indicado?
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 outros</li> <li>2 mídias-sociais</li> <li>3 e-mail</li> <li>4 telefone</li> <li>5 pessoalmente</li> </ul>
4.4	Com que frequência você se comunica com este indicado?
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 ocasionalmente</li> <li>2 somente quando há caminhada</li> <li>3 frequentemente</li> <li>4 todos os dias</li> </ul>
4.5	Quando vocês se comunicam a resposta é lenta ou é instantânea?
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 instantânea</li> <li>2 lenta</li> </ul>
4.6	Há quanto tempo você se relaciona com este indicado?
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 o(a) conheci recentemente</li> <li>2 o(a) conheci durante as caminhadas</li> <li>3 desde antes das caminhadas</li> </ul>
4.7	Há algum tipo de formalização de sua relação com este indicado?
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 informal</li> <li>2 formal</li> </ul>
4.8	Este indicado reside em:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>1 em outro país</li> <li>2 seu país</li> <li>3 seu estado</li> <li>4 sua região</li> <li>5 seu município</li> </ul>



### APÊNCICE K – TABELA DE INDICAÇÕES DAS RELAÇÕES DOS ATORES

	Código dos Nós	Número de Pessoas que Indicou	Indicações recebidas
1	ORG 1	27	16
2	ORG 2	15	10
3	ORG 3	5	1
4	CAM 1	16	4
5	CAM 2	3	3
6	AGR 1	9	8
7	ORG 4		2
8	CAM 3		2
9	CAM 4		2
10	CAM 5	12	2
11	CAM 6	11	2
12	ORG 5	4	2
13	ORG 6		1
14	ORG 7		2
15	ORG 8		2
16	CAM 7		1
17	CAM 8	3	3
18	CAM 9	9	1
19	CAM 10		1
20	ORG 9	9	3
21	ORG 10	5	3
22	CAM 11	6	2
23	CAM 12		2
24	CAM 13	3	1
25	CAM 14		1
26	CAM 15	3	1
27	CAM 16		1
28	ORG 11	23	9
29	ORG 12	15	2
30	AGR 2		4
31	AGR 3	8	4
32	AGR 4		1
33	AGR 5		3
34	AGR 6		4
35	ORG 13	19	7
36	ORG 14	6	4
37	ORG 15		1
38	ORG 16		1
39	CAM 17	10	3
40	CAM 18		1

	Código dos Nós	Número de Pessoas que Indicou	Indicações recebidas
41	ORG 17		1
42	ORG 18	21	7
43	ORG 19	9	5
44	ORG 20		1
45	ORG 21		1
46	ORG 22		1
47	ORG 23		1
48	ORG 24		1
49	AGR 7	16	5
50	AGR 8		5
51	AGR 9		4
52	AGR 10		4
53	AGR 11		4
54	AGR 12	7	4
55	ORG 25		1
56	ORG 26		3
57	ORG 27		2
58	ORG 28		4
59	AGR 13	18	4
60	AGR 14		3
61	AGR 15		3
62	AGR 16		3
63	AGR 17		2
64	AGR 18		2
65	AGR 19	5	2
66	ORG 29		2
67	ORG 30		3
68	ORG 31		2
69	CAM 19		4
70	ORG 32		2
71	CAM 20		1
72	CAM 21		1
73	CAM 22		1
74	CAM 23		1
75	CAM 24		1
76	AGR 20		1
77	AGR 21		1
78	AGR 22		1
79	ORG 33		1
80	CAM 25		1

	<b>Código dos Nós</b>	<b>Número de Pessoas que Indicou</b>	<b>Indicações recebidas</b>
81	CAM 26		1
82	CAM 27		1
83	CAM 28		2
84	CAM 29		1
85	CAM 30		2
86	CAM 31		1
87	CAM 32		1
88	CAM 33		1
89	CAM 34		1
90	CAM 35		1
91	CAM 36		2
92	CAM 37		2
93	CAM 38		2
94	CAM 39		1
95	ORG 34		1
96	AGR 23		1
97	AGR 24		1
98	ORG 35	7	3
99	ORG 36	19	9
100	ORG 37	12	4
101	AGR 25	16	5
102	AGR 26		5
103	ORG 38	10	4
104	AGR 27		1
105	CAM 40	6	2
106	AGR 28		1
107	AGR 29		3
108	AGR 30		4
109	AGR 31		2
110	AGR 32		1
111	AGR 33	6	3
112	AGR 34		1
113	AGR 35		1
114	AGR 36		1
115	AGR 37		1
116	AGR 38		1
117	AGR 39		1
118	AGR 40		1
119	AGR 41		1
120	AGR 42		1
121	AGR 43		1
122	AGR 44		1

	<b>Código dos Nós</b>	<b>Número de Pessoas que Indicou</b>	<b>Indicações recebidas</b>
123	AGR 45		1
124	AGR 46		1
125	ORG 39		2
126	AGR 47		1
127	AGR 48	6	1
128	AGR 49		1
129	AGR 50		2
130	AGR 51		1
131	AGR 52		1
132	ORG 40		1
133	CAM 041		1
134	ORG 41		4
135	CAM 42		1
136	CAM 43		1
137	CAM 44		1
138	CAM 45		1
139	CAM 46		1
140	CAM 47		1
141	AGR 53		1
142	AGR 54		1
143	ORG 42		1
144	ORG 43		1
145	ORG 44		1
146	AGR 55		1
147	AGR 56		1
148	AGR 57		1
149	CAM 48		1
150	CAM 49		1
151	CAM 50		1
152	CAM 51		2
153	CAM 52		1
154	CAM 53		1
155	CAM 54		1
156	CAM 55		1
157	ORG 45		1
158	ORG 46		1
159	AGR 58		1
160	CAM 56		1
161	AGR 59		1
162	ORG 47		1
163	ORG 48		1
164	ORG 49		1

	Código dos Nós	Número de Pessoas que Indicou	Indicações recebidas
165	ORG 50		1
166	ORG 51		1
167	ORG 52		1
168	CAM 57		1
169	CAM 58		1
170	CAM 59		1
171	CAM 60		1
172	CAM 61		1
173	CAM 62		1
174	CAM 63		1
175	CAM 64		1
176	CAM 65		1
177	CAM 66		1
178	AGR 60	13	2
179	ORG 53		3
180	AGR 61		1
181	AGR 62		2
182	AGR 63		2
183	AGR 64		2
184	AGR 65		2
185	AGR 66	9	3
186	AGR 67	9	3
187	AGR 68	7	2
188	AGR 69		2
189	AGR 70		3
190	AGR 71		2
191	AGR 72		2
192	ORG 54		2
193	ORG 55		1
194	ORG 56		1

	Código dos Nós	Número de Pessoas que Indicou	Indicações recebidas
195	ORG 57		1
196	ORG 58		1
197	ORG 59		1
198	ORG 60		1
199	ORG 61		1
200	CAM 67		2
201	CAM 68		1
202	CAM 69		1
203	CAM 70		1
204	CAM 71		1
205	CAM 72		1
206	CAM 73		1
207	CAM 74		1
208	CAM 75		1
209	CAM 76		1
210	CAM 77		1
211	CAM 78		1
212	CAM 79		1
213	CAM 80	7	1
214	CAM 81		1
215	CAM 82		1
216	CAM 83		1
217	CAM 84		1
218	CAM 85		1
219	CAM 86		1
220	ORG 62		1
221	ORG 63	5	1
222	ORG 64		1
223	CAM 87		1
224	ORG 65		1
		426	426
	Média	10,14	1,89



Caminhadas na natureza | APUCARANA - PR

## CAMINHADA INTERNACIONAL DA JURUBA

**Dia 12/07/2015**  
Saída da praça da Cascata: 07:30 e 08:00

Atrativos: doces e produtos da agricultura familiar, Pesque Pague Suguira, Estação Mina D'Água e Parque Ecológico da Raposa.

Café da manhã - R\$ 12,00  
Almoço - R\$ 23,00

Alimentação somente com pagamento antecipado via depósito e inscrição efetuada pelo site: [www.ecobooking.info](http://www.ecobooking.info)

Informações para contato  
43 3422 9023 - CII - Centro de Informações Turísticas, localizado na Praça Major Santos Giovanni (Praça da Praça).  
e-mail: [caminhadas.apucarana@gmail.com](mailto:caminhadas.apucarana@gmail.com)

Importante - Não será vendido cartão de alimentação no dia da caminhada.

**Percurso 9 km**

**CIRCUITO CREDENCIADO**  
ANICA Caminhadas na Natureza  
F.P.A.D.4  
Federação Internacional dos Esportes Populares

ORGANIZAÇÃO:

Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e História  
APUCARANA Prefeitura da Cidade  
EMATER PARANÁ

APÓIO:

MS, Educação, Agricultura de Apucarana, SANEPAR, Apucarana, SEAB

# NOVO CIRCUITO

## CAMINHADA NA NATUREZA DE IVAIPORÁ

### I CIRCUITO SALTO DO BULHA

**23 de agosto de 2015**

**Informações e inscrições:**  
[www.ecobooking.com.br](http://www.ecobooking.com.br)

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO 43 3472-6828  
industriaecomercio@ivaipora.pr.gov.br

EMATER REGIONAL 43 3472 2502  
elivaipora@emater.pr.gov.br

# 4ª Caminhada Internacional na Natureza

## CIRCUITO ARIRANHA

Exposição e venda de orquídeas promovida pela ASSOFLOR de Jardim Alegre

**26 de julho 2015**

Ariranha do Ivaí - Paraná

Informações:  
Fone: (43) 3433-1347 (EMATER)  
3433-1013 (Prefeitura)  
[ariranhadoivai@emater.pr.gov.br](mailto:ariranhadoivai@emater.pr.gov.br)  
[municipio@ariranhadoivai.pr.gov.br](mailto:municipio@ariranhadoivai.pr.gov.br)

# CAMINHADA INTERNACIONAL NA NATUREZA

Circuito Morros e Colinas - Corumbataí do SUI - PR

**30/AGOSTO/2015**

Informações e inscrições:  
Emater - Regional (41) 3518-4300 [jairoquados@emater.pr.gov.br](mailto:jairoquados@emater.pr.gov.br)  
Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul (41) 3277-1153 [susan\\_bognar@yahoo.com.br](mailto:susan_bognar@yahoo.com.br)  
Sese Campo Mourão (41) 3599-2560 [diego.coblinski@sescpr.com.br](mailto:diego.coblinski@sescpr.com.br)

Realização:

Apóio:

GOVERNO DO PARANÁ, EMATER, PARANÁ, FOMENTO PRO, SESC, COOP, COOP, COOP



**CAMINHADA INTERNACIONAL DA LUA**

DATA: 28/11/2015  
PERCURSO: 11 KM

SAÍDA: PRAÇA VALMOR SANTOS GIVARINA (PRAÇA DA CASCATA)

HORAS: 19:30

JANTAR: PESQUEIRO VITÓRIA

VALOR: R\$ 25,00 (PAGAMENTO SOMENTE VIA DEPÓSITO)  
(CRIANÇAS ATÉ 10 ANOS DE IDADE NÃO PAGAM)

**INSCRIÇÕES SOMENTE ANTECIPADAS PELO SITE: [WWW.ECOBOOKING.INFO](http://WWW.ECOBOOKING.INFO)**

INFORMAÇÕES: 43 3422 9023 / 8403 4386  
DEPARTAMENTO DE TURISMO DE APUCARANA  
OU PELO E-MAIL: [CAMINHADAS.APUCARANA@MAIL.COM](mailto:CAMINHADAS.APUCARANA@MAIL.COM)

**CIRCUITO CREDENCIADO**  
ANCA Caminhadas na Natureza P.A.R.A.N.Á  
Federação Internacional dos Esportes Populares

LEMBRE-SE: LEVAR LANTERNA

ORGANIZAÇÃO:

Secretaria Municipal de Promoção Artística, Cultural e Turística - APUCARANA - PARANÁ

APUCARANA Prefeitura e Cidade

EMATER

PARANÁ

AMS APUCARANA

Associação de Agricultores e Agropastores - APUCARANA

SEAB



**5ª Caminhada Internacional na Natureza**

**CIRCUITO DO CAFÉ**

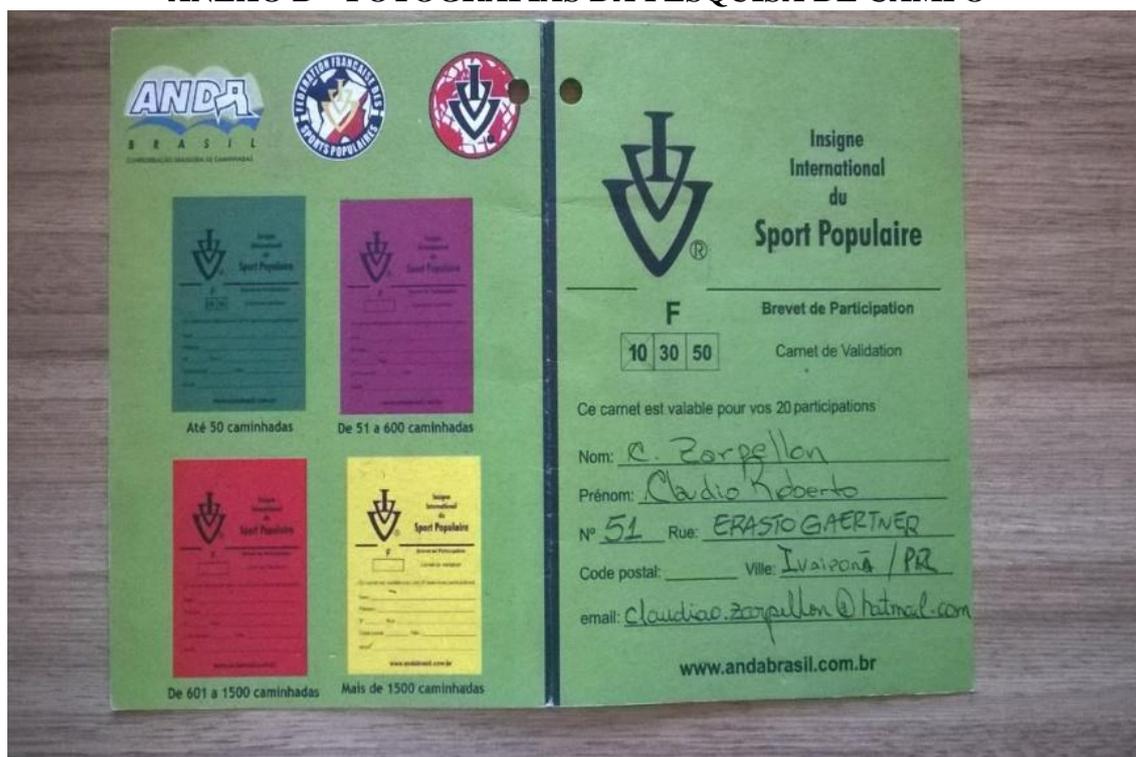
Feira de orquídeas e artesanatos promovida pela ASSOFLOR e Artesãos de Jardim Alegre

**13 Setembro/2015**

Jardim Alegre - Paraná

**INFORMAÇÕES:**  
Fone: (43) 3475-1514 (EMATER)  
(43) 3475-1253 (Prefeitura)  
[jardimalegre@emater.pr.gov.br](mailto:jardimalegre@emater.pr.gov.br)  
[www.jardimalegre.pr.gov.br](http://www.jardimalegre.pr.gov.br)

## ANEXO B – FOTOGRAFIAS DA PESQUISA DE CAMPO



Carteirinha ou passaporte da Anda Brasil (parte externa)  
Registro fotográfico da autora, autorizado por entrevistada.



Carteirinha ou passaporte da Anda Brasil (parte externa). Carimbos que comprovam a realização dos circuitos de Caminhadas na Natureza.  
Registro fotográfico da autora, autorizado por entrevistada.



Momento do almoço rural no galpão comunitário do Bairro São Joaquim, em Barboza Ferraz. Registro fotográfico cedido por Emater, 2015.



Equipe de organizadores no ponto de chegada e galpão comunitário onde foi servido café da manhã e almoço rural, no Bairro São Joaquim, em Barboza Ferraz. Foto: cedida por Emater, 2015.



Após o almoço, moda de viola dos agricultores do Bairro São Joaquim, em Barbosa Ferraz.



Grupo de mulheres pescadoras de Porto Ubá, Lidianópolis.



Serviço de almoço rural, organizado pelas mulheres de Porto Ubá, Lidianópolis.



Ivaldete Zarpelon, durante a organização do circuito Rio Ivai/Porto Ubá, em Lidianópolis.



Entrevista com Ayrton Violento, Presidente da Anda Brasil.



Rio Ivaí, avistado do distrito de Porto Ubá (Lidianópolis), que dá nome ao Território Vale do Ivaí.